



Migrações, refúgio e comunidade cristã

**Reflexões pastorais para
a formação de agentes**

Carmem Lussi e Roberto Marinucci
(Orgs.)



Migrações, refúgio e comunidade cristã

**Reflexões pastorais para
a formação de agentes**

SÉRIE CAMINHOS

6. *Migrações e alteridade na comunidade cristã: Ensaio de teologia da mobilidade humana.*

Carmem Lussj, 2015, 302 pp.

5. *Mulher migrante: Agente de resistência e transformação.* CSEM (org.), 2014, 112 pp.

4. *Identidade da irmã scalabriniana. Aprofundar para testemunhar.*

Analita Candaten; Marissônia Daltoé, 2013, 105 pp.

3.1. *Uma resposta ao carisma com dinamismo e profecia.* CSEM (org.), 2012, 316 pp.

3. *Nas sendas do humano.* Irmãs Missionárias Scalabrinianas (org.), 2006, 80 pp.

2. *Expressão de um Carisma a serviço dos Migrantes.* CSEM (org.), 2006, 430 pp.

1. *A presença das Irmãs Missionárias Scalabrinianas na saúde.* CSEM (org.), 2005, 381 pp.

SÉRIE CAMINHOS - 7

CARMEM LUSSI E ROBERTO MARINUCCI
(ORGANIZADORES)

Migrações, refúgio e comunidade cristã

**Reflexões pastorais para
a formação de agentes**



2018

DIAGRAMAÇÃO: Luiza Giovanna Silva de Moura

CAPA: Fábio Léda

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Paulus



Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

SRTVN 702 - Conj. P - Sobrelojas 01/02

70719-900 - Brasília/DF - Brasil

Tel. +55 61 3327 0669 - csem@csem.org.br

www.csem.org.br



PAULUS

Rua Francisco Cruz, 229

04.117-091 - Vila Mariana - São Paulo/SP - Brasil

Tel. +55 11 5087 3700 - editorial@paulus.com.br

www.paulus.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Migrações, refúgio e comunidade cristã. Reflexões pastorais para a formação de agentes. Carmem Lussi, Roberto Marinucci (Orgs.).

Brasília: CSEM, São Paulo: PAULUS, 2018.

172 p.; 15 X 22cm. Série Caminhos, 7.

ISBN: 978-85-87823-31-1

1. Migrantes 2. Refugiados 3. Mobilidade Humana 4. Teologia Pastoral.
5. Migrações I. Título II. Editoras.

CDD 262
CDU 304.8

- 9** **APRESENTAÇÃO**
Dom José Luiz Salles
- 11** **COMO ORGANIZAR UMA PASTORAL DE MIGRANTES E REFUGIADOS? ALGUMAS INDICAÇÕES A PARTIR DE UMA CONSULTA AOS AGENTES DE PASTORAL**
Carmem Lussi
Sidnei Marco Dornelas
- 23** **MIGRAÇÕES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AÇÃO SOCIOPASTORAL**
Roberto Marinucci
- 37** **"PARA ALÉM DA INCULTURAÇÃO"**
Luiz Herrera Rodriguez
- 51** **O ESTRANGEIRO NA BÍBLIA E NA COMUNIDADE CRISTÃ**
Élio Estanislau Gasda
- 61** **BÍBLIA E PASTORAL DA MOBILIDADE HUMANA**
Elizangela Chaves Dias
- 77** **MEDIAÇÕES PARA UMA PASTORAL DA MOBILIDADE HUMANA**
Sidnei Marco Dornelas
- 87** **PAPA FRANCISCO E AS MIGRAÇÕES. UM NOVO DISCERNIMENTO PARA A ERRADICAÇÃO DO "CINISMO"**
Roberto Marinucci

**99 A ACOLHIDA DO MIGRANTE COMO PARADIGMA DA IGREJA
SEMPER REFORMANDA**

Marileda Baggio

**113 A MOBILIDADE HUMANA EM CONTEXTO DE DIÁLOGO
ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO**

Elias Wolff

**129 PASTORAL DA ACOLHIDA E DA MISSÃO. IR AO ENCONTRO DE
MIGRANTES E REFUGIADOS**

Joachim Andrade

**141 PASTORAL SOCIAL NA AÇÃO DIRETA ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO
DE REFÚGIO**

Marcelo Maróstica Quadro

Maria Cristina Morelli

**151 PASTORAL DA CARIDADE E COMPROMISSO PELOS DIREITOS
HUMANOS DAS PESSOAS EM MOBILIDADE**

Paolo Parise

José Carlos Pereira

**163 “SOMOS TODOS ESTRANGEIROS E PEREGRINOS” (1Pd 2, 11).
UMA COMUNIDADE CRISTÃ QUE CAMINHA NA FÉ, NA ESPERANÇA
E NO AMOR**

Analita Candaten

*Aos homens e mulheres que reconstroem suas vidas
acreditando em si mesmos e confiando em um futuro melhor,
rumo a um mundo mais justo,
onde ninguém é estrangeiro.*

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea de textos, agrupados sob o instigante título **“Migrações, refúgio e comunidade cristã: reflexões pastorais para a formação de agentes”**, traz uma relevante contribuição de treze especialistas na área da mobilidade humana, sobretudo no que diz respeito à formação de agentes para a Pastoral do Migrante e para a acolhida aos que batem à nossa porta e interpelam nossas consciências e nossa fé.

Trata-se de importante subsídio para quem deseja vivenciar o Evangelho e contribuir na construção do projeto de Jesus, seja enquanto agente de pastoral ou mesmo enquanto alguém que, não participando em uma pastoral específica, busca compreender a universalidade da mensagem cristã, abrindo-se para a acolhida, sem discriminação e sem exclusão de quem quer que seja. A abordagem dos textos aqui apresentados vai da necessidade da animação bíblica da pastoral à ênfase no protagonismo dos migrantes e refugiados, lançando luz à vida das pessoas que vivem em situação de mobilidade, para que saiam do anonimato, para que tenham vez e voz, para que se sintam em casa e se arrisquem na proximidade e no diálogo. Eis aí uma visão do migrante como alteridade utópica: a um só tempo, ícone do desejo de mudança e mensageiro da esperança, por buscar não apenas novos lugares, mas novas possibilidades, para si e para o conjunto das sociedades.

Assim, das muitas mensagens e ensinamentos que podem ser extraídos dessa obra, ressalta-se o desafio que faz para que sejamos Igreja Missionária, sempre em saída, mas sempre em articulação, superando o assistencialismo e o paternalismo. Igualmente nos desafia enquanto agentes de pastoral, a nos imbuirmos de uma leitura de fé dos fenômenos da mobilidade humana e das migrações forçadas: para além da enculturação, superemos todo etnocentrismo, qualquer que seja ele. Boa leitura e bons trabalhos junto aos migrantes e refugiados.

Dom José Luiz Salles

Bispo diocesano de Pesqueira

Bispo referencial do Setor Mobilidade Humana da
CNBB e do Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM

COMO ORGANIZAR UMA PASTORAL DE MIGRANTES E REFUGIADOS?

ALGUMAS INDICAÇÕES A PARTIR DE UMA CONSULTA AOS AGENTES DE PASTORAL

*Carmem Lussi**
*Sidnei Marco Dornelas***

A prática de vivência e de serviço pastoral e social de homens e mulheres que atuam junto a migrantes e refugiados é a melhor escola para aprender a pensar, organizar e atuar, em contexto eclesial, junto e em favor das pessoas que vivem situações de mobilidade. Por isso, como primeira abordagem desse tema, apresentamos algumas indicações a partir de uma consulta feita com agentes de pastoral¹ que trabalham no acolhimento de migrantes e refugiados, no contexto brasileiro. Essa consulta foi realizada em maio de 2017, em nível nacional, graças à disponibilidade daqueles que se propuseram a colaborar, partilhando suas experiências e reflexões sobre o tema.

O questionário foi respondido por 17 pessoas, que atuam diretamente na pastoral em contextos de mobilidade humana, de doze dioceses, de dez estados do país (Acre, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul), das cinco regiões do Brasil. A maioria dos questionários foi respondida por pessoas encarregadas da coordenação da Pastoral do Migrante em suas respectivas paróquias, sendo que um questionário fez referência a uma experiência diocesana, não paroquial. Somente em três casos não existe uma coordenação diocesana de pastoral específica, sendo que o nome dado é Pastoral do Migrante em 11 das 17 respostas, enquanto que nas demais realidades os nomes são: Pastoral da Acolhida (1), Pastoral da Mobilidade Humana (3) e Movimento Pastoral dos

* Esposa e mãe de duas crianças. Mestre em Missiologia pela Pontifícia Universidade Urbaniana de Roma e Doutora em Teologia pela PUC do Rio de Janeiro. Assessora do CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios.

** Missionário Scalabriniano. Mestre em Ciências Sociais e Teologia Pastoral.

¹ Um roteiro foi elaborado e formatado como questionário do *google*, disponibilizado por mala direta a várias *mailing list*, com duplo envio. Algumas pessoas foram contatadas diretamente por mensagem eletrônica, telefônica ou pessoalmente, com convite para responder ao questionário. Alguns questionários foram preenchidos em arquivo de word e enviados aos coordenadores da pesquisa, por e-mail.

Estudantes Africanos (1). Na maioria das dioceses, com exceção de duas, os próprios migrantes e refugiados participam da animação da Pastoral.

As respostas mostram grande diversidade entre as diferentes comunidades quanto à atuação na pastoral entre migrantes e refugiados, sobretudo no que diz respeito ao tempo de existência da Pastoral e ao volume de serviços prestados:

Londrina	1 ano
Rio Branco	2 anos
Caxias do Sul	5 anos
Fortaleza	7 anos
Foz do Iguaçu	9 anos
Rio Grande	10 anos
Manaus	25 anos
Brasília	28 anos
Curitiba	31 anos
Campo Grande	32 anos
Vitória	32 anos
Cuiabá	37 anos
São Paulo	43 anos

Verificamos nesse quadro uma primeira disparidade entre dois grupos, quanto ao tempo de duração na atividade pastoral de acolhida de migrantes e refugiados. Temos um primeiro grupo de sete cidades em que atuam centros de pastoral com mais de vinte anos de história: Vitória, Manaus, Curitiba, São Paulo, Brasília, Cuiabá e Campo Grande. Em alguns temos mais de um questionário respondido, por dois diferentes agentes de pastoral. Um segundo grupo compreende centros de seis cidades em que a organização da Pastoral tem menos de dez anos: Foz do Iguaçu, Londrina, Fortaleza, Rio Branco, Caxias do Sul, Rio Grande. Também aqui, em algumas localidades, tivemos dois questionários referentes a duas experiências pastorais diferentes.

Uma primeira conclusão seria a proliferação relativamente recente de centros de acolhida de migrantes em cidades médias, após um lapso de tempo em que atuavam em grandes centros, de maior expressão histórica. Seria o sinal de que tem havido um ressurgimento com força do fenômeno migratório nos últimos anos, num arco maior de localidades pelo território. Mostra também que tem havido uma maior sensibilização das Igrejas locais. Contudo, percebe-se que é naquelas instituições com mais de vinte anos de atividade, que podemos encontrar algumas lições sobre as mudanças ocorridas

na organização da pastoral junto aos migrantes e refugiados. É a partir desses centros que percorreram um “caminho longo”, que iniciaremos abordando as informações sobre a sua prática de atuação junto aos migrantes e refugiados.

1. OS CENTROS QUE VÊM PERCORRENDO UM “CAMINHO LONGO”

A grande maioria das experiências relaciona-se a entidades criadas por irmãs e padres scalabrinianos. Movidos pelo seu carisma de Congregação, pela solicitude para com os migrantes, fundaram centros para atender os mais desamparados, em grandes capitais, locais de grande afluência de migrantes, entre as décadas de 1970 e 1990. Dessa primeira constatação pode-se dizer que a sensibilidade para com a realidade vivida pelos migrantes, vinda de um carisma religioso, foi que despertou as iniciativas para organizar as práticas de acolhida aos migrantes.

Em geral, tudo se originou da iniciativa de alguns agentes de pastoral scalabrinianos, que a partir de posições de suas respectivas Congregações, já assumidas nessas cidades, organizaram um pequeno serviço de atendimento em vista da emergência do fenômeno migratório. Esses religiosos também procuraram alguma forma de amparo ou legitimidade junto ao bispo ou pároco da Igreja local. Há casos em que o próprio bispo solicitou a alguma das congregações scalabrinianas a criação de um serviço de atendimento aos migrantes.² Mas, também há pelo menos um caso em que o contato junto ao bispo, por uma missionária, levou à formulação de uma demanda oficial por parte do Ordinário junto à congregação. Em todos os casos, foi a iniciativa pessoal dos próprios religiosos e/ou religiosas que foi decisiva para a criação das estruturas pastorais de acolhimento aos migrantes.

Há mais de vinte anos, o perfil dos atendidos era predominantemente de migrantes internos. Naquele contexto, pode-se depreender dos questionários que, ao lado dos esforços para atender os casos emergenciais (alimentação, alojamento, encaminhamento para trabalho), com frequência esses centros se orientaram para a prática de visitas às casas dos migrantes, nos bairros em que se instalavam e nos seus locais de trabalho, bem como para a criação de estratégias de missão nas regiões de origem. Ao lado das visitas, também existe a menção da realização de celebrações e a busca de envolvimento e articulação das paróquias nesse serviço pastoral. Na medida em que surgem casos mais específicos de migração, com problemáticas antes imprevisas, também as práticas tendem a ganhar um contorno mais específico, na articulação com outros atores sociais e institucionais. Assim é que podemos entender como progressivamente os serviços de pastoral vão se articulando com setores do poder público ou com entidades

² As Congregações Scalabrinianas a que fazemos referência são: Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas (MSCS) e a Congregação dos Missionários de São Carlos (CS).

internacionais, como o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) ou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Mas, dessa forma, nos encontramos num contexto em que essas pastorais de “caminho longo” tendem a confluir com aquelas novas que vão surgindo, de “história mais recente”.

2. JUNTANDO-SE AOS CENTROS DE “HISTÓRIA MAIS RECENTE”

O segundo grupo de entidades possui uma história de menos de dez anos de existência. Foram criadas em centros urbanos de porte médio ou em capitais que têm uma história de migração mais recente. Nos questionários, elas expõem uma problemática migratória que tende a confluir para a realidade atual, já experimentada pelas entidades que possuem um “caminho longo”. Assim, vemos nas respostas sobre “as principais necessidades atendidas”, os serviços que são prestados: documentação (12);³ trabalho/currículos (10); moradia, aulas de português, encaminhamentos de assistência social (7); saúde, integração na comunidade, educação, sensibilização da sociedade/combate a preconceitos, incidência política, alimentação (5); manter a fé (3); cultura/momentos de lazer, deslocamento/transporte (3).

Em outro item do questionário pergunta-se sobre “quais atividades desenvolve atualmente”, e percebemos então como as pastorais cresceram em estrutura organizativa. Um conjunto de respostas remete a uma continuidade das práticas mais simples de atendimento e acompanhamento: cursos de idioma, visitas, atendimento emergencial aos migrantes de passagem, documentação, integração no mundo do trabalho, acolhimento e apoio moral. Porém, outras respostas demonstram uma maior articulação e sistematicidade nos serviços prestados, tais como o desenvolvimento de uma série de “projetos de inserção social”, em articulação com o poder público e com outras organizações da sociedade civil, e a incidência política em vista da formulação e implementação de “políticas públicas” específicas para os migrantes e refugiados. Em algumas respostas ressalta-se o trabalho de “coordenação” e de “articulação”, bem como um “trabalho sistemático”. Na elaboração das respostas, há um destaque para a organização de programação de eventos, de formação de grupos, de busca de parcerias institucionais, numa articulação com uma rede de entidades afins, no atendimento e na defesa dos interesses dos migrantes. Algumas respostas apontaram para a organização de “festas culturais”, e apenas uma mencionou a “espiritualidade scalabriniana”. Uma outra ainda apontou a iniciativa da “formação de lideranças”.

Quanto ao público atualmente atendido pelas pastorais, apesar das mudanças no contexto das migrações atuais, ainda é muito relevante o serviço prestado na

³ Entre parênteses está o número de vezes citado nos questionários. Escolhemos fazer essa relação começando pelos tipos de serviço mais citados nos questionários, até chegar aos menos citados.

acolhida de migrantes internos: seis vezes nos questionários. O dado novo é a grande variedade na origem dos migrantes, na maioria dos centros consultados: haitianos (6); paraguaios (5); africanos de várias nacionalidades (5); colombianos (5); bolivianos (3); sírios (2); venezuelanos (2); argentinos (2); peruanos (2); chilenos (2). Japoneses, cubanos e oriundos de Bangladesh, são mencionados todos uma vez.

O questionário também dá atenção ao perfil religioso dos atendidos, porém, houve muito pouca variação nas respostas, além do fato de que até o início desse século praticamente não havia ocorrência de migrantes muçulmanos. Assim, as variações são pouco nítidas entre os centros de história mais longa e os mais recentes. Na atualidade, praticamente todos possuem uma forte incidência de “evangélicos”, em alguns se menciona a presença de católicos, e em nove registra-se a presença de muçulmanos.

Quando se pergunta pelas “metas” da entidade, os entrevistados apresentam uma maior variedade nas respostas. Em algumas existe uma acentuação num discurso de teor religioso e político, com uma declaração de intenções. Em uma resposta existe uma proposta de se criar um clima de diálogo inter-religioso, para “manter a fé”, “cultivar suas práticas religiosas”, promover a aproximação entre as religiões. Porém, em outros casos, as respostas são curtas e diretas: empreendedorismo (geração de renda); “resolver problemas”; acompanhar migrantes e refugiados no estudo de português, assegurar alimento e integração no trabalho; “ajudar os migrantes a regularizarem sua situação migratória”; “facilitar a vida deles na nova moradia”; buscar a integração dos migrantes na sociedade local. Existem respostas que ressaltam as ações de articulação e incidência: sensibilização da comunidade; sistematização do acolhimento; parcerias; articulação com entidades católicas e outras; envolvimento das “paróquias na acolhida e atenção aos migrantes”. Nesse sentido se direcionam aquelas respostas que apontam para o protagonismo dos migrantes: “dinamizar a organização coletiva dos migrantes”; promover “articulação de lideranças em vista do protagonismo dos migrantes”. Existe uma resposta que simplesmente diz “integração e autonomia”. Em geral é pressuposta a busca da garantia dos direitos fundamentais dos migrantes.

Nessa linha da variedade das respostas, temos aquelas perguntas que tocam em temas ligados à atuação localizada de cada um dos centros, como quando se pergunta pelas atividades mais exitosas ou, na última questão, se abre espaço para a palavra livre da pessoa entrevistada. São respostas que dependem da própria sensibilidade e história de militância de cada agente de pastoral, a apreciação quanto à sua atuação, seu grau de formação religiosa e/ou política, e a trajetória da pastoral na localidade. Uma das atividades que perpassa várias respostas como um êxito alcançado, é a organização da Semana do Migrante. Nesses casos é vista como um momento de grande motivação para os agentes de pastoral, de envolvimento dos próprios migrantes e de sensibilização da Igreja e de toda sociedade civil.

Por fim, duas questões dizem respeito às dificuldades e ao tipo de apoio recebido da Igreja local. Existe certa variação ao se apontar para as dificuldades: a comunicação com os migrantes, a falta de políticas públicas, a instabilidade dos migrantes, os seus problemas psicológicos. Porém, aparece a insistência na necessidade de apoio local, e, sobretudo, quanto à falta de recursos e de financiamento para a pastoral. As respostas sobre o apoio recebido geralmente vão nesse sentido: em três casos, se declara não haver “nenhum” apoio; em dois casos, a própria paróquia é a grande mantenedora da pastoral; em outras três, existe uma previsão orçamentária na diocese, por meio das pastorais sociais, ou outra linha de sustentação, como a ajuda vinda da Cáritas. No entanto, a grande maioria ressalta as doações de vários tipos que são feitas por inúmeros colaboradores: alimentos, transporte, recursos financeiros, etc.

Essa consulta dá um retrato parcial das formas de organização da pastoral dos migrantes e refugiados. Ela indica também alguns aspectos do seu desenvolvimento. Se antes nasceram do impulso generoso de alguns religiosos e religiosas, hoje suas estruturas vêm demandando um maior grau de sistematicidade, capacidade de articulação e formação profissional em alguns serviços prestados. Porém, apesar do crescente acento na necessidade de promover o protagonismo dos migrantes, percebe-se ainda uma relativa ausência de migrantes na condução dessas estruturas de pastoral.

Os elementos relatados sobre a caridade pastoral com migrantes e refugiados, fornecidos pela consulta realizada entre agentes dessa pastoral, abre a novos questionamentos e estimula a interrogação sobre estratégias, atores e objetivos da tarefa de organizar hoje a pastoral dos migrantes e refugiados.

3. A PASTORAL ESPECÍFICA PARA, ENTRE E COM MIGRANTES E REFUGIADOS

Em 2004, quando da publicação da Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi* (EMCC), sobre a caridade cristã para com os migrantes, a Igreja lembrava “que é necessário pensar em novas estruturas que, de uma parte, resultem mais ‘estáveis’, com uma configuração jurídica consequente nas Igrejas particulares e, de outra, permaneçam flexíveis e abertas a uma imigração móvel ou temporária. Não é coisa fácil, mas parece ser este o desafio do futuro”.⁴

Os dados acima relatados indicam que a mobilidade humana entendida como desafio já suscitou no contexto brasileiro muitas respostas, que se configuraram a partir dos atores e das condições concretas de cada realidade pastoral, com algumas constantes nas estratégias de atuação. A principal modalidade de atuação foi a da proteção da vida na forma da assistência a situações de forte e até grave necessidade, em casos emergenciais ou em situações de vulnerabilidade da dignidade humana. São citadas

⁴ EMCC, n. 90.

várias providências para que fossem disponibilizados alimentos, roupa, casa, remédios, recursos para transporte, ações estas acompanhadas pelo duplice esforço de fornecer assistência e de articular-se para que a oferta seja maior e tenha sustentabilidade no breve e médio prazo. Emerge fortemente a preocupação para assegurar serviços que visam prevenir riscos para as pessoas e favorecer a autonomia, inclusive com atividades que desencadeiam processos de (auto)promoção dos sujeitos migrantes e refugiados. Asseguradas as necessidades básicas, cultura e espiritualidade aparecem como atenções menos presentes, mas importantes para as instituições comprometidas com a causa migratória e também para os próprios protagonistas.

A acolhida dos migrantes nas realidades concretas em que chegam aparece como um pano de fundo. Mas, a reflexão sobre os atores, os objetivos e as estratégias específicas dessa pastoral mostra-se como fundamental para ampliar ações e atitudes de acolhida e transformá-las em praxe eclesial e social, capaz de fecundar o compromisso e uma mentalidade intercultural, e promover a convivência pacífica e positiva de pessoas, povos, culturas e religiões diferentes.

Segundo a *Erga Migrantes Caritas Christi* as dioceses são “chamadas a abrir-se, justamente por causa do Evangelho, a uma melhor acolhida dos migrantes, também com iniciativas pastorais de encontro e de diálogo, mas, sobretudo, ajudando os fiéis a superar preconceitos e prevenções. (...) A pastoral específica para, entre e com os migrantes, exatamente porque é de diálogo, de comunhão e de missão, se tornará então expressão significativa da Igreja, chamada a ser encontro fraterno e pacífico, casa de todos”.⁵

3.1. Atores da pastoral para, entre e com os migrantes e refugiados

Os primeiros e principais atores envolvidos na ação pastoral são os próprios indivíduos, famílias e grupos de pessoas que chegam ao território provindos de outras terras e de outras Igrejas locais, independente do caráter de sua condição migratória. São pessoas que o Senhor agrega à comunidade e como tais, independentemente de fé, sua religião e sua sorte, são protagonistas de sua história de vida e de seus projetos migratórios. Eles merecem ajuda, se o necessitarem e, sobretudo, reconhecimento como sujeitos portadores da mesma dignidade dos que nasceram no território ou lá chegaram há mais tempo.

Um segundo grupo de atores é composto por aqueles que moram e atuam no contexto local. Apesar da responsabilidade pela pastoral dos migrantes e refugiados ser da Igreja local, representada pelo seu bispo diocesano, e, em nome dele, do pároco, de fato a acolhida e qualquer atitude que favoreça a inserção de quem chega de

⁵ *Ibidem*, n. 100.

longe é sempre de quem cruza ou se encontra efetivamente com os e as migrantes e refugiados. É nos locais cotidianos da vida dos bairros que a Igreja começa a se fazer casa de comunhão para quem chega. Nesses contatos, muitas vezes informais, é que acontecem as relações e troca de experiências e de conhecimentos, abrindo caminho para a identificação de demandas e oportunidades de encontro e participação cidadã, na vida da comunidade, social ou religiosa.

Um terceiro grupo de atores, fundamentais para desenvolver uma pastoral com, entre e para migrantes e refugiados são os agentes das pastorais. As pessoas em situação de mobilidade são adultos e famílias, mas também crianças que precisam de catequese; adolescentes, jovens e casais que pedem para ser acompanhados; idosos e doentes ou portadores de deficiência; famílias divididas que esperam encontrar apoio e orientação nas igrejas; famílias marcadas por luto; e muitas lideranças religiosas que exerciam diferentes ministérios nas Igrejas locais de origem. Assim, a iniciativa primeira para desenvolver ações de atenção eclesial pelos novos moradores no território da comunidade, que costumamos chamar de pastoral do migrante, é dos e das agentes de pastoral. Eles podem e devem incluir em suas atividades e amizades, migrantes e refugiados que querem celebrar, casar, lembrar seus mortos, catequizar seus filhos, rezar em grupo, assistir aos mais pobres, cantar sua fé, preparar-se para batizar seus filhos, contar com ajuda de irmãos e irmãs na fé ou na solidariedade humana.

A experiência ensina que, normalmente, quem toma a iniciativa para estruturar ações direcionadas especificamente a escutar e responder às interpelações que a comunidade vive por parte dos migrantes e refugiados, são pessoas que, por causa da fé e da capacidade de amar e partilhar no cotidiano, foram capazes de se deixar envolver em relações de acolhida, misericórdia e solidariedade com os novos moradores. A ideia é enviada à comunidade, mas a responsabilidade não é somente, e nem, sobretudo, de quem a descobre, e sim de quem conduz a comunidade, junto com quem tem a capacidade e a possibilidade de fazer acontecer.

Com a intensificação de fluxos de chegada de novos migrantes e refugiados, o Brasil pode aprender com outros países, onde a histórica experiência da acolhida se transformou em convivência por laços de amizade, vizinhança e interação, em que autóctones e estrangeiros, no dia a dia, fizeram reciprocamente a experiência da acolhida como enriquecimento recíproco, e a cultura do encontro foi transformando, no decorrer do tempo, todos os atores.

3.2. Objetivos da pastoral para, entre e com os migrantes e refugiados

Ao apresentar a *Erga Migrantes Caritas Christi*, o então Presidente do Pontifício Conselho para os Migrantes e Itinerantes afirmava que a pastoral migratória visa

colaborar com os sujeitos em mobilidade para “transformar a experiência migratória em ocasião não só de crescimento na vida cristã, mas também de nova evangelização e de missão”.⁶ A rigor, na compreensão da Igreja, o que distingue a pastoral do migrante e do refugiado é a “integração das estruturas pastorais (...) e a inserção eclesial dos migrantes na pastoral ordinária – com pleno respeito da sua legítima diversidade e do seu patrimônio espiritual e cultural, em vista também da formação de uma Igreja concretamente católica...”.⁷ Nesse sentido, a razão primordial do cuidado pastoral dos migrantes e refugiados seria ajudar a que os cristãos que chegam em uma nova diocese, paróquia ou comunidade local possam se sentir em casa, parte integrante da Igreja, onde quer que estejam.

A pastoral do migrante não existe, prevalentemente, para assistir migrantes em situações emergenciais de necessidade ou de risco; apesar de ser assim que muitas vezes a pastoral começa a se organizar. Essa ação pastoral existe porque é assim que a Igreja edifica a si mesma, sem exclusão e acolhendo os dons que o Senhor lhe envia. É uma pastoral que é sempre de articulação, e que sabe fazer ação direta, sempre que for oportuno ou necessário. Mas, que também mobiliza os recursos e as lideranças eclesiais para serem sensíveis e proativos na identificação da realidade do migrante e na efetivação das respostas necessárias aos desafios da mobilidade humana. Por isso, entende-se a pastoral do migrante como serviço da comunidade cristã local, para que viva a chegada de novos moradores, membros ou não, com a alegria do Evangelho. Essa função com foco na comunidade cristã local faz enxergar e tratar, com a mesma dignidade e os mesmos direitos, os novos moradores que chegam à comunidade, mesmo quando são portadores de outra fé ou outra pertença religiosa.

Dessa forma, entende-se a pastoral para, entre e com migrantes e refugiados como a Igreja local regenerando-se através da dimensão missionária da fé. É a fé que se transforma em atitude interior confiante e libertadora que entra em relação, superando preconceitos e resistências, diante de alteridades que provocam à abertura de mente e de coração. É também a fé encarnada na vida, que faz pensar a própria identidade cristã como cidadania, para si e para todos e todas, num compromisso pela vida de todos, assumindo responsabilidades concretas.

O objetivo da pastoral do migrante é a vivência do mandamento do amor, explicado nos termos do juízo final: era estrangeiro e me acolhestes (Mt 25,35), me orientastes, me ensinastes o caminho das pedras, me ajudastes a descobrir o jeito brasileiro de ser Igreja e de conviver socialmente, me salvastes com sua solidariedade, me socorrestes na hora do desespero, me convidastes para a roda na hora da festa e no momento da prece, me fizestes sentir gente e filho(a) de Deus.

⁶ Cf. Introdução à EMCC.

⁷ *Ibidem*.

A pastoral do migrante é, ao mesmo tempo, uma ação social (pastoral social), pastoral (atendimento religioso) e missionária (conversão ou diálogo inter-religioso), e ainda é uma ação política, pela dimensão cidadã e histórica que a proteção da vida e a construção de comunidades implicam e requerem.

3.3. Estratégias da pastoral para, entre e com os migrantes e refugiados

A experiência partilhada pelos agentes da pastoral do migrante indica que, nas comunidades cristãs, entre as famílias que têm contato direto com migrantes e refugiados e entre as lideranças locais, no contexto de sua chegada, surgem pessoas e instituições que assumem o compromisso de se fazerem próximos e, juntamente com eles, buscar soluções para os desafios que enfrentam. Assim, desenvolvem processos de convivência que conduzem à amizade, à partilha de vida, à solidariedade recíproca e à busca por soluções que a sociedade, a Igreja ou a gestão da coisa pública não conhecem, não reconhecem ou simplesmente não respondem suficientemente. Esses processos, que normalmente acontecem de maneira informal e imprevisível, desencadeiam a busca de articulação e a ativação de iniciativas que podem reunir diferentes macro estratégias de ação. Para os fins deste texto, citamos algumas que consideramos principais:

a) O serviço da caridade: É aquele que acontece, sobretudo, nas primeiras fases do projeto migratório, e que é o principal foco da pastoral em muitos contextos locais, mesmo onde os fluxos migratórios são mais antigos. É uma atenção particularmente relevante que se requer quando as pessoas se encontram no país de destino e ainda não estão em condições de situar-se no novo contexto, especialmente pelo estranhamento da nova realidade e as limitações nos recursos e no acesso às informações sobre o jeito de ser do país. Em contextos de mobilidade humana, as necessidades emergenciais podem ser relevantes e a assistência direta em resposta às necessidades básicas ou por dificuldades de acesso a serviços e ao mundo do trabalho demandam esforços expressivos de serviços de apoio ou até substitutivos de serviços públicos, como proteção da vida e ajuda no desenvolvimento dos projetos migratórios.

b) A celebração e a transmissão da fé: Consiste em ajudar os migrantes e refugiados a percorrer as trajetórias da vida e da fé na reinvenção da prática cristã e da reconfiguração das formas do crer no local de destino. Trata-se de um grande desafio para as comunidades cristãs que recebem novos membros através das migrações, pois uma das dimensões existenciais mais marcantes da experiência migratória é a transformação que os sujeitos em mobilidade vivem na compreensão e na vivência da fé e da pertença à Igreja. A experiência da Igreja é que há momentos em que celebrar e partilhar a vida no idioma de origem é crucial para migrantes e refugiados. E há momentos em que a mediação da comunidade é fundamental para fazer a ponte entre a memória

e as experiências étnicas com a realidade local, nas comunidades territoriais. As novas sínteses em emigração acontecem com o tempo: cabe à pastoral valorizar a bagagem dos protagonistas, somar as riquezas que vêm com a mobilidade humana às da comunidade local e acompanhar os passos que vão acontecendo, favorecendo percursos novos de encontro, intercâmbio e reconfiguração da fé e das formas do crer na nova realidade.

c) A promoção e a convivência intercultural: É a dinamização de processos, apoiando ou estimulando o protagonismo dos próprios sujeitos em situação de mobilidade, para promover para si e para a comunidade local um novo modo de ser e de interagir com as alteridades do contexto local, incluindo as diferenças culturais, culinárias, artísticas e históricas dos migrantes e refugiados, como patrimônio comum. O serviço da caridade e a celebração da fé são momentos de particular intensidade, mas é no decorrer do tempo que a convivência vai dando passagem dos contatos esporádicos à relação interpessoal e das emergências à convivência. Aí, a animação pastoral pode ser ator mobilizador enquanto pode se colocar a serviço da comunidade como um todo, promovendo gestos, momentos e processos de encontro e trocas culturais, existenciais ou sociais, entre sujeitos ou entre grupos.

d) A atuação para incidir nas políticas públicas e nas escolhas da legislação em matéria: Dos dados extraídos da consulta percebe-se que progressivamente as pastorais que atendem migrantes e refugiados sentem a necessidade de se estruturar para incidir de forma mais eficaz na elaboração de políticas públicas e na formulação de leis que ajudem na sua inserção e melhoria da qualidade de vida. Para tanto, existe a necessidade de busca de formação, de assessorias, de parceiros e estratégias de comunicação. Sobre tudo, cresce a consciência de que são os próprios migrantes e refugiados que devem se empoderar, e adquirir a capacidade de incidir nos espaços políticos que tratam de sua presença na sociedade. Desse horizonte de ação decorrem todas as atividades de incentivo e acompanhamento do associativismo dos migrantes, e de seu protagonismo na organização de suas comunidades de fé, a fim de que possam exercer de forma integral a sua cidadania, na sociedade e na Igreja.

e) Os esforços para a promoção do diálogo inter-religioso e ecumênico: Uma realidade nova presente, e que ainda demanda estratégias adequadas de abordagem, é a crescente diversidade religiosa e cultural entre os migrantes e refugiados com os quais as pastorais entram em contato. Diante dessa nova realidade, pode-se afirmar que existem ao menos dois níveis em que se pode promover o diálogo inter-religioso e ecumênico: um nível é o da parceria com entidades religiosas, sejam elas cristãs ou de outros credos, a fim de poder acompanhar de maneira adequada a vivência religiosa dos migrantes e refugiados, criando canais de inserção e diálogo; outro nível é o do cotidiano das instituições, no contato direto com o modo concreto com que cada

migrante e refugiado, em família e em grupos, vivencia suas práticas religiosas. Esse último nível depende muito da criatividade de cada agente de pastoral, para saber criar as pontes necessárias para o diálogo inter-religioso no interior da instituição, da condição de deslocamento de cada migrante e refugiado, e entre os diferentes grupos atendidos. A realidade migratória também favorece o ecumenismo e a inter-religiosidade da vida, aquela partilha e interação entre pessoas de credos e religiões diferentes que acontece no cotidiano das relações interpessoais e laborais, na festa ou na dor, na vizinhança e nas amizades.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Como espaço de vida e de partilha, de serviço e de escuta, de evangelização e de promoção, de formação e de celebração, a pastoral é também lugar onde temas e problemas cruciais para a vida e a integração dos migrantes e refugiados convergem e pedem compromisso e participação. Assim, nos contextos locais em que aumenta a presença de pessoas em situação de mobilidade, também pode ser incrementado um esforço e muitas ideias sobre como a Igreja e, em especial, agentes e lideranças envolvidos com migrantes e refugiados podem e devem assumir compromissos pela causa, em seus contextos de vida e trabalho, nas comunidades e até com as agendas políticas e os assuntos que demandam decisões estratégicas e planejamento em nível de governo civil público e eclesial.

A incidência faz parte da pastoral. E a pastoral tem também a responsabilidade de assumir o papel de ser ponte, que apoia migrantes e refugiados na difícil tarefa de aprender o mapa para se movimentar no território e aprender o jeito 'brasil' de ser, administrar e buscar soluções para os problemas, não por conta deles, mas conjuntamente, favorecendo o protagonismo dos próprios sujeitos em mobilidade.

Este ensaio buscou reunir algumas contribuições visando à organização da pastoral para, entre e com migrantes e refugiados. Sabemos que a riqueza da experiência dos agentes de pastoral que se dedicam a essa tarefa em nome da Igreja, e das entidades em que atuam, ao longo de tantos anos de atividade, não podem ser expressas apenas numa breve consulta. No entanto, acreditamos que os indicativos levantados aqui podem ajudar àqueles que cada vez mais se interessam por essa realidade tão atual.

Nunca o apelo por uma pastoral atuante no mundo da mobilidade humana foi tão premente, e nunca a Igreja foi tão interpelada nesse campo. Nosso desejo é que essa interpelação possa mobilizar ainda outras forças vivas na Igreja, para que ela seja de fato "missionária" e "em saída", migrante junto com os migrantes.

MIGRAÇÕES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AÇÃO SOCIOPASTORAL *

Roberto Marinucci **

O conhecimento das migrações internacionais, na atualidade, se apresenta como extremamente desafiador em decorrência da complexidade e dinamicidade do fenômeno, da heterogeneidade das abordagens epistêmicas e da diversidade dos interesses envolvidos. Seria muito redutivo buscar compreender a mobilidade humana contemporânea sem levar em conta essa complexidade.

Além disso, cabe lembrar que o conhecimento da realidade nunca se realiza de forma totalmente objetiva. Olhar para o fenômeno migratório não significa tirar uma fotografia de algo que pode ser visto, da mesma maneira, por qualquer pessoa. Nosso conhecimento é sempre mediado por condicionamentos biográficos. Como diz Jung Mo Sung, a visão que temos da realidade é “uma construção do nosso mundo a partir da seleção, interpretação e organização dos elementos que existem no mundo exterior”.¹

Serge Moscovici também nos lembra que há aspectos da realidade que estão diante de nossos olhos, mas que não conseguimos enxergar. Essa invisibilidade “não se deve a nenhuma falta de informação devida à visão de alguém, mas a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis”.² Em outras palavras, temos acesso à realidade pela mediação – ou distorção – de representações sociais que são “superimpostas” a objetos e pessoas. Dessa forma, pondera Moscovici, “quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as

* Este ensaio é produto de uma ampla revisão de um artigo originalmente publicado com o título “Caminhos da Igreja junto a migrantes e refugiados. Representações sociais e desafios pastorais”, na *Revista Eclesiástica Brasileira* – REB, v. 278, p. 331-354, 2010.

** Doutorando em teologia, pesquisador do CSEM, editor chefe da Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU.

¹ SUNG, Jung Mo. *Sementes de esperança*. A fé em um mundo em crise, p. 100.

² MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Investigações em psicologia social, p. 31.

imagens e hábitos que nós já aprendemos, as recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos”.³

Cabe sublinhar também que representar é um ato de “re-conhecer”, classificar, rotular, encaixotar um objeto epistêmico em determinados esquemas e categorias e, dessa forma, estabelecer ou até determinar, aprioristicamente, suas características. Em outros termos, “no momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire características dessa categoria e é re-ajustado para que se enquadre nela”.⁴

Esses rótulos se tornam mais rígidos na medida em que se distanciam de contatos diretos interpessoais. Como já afirmavam Berger e Luckmann, a realidade da vida cotidiana é apreendida mediante “esquemas tipificadores” que tendem a se tornar cada vez mais anônimos, na medida em que se distanciam da interação face a face.⁵

O mundo da mobilidade humana também é conhecido mediante esses esquemas tipificadores que “encaixotam” migrantes e refugiados em categorias anônimas, abstratas e estereotipadas, gerando o que o antropólogo Marco Aime chama de “identidade única do ‘migrante’”.⁶ Na ausência de interações face a face – ou apesar delas – essas tipificações produzem generalizações e estereótipos que moldam os (pré) juízos sobre questões migratórias e seus atores, e influenciam as respostas sociopastorais diante de seus desafios.

Neste artigo, vamos apresentar algumas das tipificações mais comuns referentes a migrantes e refugiados no contexto contemporâneo, mostrando as consequências que essas representações sociais comportam para o trabalho sociopastoral. Na parte final, de maneira sucinta, apontaremos algumas pistas de ação para as Pastorais da Mobilidade Humana.

1. O MIGRANTE COMO “INVASOR”

A categoria “invasão” sugere uma “migração acompanhada de violência e devastações”.⁷ Invadir um território, como no caso das paradigmáticas “invasões bárbaras” no império romano, remete inevitavelmente a algo que provoca uma radical mudança – destruição – do contexto social, cultural e, inclusive, natural do território invadido.

³ *Ibidem*, p. 33.

⁴ *Ibidem*, p. 61.

⁵ BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*, p. 52.

⁶ AIME, Marco. *Eccessi di culture*, p. 78.

⁷ Cf. *Dicionário Ouais da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Conforme esta representação, na atualidade haveria no Brasil e, mais em geral, no mundo inteiro, deslocamentos populacionais tão intensos e impactantes que poderiam ser classificados como invasões e, seus protagonistas, como invasores. Exemplos dessa representação podem ser facilmente encontrados em manchetes da imprensa nacional: “Brasil fecha fronteira para conter ‘invasão’ de haitianos” (O Globo, 11.01.2012); “Roraima sofre ‘invasão’ venezuelana” (Estadão, 07.08.2016); “Manaus decreta emergência após onda migratória venezuelana” (DW, 08.05.2017). Expressões como “invasão”, “onda” (*tsunami*), “avalanche”, *boom* ou “bomba migratória”, refletem uma visão claramente negativa das migrações e de seus protagonistas.

Como avaliar essa primeira representação? De um ponto de vista estritamente racional, as argumentações que fundamentam essa representação são bastante fracas. As estimativas da ONU⁸ falam em 3,4% (2017) da população mundial residente fora do país de nascimento. É verdade que os dados oficiais provavelmente subestimam o número real de migrantes internacionais, que há áreas específicas em que a concentração é muito mais ampla e que há eventos climáticos ou bélicos que, por vezes, geram intensos deslocamentos. Ainda assim não há nada que indique “invasões” migratórias. Isso vale ainda mais para o Brasil, onde a porcentagem de migrantes internacionais é inferior a 1% da população nacional.⁹

Seja como for, de um ponto de vista sociopastoral essa representação sinaliza e alimenta uma visão extremamente negativa dos processos migratórios e de seus protagonistas. Ao classificar o migrante como invasor, o cidadão do país receptor autocompreende-se como vítima, como injustiçado. As políticas de contenção migratória se transformam em legítimas políticas de proteção da população nativa. Impedir a chegada de novos migrantes se torna uma questão de justiça. Enfim, se os migrantes que fogem de conflitos, eventos climáticos ou insegurança alimentar são rotulados como meros invasores – inimigos – não há mais espaço para a hospitalidade.

2. O MIGRANTE COMO “CRIMINOSO”

Um desdobramento da visão anterior é a representação do migrante como “ameaça” ou como “criminoso”. Essa abordagem deve ser inserida no interior de um contexto planetário definido por estudiosos como “sociedade de risco”¹⁰ ou “sociedade

⁸ Cf. *International migrant stock: The 2017 revision*. Disponível em: «<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/wallchart/docs/MigrationWallChart2017.pdf>».

⁹ Segundo dados da ONU, a porcentagem de migrantes internacionais supera 10% da população em países como França, Espanha, Alemanha, Reino Unido, EUA, entre outros. Na América do Sul, a Argentina é o país com a porcentagem maior, chegando a 4,8%.

¹⁰ BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*.

líquida”.¹¹ Trata-se de um contexto caracterizado pela insegurança e pela precariedade. Os fatores que originam esta situação são extremamente diversificados e complexos. No entanto, segundo Zygmunt Bauman,¹² existe uma verdadeira indústria do terror, da “securitização” que, num “clima de precariedade”, utiliza o “capital do medo” para obter vantagem política ou econômica. Em outras palavras, “os governos não estão interessados em aliviar as ansiedades dos seus cidadãos”,¹³ apenas em capitalizar e canalizar essas ansiedades para áreas de próprio interesse. Nessa ótica deve ser lida também a luta global contra o terrorismo de matriz supostamente islâmica.

A representação do migrante como criminoso ou terrorista não possui bases sólidas. Com frequência, o contrário é verdadeiro: muitos migrantes internacionais são vítimas e fogem de crimes, perseguições, atos terroristas e insegurança alimentar. Essa representação, na realidade, criminaliza quem foge de injustiças e opressões, o que se torna evidente na utilização de termos como “clandestinos”, “ilegais”, ou “indocumentados” – termos que remetem diretamente a algum crime ou infração. Disso decorre também a “criminalização da solidariedade”: se o migrante é um criminoso, ajudá-lo significa ser conivente com seus crimes. Sinais desse paradoxal fenômeno apareceram nos últimos tempos sobretudo na Europa.¹⁴

Assim como a representação anterior, a visão do migrante como ameaça ou como criminoso só pode alimentar atitudes de hostilidade e rechaço. Não se deve estranhar, portanto, que alguém entenda a contenção da imigração como perfeitamente compatível com a fé cristã: se o estrangeiro é uma ameaça para a segurança do país, é totalmente legítimo rechaçá-lo.

3. O MIGRANTE COMO “ESTRANHO”

O migrante não representa uma ameaça apenas para a segurança do país de chegada: ele é acusado de prejudicar também a identidade nacional. O “estrangeiro”, enquanto sujeito que vem de fora, é acusado de trazer “estraneidade”, anomia, de introduzir dúvidas acerca da legitimidade da ordem estabelecida. Como diria Moscovici, o migrante traz interpretações “não familiares” da realidade e, desta forma, questiona o *status quo*. É nesse sentido que sua presença é tida como uma ameaça, real ou fictícia.

¹¹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*.

¹² *Idem*. *A vida líquido-moderna e seus medos*, p. 11-32.

¹³ *Idem*. *Estranhos à nossa porta*, p. 33.

¹⁴ No dia 4 de agosto de 2017, a manchete do jornal italiano *Il Manifesto* denunciava o absurdo surgimento do “crime de altruísmo” (reato d'altruismo). É paradigmático também o nome de uma ONG francesa: “Criminosos solidários”: “se a solidariedade para com os estrangeiros é um crime, então somos todos criminosos”. Cf. «<http://www.delinquantssolidaires.org>».

Em verdade, a questão é um pouco mais complexa. Não há dúvida de que existem desafios relacionados ao multiculturalismo e à intensa pluralidade cultural, mas esses desafios ocorrem antes pelas intensas e descontroladas dinâmicas da globalização do que pela presença de migrantes internacionais. Nos últimos anos, as sociedades ocidentais estão sendo literalmente bombardeadas por “produtos culturais” exógenos – por exemplo, nas áreas da tecnologia, da arte (livros, músicas, filmes), da culinária, do esporte, entre outras –, o que gera inevitavelmente a introdução de novos padrões culturais. No entanto, há um paradoxal duplo regime de circulação: as mercadorias (culturais) podem circular livremente, enquanto crescem as restrições à mobilidade dos “estrangeiros”, acusados de manchar a suposta pureza da “identidade cultural nacional” e, inclusive, da identidade cultural religiosa.

Na ótica sociopastoral, a representação do migrante como “estranho” alimenta medos e fobias atávicos. O migrante, enquanto “não familiar”, é considerado aprioristicamente uma pessoa da qual não se conhecem e não se podem prever os comportamentos. Um perigo constante.

4. O MIGRANTE COMO “MAL MENOR” E “MERCADORIA”

Nos últimos anos, a representação do migrante como “problema” foi acompanhada pela constatação de sua necessidade. Muitos países do Norte, por razões demográficas e econômicas, precisam importar trabalhadores. O migrante, apesar de indesejado, é necessário, ou seja, é o “mal menor”. No Brasil, a mobilidade humana interna, no decorrer dos anos, respondeu a exigências econômicas e demográficas. Desde o incentivo da imigração de ultramar finalizada à substituição da mão de obra escrava e a povoação de áreas geográficas desabitadas, passando pela demanda de mão de obra nas regiões mais industrializadas do país, a migração, embora temida, foi aceita e, às vezes, fomentada como “mal menor”.

Essa representação, aparentemente mais positiva que as anteriores, na realidade esconde uma visão instrumental da pessoa: o migrante, antes que um ser humano, um cidadão, um sujeito de direitos, é um mero instrumento descartável. Não seria exagerado afirmar que essa representação disfarça um processo de *coisificação* do migrante que é reduzido a mera mercadoria, cujo único valor corresponde à capacidade de deixar-se manipular e satisfazer os interesses de quem a usa. Os exemplos mais graves dessa coisificação são, sem dúvida, o trabalho análogo ao de escravo e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Trata-se de uma representação que garante uma maior tolerância em relação aos migrantes úteis – ou melhor, enquanto são úteis –, mas não em relação àqueles que, por motivos reais ou fictícios, são considerados prejudiciais à comunidade nacional. Neste

último grupo se inserem os migrantes em situação de maior vulnerabilidade, como crianças, idosos, doentes, portadores de alguma deficiência e, inclusive, refugiados. Em termos gerais, atrelar a concessão de direitos à utilidade representa uma clara negação da inviolabilidade da dignidade humana que caracteriza a antropologia cristã.

5. O MIGRANTE COMO “NECESSITADO”, “VULNERÁVEL”

No âmbito eclesial, dominou, no decorrer dos séculos, a representação do migrante como pessoa necessitada e vulnerável, que precisa ser acolhida e amparada para que possa continuar vivendo em dignidade. Esta representação é corroborada pela Sagrada Escritura, em que o migrante é apresentado como pessoa a ser socorrida da mesma forma que o Altíssimo socorreu e libertou seu povo escravo no Egito (cf. Ex 23,9). No Segundo Testamento sempre ecoaram as palavras de Mt 25,35 em que Jesus de Nazaré se identifica com os migrantes. Enfim, a proteção do estrangeiro torna-se exigência de fidelidade ao Deus do Êxodo e do próprio Jesus Cristo.

Na atualidade, a vulnerabilidade das pessoas em mobilidade pode estar atrelada a uma situação de desproteção em relação ao país de origem (solicitantes de refúgio), de trânsito e de chegada (migrantes em situação irregular), à ausência de um Estado (apátridas), a eventos climáticos (deslocados ambientais) ou também a outras situações específicas relacionadas à idade, escolaridade, gênero, classe social, etnia e religião, entre outros. É importante, no entanto, não naturalizar ou essencializar a vulnerabilidade enquanto algo inerente à condição migratória. Geralmente, quem ousa fugir de sua terra demonstra espírito de iniciativa e coragem. O que acontece, por vezes, é que os deslocamentos repentinos e inseguros podem gerar situações de vulnerabilidade, tanto nos lugares de trânsito quanto naqueles de chegada.

A representação do migrante enquanto ser vulnerável, de um ponto de vista pastoral, estimula a realização de atividades de ajuda emergencial para situações graves e urgentes, que exigem respostas eficazes a curto prazo. Por outro lado, é uma abordagem que está sempre sujeita ao risco de reducionismo, ao alimentar uma visão assistencialista da prática pastoral. Não raramente, o migrante é infantilizado e tido apenas como o “coitado” a ser acolhido e socorrido. Silenciam-se as causas estruturais dos deslocamentos forçados. Permanece latente também certo paternalismo, que não raramente revela formas mais ou menos camufladas de etnocentrismo.

6. MIGRANTE COMO “CATÓLICO VULNERÁVEL” OU “NÃO CATÓLICO”

Essa representação focaliza a figura do migrante a partir de uma ótica religiosa. Uma primeira vertente é constituída pelos migrantes “católicos vulneráveis”,¹⁵ cujo atendimento, ainda hoje, representa uma das prioridades das pastorais da Mobilidade Humana. O objetivo é a acolhida, o apoio e, sobretudo, o diálogo intercultural, para que o migrante possa reconstruir, na nova terra, referenciais identitários católicos. No caso das migrações internacionais, a Igreja preocupa-se em enviar ministros e outras lideranças que, em colaboração com a Igreja local, desenvolvam atividades específicas.

Numa segunda abordagem, o migrante pode ser representado também como “não cristão” ou “não católico”. Trata-se daquelas pessoas de outra confissão religiosa que ao chegar em terras de tradição cristã reivindicam o direito à liberdade religiosa e de culto. É um fenômeno muito presente na Europa, na América do Norte e, nos últimos anos, também na América Latina.¹⁶ Em geral, os migrantes pertencentes a outras tradições religiosas despertam o medo de que possam contaminar o tecido social católico. Neste caso, existem três saídas: a *segregação*, mediante a constituição de guetos para evitar contatos diretos com a população local;¹⁷ a *aniquilação* ou eliminação do grupo, mediante a expulsão do território, políticas migratórias restritivas ou, mais simplesmente, a conversão (mais ou menos forçada); o *diálogo* ecumênico e inter-religioso. Neste último caso, podem ser apontadas duas perspectivas: o diálogo autêntico, enquanto mútuo enriquecimento na partilha de experiências religiosas e em vista de uma convivência pacífica; ou diálogo enquanto “pacto de não beligerância”.¹⁸

De um ponto de vista sociopastoral, a representação do migrante como “não católico” pode, por um lado, incentivar a partilha recíproca de riquezas espirituais e axiológicas, mas, por outro, pode incentivar também o proselitismo, a negação da liberdade religiosa ou a discriminação dos migrantes de outras tradições. Já a representação do migrante como “católico vulnerável” pode disfarçar uma visão da migração como algo essencialmente negativo: o encontro com o diferente é tido

¹⁵ Na Constituição Apostólica *Exsul Familia*, de Pio XII, de 1952, afirma-se que “era necessário que a Igreja buscasse, com cura específica e assídua assistência, conservar intacta neles [nos migrantes católicos] a fé dos maiores e conforme os preceitos da moral a prática da vida” (Constituição Apostólica *Exsul Familia*, de Pio XII, de 1952, n. 3).

¹⁶ No Brasil cresceu, nos últimos meses, a intolerância em relação às comunidades muçulmanas. Alguns exemplos: “Seita cristã pratica intolerância religiosa contra muçulmanos no Rio de Janeiro” (JM notícias, 15.08.2017); “Sai do meu país!': agressão a refugiado expõe a xenofobia no Brasil” (Carta Capital, 04.08.2017).

¹⁷ Berger sustenta que para impedir que o contato com a alteridade produza a crise da estrutura de plausibilidade é necessário o “desenvolvimento de instituições subsociedades de ‘defesa’, educação e sociabilidade, restrições voluntárias nos contatos sociais perigosos para a manutenção da realidade, endogamia voluntária de grupo” (BERGER, *op. cit.*, p. 94).

¹⁸ Cf. *Ibidem*, p. 153-155.

como uma ameaça e não como uma oportunidade de enriquecimento. As Pastorais migratórias, em consequência, são interpretadas, basicamente, como uma tentativa de limitar os prejuízos que as migrações podem acarretar para a fé e a prática religiosa dos católicos.

7. O MIGRANTE COMO “INJUSTIÇADO”

Para corrigir os limites da representação do migrante como necessitado e vulnerável, nos últimos anos, sobretudo por influência da Teologia da Libertação e de sua abordagem socioanalítica, tem-se procurado analisar as causas estruturais da vulnerabilidade das pessoas em mobilidade que, nessa perspectiva, são consideradas “injustiçadas”, enfim, vítimas de sistemas idolátricos e relações assimétricas entre povos.

Na atualidade, registra-se um significativo crescimento das assim chamadas “migrações forçadas”, que abrangem não apenas os refugiados estatutários, mas também outros grupos que não se encaixam perfeitamente na Convenção de Genebra. Um caso paradigmático é constituído pelos assim chamados deslocados ambientais: de acordo com um informe do PNUD,¹⁹ as catástrofes naturais são, na realidade, antropogênicas, pois o número de mortos, feridos e deslocados por elas provocados depende substancialmente da capacidade que cada país tem de implementar políticas de prevenção e diminuição de riscos. Muitos migrantes econômicos, também, devem ser considerados injustiçados ou excluídos. Como realça Robert Kurz, na atualidade, milhões e milhões de pessoas fogem dos “desertos econômicos” produzidos pelo “capitalismo insular”, em busca de ilhas ou “oásis de produtividade”.²⁰ São pessoas movidas pelo “desejo demasiadamente humano de sair do solo estéril para um lugar onde a grama é verde”.²¹

Refugiados, deslocados ambientais e migrantes econômicos, enquanto vítimas de estruturas econômicas e sistemas políticos que desprezam a dignidade do ser humano e depredam o meio ambiente, levam a comunidade eclesial a assumir a causa da mobilidade humana articulando esforços para a eliminação ou redução das causas das migrações forçadas. Esta representação incentiva a busca de soluções estruturais, sistêmicas e duradouras, indo além do paternalismo assistencial. Por outro lado, se for unilateral, a visão estrutural da mobilidade humana pode depreciar as peculiaridades dos projetos migratórios individuais e a subjetividade dos migrantes. As pessoas que se deslocam, não raramente, são tidas apenas como multidões uniformes a serem

¹⁹ Cf. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Reducing Disaster Risk: A Challenge for Development*. Bureau for Crisis Prevention and Recovery. 2004, Ginebra.

²⁰ KURZ, Robert. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial, p. 25-36.

²¹ BAUMAN, *Estranhos...*, op. cit., p. 7.

libertadas. Além disso, uma ênfase exagerada na necessidade de soluções estruturais pode acarretar certo desânimo nos agentes de pastoral, sobretudo diante da séria dificuldade em encontrar caminhos eficazes para promover transformações sistêmicas.

8. O MIGRANTE COMO “RECURSO”

Nos últimos anos, diante da retórica oficial que criminaliza os movimentos migratórios, organismos internacionais, ONGs e pesquisadores têm destacado a positividade da mobilidade humana que, dependendo de como for gerenciada, pode constituir uma importante oportunidade para o desenvolvimento integral dos povos. Trata-se de análises críticas que tentam mudar os parâmetros avaliativos, recuperando a prioridade do “racional” sobre o “emotivo”, do “humano” sobre o “comercial”.²²

Nessa perspectiva, o migrante é interpretado como um “recurso” precioso tanto para os países de saída quanto para aqueles de chegada. Temas como as remessas econômicas, a circulação de trabalhadores, o empreendedorismo estrangeiro, a superação das crises demográficas, a riqueza do pluralismo cultural e religioso, entre outros, revelam as possíveis contribuições da mobilidade humana ao desenvolvimento.

As Igrejas cristãs, também, consideram o migrante um importante recurso para a difusão do Evangelho. Desde o nascimento do movimento cristão, a missionariedade esteve diretamente relacionada com as migrações.²³ Na América Latina e Caribe, de forma específica, a presença de famílias e religiosos(as) migrantes teve um papel fundamental na evangelização do continente, como ressaltado pela Assembleia de Aparecida do CELAM, “Os emigrantes são igualmente discípulos e missionários, e são chamados a ser uma nova semente de evangelização, a exemplo de tantos emigrantes e missionários que trouxeram a fé cristã à nossa América” (n. 377).

A representação do migrante como “recurso” é muito importante, pois permite valorizar as riquezas humanas, culturais, econômicas e religiosas que os migrantes carregam consigo. Numa ótica pastoral e missionária, a pessoa em mobilidade deixa de ser simples objeto da ação assistencial ou libertadora, para tornar-se um protagonista da evangelização *intra* e *extraeclesial*. Nesta ótica, acolher não significa apenas socorrer, mas também “abrir espaço”, deixar-se “transformar”. Por outro lado, é bom destacar que temas como as remessas econômicas ou a circulação de trabalhadores qualificados são complexos e controvertidos, apresentando, ao mesmo tempo, aspectos positivos e negativos. Além disso, ao representar o migrante apenas como recurso, corre-se sempre

²² Cf. UNITED NATIONS POPULATION FUND (org.). *International Migration and the Millennium Development Goals*. Selected papers of the UNFPA Expert Group Meeting. New York: UNFPA, 2005.

²³ Cf. PHAN, Peter. *Migrazioni nell'era pastristica: storia e teologia*.

o risco de permanecer numa “lógica instrumental”, o que, como vimos anteriormente, não condiz com a lógica evangélica.

9. O MIGRANTE COMO “PROTAGONISTA”

Os atos de protesto da primavera de 2006, nos EUA, em que cerca de 4/5 milhões de pessoas, em 270 cidades, manifestaram-se contra a criminalização da imigração e a restritiva proposta de lei imigratória HR4437, representam um marco histórico das lutas populares protagonizadas por migrantes.²⁴ Desde então, em numerosos lugares do mundo se multiplicaram manifestações de protesto e reivindicação que, apesar de bastante diversificadas em termos de atores, interlocutores, objetivos e mediações, visam o reconhecimento do direito de serem reconhecidos como sujeitos de direitos. Também no Brasil o ativismo migrante é cada vez mais uma realidade.²⁵

De forma mais geral, essas atividades reivindicativas, organizadas ou espontâneas, individuais ou coletivas, “já constituem em si atos de visibilidade, afirmações de presença, irrupções na esfera pública de seres humanos que se autorreconhecem como sujeitos políticos”.²⁶ Em outros termos, trata-se de lutas que manifestam e encarnam o desejo de protagonismo, de autonomia, de autorrealização, um desejo que se torna ainda mais forte quando inserido no contexto de migrações forçadas ou induzidas por fatores externos.

A representação do migrante como protagonista, como sujeito, é extremamente importante para que a ação pastoral supere as abordagens meramente assistencialistas e paternalistas. Ao reconhecer o migrante como sujeito autônomo, a ação eclesial se autocompreende numa ótica *diaconal* ou *quenótica*: as comunidades eclesiais põem-se a serviço dos projetos históricos de cada pessoa em mobilidade. Na perspectiva da quênosis, as pastorais se “esvaziam”, gratuitamente, criando espaços de interlocução, diálogo e participação, em que os próprios migrantes atuam como sujeitos no desenvolvimento de seus dons e habilidades, inclusive contribuindo na elaboração de políticas públicas direcionadas à promoção e defesa de direitos.

²⁴ Segundo Jorge Durand, o dinamismo dessas manifestações pôs em xeque a representação tradicional do estrangeiro/migrante como pessoa individualista e descompromissada com as mudanças sistêmicas. Segundo o pesquisador mexicano, tratou-se de *un fenómeno social masivo nacional, pluriclasista, multiétnico, ecuménico, apartidista, multilocal, y transgeneracional* (DURAND, Jorge. Outra vez em primavera. Los inmigrantes salen a las calles, p. 121).

²⁵ Por exemplo: “Imigrantes realizam marcha na Paulista e pedem anistia e o fim da invisibilidade” (G1, 04.12.2017); “Senegaleses protestam e pedem legalização de suas atividades como ambulantes em Florianópolis” (Hora de Santa Catarina, 07.04.2017).

²⁶ MARINUCCI, Roberto. Mobilizações de migrantes e refugiados: as lutas pela visibilidade e pelo reconhecimento, p. 7.

Por outro lado, essa representação, se levada ao extremo, pode acarretar uma visão um pouco idealizada dos atores envolvidos. Mesmo se lutador e protagonista, o migrante não deixa de ser também vítima de estruturas de pecado e, às vezes, ele mesmo reproduzidor de práticas e ideologias opressivas. O protagonismo, por vezes, é apenas latente, reconhecível apenas “nos interstícios das sofridas existências individuais e comunitárias”.²⁷ Enfim, parafraseando uma expressão usada no léxico teológico, o protagonismo dos migrantes é um “já e ainda não”, uma realidade presente, mas, ao mesmo tempo, em constante construção, que deve ser promovida pela ação eclesial.

10. O MIGRANTE COMO “ALTERIDADE UTÓPICA”

A pessoa que escolhe sair da própria terra para enfrentar o desconhecido é geralmente considerada um sonhador. O migrante é ícone do desejo de mudança, de novidade. Para quem migra “um outro mundo é possível”. Enquanto alteridade utópica a pessoa em mobilidade questiona a imutabilidade de muitas estruturas sociais. Como afirma o antropólogo Marco Aime, “estrangeiro é aquele que questiona os modelos de comportamento estabelecidos, (...) obscura e confunde as linhas de demarcação”.²⁸ O migrante com sua mobilidade “desestabiliza” a “estabilidade” do “estado”.²⁹ Mas esse processo caótico é dialeticamente direcionado à construção de uma nova ordem, de novas relações, de novos espaços de convivência humana. O migrante é mensageiro da esperança, da possibilidade de novas ordens sociais e, ao mesmo tempo, da relatividade de qualquer construção histórica. Migra-se em busca de um mundo melhor, mas não de um mundo perfeito. No léxico teológico chamamos isso de “reserva escatológica”, a consciência de que o Reino terá plena realização apenas no *escaton*, no final dos tempos. Isso nos impede de idolatrar qualquer construção histórica, de acreditar no “fim da história” e de pretender construir a estrutura social perfeita.

Enfim, essa representação do migrante abre os olhos das comunidades eclesiais para a utopia e alerta sobre os riscos da idolatria, ou seja, da sacralização de realidades culturais efêmeras e contingentes. Na “alteridade utópica” das pessoas em mobilidade os cristãos são chamados a reconhecer e valorizar a alteridade divina (cf. Mt 25; Gn 18), que age na história mas não se esgota em nenhuma realização histórica. Ao não aceitar o *status quo*, o migrante manifesta o profundo desejo de superação da realidade adversa e injusta, revigora a utopia, denuncia os falsos oráculos dos vencedores, dá testemunho de esperança no advento do novo e na abertura à ação universal e vivificadora do Espírito. Tudo isso, claramente, nos limites da condição humana.

²⁷ *Idem*. O protagonismo dos migrantes, p. 7.

²⁸ AIME, *op. cit.*, p. 74 (tradução nossa).

²⁹ DI CESARE, Donatella. *Stranieri residenti*. Una filosofia della migrazione.

A MISSÃO ECLESIAL E O PENSAMENTO HERÉTICO

Como vimos na introdução deste ensaio, “todas as interações humanas (...) pressupõem representações”³⁰ que, numa perspectiva dialética, são produtos da sociedade e, ao mesmo tempo, contribuem para sua transformação.³¹ Em outros termos, a maneira de interpretar a realidade condiciona nossa maneira de atuar nela. Nesta ótica, a luta pela transformação social é também uma luta sobre as “representações”.

Isso vale também para o planejamento do trabalho sociopastoral que é condicionado pelas “pré-compreensões” de seus agentes: dependendo das representações hegemônicas será priorizada uma ou outra abordagem pastoral. Analisando os planejamentos de dioceses, paróquias, comunidades, movimentos e grupos pastorais, é possível diagnosticar as tipificações dominantes.

No caso específico da Pastoral da Mobilidade Humana, poderemos encontrar segmentos eclesiais que ignoram a questão migratória ou que privilegiam unilateralmente uma pastoral de consolo e proteção das pessoas autóctones, dando a entender, direta ou indiretamente, que a alteridade é ameaçadora – inclusive os migrantes. Por outro lado, haverá grupos que atuam junto a migrantes e refugiados com um forte espírito assistencial, outros focados mais na conscientização e na denúncia ou no fortalecimento do protagonismo e da autonomia. Todos eles atuam a partir de uma pré-compreensão da realidade que acaba orientando a escolha dos objetivos e da metodologia da caminhada sociopastoral.

Mas como criar novas representações ou fortalecer aquelas mais condizentes com a ótica evangélica? Antes de tudo acredito que seja importante ter uma visão abrangente e holística do fenômeno migratório, levando em conta as numerosas representações sociais – aquelas apresentadas neste ensaio e outras. Algumas delas, como vimos, são inconciliáveis com a ótica evangélica, mas, mesmo assim, devem ser consideradas, pois, por vezes, são respostas equivocadas a problemas reais, como a falta de segurança, a precarização do cotidiano, a ausência de referenciais sólidos, as constantes crises econômicas, a inquietação produzida pela repentina compressão do espaço e do tempo em nível global. Outras representações são condizentes com a mensagem cristã, mas, como vimos, todas elas possuem limitações que podem ser parcial ou plenamente superadas quando complementadas com as demais.

Além disso, acredito que seja relevante ressaltar que as representações hegemônicas podem entrar em crise quando “versões divergentes do universo simbólico começam a ser partilhadas por grupos de habitantes”.³² O que questiona e

³⁰ MOSCOVICI, *op. cit.*, p. 40.

³¹ Cf. BERGER, LUCKMANN, *op. cit.*, p. 120.

³² *Ibidem*, p. 145.

pode enfraquecer as “pré-compreensões” funcionais ao sistema estabelecido são os assim chamados “grupos heréticos”, que constituem não apenas uma ameaça teórica – por apresentar uma definição divergente da realidade –, mas sobretudo prática, pois, pela simples razão de existir, testemunham que há alternativas, derrubando, assim, a sacralização das representações oficiais. No nosso caso, há necessidade de espraiar “pensamentos heréticos”, ou seja, em contraste com as leituras dominantes – necrófilas e xenóforas – do fenômeno migratório.

Berger e Luckmann enfatizam também a importância da “interação face a face”, algo também ressaltado frequentemente pelo Papa Francisco. O contato direto, as relações primárias, apesar de estarem submetidas também aos esquemas tipificadores, têm a potencialidade de derrubá-los: “o padrão não pode resistir à maciça demonstração da subjetividade alheia de que tomo conhecimento na situação face a face”.³³

Cabe realçar que as representações sociais não influenciam apenas as respostas da sociedade em relação ao mundo da mobilidade humana: elas condicionam a própria autocompreensão dos migrantes. Em outras palavras, os atores dos processos migratórios estão sempre sujeitos a internalizar determinadas visões que a sociedade possui em relação a eles. Como diriam Berger e Luckmann, precisamos sempre de “outros significativos” que confirmem nossa identidade.³⁴ Mas também os opressores, nas palavras de Paulo Freire, podem exercer uma atração irresistível nos oprimidos.³⁵

Resumindo, é importante que o trabalho pastoral seja orientado por um processo constante de revisão das representações sociais e em diálogo com toda forma de “pensamento herético”, partindo do pressuposto de que toda representação constitui uma visão parcial, limitada e fragmentária da realidade. É neste sentido que acolhemos o convite provocador de Otto Maduro: “exercer ousadamente nossa capacidade de reflexão crítica comunitária e pessoal sobre as coisas que parecem hoje ao nosso conhecimento como ‘óbvias e evidentes’”.³⁶

³³ *Ibidem*, p. 48.

³⁴ *Ibidem*, p. 200-201.

³⁵ Cf. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, p. 49-50.

³⁶ MADURO, Otto. *Mapas para a festa. Reflexões latino-americanas sobre a crise e conhecimento*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIME, Marco. *Eccessi di culture*. Torino: Einaudi, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. A vida líquido-moderna e seus medos. In: *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2007, p. 11-32.
- _____. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DI CESARE, Donatella. *Stranieri residenti. Una filosofia della migrazione*. Torino: Bollati, Bolinghieri, 2017.
- DURAND, Jorge. Otra vez en primavera. Los inmigrantes salen a las calles. *Migración y Desarrollo*, n. 8, 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- KURZ, Robert. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org.). *Travessias na desordem mundial*. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 25-36.
- MADURO, Otto. *Mapas para a festa*. Reflexões latino-americanas sobre a crise e conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MARINUCCI, Roberto. Mobilizações de migrantes e refugiados: as lutas pela visibilidade e pelo reconhecimento. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 24, n. 48, 2016.
- _____. O protagonismo dos migrantes. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 24, n. 47, 2016.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PHAN, Peter. Migrazioni nell'era patristica: storia e teologia. In: CAMPESE, Gioacchino; GROODY, Daniel (orgs.). *Missione con i migranti, missione della Chiesa*. Roma: Urbaniana, 2007.
- SUNG, Jung Mo. *Sementes de esperança*. A fé em um mundo em crise. Petrópolis: Vozes, 2005.

“PARA ALÉM DA INCULTURAÇÃO”

UMA RESPOSTA ÀS INTERPELAÇÕES DA MOBILIDADE HUMANA

*Luis Herrera Rodriguez**

Fomos convidados a escrever algumas reflexões para colaborar com a pastoral da mobilidade humana. O título sugerido foi “Os desafios permanentes da inculturação diante das interpelações e dos aportes da mobilidade humana”. Mudamos o título porque nos parece que uma das melhores contribuições que o drama das migrações e do refúgio pode fazer para a teologia e para a Igreja é a provocação à epistemologia teológica. O sofrimento e a esperança dos refugiados e dos migrantes devem nos fazer pensar se nossos conceitos ou modelos teológicos com os quais abordamos esse “sinal dos tempos” são apropriados ou não. Nosso objetivo é mostrar que o paradigma da inculturação não é o mais apropriado devido à natureza do desafio e que devemos “ir além dele”, incorporando medidas corretivas oferecidas pela reflexão sobre interculturalidade e por uma teologia prática sapiencial-profética que nos ajuda a enfrentar o sofrimento humano em meio ao pluralismo religioso e cultural em que as vítimas de deslocamento e refúgio devem ser acolhidas, protegidas, promovidas e integradas de acordo com a Mensagem do Santo Padre para o Dia Mundial dos Migrantes e Refugiados 2018. Desenvolvemos nossa reflexão em três seções que mostram a transição para “ir além da inculturação”, abordando a questão da inculturação, interculturalidade e inter-inculturação.

1. SOBRE A INCULTURAÇÃO

De acordo com a interpretação de Karl Rahner, o Vaticano II supôs uma ruptura na Igreja comparável apenas àquela que significava o passo da Igreja judaico-cristã para a Igreja que cresceu na terra do paganismo.¹ Esta nova etapa inaugurada pelo Vaticano II é

* Jesuíta peruano, STL (Sacred Theological Licenciante) em teologia pela Jesuit School of Theology at Berkeley (JSTB) e Doutor em teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) de Belo Horizonte. Atualmente é professor do departamento de Teologia da FAJE e membro da Comissão Teológica Latino-americana da Companhia de Jesus.

a da Igreja Mundo, uma Igreja descentralizada da uniformidade própria do cristianismo, policêntrica nas palavras de muitos teólogos e que o Papa Francisco chamou de Igreja de “rostos pluriformes”, bonita e atraente porque é “harmonia multiforme”.² As realidades da migração e do refúgio contribuíram para esse rosto multifacetado, bem como outros efeitos da globalização e dos encontros interculturais e inter-religiosos em sociedades multiculturais.

As contribuições inovadoras do Concílio tiveram muito a ver com a ruptura da hegemonia de uma certa maneira de entender a cultura e sua relação com o Evangelho. De uma noção classicista de cultura, entendida como normativa, única e universal, foi adotada uma concepção histórico-social, antropológico-sociológica, que incorporou a pluralidade. Da “cultura” no singular, passou a “culturas”, no plural. As Constituições sobre a Sagrada Liturgia e sobre a Igreja no Mundo, os Decretos sobre o ecumenismo e a atividade missionária da Igreja e a Declaração sobre as relações com as religiões não cristãs testemunham esta incipiente transição nos anos conciliares. O Vaticano II significava assim, nas relações entre o Evangelho e a cultura, a descoberta de um campo de “tarefas que nunca haviam sido formuladas, de necessidades que antes tinham sido pouco presentes na consciência eclesial”.³ Seria necessário aguardar o Sínodo de Bispos sobre a Evangelização de 1974 e a Exortação *Evangelii Nuntiandi* de 1975, para que a linguagem teológica sobre culturas adquirisse maior consistência.⁴

Na *Evangelii Nuntiandi*, pela primeira vez, um documento da Igreja adota decisivamente a abordagem sociológico-antropológica para se referir às relações entre o Evangelho e as culturas e revela o que foi escondido por dezesseis séculos: a ruptura entre o Evangelho e a cultura é um drama.⁵ A evangelização deve chegar às raízes da civilização e das culturas, o Evangelho não se identifica com uma cultura; os “trabalhadores da evangelização” são as Igrejas locais que falam uma certa língua, descendem de uma herança cultural, de uma visão do mundo, de um passado histórico e de um substrato humano específico.⁶ A Exortação referida resgata a importância da religiosidade popular que expressa, bem orientada, uma certa “sede de Deus que só os pobres e os simples podem experimentar” e um caminho para o verdadeiro encontro com o Deus em Jesus Cristo.⁷ Neste contexto eclesial foi retomada a teologia da “inculturação”, tão típica da primeira Igreja em contato com o helenismo, abordada como uma teoria-práxis urgente para superar o drama denunciado pela

¹ RAHNER, Karl. *Toward a Fundamental Theological Interpretation of Vatican II*, p. 716-727.

² FRANCISCO. Carta Encíclica *Evangelii Gaudium* (EG), n. 116, 117.

³ TORNOS, Andres. *Inculturación. Teología y Método*, p. 91-104.

⁴ PAULO VI. Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (EN), 1975.

⁵ *Ibidem*, n. 20.

⁶ *Ibidem*, n. 62.

⁷ *Ibidem*, n. 48.

Evangelii Nuntiandi, da separação Evangelho-cultura. Esse processo foi impulsionado pela Companhia de Jesus, para a qual a inculturação do Evangelho é parte integrante de sua missão. Uma definição pioneira foi proposta pelo Padre Arrupe, superior geral dos Jesuítas, em uma carta dirigida a toda a Companhia, em 1978.

A encarnação da vida cristã e da mensagem cristã em um contexto cultural particular, de tal forma que essa experiência não só encontre expressão nos elementos da cultura em questão (que poderia ser nada mais do que uma adaptação superficial), mas que torna-se o princípio inspirador, normativo e unificador que transforma e recria essa cultura, originando assim uma nova criação.⁸

Esta “teoria e prática” da inculturação acabou se arraigando na língua eclesial oficial no final dos anos 80 e início dos anos 90. Temos alguns exemplos normativos nos documentos Fé e Inculturação (1988) da Comissão Teológica Internacional, na Encíclica *Redemptoris Missio* de João Paulo II (dezembro de 1990) e no Documento da IV Conferência do Episcopado da América Latina e do Caribe em Santo Domingo (1992). A inculturação não deixou de estar presente no magistério e na preocupação pastoral e teológica da Igreja, especialmente na América Latina, na Ásia e na África.⁹ A V Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Aparecida, em 2007, afirmou que o catolicismo popular latino-americano é profundamente inculturado¹⁰ e o Papa Francisco, na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), declarou imperiosa a “necessidade de evangelizar a cultura para inculturar o Evangelho”.¹¹

Depois de tantos anos de construção de um conceito e de uma práxis sobre a inculturação, o que pode ser afirmado hoje? O que significa inculturar o Evangelho? Nós vamos à autoridade do teólogo Mario de França Miranda para responder nossas perguntas, porque ele é o autor da melhor síntese histórico-teológica, escrita em português, sobre o assunto. Na sua opinião, a inculturação é

a realização da fé e da experiência cristã em uma cultura, de tal forma que ela não se expressa apenas com seus próprios elementos culturais (tradução), mas também se torna uma força que encoraja, orienta e renova essa cultura (discernimento), contribuindo para a formação de uma nova comunidade, não apenas a partir de sua cultura, mas como enriquecimento da igreja universal (síntese).¹²

⁸ ARRUPPE, Pedro. Carta y documentos de trabajo sobre la Inculturación. In: *Acta Romana Societatis Iesu*, XVII, 1978, p. 229-255.

⁹ São exemplos as Exortações Apostólicas *Ecclesia in Africa* (1995), *Ecclesia in America*, (1999), *Ecclesia in Asia* (1999).

¹⁰ *Documento de Aparecida* (DAP), n. 69.

¹¹ EG, n. 69.

¹² MIRANDA, Mario de França. *Inculturação da fé*. Uma abordagem teológica, p. 38.

A inculturação tem, nesta leitura, três momentos: o encontro que busca a expressão cultural apropriada, o discernimento dialógico para determinar o que pode ser assumido pela fé e o momento da síntese que contribui não só para a Igreja local, mas também para a Igreja no mundo. Não se trata de "inculturar" uma doutrina naturalmente, mas de facilitar uma experiência fecunda de fé vivida na comunidade de fé.

Este paradigma, que foi uma peça fundamental para superar o "drama da separação entre o Evangelho e a cultura", é hoje questionado. É o que desenvolvemos a seguir.

2. SOBRE A INTERCULTURALIDADE

O século XXI começou com a grande questão de como melhorar a convivência com os outros e outras valorizando a diferença e erradicando as estruturas, cognitivas e práticas, da discriminação e da ausência de reconhecimento. Os filósofos interculturais contribuíram para colocar o tema da convivência entre diferentes além do multiculturalismo. Raúl Fornet Betancourt, filósofo cubano, é uma das pessoas que mais contribuiu para a reflexão intercultural. Ele escreveu o artigo "Da inculturação à interculturalidade", que se tornou uma leitura obrigatória para compreender as limitações do paradigma da inculturação e as possibilidades abertas pela interculturalidade. Seguimos sua reflexão aqui para ilustrar esse conteúdo.¹³

Fornet Betancourt reconhece que o termo "inculturação" resume todo um programa de renovação teológica, pastoral, litúrgica e catequética e que a teologia da inculturação reorientou a presença do cristianismo na sociedade, dando início a uma nova forma de entender a relação entre o Evangelho e as culturas, assim como a relação entre o cristianismo e as outras religiões. O autor objeta, no entanto, que o programa de inculturação, nos novos tempos, reflete um projeto de intervenção nas culturas de tal forma que elas perdem seus direitos à interação para prevalecer a consciência da superioridade do cristianismo, a falta de um autêntico respeito pela alteridade e uma deficiência na reciprocidade. A inculturação instrumentaliza a pluralidade cultural, não é uma abertura franca para a alteridade porque o encontro com ela já está planejado, sabe antecipadamente o que deve acontecer e qual deve ser o objetivo a atingir. Instrumentaliza a diversidade porque a coloca à sua disposição. É uma forma de neocolonização.

A *interculturalidade*, por outro lado, é *demissão*, renúncia. É uma atitude que não é projetada como uma "missão" para transmitir ao outro algo de si mesmo, mas como uma "demissão" permanente de si, para que possa emergir em nós mesmos o contexto

¹³ FORNET BETANCOURT, Raúl. *De la inculturación a la interculturalidad*, p. 217-283.

de acolhida em que o encontro com o outro é uma experiência de convivência e de busca da verdade. As consequências para uma teologia intercultural implicam uma série de “renúncias”: renúncia à sacralização da origem da própria tradição, diálogo crítico com a história de sua própria tradição de fé, renúncia à conversão da tradição em um itinerário seguro e exclusivo, recusa de ampliar as “zonas de influência” para estar presente na sociedade como parte de um projeto de convivência, sem dissolver as identidades em misturas sincréticas ou relativistas.

Não é difícil perceber a relevância da reflexão para trabalhar com migrantes e refugiados, uma vez que a prática pastoral com uma população altamente vulnerável pode cair no que é denunciado pela interculturalidade: neocolonização, instrumentalização da diversidade, etnocentrismos culturais e religiosos, consideração do outro vulnerável não como um “tu” com capacidade de agência, mas como um “não eu”, que precisa de paternalismo e não de justiça e cidadania. Na pastoral da mobilidade humana, não só é necessária boa vontade e solidariedade efetiva, mas também são necessárias competências interculturais. Para conseguir ir para “além da inculturação” é necessário adquirir as devidas competências.

A UNESCO publicou um relatório em 2009 que nos inspira.¹⁴ Com o título “Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural”, o relatório tinha como objetivo convencer os encarregados de tomar decisões sobre a necessidade desse investimento, já que a convicção é que isso permite abordagens renovadas para o desenvolvimento sustentável, garante o exercício das liberdades e direitos humanos, fortalece a coesão social e a governança democrática. O relatório define as competências interculturais como “o conjunto de capacidades necessárias para se relacionar adequadamente com aqueles que são diferentes de nós”¹⁵. As capacidades indicadas são a escuta, a flexibilidade cognitiva, a empatia, a humildade e a hospitalidade.

Essas capacidades não podem estar ausentes nos agentes que dedicam suas vidas solidárias na pastoral da mobilidade humana. Mas não é suficiente, pois a capacidade deve estar presente em toda a sociedade e no Estado. O alívio do sofrimento em massa não é apenas uma questão de igrejas e religiões, é uma questão que diz respeito a todos. A mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial dos Migrantes e Refugiados 2018 deixa claro: “A Igreja está disposta a comprometer-se em primeira pessoa para levar a cabo as iniciativas ... No entanto, para obter os resultados esperados, a contribuição é essencial da comunidade política e da sociedade civil”.¹⁶ Isso será possível se as instituições pastorais e globais desenvolverem mais uma competência bem específica, que é a capacidade de incidência nas decisões políticas e na cultura cívica da sociedade.

¹⁴ UNESCO. *Relatório Mundial: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*, 2009.

¹⁵ *Ibidem*, p. 9.

¹⁶ FRANCISCO. *Mensagem para a Jornada Mundial do Migrante e do Refugiado 2018*.

Exemplos não faltam, felizmente, e a Campanha por Hospitalidade, promovida pela rede jesuíta com os migrantes da América Latina e do Caribe (RJM-LAC) pode ser um bom exemplo. A campanha foi promovida com o objetivo de sensibilizar a comunidade internacional para promover uma cultura de hospitalidade, acolhida e integração, para favorecer respostas abrangentes à realidade da mobilidade.¹⁷

Agora voltamos ao núcleo do nosso tema. Fomos convidados a escrever sobre os desafios da inculturação perante as interpelações e as contribuições da mobilidade humana. Começamos por estabelecer que o maior desafio é ir “além da inculturação”, e isso implica aventurar-se na reflexão sobre a interculturalidade a partir de uma perspectiva teológica. Parece apropriado propor de uma vez por todas que entendemos a teologia intercultural como uma forma de fazer teologia sapiencial-profética, ancorada no diálogo intercultural e inter-religioso. É uma definição provisória e, portanto, relativamente adequada. Mas esta definição nos ajuda a especificar o que consideramos não negociável, da teologia, para uma pastoral da mobilidade humana. Destacamos as três competências não negociáveis:

2.1. *Espiritualidade*

A interculturalidade é uma espiritualidade. Desde cedo ficou claro que a reflexão intercultural não era apenas um conceito e um projeto ético-político de convivência entre pessoas diferentes. Com o tempo foi emergindo a insistência de que a interculturalidade era fundamentalmente uma atitude, uma sensibilidade, uma sabedoria, assim como um desafio para nossos preconceitos e uma aventura no mistério do outro.¹⁸ Fidel Tubino, filósofo intercultural peruano, afirma que “o diálogo intercultural não é apenas um diálogo entre racionalidades, é e deve ser desde o início um encontro de emoções e sensibilidades”.¹⁹ E este encontro será possível, como afirmou Fornet Betancourt, se houver “demissão” e renúncia” do que é próprio para que possa emergir em nós mesmos o contexto de acolhida, amizade e busca da verdade, não no plano das ideias, mas no plano mais profundo de uma atitude, de uma espiritualidade, de uma sabedoria que se abre ao mistério da outra pessoa em um gesto de confiança e, em caso extremo, de descoberta de meu próprio mistério a partir do olhar do outro, para reconhecer que, de alguma forma, eu também sou um migrante.

Raimon Panikkar nos remete para a “mística do diálogo”. Podemos entender a mística como uma radicalização da tradição sapiencial. Para este pioneiro do diálogo intercultural e inter-religioso, todo encontro dialógico autêntico é um ato de confiança

¹⁷ Disponível em: «www.sjrlac.org».

¹⁸ Cf. HEISE, María; TUBINO, Fidel; ARDITO, Wilfredo. *Interculturalidad. Un desafío*, p. 49.

¹⁹ TUBINO, Fidel. *La Interculturalidad en cuestión*, p. 70.

no outro como expressão de “uma espontaneidade própria da pureza de coração”. Praticar a interculturalidade é amar a maneira de encontrar o outro, é “escutar ele, e a maneira de ouvi-lo de modo a não entendê-lo mal é amá-lo, e a maneira de amá-lo é ficar vazio do meu amor próprio egoísta”.²⁰

2.2. Profecia

A interculturalidade busca interfecundação entre pessoas culturalmente diversas para construir regras e práticas de convivência entre iguais, mas diferentes. Nesta interação dialógica, o reconhecimento e a aceitação da diferença e da alteridade são necessários, fechando o caminho para as relações assimétricas de discriminação entre pessoas e culturas. É, portanto, um projeto ético-político em que o que é procurado como objetivo final é a construção de um espaço de reconhecimento irrestrito de direitos, identidades e convivência sem violência de qualquer tipo. Esta é uma tarefa longa e complexa de construção de espaços interculturais e a desconstrução do arcabouço do preconceito discriminatório subjacente a toda consciência e imagens ligadas às distorções dos legados coloniais subordinantes. Essas distorções estão à base de toda violência física ou simbólica. Se traduzirmos teologicamente as implicações de um projeto ético-político intercultural, não demoraremos a perceber que estamos falando de uma estratégia para tornar o Reino da paz e da justiça mais presente em nosso meio. E se este projeto ético-político precisa de teorias críticas da sociedade para a desconstrução das estruturas simbólicas da discriminação, analogamente a teologia deve confiar na tradição profética de criticar toda idolatria e exigir conversão a um deus que é defensor dos pobres, das viúvas, dos estrangeiros e dos órfãos.

2.3. Diálogo

O diálogo autêntico é uma investigação sobre a verdade. Para isso, é necessário que o movimento das questões e das respostas seja conduzido como *tema* de diálogo. Qual é o problema? Uma situação limite, uma questão existencial fundamental que não permite a indiferença dos interlocutores, a questão do significado do ser humano em uma situação de vulnerabilidade e discriminação, a questão da confiança e da esperança, apesar da tragédia, a questão do sofrimento e da solidariedade. O *assunto* é um portador da possibilidade da verdade.²¹

Abandonados ao movimento do diálogo, os interlocutores ampliam seus horizontes e preconceitos e também os arriscam, porque o “outro” pode se tornar uma possibilidade de verdade que não havia sido contemplada anteriormente. A

²⁰ PANIKKAR, Raimon. *Hacia una teología de la liberación intercultural e interreligiosa*, p. 67.

²¹ Cf. TRACY, David. *Plurality and Ambiguity*, p. 86-87.

pré-compreensão, através da ação do diálogo, pode mudar e, ao fazê-lo, um novo horizonte de possibilidades se abre para descobrir e construir novos significados. Acontece uma “fusão de horizontes”, lembrando Gadamer, em que os interlocutores se movem em um horizonte mais amplo que desestabiliza o que foi dado por certo e abre novas possibilidades de significado perante uma cultura, que era estranha até então. O diálogo, sem o qual não há interculturalidade possível, é uma atividade de alto risco. Requer a capacidade intelectual, moral e religiosa de ouvir o outro em sua diferença e alteridade e responder criticamente em um exercício de autoexposição e respeito. Só existe possibilidade de diálogo com um tu.²²

Em qualquer diálogo em que a disposição para a autoexposição e a audição estejam presentes, algo deve acontecer na vida da pessoa. Ela não pode permanecer indiferente. Ou se aprofunda em sua própria identidade cultural ou religiosa pela autoridade manifestada pelo olhar do outro, ou experimenta o apelo a uma conversão radical para uma nova verdade encontrada no diálogo com os diferentes. Gadamer escreveu que o encontro com o outro ocorre com base em saber como se autoeliminar e que a verdadeira humanidade consiste em ser capaz de entrar em diálogo.

Não ouvir e ouvir mal são coisas que acontecem por uma razão que reside na própria pessoa. Só não ouve, ou no caso em que ouve mal, aquela pessoa que permanentemente ouve a si própria, aquela cujo ouvido é, por assim dizer, tão cheio da inspiração que se infunde constantemente seguindo seus impulsos e interesses, que não é capaz de ouvir o outro. Isto é, em maior ou menor grau, e sublinho isso, a característica essencial de todos nós. Ser capaz de entrar em diálogo, apesar de tudo, na minha opinião, é a verdadeira humanidade do ser humano.²³

3. PARA ALÉM DA INCULTURAÇÃO

De nossa reflexão anterior, deve ter ficado claro que o paradigma da inculturação não é suficiente para abordar o drama da mobilidade humana e que se deve “ir além”, pois, para alcançar os objetivos desejados, a sociedade como um todo deve estar envolvida, como o faz uma Igreja local, que por sinal, é o espaço propício para o enriquecimento mútuo entre o Evangelho e a cultura, que chamamos de inculturação. A realidade das ações programáticas propostas pelo Papa Francisco para acolher, proteger, promover e integrar migrantes e refugiados são, no entanto, tecidas da interculturalidade como um projeto ético-político.²⁴ Uma leitura geral nos mostra que essas ações estão orientadas

²² Cf. *Idem. The Analogical Imagination*, p. 449ss.

²³ GADAMER, Hans-George. La incapacidad para el diálogo. In: _____. *Verdad y Método*. Tomo II, Salamanca: Sígueme, 2006, p. 208.

²⁴ FRANCISCO. *Mensagem para...*, op. cit.

para o objetivo da interculturalidade: a convivência pacífica entre pessoas diferentes, com base no reconhecimento, na dignidade e nos direitos; uma convivência fecundada pelo diálogo entre diferentes, que são iguais.

Agora, das quatro ações programáticas apontadas pelo Papa Francisco, a ação de integração é a que fornece os maiores elementos para insistir na interculturalidade. Esses elementos são: a) o enriquecimento cultural; b) a integração não é a assimilação; c) o contato com os outros leva a descobrir “seu segredo”; d) um longo processo que leva à formação de sociedades e culturas que refletem os dons multiformes de Deus; e) cidadania; f) favorecer sempre a cultura do encontro. Propomos uma breve consideração sobre os pontos (b) e (e), porque, de certo modo, os outros pontos são incorporados na reflexão anterior.

3.1. Integração não é assimilação

A distinção é pertinente. A “assimilação” é a aposta para a homogeneização da heterogeneidade, a anulação da diferença. Outro nome para a assimilação é a aculturação, um termo equívoco que precisa ser delimitado. Num sentido antropológico, a aculturação é qualquer produto resultante da interação ou contato entre duas culturas diferentes. Mas no encontro entre culturas assimétricas, a aculturação é uma ferramenta para a subalternização da cultura mais vulnerável e a hegemonização correspondente dos mais poderosos. Um projeto aculturador ou assimilacionista, em seu sentido negativo, é um projeto neocolonial cujo objetivo é a conquista e a hegemonia, privando o outro de sua cultura.

O multiculturalismo surge precisamente como uma alternativa às políticas assimilacionistas dos Estados Unidos nos anos setenta do século passado. O multiculturalismo aceita a coexistência da diversidade segundo dois princípios, o da tolerância e o da diferença. A tolerância é a vontade e a capacidade de respeitar as diferenças. Fidel Tubino a considera “uma virtude pública que consiste em não colocar as próprias crenças como condição absoluta de convivência com o outro”.²⁵ O princípio da diferença, por outro lado, favorece a legislação em favor dos desfavorecidos em uma sociedade assimétrica que gera políticas multiculturais ou *ações afirmativas* que, a curto prazo e, geralmente, criam condições transitoriamente de tolerância e justiça de oportunidades para minorias excluídas. As ações propostas pela Mensagem de Francisco podem ser lidas na perspectiva de ações afirmativas. A implementação, já sabemos, pode ser insuficiente; para ganhar a suficiência é necessária a luta de uma cidadania ativa.

²⁵ TUBINO, Fidel. *Interculturizando el multiculturalismo*.

3.2. *Cidadania ativa*

As ações propostas pela Mensagem do Papa Francisco são urgentes para gerar possibilidades de integração. Nós já sabemos que podem ser ações afirmativas transitórias, já que transitórias podem ser também as permanências dos migrantes e dos refugiados. A realidade nos mostra que as sociedades de acolhida “se cansam” de “estranhos” e que, a partir da acolhida da solidariedade, pode-se passar a uma rejeição abusiva e violenta. O “estranho” torna-se uma ameaça. Nós vemos como cresce a xenofobia na Europa e na América Latina, para não mencionar as antipolíticas de Trump. As ameaças, no entanto, também provêm da frente interna, dos próprios atores que tomam as decisões políticas para a população migrante. Estudiosos sobre a interculturalidade apontam para o perigo do desenvolvimento de políticas que não consideram a alteridade cultural, políticas elaboradas a partir dos critérios da cultura hegemônica que acolhe o “outro cultural” vulnerável para assimilá-lo e não para integrá-lo, situação bem definida por Juan Ansión:

Aqueles que têm hegemonia cultural estabelecem voluntariamente maneiras de incluir os desfavorecidos: inclui-los no sistema educacional, no sistema de saúde, no sistema político, etc. No entanto, a contradição reside no fato de que os convidados à inclusão são convidados a “se adaptar”, ou seja, a modificar seus hábitos, seus modos culturais de ser, incorporar-se nos benefícios da escola, da medicina moderna ou da democracia cidadã nacional. As instituições nascidas dentro do Estado-nação oferecem seus serviços a todos, mas não estão dispostos a reformular-se com a inclusão de novos contingentes culturais.²⁶

Uma solução para que as ações propostas pela Mensagem do Papa não corram sob a ameaça de precariedade e transitoriedade é expandir as capacidades dos próprios cidadãos migrantes e refugiados. A Mensagem fala de uma “cidadania ativa” como uma estratégia para acelerar o processo de formação de sociedades e cultura de hábitos interculturais. Compreendemos a cidadania ativa como a luta pelos direitos sociais e também pelos direitos culturais e políticos que se expressam no direito à participação no espaço público.

O cidadão é um indivíduo ou comunidade de indivíduos com direitos garantidos pelo Estado e com responsabilidades para a comunidade política de que é parte. Entre os direitos dos cidadãos garantidos pelo Estado, está o de participar livremente em espaços públicos. Este direito é muito importante para o desenvolvimento da liderança política, uma vez que a atividade política é precisamente caracterizada por ser uma luta que ocorre na esfera pública, em relação à definição do destino comum.²⁷

²⁶ ANSION, Juan. *La interculturalidad y los desafíos de una nueva forma de ciudadanía*, p. 57.

²⁷ *Ibidem*, p. 51.

O fato que o Estado garanta direitos não significa automaticamente que os cidadãos vulneráveis tenham a oportunidade de exercê-los. Devemos lutar pela expansão das oportunidades no espaço em que são definidas as questões de interesse comum, em que a esperança de uma vida boa e digna é discutida e afirmada. É no espaço público e não no centro de acolhida para migrantes e refugiados, ou na comunidade cristã, que as associações de migrantes e refugiados e da sociedade civil devem lutar por uma cultura pública de reconhecimento da diversidade e de hábitos interculturais. Essa é, talvez, a única garantia para o sucesso das ações programáticas detalhadas pela Mensagem de Francisco. E a teologia sapiencial-profética deve fazer seu caminho precisamente neste espaço público, tanto para manifestar a verdade da humanidade autêntica que se descobre na escuta, no diálogo e na solidariedade, quanto para a denúncia da mentira idólatra, origem profunda do deslocamento forçado de populações vulneráveis. A teologia, como discurso público, deve provocar transformações pessoais e sociais a favor da acolhida, da proteção, da promoção e da integração da população migrante e refugiada.²⁸

3.3 *Interinculturação?*

Reconhecemos que o paradigma da inculturação tem limitações e que estas são mais evidentes em situações de multiculturalismo assimétrico, como é o caso do drama da mobilidade humana. Em última análise, no entanto, não há razões suficientes para abandoná-lo completamente, porque toda religião é “inculturada” pela necessidade intrínseca de tornar-se compreensível. A religião, como interpretação de uma experiência original de salvação ou significado, será vivida desde que seja capaz de se expressar em elementos culturais. A realidade dos migrantes e dos refugiados, provenientes de diferentes culturas e de diferentes religiões, certamente nos obriga a sugerir correções para o paradigma da inculturação e torná-la mais intercultural. Em várias ocasiões, escrevemos sobre ir “além da inculturação” e a narração elaborada pode ter feito pensar que esse “além” é a interculturalidade. No entanto, não é assim. Provavelmente, o mais apropriado é falar sobre *interculturização*.²⁹ Este desafio propõe, concretamente, a incorporação do diálogo intercultural e inter-religioso e uma teologia profético-sapiencial para que o Evangelho possa fertilizar a vida e a esperança das vítimas do drama da mobilidade humana, transformando os cristãos em melhores cristãos, e assim também melhores vodu, melhores muçulmanos, melhores animistas.

²⁸ Cf. TRACY, *The Analogical*, op. cit., p. 55.

²⁹ Diana de Vallescar refere que os teólogos J. Blonjus, M. Amaladoss y Félix Wilfred usam o termo *interinculturação* para destacar o carácter de reciprocidade e mutualidade no processo de inculturação. Cf. VALLESCAR, Diana. Interculturalidade e cristianismo. In: TAMAYO, Juan José (org.). *Novo Dicionário de Teologia*. São Paulo: Paulus, 2009, p. 286.

O apelo do Papa em sua mensagem é que reconheçamos a dimensão religiosa “em seu valor justo, garantindo a todos os estrangeiros presentes no território a liberdade de professar e praticar sua própria fé”.

Se interculturarmos o Evangelho, então o *diálogo* e o *anúncio* serão fluidos, respeitosos e fecundos. Não nos deixemos murchar perante os desafios das ações afirmativas a favor da integração e da cidadania, e frente às diferentes formas de diálogo intercultural e inter-religioso sugeridas pela Igreja, porque nessas modalidades de diálogo autêntico, como explicamos, pode ser revelada uma verdade salvífica. Estes diálogos são os da vida, das obras, dos intercâmbios teológicos e das experiências religiosas “em que as pessoas enraizadas em suas próprias tradições religiosas compartilham suas riquezas espirituais, por exemplo em relação à oração e à contemplação, à fé e aos modos de procurar Deus e o Absoluto”.³⁰ Através destes diálogos, indubitavelmente, a pastoral da mobilidade humana *interculturará* o Evangelho, recriando também uma Igreja e uma sociedade com capacidade para acolher, proteger, promover e incluir o próximo “forasteiro”.

CONCLUSÃO

Os desafios permanentes da inculturação diante das interpelações e das contribuições da mobilidade humana nos obrigam a pensar “além disso”. Os desafios nos convidam a uma espiritualidade, ao profetismo e ao diálogo intercultural e inter-religioso. Passar “além” supõe, então, uma capacidade de incidência na sociedade e na elaboração de uma teologia sapiencial-profética com uma presença pública, e não limitada à esfera eclesial. Ao desenvolver as competências interculturais, a missão do diálogo e do anúncio revelará novas possibilidades de verdade e significado para os agentes pastorais da mobilidade humana, para a vulnerável população migrante e refugiada e para a sociedade. No entanto, o maior desafio – como foi bem formulado por Fornet Betancourt – é descobrir e respeitar o mistério da graça presente nas culturas e religiões, respeito expresso na escuta que confia na alegria da experiência da riqueza da diversidade e não na violência discriminatória e neocolonial.

³⁰ *Diálogo e anúncio*. Documento do Conselho Pontifício para o diálogo inter-religioso e a Congregação para a Evangelização dos Povos, 1991, n. 42.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSION, Juan. La interculturalidad y los desafíos de una nueva forma de ciudadanía. In: IDEM. *Educación en la ciudadanía intercultural*. Lima: PUCP, 2007.
- FORNET BETANCOURT, Raúl. De la inculturación a la interculturalidad. In: TAMAYO VARGAS, Juan José (ed.). *Interculturalidad, diálogo interreligioso y liberación*. Navarra: Verbo Divino, 2004.
- HEISE, María; TUBINO, Fidel; ARDITO, Wilfredo. *Interculturalidad. Un desafío*. Lima: CAAAP, 1994.
- MIRANDA, Mario de França. *Inculturação da fé. Uma abordagem teológica*. São Paulo: Loyola, 2001.
- PANIKKAR, Raimon. Hacia una teología de la liberación intercultural e interreligiosa. In: TAMAYO, Juan José et alii. *Interculturalidad, diálogo interreligioso y liberación*. Navarra: Verbo Divino, 2004.
- RAHNER, Karl. Toward a Fundamental Theological Interpretation of Vatican II. *Theological Studies* 40, 1979, p. 716-727.
- TORNOS, Andres. *Inculturación. Teología y Método*. Madrid: Desclée de Brouwer, 2001.
- TORRES QUEIRUGA, Andrés. *Autocompreensão cristã. Diálogo das Religiões*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- TRACY, David. *The Analogical Imagination. Christian Theology and the Culture of the Pluralism*. New York: Crossroad, 1991.
- _____. *Plurality and Ambiguity*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- TUBINO, Fidel. *La Interculturalidad en cuestión*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2015.
- _____. *Interculturizando el Multiculturalismo*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2002.
- UNESCO. Informe Mundial: Invertir en la diversidad cultural y el diálogo intercultural, 2009. Disponível em «www.unesco.org/news/es/cultura».

O ESTRANGEIRO NA BÍBLIA E NA COMUNIDADE CRISTÃ

Élio Estanislau Gasda*

Migrantes e refugiados são uma das faces mais impactantes do capitalismo global. Abandonar o próprio país tornou-se a única forma de escapar da violência e da morte. O mundo está dando as costas a estes descartados do mercado. Como as comunidades cristãs acolhem estes pobres universais despojados de suas terras, de seu trabalho, afastados de suas famílias, extraídos de sua cultura?

A palavra “estrangeiro” designa alguém natural de outro país ou outra nação, ou ainda, evoca a ideia de alguém ou algo que não pertence a uma região, classe ou meio, que vem “de fora”. É sinônimo de forasteiro, ádvena, estranho, alheio, que não diz respeito a quem fala.

Diz-se “língua estrangeira” de uma língua falada em uma terra alheia, de uma língua que não se domina, de uma língua de outros, de uma língua a ser aprendida. Assim também o estrangeiro é um forasteiro, é alguém de fora, de outro domínio. É um estranho, desconhecido, que foge ao ordinário. Isso é algo que precede à sua identidade, comumente o vemos ser chamado pela sua nacionalidade, em vez de seu nome. É objeto de suspeita, alguém a quem não se está habituado, que atrai a atenção e a curiosidade, por ser “incomum” e desconhecido.

Na Bíblia, o estrangeiro é alguém que não é membro de um grupo social.¹ Na sociedade israelita primitiva, era alguém que não pertencia à tribo. Com o estabelecimento do país, passou a ser o “não nativo”. Normalmente, era visto como inimigo, no entanto, ao entrar na comunidade israelita, tinha direito à hospitalidade. Este capítulo recorre às Sagradas Escrituras para conhecer como se deu a relação com o estrangeiro ao longo da história da salvação. Textos bíblicos nos ajudam a criar

* Doutor em Teologia, pós-doutor em Filosofia Política. Professor-pesquisador na FAJE (Faculdade Jesuíta) na área de Ética Teológica e Práxis Cristã.

¹ MCKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*, p. 311.

sensibilidade e iluminam a práxis da comunidade cristã face ao compromisso evangélico da acolhida do próximo.

1. O ESTRANGEIRO NO ANTIGO TESTAMENTO

“Meu pai era um arameu errante” (Dt 26,5b). Assim começa o Credo de Israel, um povo migrante em toda a sua existência. O nome “hebreus” equivaleria a migrantes, nômades. Abraão, o pai da fé, se identificava como “um simples forasteiro que vive entre vós” (Gn 23,4). Seus descendentes também foram emigrantes (Gn 26,1). Jacó e seus filhos emigraram para o Egito, onde foram bem recebidos, por causa de José e de tudo o que realizara em prol desse país (Gn 46,1-7).² O povo de Israel fora estrangeiro no Egito, viveu situações de escravidão e opressão, e, no tempo de Moisés, de lá foi expulso (Ex 12,29-32). Mais tarde, o povo é expulso da própria terra por ocasião da invasão Assíria de 722 a.C. (2Rs 17,23) e durante a invasão babilônica em 597-587 a.C. (2Rs 25,8-21).

O ambiente no qual se desenrola a história do Antigo Israel também é berço de muitas outras culturas e civilizações. O povo hebreu se forma a partir de um aglomerado de diferentes povos, não era homogêneo culturalmente. No início de sua história, ser israelita significava ser miscigenado. Cabe perguntar o que esse povo, que em sua origem e identidade é marcado pela experiência de migração e miscigenação, diz sobre quem é o estrangeiro e sobre como se relaciona com esse “outro”.

Na Bíblia Hebraica, várias palavras aparecem para designar o estrangeiro. As mais frequentes são: *gér* - *gérím*, *gôy* - *gôyim*, *nokh^êrí* - *nokh^êrîôt*.³ A primeira palavra (*gér*) designa o forasteiro/peregrino em Israel. Normalmente marginalizado, economicamente fraco, assimilado aos indigentes, viúvas e órfãos (Lv 19,10; 23,22; Dt 14,29; 16,11.14; 24,17; 26,13; 27,19), protegido por Deus (Dt 10,18) e recomendado aos cuidados dos israelitas, que devem amá-lo como a si mesmos (Lv 19,34; Dt 10,18), uma vez que também eles foram estrangeiros na terra do Egito (Dt 10,19).⁴

Na sociedade israelita, ao *gér*, o estrangeiro residente, eram reservados alguns direitos como a possibilidade de colher feixes e frutos deixados para trás durante as colheitas (Dt 24,19-21); um julgamento justo e a recorrência às cidades de refúgio, caso fosse necessário (Dt 1,16; 24,17; 27,19; Nm 35,15); usufruir do dízimo trienal (Dt 14,28-29 e 26,12-13); caso fosse circuncidado, a participação na celebração “da Páscoa” (Ex 12,48, Nm 9,14), dos Pães Ázimos (Ex 12,9), do Dia da Expição (Lv 16,29) e dos Tabernáculos

² VOGEL, Hans. *O mundo bíblico visto de hoje*, p. 36.

³ Remetemos ao estudo de MARIANNO, Lília. *A lei e os “fora-da-lei”*. Os encontros e desencontros entre lei e migrantes no Antigo Israel, p. 3.

⁴ Cf. VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p. 99.

(Dt 16,14)”,⁵ mas também a obrigação de participar das cerimônias de leitura da Lei (Dt 31,12), a proibição de comer sangue (Lv 17,10) e de prestar culto a uma divindade estrangeira (Lv 17,8). Também era considerado *gér* o migrante de outra tribo de Israel. O *gér* reside em Israel, mas sabe que aquela não é sua pátria.

O substantivo *gôy* era utilizado para definir povo (Dt 4,6). Posteriormente, foi aplicado ao povo gentio, pagão. Seu plural *gôyim* designava as nações vizinhas (Jz 2,23; Is 61,11), com as quais Israel não deveria se misturar. Tais nações, segundo o Deuteronômio, seriam as “desapossadas diante de Israel na conquista de Canaã (Dt 4,38; 7,1; 9,1; 11,23), as que seriam herdadas por Israel e aquelas a quem Israel ajudaria com sua prosperidade (Dt 15,6; 28,12 e 32,8)”.⁶

A expressão *nokhêrî* é a menos utilizada no texto hebraico e, cada vez que é utilizada no sentido de estrangeiro, evoca a ideia de estranho, desconhecido, forasteiro, imigrante, exótico e intruso. Tal expressão não se aplica apenas a pessoas, mas também a outros deuses, altares e terras (Dt 32,12; Sl 81,9-10 e 137,4; Ml 2,11; 2Cr 14,3; Ne 13,20). Segundo Marianno, essa expressão é utilizada “para designar o estrangeiro mau, aquele que invade para deportar, que se apossa do que é de Israel”.⁷ Essa maneira de ver o estrangeiro poderia aplicar-se ao grupo ou à pessoa remota.⁸

Segundo os textos bíblicos, há duas posturas adotadas pelos israelitas no tocante ao trato com os estrangeiros. A primeira é chamada exclusivista ou particularista e comporta certa hostilidade, que, por vezes, é acusada de etnocentrismo. A segunda postura é a universalista, que se desdobra em cordialidade e disposição em acolhê-los.⁹ O Antigo Testamento apresenta uma conciliação entre as duas perspectivas.¹⁰

Segundo McKenzie, a hostilidade teórica revela-se em textos como Dt 7,1-7; 9,1-5 e 12,1-3, entre outros, nos quais os israelitas recebem a ordem divina de exterminar os cananeus, na prática nunca aconteceu, como demonstra a história do estabelecimento do povo na terra. A preocupação do autor do Deuteronômio era a manutenção da identidade do povo e sua fidelidade a YHWH, por isso a advertência de que não mantivessem contato com os estrangeiros que adoravam outros deuses e tinham outras práticas religiosas.

No entanto, em toda a narrativa bíblica, acompanhamos os personagens não somente demonstrando interesse por outros povos, mas também lidando e estabelecendo com eles alianças e negócios. Moisés casou-se com uma madianita (Ex

⁵ MARIANNO, *op. cit.*, p. 6.

⁶ *Ibidem*, p. 7.

⁷ *Ibidem*, p. 8.

⁸ MCKENZIE, *op. cit.*, p. 311.

⁹ VOGEL, Hans. *O mundo bíblico visto de hoje*, p. 35.

¹⁰ MCKENZIE, *op. cit.*, p. 311.

2,11-21), Raab, a prostituta de Jericó, foi integrada à tribo de Judá (Mt 15). Caleb, cenezeu, estava incorporado na tribo de Judá e, inclusive, recebeu uma herança (Js 14,6.13). Rute, a moabita, escolheu o povo de Israel e veio a ser ascendente de Davi (Rt 1,6; 4,16). Davi teve estrangeiros em sua corte, como Urias, o hitita (2Sm 11,3). Salomão rogou pelos estrangeiros que viessem de longe para adorar no Templo (1Rs 8,41-43), considerado pelo profeta Isaías como casa de oração para todos os povos (Is 56,6-7).¹¹

A postura universalista e a inclusão são elementos essenciais na cultura bíblica. De Israel, não se esperava apenas respeito para com o estrangeiro, mas abertura e acolhida, devendo inclusive amá-lo como a si próprio, pois já tinha passado de forma bastante dolorosa por tal situação (Dt 10,18-19).

2. O ESTRANGEIRO NO NOVO TESTAMENTO

O Evangelho relata a encarnação do Verbo como um movimento migratório, em que o Filho de Deus arma sua tenda entre a humanidade (Jo 1,14). A seguir, se vê forçado a abandonar sua terra para escapar da violência e da morte (Mt 2,13-23).

No Novo Testamento, a concepção veterotestamentária do *gér* aparece nos termos gregos *xenos*, que pode ser traduzido como estranho, estrangeiro ou forasteiro; *proselytos*, como estrangeiro convertido; *parapidemos* e *paroikos*, que evocam a ideia de que alguém permanece por pouco tempo em lugar estranho, o que vive ao lado de, estrangeiro residente, exilado e peregrino, que habita como estrangeiro temporariamente.¹²

Antes do chamado à fé em Cristo, os cristãos gentios eram chamados *xenoi*, eram excluídos das promessas feitas a Israel. Em Cristo, já não são “estrangeiros e adventícios, mas concidadãos dos santos e membros da família de Deus” (Ef 2,19). Possuem a cidadania no céu (Fl 3,20; Gl 4,26; Ef 2,6; Hb 11,15-16; 12,22-23; 13,14).

No Evangelho de Mateus, o termo *xenos* aparece quatro vezes no texto de 25,31-46, para indicar que cuidar do estrangeiro é cuidar do próprio Cristo. Os cristãos são chamados a praticar a *philoxenia*, a hospitalidade (1Pd 4,9).

Em 1Pd 1,1 e 2,11, os cristãos são chamados estrangeiros e viajantes neste mundo, devem comportar-se com temor a Deus (1Pd 1,17), devem viver bem, para que os gentios, vendo estas boas obras, glorifiquem a Deus (1Pd 2,12). A aplicação dos termos aos cristãos deixa implícito que os destinatários da Carta sentiam-se deslocados, por motivos políticos e sociais, por causa de conflitos e do crescente distanciamento em relação à cultura. O autor da Primeira Carta de Pedro exorta seus interlocutores a

¹¹ VOGEL, *op. cit.*, p. 35.

¹² Cf. COENEN, Lothar. *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*, p. 748-750.

perseverarem diante das dificuldades e a manterem o bom comportamento, próprio da coerência com a vocação cristã.¹³

Nos Evangelhos, muitos relatos referem-se a estrangeiros que encontraram Jesus e tiveram sua vida transformada como os endemoninhados gerasenos (Mt 8,28-34), a mulher siro-fenícia, que teve sua filha curada (Mc 7,24-30), o surdo-gago (Mc 7,31-37), o centurião que pedia pela cura do servo, cuja fé foi elogiada por Jesus (Lc 7,1-10), o leproso agradecido (Lc 17,11-19).

3. UM ENCONTRO DE ESTRANGEIROS: UM JUDEU E UMA GREGA

Entre os estrangeiros que foram até Jesus, destacamos aqui a mulher siro-fenícia, que procura Jesus para pedir-lhe em favor da filha. O texto de Mc 7,24-30 relata o encontro entre dois estrangeiros. Jesus sai da Galileia e vai para o território de Tiro (v. 24), um território pagão, uma terra que não era a dele, logo, ali ele era estrangeiro. Desejava permanecer oculto, mas não teve êxito.

Uma mulher cuja filha tinha um espírito impuro veio até ele e se atirou a seus pés. O v. 26 explica quem é ela: grega, significa que era pagã; siro-fenícia de nascimento; aflita, procura a todo custo a cura de sua filha, a ponto de incomodar um estrangeiro: suplicante aos pés de Jesus, rogava que expulsasse o demônio de sua filha.

A resposta de Jesus à mulher foi dura: “Deixe que primeiro os filhos se saciem, porque não é bom tirar o pão dos filhos e atirá-lo aos cachorrinhos” (v. 27). O “pão” era destinado aos fiéis judeus, não aos “cachorrinhos”, termo que designava os ímpios e pagãos idólatras. A imagem usada por Jesus parece marcada por racismo religioso, embora presente em uma obra destinada a cristãos de origem pagã.¹⁴

A mulher reage retomando a imagem de Jesus a seu favor, afirmando que “também os cachorrinhos comem debaixo da mesa as migalhas dos filhos” (v. 28). Fabris salienta que o título utilizado pela mulher para referir-se a Jesus é “Senhor”, a única ocorrência do termo em Marcos, num contexto narrativo. É a invocação da comunidade cristã ao Cristo ressuscitado, explica. Desse modo, a mulher é a representante da comunidade dos pagãos que aderiu a fé.¹⁵

Diante da palavra da mulher, de sua atitude de confiança ousada, Jesus cura sua filha (v. 29). E a mulher, chegando a sua casa, “encontrou a criança atirada sobre a cama. E o demônio tinha ido embora” (v. 30).

¹³ Cf. REID, Daniel G. *Dicionário teológico do Novo Testamento*: compêndio dos mais avançados estudos bíblicos da atualidade, p. 405.

¹⁴ BARBAGLIO, Giuseppe, FABRIS, Rinaldo, MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos I*, p. 499.

¹⁵ *Ibidem*, p. 499.

Esse episódio responde a uma questão importante para a comunidade marcana, a posição dos pagãos na comunidade. É significativo que essa perícopes seja antecipada pelo ensinamento de Jesus sobre o puro e o impuro: “não entendeis que tudo o que vem de fora, entrando no homem, não pode torná-lo impuro (...) O que sai do homem, é isso que o torna impuro. Com efeito, é de dentro, do coração dos homens...” (Mc 7,14-23). Portanto, é o coração do homem, o lugar da fé autêntica, da acolhida e da resposta, do encontro com o Cristo e da salvação, que já não está ligada a uma terra ou a um povo.

No relato, Jesus e a mulher saíram de sua terra, ambos tiveram de sair de si. Cada um tinha um objetivo. Ele queria ficar oculto (Mc 7,24), ela buscava a cura de sua filhinha. Para ele, ela era uma pagã, infiel. Sua palavra hostil revela seu preconceito. Ela, surpreendendo-o, adota a linguagem utilizada por ele, mas, sobretudo, expressa também o reconhecimento e a confissão de sua fé, que é respondida com o dom da salvação.

4. CARTA A DIOGNETO

Para responder à curiosidade de um pagão culto sobre a religião que se espalhava pelo Império Romano, um autor, cuja identidade é desconhecida, escreve a chamada *Carta a Diogneto*, obra que versa sobre a vida cristã primitiva e que, ao mesmo tempo, se revela como uma crítica ao judaísmo e ao paganismo. Dela não se sabe a data e o local de composição. Tampouco seu destinatário ou se se trata mesmo de uma carta. No entanto, é unânime que se trata de uma obra-prima e grandiosa, um valioso testemunho sobre a vida cristã nos primeiros séculos.¹⁶

Ao falar sobre os cristãos, explica que estes não se distinguem dos outros homens. Não possuem cidades próprias, não falam língua estranha, não vivem de modo diferente dos demais. Mas, vivendo em cidades gregas e bárbaras, adaptam-se aos costumes locais. Vivem como forasteiros, são perseguidos e combatidos, por judeus e pagãos. Possuem cidadania no céu e, na terra, vivem obedecendo as leis que lhe são impostas, amam e bendizem a todos, fazem o bem.¹⁷

Na *Carta a Diogneto* pode-se entrever a difícil situação dos estrangeiros no Império Romano dos primeiros séculos, já que explicando quem são e como vivem os cristãos indica: “vivem na sua pátria [...] e suportam tudo como estrangeiros”. O uso do verbo “suportar” sugere que a situação comporta certa hostilidade. No entanto, no mesmo espírito da Primeira Carta de Pedro (especificamente, 1Pd 1,1 e 2,11-12), os cristãos, estrangeiros e viajantes neste mundo, vivem bem, e suas atitudes revelam a dignidade

¹⁶ FRANGIOTTI, Roque. *Padres apologistas*, p. 12-15.

¹⁷ *Ibidem*, p. 22-23.

da vocação a que foram chamados. A experiência de libertação e salvação, mais uma vez, é apresentada como baliza para a possibilidade do encontro e prática das boas obras.

5. HOSPITALIDADE E ACOLHIMENTO: ATITUDES QUE EXIGEM DISPOSIÇÃO PARA O ENCONTRO

A mobilidade humana atinge o mundo inteiro. Ainda que pareça um fenômeno “distante” da realidade de muitos, cresce a cada dia no Brasil. Face a isso, pode-se perguntar: quem são e o que buscam esses homens e mulheres que, deixando para trás seu lugar de origem, suas raízes, partem em busca de uma nova terra? Como olhar o fenômeno para além dos riscos enfrentados por aqueles que se aventuram e dos supostos transtornos para os habitantes dos países aos quais se dirigem? Como pensar a mobilidade humana, não como problema, mas como oportunidade de mover o humano a uma mudança, a um crescimento, a uma saída de si, a um alargamento de seu autoconhecimento e do reconhecimento do outro e de sua dignidade?

Desde os tempos mais remotos, o êxodo é desafio à mudança e oportunidade de crescimento. Aqueles que saem de sua terra, o fazem para fugir das situações de morte e/ou em busca de melhores condições de vida, para si e para os seus. O migrante não busca apenas novos lugares, mas novas possibilidades. Parte, forçada ou espontaneamente, muitas vezes arrisca a própria vida, movido pela fome, pela insegurança ou pelo desamparo. Corre atrás da promessa de “um novo céu e de uma nova terra” (Ap 21,1), procura por liberdade e segurança.

Na nova terra, na maioria das vezes, em vez da acolhida,¹⁸ os migrantes se deparam com resistência e preconceito. Seus direitos são violados. Sofrem indiferença, violência, xingamentos, discriminação por parte de pessoas racistas e xenofóbicas, que justificam suas atitudes pelo fato de se sentirem ameaçadas em seus postos de trabalho, na manutenção de suas práticas religiosas e de sua “raça”. São olhados como um perigo, considerados irritantes e indesejáveis, como a feiura das cidades às quais se destinam. E, ainda que seja bem acolhido, o migrante sofre a solidão pela dificuldade de se comunicar e por estar em um contexto cultural cujas referências não lhes são familiares.

Face a essa realidade, a teologia bíblica oferece elementos que ajudam na formação de uma consciência fraterna e de paradigmas comportamentais que favoreçam uma cultura do encontro e a vivência da hospitalidade. Já no Antigo Testamento, a acolhida do estrangeiro é posta como preceito a ser observado: “Se um estrangeiro habita

¹⁸ Sem desconsiderar as inúmeras iniciativas particulares, ONGs e pastorais, que se empenham na defesa dos direitos dos migrantes e refugiados.

convosco na vossa terra, não o molestareis. O estrangeiro que habita convosco será para vós como um compatriota, e tu o amarás como a ti mesmo..." (Lv 19,33-34).

No Novo Testamento, a hospitalidade é apresentada como desdobramento do amor fraterno (Hb 13,1-2). O texto de Hebreus é uma alusão ao episódio narrado em Gn 18,1-16. Abraão estava sentado em sua tenda, no momento de mais calor do dia, quando viu três homens de pé. Imediatamente, saiu de sua tenda e correu ao seu encontro, prostrou-se diante deles, pediu que ficassem um pouco para descansar, lavou-lhes os pés, ofereceu-lhes alimento e permaneceu com eles enquanto comiam (Gn 18,1-8).

Em Lc 10,25-37, ao responder ao intelectual que esperava um ensinamento sobre o que fazer para herdar a vida eterna, Jesus responde devolvendo a pergunta sobre o que está escrito na Lei. O legista por sua vez reporta ao duplo mandamento do amor. Surge então um novo questionamento: quem é o meu próximo? Ao qual Jesus responde contando uma parábola a respeito de um homem semimorto, caído no caminho entre Jerusalém e Jericó. Por ali passaram um sacerdote e um levita, que o viram, mas não se aproximaram.

Em seguida, um novo personagem aparece: um samaritano, que se aproxima, vê o homem caído, move-se de compaixão, cuida de suas chagas, derramando óleo e vinho, coloca-o sobre seu próprio animal, o conduz a uma hospedaria, dispensa-lhe assistência, recomenda-o aos cuidados do hospedeiro. No v. 37, o ensinamento sobre quem é o próximo: aquele que usou de misericórdia. Assim, não se trata de uma categoria de pessoas que devem ser tomadas como objeto da benevolência de outras, mas característica daquelas que agem com misericórdia. Jesus dá um exemplo de cuidado e hospitalidade.

Tanto no relato da "Aparição de Mambré" (Gn 18,1-16) como na parábola do "Bom Samaritano" (Lc 10,25-37) verificam-se atitudes de acolhida e comprometimento para com desconhecidos. O primeiro passo, nas duas situações, foi a aproximação, o encontro. Nos dois casos, os sujeitos da hospitalidade são estrangeiros. Abraão, conforme a ordem de YHWH, havia deixado sua terra (Gn 12,4). Os samaritanos não eram bem vistos pelos judeus (Jo 4,9). Diante do "desconhecido", em ambas as situações, há o reconhecimento do outro como sujeito que tem necessidades e que requer cuidados, de que o outro é um semelhante. Nos dois casos, verifica-se a concretização da "regra de ouro", com a qual Jesus resumiu toda a Lei e os Profetas: "Tudo aquilo que quereis que os homens vos façam, fazei-os vós a eles" (Mt 7,12).

A aproximação aos estrangeiros é oportunidade de olhá-los profundamente e de buscar empatia. Os estrangeiros são expressão de Cristo. É o próprio Jesus que se apresenta pedindo cuidados, atenção, esperando ser escutado, esperando ser olhado sem restrições, sem ser considerado uma ameaça (Mt 25,35). Acolher não é atitude passiva, implica saída de si, implica ir ao encontro do outro, comprometimento. Exige

tempo, esforços, recursos. E, ao mesmo tempo, desperta a consciência de que todos somos parte da mesma família.

Os estrangeiros que chegam aos nossos países são desconhecidos, estão vulneráveis, esperam reconhecimento de sua dignidade de seres humanos. A hospitalidade “desestrangeiriza”, rompe a solidão e o anonimato. Não se restringe à prática de boas maneiras, nem etiqueta, nem a um ato de bondade. Antes, é expressão da igualdade. É possibilidade de repensar as relações com os estranhos que são familiares, vizinhos, compatriotas, mas que são anônimos, desconhecidos, são “números”. A hospitalidade é possibilidade de humanização tanto para quem a recebe, como para quem a exerce. Os cristãos são peregrinos e estrangeiros neste mundo (Hb 13,14; 1Pd 2,11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deus se revela como um Deus acolhedor. “Acolhei-vos uns aos outros, como o Cristo vos acolheu, para a glória de Deus” (Rm 15,7). Deus acolhe, de maneira preferencial, àqueles que a sociedade despreza: órfãos, viúvas e estrangeiros. Todo ser humano é membro da comunidade universal (Gn 1,26-30; 9,6b-7). Todos têm direito de viver com dignidade dentro de seu próprio país e, quando isso não é possível, tem o dever de buscar sua sobrevivência em outro território (Gn 12,1; 47,4-6).

A condição de estrangeiro faz parte da história de Israel desde sua origem e até nossos dias. O povo hebreu viveu essa experiência na terra do Egito, era chamado a um cuidado especial com o estrangeiro na terra que recebeu de YHWH, devendo acolhê-lo e amá-lo como a si mesmo (Dt 10,18.19). Também o novo povo de Deus é chamado a cuidar do estrangeiro como do próprio Cristo (Mt 25,31-46).

Segundo 1Pd 1,1; 2,11, os cristãos eram chamados estrangeiros e viajantes. Deslocados e distantes da sua cultura, são chamados a perseverarem na fé e nas boas obras, a fim de que todos glorifiquem a Deus. Também os cristãos dos nossos tempos são chamados a remar “contra a corrente”, a dar luz e sabor a este mundo (Mt 5,13-16), a fazer a diferença. A *Carta a Diogneto* segue essa perspectiva.

A passagem do encontro de Jesus com a mulher siro-fenícia reflete bem a saída de si, exigência para a acolhida do outro. É essa aproximação, abertura e escuta que “desestrangeiriza”, que possibilita o encontro, a mudança de valores, a revelação de quem somos, além das surpresas e riquezas do outro que se revela a nós. Ler as Sagradas Escrituras, olhando de modo especial para a situação do “estrangeiro” suscita o convite à abertura, à acolhida e à hospitalidade, que humaniza tanto aquele que a recebe como aquele que a pratica. A fé cristã nasce rompendo fronteiras: “Não há mais judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo Jesus” (Gl 3,28).

Papa Francisco tem convocado os cristãos a *uma Igreja em saída*, uma “comunidade de discípulos missionários que “primeireiam”, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam”,¹⁹ “uma Igreja com portas abertas”,²⁰ uma Igreja que sai de si mesma, centrada em Jesus e entregue aos pobres.²¹ O tema dos migrantes, explica, é um desafio especial, por isso exorta os países a uma abertura generosa.²² Os cristãos devem acolher com afeto os imigrantes muçulmanos, tal como esperam ser acolhidos,²³ devem aplicar a regra de ouro: “Tudo aquilo que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles, pois esta é a Lei e os Profetas” (Mt 7,12). Graças à “hospitalidade, alguns sem saber acolheram anjos” (Hb 13,2).

Acolher o estrangeiro é uma forma privilegiada de concretizar o Reino de Deus.²⁴ Este mundo não é pátria definitiva para ninguém: “Então, virá gente do oriente e do ocidente, do norte e do sul, para tomar lugar na festa do Reino de Deus” (Lc 13,29).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBAGLIO, Giuseppe; FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, Bruno. *Os Evangelhos I*. São Paulo: Loyola, 1990.
- COENEN, Lothar. *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANGIOTTI, Roque. *Padres apologistas*. Coleção Patrística, 2. São Paulo: Paulus, 1995.
- GASDA, Élio. Globalização e migração: implicações ético-teológicas. *Perspectiva Teológica*, n. 41, 2009, p. 191-210.
- MARIANNO, Lília. A lei e os “fora-da-lei”. Os encontros e desencontros entre lei e migrantes no Antigo Israel. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, n. 63. 2009/3.
- MCKENZIE, John L. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- REID, Daniel G. *Dicionário teológico do Novo Testamento: compêndio dos mais avançados estudos bíblicos da atualidade*. São Paulo: Loyola, 2012.
- VAUX, Ronald de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Paulus, 2003.
- VOGEL, Hans. *O mundo bíblico visto de hoje*. Dissertação. Universidade de Lisboa. 2013. 148fl. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/12243/1/ulfl157005_tm.pdf>.

¹⁹ FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, n. 24.

²⁰ *Ibidem*, n. 46.

²¹ *Ibidem*, n. 97.

²² *Ibidem*, n. 210.

²³ *Ibidem*, n. 253.

²⁴ GASDA, Élio. Globalização e migração: implicações ético-teológicas, p. 191-210.

BÍBLIA E PASTORAL DA MOBILIDADE HUMANA*

Elizangela Chaves Dias**

INTRODUÇÃO

O cenário da mobilidade humana tem proporcionado amplo espaço para reflexões, debates e elaborações nas diversas áreas do conhecimento, referentes à realidade e às demandas da migração forçada e refúgio. Também no campo das ciências teológicas sente-se a necessidade de novas reflexões sobre migração e refúgio desde suas mais diversas facetas, que contribuam para uma prática pastoral efetiva e eficaz. De tal modo, surgem notórias contribuições acadêmicas numa nova área do saber teológico denominada teologia das migrações, a fim de responder às inquietações decorrentes do impacto do fenômeno das migrações e refúgio, na sociedade e na igreja do século XXI¹.

Nesse contexto, a abordagem do tema sobre animação bíblica e mobilidade humana é, ao mesmo tempo, fascinante e desafiadora, devido aos inúmeros temas que dele decorrem ou a ele se relacionam. Por exemplo: universalidade e particularidade da eleição de Deus; promessas e aliança divinas; tolerância e intolerância; o estrangeiro e o imigrante; a multiculturalidade e a diversidade religiosa; o amor e o ódio; a inclusão e a exclusão; a justiça e a injustiça; a vida e a morte; os conflitos e as violências; o isolamento e o acolhimento; o medo e a estima pela diversidade; a perda da terra e outros.

A Bíblia é uma coleção de livros e, como toda biblioteca, possui escritos com ideologias e políticas diferentes. A beleza desta coleção de livros está justamente no

* Artigo publicado originalmente na *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 25, n. 51, 2017.

** Irmã Scalabriniana, doutora em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, professora convidada do Scalabrini International Migration Institute (SIMI) - Roma. Desde 2016, integra o grupo de pesquisa TIAT (Tradução e interpretação do Antigo Testamento) junto ao CNPq.

¹ Cf. CAMPESE, Gioacchino. Não és mais estrangeira nem hóspede: A teologia das migrações no século XXI; FUMAGALLI, Anna. Ler a Bíblia no contexto migratório. Os autores oferecem uma vasta bibliografia, acompanhada de uma análise dos argumentos abordados nas diversas publicações.

fato de que os pensamentos diferentes não foram excluídos, pois a inclusão possibilita o diálogo e rompe as fronteiras nas vias da salvação. Entre outros, é possível citar os livros de Esdras e de Rute como exemplos clássicos do confronto entre ideologias exclusivistas e universalistas referentes à eleição, bênção e salvação.

Esdras, escriba encarregado dos negócios judaicos na corte da Pérsia, conclui que o prejuízo do antigo Israel deve-se ao fato de ter se deixado influenciar pela cultura, crenças e práticas dos povos com os quais convivia, a ponto do povo eleito esquecer sua identidade. Para Esdras, um dos pontos centrais do infortúnio do povo eleito se deve aos matrimônios mistos (cf. Esd 9,1-2; 10,5; Ne 13,23-31); por isso, em sua política de retorno do exílio à terra da promessa, ele fomenta uma ideologia separatista. Todos os homens do povo de Israel que tivesse desposado mulheres estrangeiras deveriam despedi-las com seus filhos, impiedosamente (cf. Esd 10,1-44).

Em contrapartida, o livro de Rute teria sido escrito para contestar as determinações religiosas, políticas e sociais refletidas no livro de Esdras. De tal modo, a lembrança do majestoso rei Davi e de seu vínculo familiar com Rute, uma estrangeira moabita, serviriam de argumento para afirmar que nem todas as mulheres estrangeiras, que se fixaram em Israel através do matrimônio misto, transgrediram a fé ou causaram efeitos perniciosos ao povo eleito².

A presença desses dois livros, com suas respectivas ideologias, no conjunto dos textos do Antigo Testamento, além de possibilitar o diálogo sobre o tema da universalidade da salvação e da abertura de Israel aos povos estrangeiros, põe em foco o tema da conversão ao Deus de Israel (cf. Rt 1,16-17).

Essas, porém, não são as únicas perspectivas sobre as quais é possível abordar o tema da mobilidade humana na Bíblia. Com efeito, a Bíblia se revela uma fonte de inspiração extremamente rica, por isso o presente artigo, sem pretender exaurir, objetiva evidenciar na primeira parte uma visão da temática migratória na Bíblia e, na segunda parte, oferecer sugestões para o serviço pastoral com migrantes a partir e com a Bíblia.

1. TESTEMUNHO BÍBLICO

1.1. *Os patriarcas e a experiência da migração*

O Antigo Testamento revela o caminhar de Deus com o humano e do humano com Deus, num processo dialógico de amadurecimento da compreensão recíproca. O

² Cf. FERNANDES, Leonardo Agostini. *Rute*, p. 16-18.

tema da criação e da história universal da humanidade, retratado nos primeiros onze capítulos do livro do Gênesis, se insere nessa lógica.

O tema da criação tornou-se fundamental quando o antigo Israel encontrava-se exilado na Babilônia (586-536 a.C.).³ Durante os cinquenta anos de exílio as narrativas e as tradições ancestrais tomaram a forma que se conhece hoje, descrevendo a origem do universo, dos povos e das línguas (cf. Gn 1-11); e as origens do povo de Israel (cf. Gn 12-50). Israel havia perdido seu país, seu templo, seu rei e estava numa terra estrangeira. Para os exilados, esses fatos poderiam significar que o seu Deus fora vencido, não tivera força para defender seu povo e sua terra. A eliminação de Israel da carta geográfica dos povos representava uma terrível tentação para a fé do antigo Israel⁴.

O exílio, porém, não significou o fim, mas oportunidade para elaborar um novo começo. A ausência de um rei, de um templo e da própria terra estimulou a reflexão sapiencial sobre a origem do mundo, da humanidade e da origem de Israel. Sob inspiração divina, a classe sacerdotal afirma a soberania de Deus criador do universo e da humanidade, onipotente e transcendente que cria com sua Palavra (cf. Gn 1,1-2,4a)⁵. Numa segunda versão do relato da criação, Deus se revela como um jardineiro, que vai separando os elementos do universo, criando um belo jardim para nele colocar os progenitores do ser humano, Adão e Eva; nomes que significam, respectivamente, “tirado do solo” e “mãe dos viventes” (cf. Gn 2,7; 3,20). Os dois relatos trazem uma visão positiva, pois todo o universo criado é belo e foi colocado à disposição da humanidade⁶.

Todos os tipos de plantas e de animais foram criados “segundo a sua espécie” (cf. Gn 1,11.12.21.24.25; 6,20; 7,14). O gênero humano é criado à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1,26). Não há espécies no gênero humano, ele é uno e um só. Também não há diferenças entre homem e mulher, porque o texto evidencia com clareza: “Deus criou o homem e a mulher à sua imagem e semelhança, à imagem de Deus o criou, macho e fêmea Ele os criou” (Gn 1,27). O relato da criação nega, desde o princípio, qualquer diferença entre etnias, raças humanas, classes sociais ou superioridade de gênero⁷.

³ Cf. SKA, Jean-Louis. O canteiro do Pentateuco, p. 24. A região habitada pelo antigo Israel encontra-se num corredor que interliga o Egito e a Mesopotâmia, grandes potências do tempo. O território de Israel foi invadido e dominado por essas potências mais de uma vez. Três eventos são essenciais a respeito da ameaça dos povos fronteiriços a Israel: 1) o fim do reino de Samaria e sua integração no reino neo-assírio em 722 a.C.; 2) a invasão do rei assírio Senaqueribe em 701 a.C. e o cerco de Jerusalém (cf. 2Rs 18,14); 3) os dois cercos de Jerusalém em 598/597 e em 588/587 a.C., com a queda da Cidade Santa, diversas deportações, transformando o reino de Judá em província do Império Babilônico.

⁴ Cf. SKA, Jean-Louis. *O Antigo Testamento*, p. 35.

⁵ Cf. CIMOSA, Mario. *Genesis 1-11*, p. 11-14.

⁶ Cf. SKA, *O canteiro...*, op. cit., p. 52-59.

⁷ Cf. *Ibidem*, p. 62.

Como entender, então, que o ser humano experimenta sentimentos de aversão em relação ao seu semelhante, estranhamento em relação ao seu ser no mundo e distância em relação a Deus? Segundo a narrativa bíblica, o ser humano, pela desobediência, rompeu seu vínculo com o Criador⁸. Em decorrência de seus atos, o ser humano passa a conviver com uma nova condição existencial: o exílio e a dispersão. Adão e Eva são exilados do jardim (cf. Gn 3,23). A violência e as injustiças se tornam incontroláveis e se alastram pelo mundo (cf. Gn 4,1-5,7).

O centro desta história, no entanto, se encontra na misericórdia de Deus. O exílio, que conduz a humanidade à morte, será ao mesmo tempo um “caminho de resgate”. Com a eleição de Abraão (cf. Gn 12,1-4) começa a história da reconciliação do gênero humano com Deus, com seu próximo e com o criado, pela via da obediência⁹. Essa é a temática da segunda parte do livro do Gênesis, que fala dos antepassados de Israel (cf. Gn 12-50): Abraão e Sara (cf. Gn 11,27-25,11); Isaac e Rebeca (cf. Gn 25,19-26,33); Jacó e suas esposas Lia e Raquel, e seus filhos (cf. Gn 27-35); José e seus irmãos (cf. Gn 37-50).

Tudo começa com um casal de migrantes. Abraão e Sara vêm de Ur dos caldeus (cf. Gn 11,31; 15,7; Ne 9,7; Js 24,2-3). Eles atravessam a terra prometida, de Siquém e Betel até o Negueb (cf. Gn 12,6.8.9), depois descem ao Egito (cf. Gn 12,10-20). Do Egito retornam em Betel (cf. Gn 13,3-4), antes de habitarem junto ao carvalho de Mambré, próximo ao Hebrom (cf. Gn 13,18). Em seguida, são encontrados novamente no Negueb (cf. Gn 20,1-18), depois em Bersabéia (cf. Gn 21,32-33; 22,19). Sara, contudo, morre e é sepultada no Hebrom (cf. Gn 23,2).

Abraão e Sara são o protótipo do migrante que deixou seu país de origem sem jamais voltar. No caminho Deus aparece a Abraão e lhe promete filho, bênção e terra; assegura-lhe ainda sua proteção e companhia. No país de imigração, Abraão e Sara percorram a terra motivados pelas promessas de Deus, mas também enfrentam fome (cf. Gn 12,10), ameaças (cf. Gn 12,18-10; 20,9-13), separações (cf. Gn 13), guerra (cf. Gn 14), injustiças (cf. Gn 21,22-32) e morte (cf. Gn 19; 22 e 23). Entretanto, Deus permanece fiel e cumpre suas promessas. Embora Sara fosse estéril (cf. Gn 11,30), gerou um filho para Abraão (cf. Gn 21,1-4). Na ocasião da morte de Sara, Abraão conseguiu comprar um campo com uma gruta sepulcral (cf. Gn 23,1-20)¹⁰ e ambos foram abençoados (cf. Gn 12,17; 17,16; 20,1-18).

Isaac é um personagem mais brando. Liga-se sobretudo ao poço de Laai-Rói (cf. Gn 24,62; 25,11). Embora tenha herdado de seu pai Abraão um campo com uma gruta sepulcral (cf. Gn 23,1-20), não se fixou ali, a não ser nas proximidades de sua

⁸ Cf. CIMOSA, Mario. *Dio e l'uomo: la storia di un'incontro*, p. 17-19.

⁹ Cf. FERNANDES, Leonardo Agostini (org.). *Bíblia e Catequese*, p. 51-52.

¹⁰ A compra do campo por Abraão foi um fato notório e sem precedentes, pois ao imigrante era permitido ter bens, mas era vetado comprar propriedade de terra no antigo oriente.

morte (cf. Gn 35,27-29). Protótipo do migrante interno, jamais deixou o seu país (cf. Gn 24,6; 26,2-3). Enfrentou algumas desavenças por causa de suas propriedades (cf. Gn 26,15-33), mas não há notícias de maiores dificuldades. Isaac também herdou de seu pai as promessas do Senhor (cf. Gn 25,5.11) e, ao lado de Rebeca, foi abençoado, teve filhos (cf. Gn 25,24-28) e muitos bens (cf. Gn 26,14).

Jacó é o protótipo do migrante refugiado, que sai de sua terra por causa da ameaça de morte por parte de seu irmão (cf. Gn 27,41-45; 28,1-3). Durante sua fuga, através de um sonho, o Deus de Abraão e Isaac aparece para Jacó, renova as promessas do dom da terra e de descendência numerosa, ademais lhe assegura sua companhia, condução e cuidados (cf. Gn 28). Jacó refugia-se, então, na terra natal de sua mãe, na casa do tio materno, que virá a ser seu sogro. Durante os vinte anos em Padã-Harã, na casa de Labão, Jacó viveu desventuras e alegrias (cf. Gn 29,1-30,1). Desventuras por ser enganado pelo sogro, de modo a casar-se com duas irmãs, por ser submetido ao trabalho servil e ingrato, por sentir-se ameaçado pelos filhos de seu sogro e pelo próprio sogro. Alegrias por casar-se com a mulher amada, por gerar doze filhos e ser abençoado por Deus.

Diante de novas ameaças no país de refúgio, Deus aparece novamente a Jacó e ordena-lhe de retornar à sua casa paterna, em sua pátria (cf. Gn 31,3). Jacó foge, então, com sua família e seus bens. Durante a fuga, Jacó foi perseguido (cf. Gn 31,22-42), estabeleceu fronteiras e acordos de paz (cf. Gn 31,42-54), foi tomado de medos avassaladores (cf. Gn 32,4-22; 33,1-4), lutou com Deus e com homens (cf. Gn 32,23-33), teve sua única filha violentada e raptada (cf. Gn 34) e viu seus filhos fazerem numerosas vítimas em Siquém, vendo-se obrigado a fugir novamente (cf. Gn 34,25-31). Na fuga para Betel perdeu a esposa amada (cf. Gn 35,19) e ganhou mais um filho (cf. Gn 35,18). Com a bênção de Deus, Jacó chegou em paz ao seu destino, em tempo de reconciliar-se com seu irmão e sepultar seu pai (cf. Gn 35,27-29).

Jacó, portanto, passa vinte anos em Harã, isto é, na Mesopotâmia, e termina sua vida no Egito, mas será sepultado na terra de Canaã (cf. Gn 50,1-13). No mesmo túmulo foram sepultados Abraão e Sara, Isaac e Rebeca, Jacó e Lia (cf. Gn 49,31).

O que Abraão foi convidado a abandonar (cf. Gn 12,1-4a), Jacó foi convidado a retomar (cf. Gn 31,3): a terra natal, a parentela e a casa paterna. Ambos são migrantes e caminham pelo desconhecido. Abraão é apresentado como paradigma da partida sem retorno, enquanto Jacó é o paradigma da partida com retorno, símbolo da astúcia, que incorpora a ética da viagem, do transitório e da adaptação às adversidades circunstanciais (cf. Gn 31,4-13).

A história de José (cf. Gn 37-50) é diferente das narrativas dos demais ancestrais, ele retrata a vida de um hebreu da "diáspora". Embora sua história de migração surja dos conflitos entre seus irmãos, tendo como consequência a venda de José a uma caravana

de mercadores, o que em palavras modernas significaria tráfico de pessoas, a vida de José no Egito foi um sucesso. José tornou-se muito rico e poderoso: “hoje se diria que é o primo da América, felizardo, rico, bem colocado, capaz de ajudar os pobres membros da família que ficaram na própria pátria... a família vai ao seu encontro na ‘América’, quer dizer no Egito, para fugir da carestia e da fome”¹¹, de tal modo, demonstra que o poder não serve somente para oprimir, mas para salvar, colocando-se a serviço dos menos favorecidos.

Na história de José, viver no exterior não é um problema, não há dificuldades quanto à alimentação, ao culto, à língua ou aos matrimônios mistos. José se casa com a filha de um sacerdote egípcio (cf. Gn 41,45). Parece que foram esquecidas as recomendações de Abraão ao seu servo quanto ao matrimônio de Isaac (cf. Gn 24,1-4), ou de Rebeca e Isaac quanto ao matrimônio de seus filhos (cf. Gn 27,46; 28,1-2). Os conflitos familiares acabaram bem. A história de José gera esperança e coragem no povo que se encontra em situações semelhantes.

A história, todavia, nem sempre é ascendente e linear. Após a morte de José, chegou ao poder um faraó que não conheceu José e usou de seu poder para oprimir e perseguir os filhos de Israel (cf. Ex 1,8). Este tipo de política também não é estranha em nossos dias. Dependendo de quem está no comando as fronteiras tornam-se porosas, os migrantes podem entrar no país, trabalhar, construir sua vida, enquanto as autoridades fazem vistas grossas para questões de documentação e permanência. Basta que se mude de governo e de política para se empreender uma perseguição aos imigrantes, fechamento de fronteiras e deportações em massa.

Foram anos de amargura dos filhos de Israel no Egito. O faraó não queria deportá-los, porque a mão de obra era conveniente para o país, mas temia que o bem-estar acelerasse o crescimento populacional, o que poderia ser uma ameaça ao seu poder. Em decorrência disso, além de explorar a força de trabalho, estabeleceu normas de controle de natalidade para os imigrantes (cf. Ex 1-2).

Deus ouve o grito do imigrante oprimido, submetido ao trabalho servil, insano e desumano, Deus vê a que situação chegou seu povo e se compadece. Inicia-se, então, um longo relato sobre a origem do povo de Israel nascido sobre a guia de Moisés. Este se articula em quatro sessões: a história do êxodo ou saída do Egito (cf. Ex 1-15); os relatos sobre a permanência no deserto (cf. Ex 15-18; Nm 11-34); a longa permanência de Israel junto ao monte Sinai (cf. Ex 19-Nm 10); e, por fim, os quatro discursos de Moisés, pronunciados em Jericó no último dia de sua vida, que formam o quinto livro do Pentateuco, o Deuteronomio.

¹¹ SKA, *O Antigo...*, *op. cit.*, p. 44.

O caminho do antigo Israel, do Egito a Canaã, se distingue pela libertação, constituição e consagração como propriedade particular de Deus (cf. Ex 19,3-8). A eleição deste povo migrante, dentre os demais povos da terra, tem uma finalidade específica: dar a conhecer o seu Deus aos outros povos pela justiça (cf. Dt 7,1-16), o que inclui não tratar o migrante que estiver em seu meio como foram tratados quando eram migrantes¹². A pedagogia divina, usada na eleição e condução do antigo Israel, visa conduzi-lo ao caminho da promoção do bem, da justiça, da verdade, da solidariedade e da inclusão social.

1.2. Algumas figuras e temas relacionados à mobilidade humana

Não é possível aprofundar aqui os numerosos exemplos de figuras e temas pertinentes presentes na Bíblia, por isso faz-se a opção de tratar algumas especificidades.

1.2.1. Agar: mulher, mãe solteira e refugiada

¹⁰ E o anjo do Senhor ainda lhe disse: “Multiplicarei numerosamente tua descendência; não se contará de tão numerosa”. ¹¹ Ainda lhe disse o anjo do Senhor: “Eis que estás grávida e darás à luz um filho e o chamarás pelo nome de Ismael, porque o Senhor escutou tua aflição. ¹² Ele será um asno selvagem de homem: sua mão será com todos e a mão de todos será com a dele; ele habitará na presença de todos os seus irmãos”. ¹³ Então ela chamou o Senhor que lhe estava falando pelo nome: “Tu és El Roi”, pois disse: “Será que ainda verei aqui, após aquele que me viu?” (Gn 16,10-13).

Sara, impedida de dar à luz, vê em sua serva a possibilidade de edificar-se (Gn 11,30; Gn 15,2-4; 16,1-2). A legislação mesopotâmica previa que uma esposa estéril poderia dar sua serva para seu marido, sendo que por essa via o filho da relação pertenceria à senhora (cf. Gn 16, 3-4; Gn 30,1-6.9-13). O plano de Sara não obteve sucesso e a fertilidade de Agar tornou-se uma ameaça (cf. Gn 16,4-5). A mesma legislação prescrevia que, se a serva estivesse grávida, não poderia ser despedida¹³. Para conter Agar, Sara a oprime e Agar foge (cf. Gn 16,6).

Este relato é surpreendente, pois o narrador se preocupa em apresentar a sorte de uma mãe solteira, no exterior. Agar é a serva estrangeira de Sara, proveniente do Egito. A ironia do relato é notável: uma egípcia é escrava dos hebreus na terra da promessa; quando a sequência textual fará dos hebreus escravos no Egito. Agar não participa diretamente da eleição de Abraão, portanto, não estaria incluída entre o povo herdeiro

¹² Cf. O refrão: “pois fostes imigrantes na terra do Egito” se repete em: Ex 22,20; 23,9; Lv 19,34; 25,33; Dt 10,29; 1Cr 29,25.

¹³ Cf. TEUBAL, Savina J. *Hagar the egyptian*, p. 73-86.

das promessas de bênção, filho e terra. Diversos epítetos acentuam a inferioridade de seu *status*: é mulher, é escrava, é estrangeira, porque é egípcia.

Abraão e Sara não se referem a Agar pelo nome, deste modo lhe negam até mesmo sua identidade. O anjo do Senhor, no entanto, a chama pelo nome, revelando que Deus a conhece e acompanha. O relato não hesita em fazer de Agar a primeira mulher de toda a Bíblia à qual Deus faz uma promessa semelhante à de Abraão: “Multiplicarei numerosamente tua descendência; não se contará de tão numerosa” (Gn 16,10; 22,17); e anuncia o nascimento de um filho. O nome do filho de Agar é Ismael, que significa “Deus ouve”. Embora o relato não apresente o modo como Agar dirigiu-se a Deus, sabe-se que ela foi ouvida na sua aflição. Deus ouve as orações mudas dos migrantes e refugiados oprimidos em terras estrangeiras. A salvação de Deus supera fronteiras de etnia, sexo, classe social¹⁴.

Deus ouviu os gritos da criança e o Anjo de Deus, do céu, chamou Agar, dizendo: ‘Que tens, Agar? Não temas, pois Deus ouviu os gritos do menino, do lugar onde ele está. Ergue-te! Levanta a criança, segura-a firmemente, porque eu farei dela uma grande nação. Deus abriu os olhos de Agar e ela enxergou um poço. Foi encher o odre e deu de beber ao menino. Deus esteve com ele; ele cresceu e residiu no deserto... (Gn 21,17-21).

Novamente Agar reaparece, agora com o filho de sua promessa (cf. Gn 21,10-16), ambos imigrantes expulsos, a pão e água, da tenda de Abraão e Sara. Eles não são herdeiros da aliança de Deus com Abraão. Mas, para a surpresa do ouvinte-leitor, Deus ouve os gritos da criança e abre os olhos da mulher, egípcia, refugiada, sem teto, sem esperança, destrocada física e emocionalmente. A força desta narrativa é inenarrável.

No Egito, os filhos de Israel não conheciam a Deus. Moisés não conhecia a Deus. Tanto que Moisés pergunta o nome de Deus. Agar, a refugiada sem destino certo, dá um nome para Deus: “Tu és o El-Roi” (Gn 16,13), que significa o “Deus que vê”. De fato, Deus viu Agar e a fez ver, quando ela já não via. A experiência de Agar não é diferente da experiência de tantos migrantes. Quantos migrantes e refugiados relatam que só chegaram ao destino por graça de Deus, que Deus foi a presença e a única certeza que os fortalecia e acompanhava durante os percalços da travessia?¹⁵

A história se repete, mas ao contrário. Os filhos de Israel estão no Egito, sob o jugo de um faraó extremamente opressor:

Muito tempo depois, morreu o rei do Egito, e os israelitas, gemendo sob o peso da servidão, gritaram: e do fundo da servidão o seu clamor subiu até Deus. E Deus ouviu os gemidos; Deus lembrou-se de sua aliança com Abraão, Isaac e Jacó. Deus viu os israelitas e se fez conhecer... (Ex 2,23-25).

¹⁴ Cf. SKA, *O canteiro...*, op. cit., p. 70-72.

¹⁵ Cf. SANTOS, Neuza Botelho dos. *Enfrentamento Religioso em Situação de Migração: Migração e Esperança*.

No diálogo com Moisés, o Senhor diz:

Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi o seu grito por causa de seus opressores; pois eu conheço as suas angústias. Por isso, desci a fim de libertá-los da mão dos egípcios, e para fazê-los subir desta terra para uma terra boa e vasta, a terra que mana leite e mel.... vai, pois, e eu te enviarei ao Faraó, para fazer sair do Egito o meu povo, os Israelitas... (Ex 3,7-12).

Deus não é indiferente à dor e ao sofrimento do migrante, independente da nacionalidade ou religião, pertença ao povo eleito ou não. Aliás, Agar é Egípcia e Deus salvou sua vida e a de seu filho, garantindo-lhes prosperidade. Deus não é imparcial, está do lado dos fracos. Deus ouve e desce para consolar e socorrer o grito desesperado do filho de Agar, dos filhos de Israel, e dos filhos dos migrantes e refugiados aflitos sobre o peso da opressão.

À pergunta: onde está Deus, diante do sofrimento? Pode-se afirmar que Deus está com o sofredor, com o pobre, com o excluído, com o marginalizado, com o oprimido, com os migrantes e com os refugiados. Ele desce e se faz migrante com o migrante, refugiado com o refugiado. No livro de Ezequiel (cf. Ez 8,1-18), o profeta narra a glória de Deus deixando o templo para ir ao encontro dos exilados.

Não basta saber da realidade dos migrantes, é preciso ouvi-los, é preciso vê-los, é preciso senti-los. Refugiado não é um dado, não é uma quantidade. O refugiado é uma pessoa, tem um nome, uma identidade, uma história e não escolheu a situação que se encontra, por isso, assisti-los é um dever universal.

1.2.2. Imigrante ou nativo: “todos são iguais perante a lei”

Na Bíblia é possível encontrar diversos textos, legislativos e narrativos, que confirmam o princípio fundamental da igualdade entre todos os membros do gênero humano. Certamente, existem outros tipos de textos, com mentalidades que afirmem a superioridade de Israel sobre outras nações (cf. Dt 26,19; 28,1). Contudo, ao lado desses textos, há outros contrários, pelos quais é possível descobrir valores fundamentais para uma sociedade justa e inclusiva¹⁶.

Entre os códigos legislativos do Antigo Israel¹⁷, em relação ao imigrante (*ger*), o livro do Êxodo traz ao menos sete passagens em favor da igualdade legislativa entre

¹⁶ Cf. SKA, *O canteiro...*, op. cit., p. 63-64.

¹⁷ O Decálogo (Ex 20,2-17 e Dt 5,6-21); Código da Aliança (cf. Ex 20,22-23,19), comunicado pelo Senhor a Moisés no Sinai; Lei da Santidade (cf. Lv 17-26), transmitida a Moisés pelo Senhor durante a permanência do povo no deserto; Código Deuteronômico (cf. Dt 12-26), promulgado por Moisés em Moab, antes da conquista de Canaã.

o imigrante e o nativo¹⁸, inclusive autorizando o imigrante a participar da páscoa do mesmo modo que o nativo (cf. Ex 12,19.48.49). Quatro destas passagens estão inscritas no código da aliança (cf. Ex 20,10; 22,20; 23,9.13). A lei da Santidade traz pelo menos dezesseis artigos que tratam o imigrante (*ger*) como o povo da terra¹⁹. Ademais, o mandamento do amor ao próximo define o próximo como imigrante (*ger*: Lv 19,34; Dt 10,19). Também o livro de Números apresenta nove passagens defendendo a validade da lei tanto para o nativo, quanto para o imigrante (*ger*)²⁰. O livro do Deuteronômio traz diversas prescrições favoráveis ao imigrante (*ger*) e, em suas leis, o inclui na tríade social: o imigrante, o órfão e a viúva²¹. Acentuando, Deus ama o imigrante, provendo-lhe em suas necessidades, e outorga a Israel o mandamento de amar o imigrante.

Pois, o Senhor vosso Deus, que é o Deus dos deuses e o Senhor dos senhores, o Deus grande, poderoso e temível, que não faz acepção de pessoas e não aceita suborno, faz justiça ao órfão e à viúva, ama o imigrante dando-lhe pão e veste, portanto, amareis o imigrante, pois fostes imigrantes na terra do Egito (Dt 10,17-19).

Na narrativa, a voz de Deus traduz em forma de lei seu amor e seu cuidado pelo imigrante. No Código Deuteronômico (cf. Dt 5; 12-26), o órfão, a viúva e o imigrante são os beneficiários de quatorze leis de assistência e promoção social, referentes ao repouso semanal (cf. Dt 5,14), aos sacrifícios (cf. Dt 12,7.12), ao dízimo anual e aos primogênitos (cf. Dt 12,18; 14,26-27), ao dízimo trienal (cf. Dt 14,29; Dt 26,12-13), à oferta dos primogênitos (cf. Dt 15,20), às festas de Pentecostes (cf. Dt 16,11) e das Tendões (cf. Dt 16,14), ao feixe esquecido durante a colheita (cf. Dt 24,19), à respiga (cf. Dt 24,20.21) e às primícias (cf. Dt 26,11)²². O Código Deuteronômico é um conjunto de leis orgânico, lógico e completo que indica o caminho para uma sociedade sem empobrecidos e excluídos, alternativa e solidária, projetando a possibilidade de um mundo novo e diferente.

Desse modo: “Deus faz justiça ao órfão e à viúva, ama o imigrante dando-lhe pão e veste” (Dt 10,18). Não basta, porém, ser justo com o imigrante, assegurando-lhe o mínimo para sobreviver, é preciso amá-lo (cf. Dt 10,19), porque o amor é a garantia da identidade do imigrante como pessoa humana criada à imagem de Deus (cf. Gn 1,26-27). Mais que os benefícios sociais, qualquer imigrante, independentemente de sua raça, cor ou religião, necessita de respeito, acolhida, solidariedade, reconhecimento, empatia, oportunidade. De fato, as expressões de amor são indispensáveis para superar os traumas da migração.

¹⁸ Cf. Ex 12,19.48.49; 18,2; 20,10; 22,20; 23,9.

¹⁹ Cf. Lv 16,29; 17,8.10.12.13.15; 18,26; 19,10.33.34; 20,2; 22,18; 23,33; 24,16.22.

²⁰ Cf. Nm 9,14; 15,14.15.16.26.29.30; 19,10; 35,15.

²¹ Cf. Dt 10,18; 14,29; 16,11.14; 24,19.20.21; 26,12.13; 27,19.

²² Cf. KRAMER, Pedro. Estrangeiro, órfão e viúva na legislação deuteronômica, p. 247-262.

1.2.3. *Era migrante e me acolheste*

Das passagens neotestamentárias, a mais interessante e original sobre o estrangeiro é, sem dúvida, a cena do juízo final do evangelho de Mateus (cf. Mt 25,31-46). Nela a palavra *Xenos*, isto é, estrangeiro, aparece quatro vezes (cf. Mt 25,35.38.43.44). Termo que, em geral, se refere ao indivíduo que pertence a um povo diferente (cf. Mt 27,7; At 11,18; Ef 2,12.19). Deve-se considerar que à época de Jesus este termo talvez não possuísse o sentido técnico como se entende hoje, mas sugere uma ideia de estranheza, seja relativo à língua, ao país, ao grupo social ou à religião.

O texto de Mt 25,31-46, portanto, refere-se a uma pessoa que não é do país e que carece dos apoios necessários para manter sua vida e dignidade, por se tratar de uma pessoa deslocada. O acento recai em sua situação de insegurança e vulnerabilidade social, aspectos que confirmam o fato de que Jesus os inclui no grupo dos famintos, sedentos, nus, enfermos e encarcerados.

Acolher (*synagein*) implica a ideia de incluir o estrangeiro na família ou na comunidade, considerando-o como parte integral destas para todos os efeitos. Esta atitude em relação ao estrangeiro é entendida como um gesto de misericórdia, reflexo da misericórdia de Deus: “Bem-aventurados os misericordiosos, porque encontrarão misericórdia” (Mt 5,7).

A novidade desse texto se encontra na auto-identificação de Jesus com o estrangeiro que necessita de ajuda, significando que a solidariedade com o estrangeiro não é apenas um ato de justiça, tampouco unicamente uma expressão de amor, mas uma genuína solidariedade com Jesus, porque no estrangeiro, como no faminto, no sedento, no nu, no enfermo e no encarcerado, se encontra o Senhor²³.

Esta passagem revela a real dignidade da pessoa do estrangeiro em situação de vulnerabilidade social. De fato, o estrangeiro é imagem e semelhança de Deus, é o próprio Cristo que vem ao nosso encontro. Cristo se vincula diretamente com essa pessoa, suscitando o desconcerto diante de algo que jamais se havia ouvido ou imaginado: “o estrangeiro sou eu”. A hospitalidade se converte, por conseguinte, num dever que repercute no destino final das pessoas, um destino que dependerá do fato de terem ou não acolhido hospitaleiramente o estrangeiro.

O Senhor apresenta a acolhida ao migrante como critério de salvação, como critério chave para abrir as portas do céu. A acolhida ao migrante, nesta ótica, é via de salvação.

²³ Cf. CALDUCH-BENAGES, Nuria. *Saboreando la Palabra*, p. 61-63.

2. SOBRE O SERVIÇO PASTORAL COM MIGRANTES A PARTIR E COM A BÍBLIA

A Palavra de Deus é o coração de toda atividade eclesial²⁴. A Igreja, ao longo dos anos, amadureceu a reflexão da inadequação da expressão “pastoral bíblica”, como uma pastoral ao lado das demais, porque a Bíblia deve ser o fundamento, o coração, a alma de qualquer atividade eclesial²⁵. De tal modo que hoje é mais adequado dizer “animação bíblica da pastoral”²⁶, pois a Bíblia é o coração, enquanto princípio vital da ação da Igreja e de sua missão de anunciar Cristo e fazer acontecer o Reino de Deus.

A animação bíblica do serviço pastoral com os migrantes deve ser voltada primeiramente aos cristãos que se sentem chamados a colaborar com essa missão da Igreja. Nesse sentido, a Bíblia, a partir de seus inúmeros testemunhos, deve ser a matéria prima para a formação dos agentes de pastoral. Recomenda-se, então, a reflexão, a oração, o confronto entre os testemunhos bíblicos e a experiência dos migrantes, a fim de preparar o cristão para atuar no mundo da mobilidade humana, praticando a caridade de Cristo para com os migrantes.

Sugere-se, ademais, intensificar a formação, pois o conhecimento e aprofundamento dos ensinamentos bíblicos são indispensáveis para a sensibilização e formação dos fiéis em geral, nas diversas paróquias e conselhos pastorais paroquiais para que descubram e vivam a espiritualidade da comunhão, da partilha, do diálogo, da acolhida, adequando-se às constantes mudanças.

A Igreja local, igualmente, precisaria compreender a importância da pastoral dos migrantes desde seus fundamentos bíblicos e estar aberta para acolher seus filhos que vêm de outras terras: testemunhando a universalidade do catolicismo; acolhendo os migrantes e os refugiados e ajudando-os a serem protagonistas na Igreja e na sociedade; motivando-os a descobrir o papel de sua cultura e religiosidade em seu caminho pessoal, na constituição de sua família e na educação de seus filhos; colaborando para que os migrantes saiam do anonimato para arriscar a proximidade, a relação, o diálogo e o reconhecimento na nova sociedade.

O conhecimento, a interiorização e assimilação dos fundamentos bíblicos são imprescindíveis para se passar de um discurso etnocêntrico para um discurso católico, de uma identidade estática para uma identidade dinâmica, de uma visão unilateral para uma visão multifacetada, do discurso da tolerância para a prática do respeito, do amor, da inclusão.

²⁴ *Dei Verbum*, 1.

²⁵ Cf. RETAMALES, Santiago Silva. *A Palavra de Deus*, p. 5-9.

²⁶ Cf. SALAZAR, Gabriel Naranjo. *Da Pastoral Bíblica à Animação Bíblica da Pastoral*, p. 38-45; RETAMALES, Santiago Silva. *A animação Bíblica da Pastoral*, p. 9-23.

Os textos bíblicos são lentes para ver o migrante sobre a ótica de Cristo. Os textos bíblicos são, igualmente, colunas que ajudam a edificar uma igreja na qual ninguém se sinta estrangeiro: “significando que, por intermédio do Evangelho, os não-judeus são igualmente herdeiros com Israel, membros do mesmo corpo e co-participantes da promessa em Cristo Jesus” (Ef 3,6), onde os migrantes não se sintam estrangeiros: “já não sois estrangeiros e peregrinos, mas concidadãos dos santos, e sois da família de Deus” (Ef 3,19).

Em diversos textos Jesus está dialogando com estrangeiros: a mulher siro-fenícia (cf. Mt 7); a samaritana (cf. Jo 5); o centurião de Cafarnaum (cf. Lc 7,1-10; Mt 8,5-13); Maria de Magdala (cf. Jo 20). O agir de Jesus, numa sociedade multicultural é em si mesmo uma sugestão para o serviço pastoral com os migrantes: promover diálogos que tornem possível a convivência entre as diversas expressões culturais, deixar seguranças “dogmáticas” para ir ao encontro do outro, acolhê-lo, escutá-lo e interagir com ele.

No âmbito do pluralismo religioso e cultural, o diálogo possibilita o conhecimento e o enriquecimento recíproco, superando as fronteiras da ignorância, da intolerância, dos preconceitos. Dialogar significa reconhecer e respeitar o outro como pessoa, seus valores e convicções, sem necessariamente abrir mão de sua própria identidade, cultura ou fé. O diálogo é um espaço privilegiado onde os corações se abrem ao acolhimento e partilha da Palavra de Deus, enquanto anúncio da vitória do amor sobre o ódio, da vida sobre a morte.

CONCLUSÃO

A Bíblia oferece um vasto e rico campo de abordagens para a temática da migração²⁷. Os principais filões – o reconhecimento da condição de imigrante, a relação com os imigrantes, o amor de Deus para com o migrante, fazendo-se migrante com os migrantes – estão intrinsecamente interligados e percorrem transversalmente as escrituras. A centralidade do tema migratório é confirmada pela significativa presença de motivos a ele relacionados: a terra, o sair e entrar, o caminho, a peregrinação, o viver como imigrante na terra, hospitalidade e acolhimento, a legislação do estrangeiro, a diversidade dos povos e dos idiomas, as relações com os povos vizinhos, e, sobretudo, a revelação de um Deus itinerante, que habita numa tenda e caminha com seu povo.

O registro das experiências do povo de Deus, com suas etapas bem definidas saída do Egito e exílio da Babilônia, bem como a localização geográfica da terra prometida numa faixa territorial que desde sempre foi um corredor de passagem, confirmam a

²⁷ Cf. FUMAGALLI, *op. cit.*, p. 33-62; TASSELLO, Giovanni Graziano. Teologia pastoral e migrações, p. 166-196; CAMPESE, Gioacchino. La Théologie et les Migrations: La redécouverte d'une dimension structurelle de la foi chrétienne, p. 135-155.

relevância e a centralidade do tema da mobilidade humana para o testemunho bíblico. Ademais são numerosas as figuras positivas de imigrantes que o testemunho bíblico oferece: os hospedes de Abraão, Agar, a estrangeira Tamar, a viúva de Sarepta, o Sírio Naamã, a moabita Rute, os habitantes de Nínive, a Samaritana, a mulher estrangeira, o oficial de justiça, e o próprio Cristo que afirma “Era migrante e (não) me acolheste”.

A pluralidade dos testemunhos bíblicos, certamente, ajuda o agente de pastoral a fazer uma leitura de fé do fenômeno da mobilidade humana e a enxergar a pessoa do migrante na ótica da revelação divina. Para o migrante, o contato com o testemunho bíblico, através de grupos de reflexão e oração, pode proporcionar a identificação com um ou outro personagem ou experiência, de modo a ver, também em sua vida, o reflexo da ação libertadora de Deus, que caminha lado a lado com os migrantes e refugiados, fazendo-se Ele mesmo migrante com os migrantes, no empenho de construir uma sociedade mais bela pela diversidade e pela prática da justiça e da solidariedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDUCH-BENAGES, Nuria. *Saboreando la Palabra*. Navarra: Editorial Verbo Divino, 2012.
- CAMPESE, Gioacchino. La Théologie et lês Migrations: La redécouverte d’une dimension structurelle de la foi chrétienne. *Migrations Société*, Dossier: Les catholiques et lês migrations, v. 24, n. 139, 2012, p. 135-155.
- _____. Não és mais estrangeira nem hóspede: A teologia das migrações no século XXI. *Ciberteologia- Revista de Teologia & Cultura*, v. 8, n. 37, 2012, p. 63-94.
- CIMOSA, Mario. *Dio e l’uomo: la storia di un’incontro*. Torino: ElleDiCi, 1998.
- _____. *Genesis 1-11 alle origine dell’uomo*. Brescia: Queriniana, 1984.
- FERNANDES, Leonardo Agostini. *Rute*. São Paulo: Paulinas, 2012.
- FUMAGALLI, Anna. Ler a Bíblia no contexto migratório. *Ciberteologia- Revista de Teologia & Cultura*, v. 8, n. 37, 2012, p. 33-62.
- KRAMER, Pedro. Estrangeiro, órfão e viúva na legislação deuteronomica. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 18, n. 35, jul./dez. 2010, p. 247-264.
- MARIANNO, Lília Dias. La lei e los “fuera de la lei”. *Ribla*, n. 63, 2009, p. 45-53.
- RAMMINGER, Michael. Fuga, migración y derechos sociales globales. *Ribla*, n. 63, 2009, p. 91-100.
- RETAMALES, Santiago Silva. *A animação Bíblica da Pastoral*. São Paulo: Paulus, 2011.
- _____. *A Palavra de Deus*. São Paulo: Paulus, 2012.

- SALAZAR, Gabriel Naranjo. *Da Pastoral Bíblica à Animação Bíblica da Pastoral*. São Paulo: Paulus, 2011.
- SANTOS, Neuza Botelho dos. *Enfrentamento Religioso em Situação de Migração: Migração e Esperança*. Nova Edições acadêmicas, 2015.
- SKA, Jean-Louis. *O Antigo Testamento*. São Paulo: Paulus, 2015.
- _____. *O Canteiro do Pentateuco*. São Paulo: Paulinas, 2016.
- TASSELLO, Giovanni Graziano. Teologia pastoral e migrações. *Ciberteologia- Revista de Teologia & Cultura*, v. 8, n. 37, 2012, p. 166-196.
- TEUBAL, Savina J. *Hagar the Egyptian: the lost tradition of the matriarchs*. San Francisco: Haper & Row, 1990.

MEDIAÇÕES PARA UMA PASTORAL DA MOBILIDADE HUMANA

*Sidnei Marco Dornelas**

Existe um dito na Igreja que afirma que não existe missão sem missionários. Assim, seria justo dizer que a ação evangelizadora da Igreja junto aos migrantes¹ pressupõe a presença de um agente pastoral próximo a eles. Porém, como se daria de fato essa presença, no interior da complexidade da sociedade atual? Quando pensamos na especificidade da condição social vivida pelos migrantes, suas interações nos diversos ambientes em que se encontram, imaginamos que essa complexidade seria ainda maior. É nesse sentido que se coloca a questão sobre as modalidades em que se dá essa presença do agente de pastoral, ou as relações e mediações que é chamado a realizar em nome da ação evangelizadora da Igreja.

Nesse contexto, nossa atenção se volta para as formas pelas quais ele exerce as mediações pastorais, por meio das quais os migrantes se reconhecem como pertencentes à Igreja, e a Igreja se reconhece no modo de viver a fé dos migrantes. A proposta desse texto é justamente propor uma maneira sucinta de conceber como os diferentes níveis dessas mediações – social, eclesial e teológica – se articulam entre si tendo em vista esse objetivo das pastorais da mobilidade humana.

1. MEDIAÇÃO SOCIAL

A percepção e a interação com a condição social vivida pelo migrante é o pressuposto para o exercício da mediação social. Isso significa que é preciso ir além da mera classificação do tipo de migrante que temos diante dos olhos (migrante econômico, interno ou +estrangeiro, refugiado, trabalhador do mar, vítima de tráfico, trabalhador temporário...). A presença e aproximação em relação ao migrante dependem de uma

* Missionário Scalabriniano. Mestre em Ciências Sociais e Teologia Pastoral.

¹ Para fins de facilitar o desenvolvimento do texto, preferimos designar todas as pessoas em situação de mobilidade como “migrantes”, mesmo considerando que não corresponde à designação correta para a diversidade de situações de mobilidade humana.

atitude de escuta e da busca da compreensão sobre o modo como vive sua condição de deslocado. Pois, de fato, todo migrante vive sempre numa situação de “provisoriedade permanente”, num “entre-dois”, entre a realidade social que deixou e a nova realidade em que se insere, sempre provisoriamente. Sob essa ótica podemos perceber que o migrante, na verdade, é sempre um “emigrante-imigrante”, um “ausente presente” para aqueles que ele deixou no seu meio de origem, e que ainda contam com sua presença mesmo estando ausente; mas também é um “presente ausente” na sociedade que o recebe, na medida em que vive em seus interstícios e de forma invisível, em espaços segregados e marginais. Permanece num trânsito instável entre as práticas sociais e culturais que o formaram nos ambientes que deixou, e as práticas sociais e culturais da sociedade em que se encontra e nos quais busca se adaptar. Vive precariamente numa trajetória social marcada pela insegurança, sentindo-se permanentemente deslocado.²

Tendo presente essa condição de vida e as estruturas da sociedade de acolhida, a mediação social consiste, portanto, em mediar as relações entre os migrantes com seus grupos de referência, e os grupos e instituições que formam a sociedade em que se inserem. Concretamente, o exercício da mediação social começa com a ajuda aos migrantes para encontrarem as condições básicas de acolhimento. Trata-se da assistência humana básica: alimentação, abrigo, vestimenta, documentação, ensino da língua, intermediação junto aos organismos públicos. Para além do mero assistencialismo, a mediação social também se traduz na disponibilidade de instrumentos e canais institucionais para que possa se inserir, seja no mercado de trabalho, seja no uso de equipamentos públicos como a escola, instituições de saúde, de serviços jurídicos, entre outros. Nesse sentido, ao promover o protagonismo do migrante, faz o acompanhamento no seu esforço de organização coletiva por meio de suas associações, em que exerce sua cidadania, aprofunda o reconhecimento de seus direitos, enfim, se “empodera” na participação em suas entidades de representação social, cultural, política e religiosa. Por isso, a mediação social se coloca sempre ao lado das organizações autônomas dos próprios migrantes, para com elas ter uma incidência nas políticas públicas que garantam o reconhecimento e efetivação de seus direitos.

No entanto, enquanto se articula também com o espaço eclesial e, por conseguinte, aponta para o pertencimento à fé cristã, a mediação social possui aspectos mais complexos a serem considerados. O agente de pastoral age em nome da Igreja, à qual pertence por outros vínculos que transcendem uma mera relação profissional ou partidária. Em sua motivação fundamental, trata-se de uma relação que se institui através de um “chamado”, uma “vocação” de ordem religiosa, que apela para outros

² Para um entendimento sobre a condição social do migrante, cf. os estudos de SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração, ou os paradoxos da alteridade*, de maneira especial p. 45-72. Cf. também DORNELAS, Sidnei M., NASSER, Ana Cristina. *Pastoral do Migrante: relações e mediações*, p. 155-156.

sentidos de pertencimento. Mesmo em se tratando de uma mediação social, o agente de pastoral, em nome da Igreja, atua não simplesmente como um assistente social, ou um “intelectual orgânico”, ou um “educador popular”, ou um assessor político, ou como um voluntário filiado a uma ONG. Se o contato e a relação estreita com os migrantes fazem a credibilidade da atuação do agente de pastoral junto à Igreja, como sua presença missionária junto aos migrantes, a credibilidade do agente de pastoral junto aos migrantes, como missionário de Igreja, se faz pelo seu testemunho de fé.

Nas realidades cotidianas que marcam a condição social do migrante, o agente de pastoral busca criar as oportunidades para despertar o cultivo da fé e tecer as relações que ensejem a formação da comunidade cristã, a partir das práticas sociais e culturais dos migrantes. Sua presença e proximidade nos espaços segregados das cidades em que eles vivem, marcados pela invisibilidade social, na solidariedade com sua busca de afirmação de direitos, na escuta de suas experiências de vida ou de deslocamento frente à ordem nacional, cultural e religiosa dominante, na valorização de seu modo de viver, rezar e festejar – esse acompanhamento cotidiano do agente de pastoral junto aos migrantes pode criar a relação de confiança necessária para que possam realizar seu modo próprio de se organizar como comunidade cristã. Assim são postas as bases sociais para o diálogo pastoral, necessárias para a reformulação da vivência da fé no contexto da sociedade globalizada, e que podem mediar outras formas de vivenciar o pertencimento eclesial.

2. MEDIAÇÃO ECLESIAL

Por mediação eclesial entendemos o exercício das relações que permitem a construção da comunidade eclesial entre os migrantes, em que os migrantes possam se reconhecer de fato como pertencentes à Igreja. A questão de fundo, portanto, é a do pertencimento dos migrantes à Igreja local, e o reconhecimento por parte da Igreja local da comunidade dos migrantes em seu autêntico modo de vivenciar a sua fé. Trata-se de um verdadeiro tema missionário. Os migrantes, vivendo na condição do “entre dois”, também se percebem como deslocados na vivência de sua prática de fé. Eles vivenciam o desencontro entre as tradições legadas de seu meio de origem, ou das comunidades por que passaram anteriormente, e as práticas e normativas que os enquadram nas comunidades eclesiais que se propõem (ou não) a acolhê-los. Trata-se de uma nova realidade missionária que a Igreja tem pela frente: como fazer comunidade de fé entre os migrantes, com os migrantes, e que seja de fato dos migrantes.

Nos últimos dez anos, a partir da Conferência de Aparecida (2007), as Igrejas particulares da América Latina e do Caribe foram chamadas a se colocar em “estado permanente de missão”: sair “de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral

decididamente missionária”.³ Na verdade, tratava-se do desafio da reforma da Igreja em vista da missão, que os bispos então chamaram de “conversão pastoral”, e que o Papa Francisco atualizou para toda Igreja. Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o documento programático de seu Pontificado, convocou a todos para serem uma “Igreja em saída”, inteiramente missionária: “a ação missionária é o paradigma de toda obra da Igreja”.⁴ Seja a concretização da convocação da Conferência de Aparecida, por meio do projeto da Missão Continental, sejam as indicações presentes na *Evangelii Gaudium*, todas apontam para o exercício da mediação eclesial junto aos migrantes enquanto pastoral missionária entre os “afastados”, nas “periferias existenciais” do mundo contemporâneo.

Nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, inspiradas em Aparecida e na *Evangelii Gaudium*, e que foram aprovadas em duas Assembleias Gerais da CNBB, para dois quadriênios (2011-2015; 2015-2019), encontramos indicações sugestivas para o exercício dessa mediação como pastoral missionária. Depois de afirmar que a Igreja local deve se perguntar pelos “grupos humanos ou as categorias sociais que merecem atenção especial e lhes dar prioridade no trabalho de evangelização”⁵ e lembrar que entre eles se encontram os grupos marginais das periferias, os trabalhadores em mobilidade, os nômades, as Diretrizes dão uma orientação clara para a realização da pastoral missionária junto aos migrantes:

As missões populares, em suas diversas modalidades, respondendo ao apelo da Missão Continental, têm se mostrado um caminho eficaz de evangelização. Também as visitas sistemáticas nos locais de trabalho, nas moradias de estudantes, nas favelas e nos cortiços, nos alojamentos de trabalhadores, nas instituições de saúde, nos assentamentos, nas prisões, nos albergues e junto aos moradores de rua, entre outros, são testemunho de uma “Igreja em saída”, que se sente interpelada a buscar maior organicidade e eficácia neste serviço.⁶

Esse parágrafo é particularmente rico em indicativos para o exercício da mediação eclesial. Em primeiro lugar, a afirmação das “missões populares” como prática de “visitas sistemáticas” deixa muito claro a necessidade de se fazer presente nos locais em que se encontram os migrantes, para se manter um relacionamento constante com eles. Importa destacar que existem várias modalidades de se fazer missão, que as metodologias podem ser variadas, mas todas elas implicam uma “saída”, uma aproximação e uma atitude de escuta, e dessa forma são “testemunhos” de uma Igreja que se faz próxima dos migrantes. Mesmo a citação de vários exemplos de ambientes em que o agente

³ CELAM. *Documento de Aparecida*, n. 370.

⁴ FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), n. 15.

⁵ CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019*, n. 75.

⁶ *Ibidem*, n. 77.

de pastoral realiza sua pastoral missionária é indicativa de lugares em que os migrantes podem ser encontrados, e onde podem estar “padecendo” a especificidade de sua condição social (nos locais de trabalho, nas prisões, nos albergues, nos alojamentos de trabalhadores e estudantes, nas instituições de saúde...). Por fim, o parágrafo fala na necessidade de “organicidade e eficácia nesse serviço” da ação evangelizadora, que pode ser entendido que essa mediação junto aos migrantes só tem sentido na medida em que presta um serviço pastoral organizado também à Igreja, não só inserindo os migrantes na Igreja, mas também se fazendo reconhecer como verdadeira pastoral, presença missionária da Igreja junto aos migrantes.

O importante, mais uma vez, é salientar que por meio desses procedimentos se realiza a mediação eclesial, que pode criar as condições para a formação da comunidade de fé entre os migrantes. Por meio dessas práticas, pela atitude de escuta e proximidade, o agente de pastoral coloca-se junto com o migrante nesse “entre dois” de sua condição. Nesse sentido, o Papa Francisco detalha a dinâmica dessa mediação, descrevendo os passos de uma pastoral missionária: “A Igreja ‘em saída’ é a comunidade de discípulos missionários que ‘primeireiam’, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam”.⁷ Esses passos de uma metodologia missionária (tomar iniciativa, se envolver, acompanhar, valorizar os frutos, celebrar), são também passos que ajudam a criar os laços necessários à constituição da comunidade de fé, pois despertam a confiança e colocam as condições para a vivência coletiva da experiência religiosa. Essa experiência, vivida e celebrada na comunidade, nos pequenos gestos cotidianos da prática missionária, pode também permear tudo aquilo que foi citado acima como característico da mediação social (acolhimento, assistência, assessoria jurídica, práticas associativas, incidência política). Por meio delas, se constituem e se reforçam os laços que formam a comunidade eclesial entre os migrantes.

Mediações sociais e eclesiais, portanto, se constituem mutuamente, não sem contradições de toda sorte, com resistências dos migrantes por um lado, e por incompreensões e rigidez institucional da Igreja por outro. Sem a “conversão pastoral” não existe mediação pastoral possível. Porém, a disposição para realizá-la não basta, pois os descompassos entre as práticas sociais e culturais dos migrantes, suas formas de organização autônoma no meio social em que se inserem, por um lado, e as estruturas e normativas da Igreja, por outro, incluindo a própria formação do agente de pastoral, que condiciona o conteúdo e os métodos de sua ação pastoral, tudo demanda buscar caminhos de mediação em outro nível. É também na ordem da interação entre diferentes mentalidades que a necessidade dessa mediação se coloca. Numa sociedade multicultural, atravessada por várias formas de influência cultural, as formas genuínas de

⁷ EG, n. 24.

vivenciar a fé na comunidade cristã entre os migrantes recolocam em outros termos a problemática da inculturação, e logo a necessidade de uma mediação teológica.

3. MEDIAÇÃO TEOLÓGICA

O problema da mediação teológica se coloca para o agente de pastoral na medida em que se depara com o estranhamento entre sua formação teológica e eclesial, bem como a estrutura pastoral da Igreja à qual serve e representa, de um lado, e os significados das práticas culturais e religiosas vividas pelos próprios migrantes, de outro. Não é uma problemática nova. Desde os anos 1970, portanto já no contexto da sociedade pós-colonial, a reflexão missiológica, ao admitir os descompassos entre a fé da Igreja e as práticas sociais e culturais dos grupos a serem evangelizados, propôs a temática da “inculturação da fé”. Trata-se, mesmo hoje, de um entendimento inovador de transmissão da fé, tal como sugerido pela *Evangelii Nuntiandi* do Papa Paulo VI:

[...]atingir, e como modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras, e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da Salvação.⁸

Na verdade, no contexto da globalização e da sociedade multicultural, essa temática ganhou em complexidade. Frente à multiplicidade e diversificação das migrações, e os seus efeitos cumulativos criados pelos relacionamentos mútuos entre os diversos grupos, em que os referenciais culturais se misturam àqueles difundidos pela indústria cultural, as temáticas da inculturação, da transmissão da fé e da mediação teológica precisam ser repensadas. No entanto, a mediação teológica, tal como a mediação social e eclesial, parte do mesmo pressuposto: a proximidade e a escuta dos migrantes e seus grupos de referência. Pode-se dizer que essa necessidade da ação evangelizadora ganhou ainda mais relevância frente à complexidade do quadro social e cultural em que nos encontramos. Com efeito, o objetivo da ação evangelizadora, assumida pelo agente de pastoral junto aos migrantes, continua o mesmo: proporcionar aos migrantes a oportunidade do “encontro pessoal com Jesus Cristo”, de onde surge a experiência seminal e insubstituível que dá origem à sua caminhada de fé como “discípulo missionário”.⁹

A questão que se coloca é o modo como o agente de pastoral deve realizar essa tarefa singular de inculturação da fé, junto aos migrantes que vivenciam à sua maneira

⁸ PAULO VI. Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, n. 19.

⁹ Todo o primeiro capítulo do Documento de Aparecida introduz essa temática, que depois é desenvolvida longamente em seus outros capítulos. Quanto aos pressupostos teológicos para o anúncio de Evangelho daí decorrente, a EG discorre ao longo de sua terceira parte.

sua condição social, o “entre dois” entre diferentes concepções culturais e religiosas. Trata-se de grupos humanos que experimentam uma instabilidade constante, que colocam o desafio de uma inculturação da fé a partir de uma realidade “móvel, provisória e imprevisível”.¹⁰

O agente de pastoral, que exerce a prática da mediação social e eclesial junto aos migrantes, também é chamado a fazer o discernimento sobre quais modalidades transmitir a fé, tendo como pressupostos: de um lado, o saber popular dos migrantes, sua mentalidade religiosa, as práticas e tradições culturais já incorporadas, que expressam sua autocompreensão mais íntima; e de outro, o que propõe a riqueza da tradição da Igreja, a Palavra de Deus, o ensinamento advindo da prática missionária, de sua catolicidade, bem como as normas e estruturas de pastoral da Igreja particular em que se insere. Trata-se de algo como uma “hermenêutica prática”, uma forma de *habitus* desenvolvida ao longo da experiência de aproximação, diálogo e acompanhamento pastoral junto aos migrantes.¹¹

Inicialmente, podemos dizer que o campo do exercício da “hermenêutica prática” é o mesmo de toda pastoral: na catequese, por ocasião da celebração de sacramentos e sacramentais, quando da escuta e partilha da Palavra de Deus, nos diferentes momentos de oração e práticas litúrgicas, nos encontros dos diferentes grupos de pastoral. Mas, a experiência da “hermenêutica prática” deve ser talvez ainda mais aguçada nos momentos não previstos de escuta da expressão da vivência da condição do migrante. O aprendizado do agente de pastoral, a fim de poder realizar a mediação teológica entre a Igreja e os migrantes, pressupõe a convicção de que existe um *sensus fidei*, um instinto da fé dos migrantes atuando em todas as suas vivências cotidianas. Dessa forma, segundo a *Evangelii Gaudium*, eles também podem exprimir uma autêntica experiência de fé que pode enriquecer a vida da Igreja:

Como parte do seu mistério de amor pela humanidade, Deus dota a totalidade dos fiéis com um instinto da fé – o *sensus fidei* – que os ajuda a discernir o que vem realmente de Deus. A presença do Espírito confere aos cristãos uma certa conaturalidade com as realidades divinas e uma sabedoria que lhes permite captá-las intuitivamente, embora não possuam os meios adequados para expressá-las com precisão. (...) ...Todos devemos deixar que os outros nos evangelizem constantemente; isso não significa que devemos renunciar à missão evangelizadora, mas encontrar o modo de comunicar Jesus que corresponda à situação em que vivemos. Seja como for, todos somos chamados a dar aos outros o testemunho explícito do amor salvífico do Senhor, que, sem olhar às nossas imperfeições, nos oferece sua proximidade, a sua Palavra, a sua força, e dá sentido à nossa vida.¹²

¹⁰ DORNELAS, NASSER, *op. cit.*, p. 244-247.

¹¹ Cf. *Ibidem*, p. 261; para uma compreensão do conceito de “habitus”: BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*, p. 80.

¹² EG, n. 119. 121.

A partir dessa compreensão, a presença do agente de pastoral entre os migrantes exige a lucidez para reavaliar a sua presença também frente à Igreja. Dito de outra forma, em termos de uma “hermenêutica prática”, deveria tomar consciência de sua posição de “facilitador” e “tradutor” entre diferentes e desencontradas maneiras de exprimir e viver a fé – entre as autênticas expressões de vivência de fé dos migrantes e as estruturas de recepção da Igreja – em que é chamado a compreender sua própria condição de pertencimento à Igreja, enquanto agente de mediação. Exercer a mediação teológica significa então permitir que esse diálogo entre mundos de fé e vida tão diferentes possa se realizar, a partir do contexto e da condição social em que se encontram os migrantes. Nesse sentido, a mediação teológica pode ensinar a construção e formulação de uma “teologia contextual”, a partir da prática e vivências de fé dos migrantes em sua comunidade eclesial, na escuta da interpretação que fazem do conjunto de suas experiências de vida. Assim, nessa atitude de escuta entre os migrantes, a partir de seu sentido de pertencimento à Igreja (*sensus fidelium*), pode mediar e oferecer à Igreja a contribuição da experiência de fé tal como vividas e exprimidas pelos próprios migrantes.

Por fim, o objetivo da mediação teológica, enquanto parte de uma dinâmica relacional que pressupõe também a mediação social e eclesial, significa colaborar para que a Igreja cumpra o mandato missionário recebido pelo Senhor (Mt 28,19-20), e que constitui sua identidade mesma.¹³ No meio dos migrantes, em nome da Igreja, os agentes de pastoral atuam como missionários “intergentes”. E nesse sentido, devem eles também se deixar conduzir por uma espiritualidade própria, que anima essa “hermenêutica prática”, como forma de viver o compromisso missionário da Igreja na atualidade do mundo globalizado, entre o local e o global de uma sociedade complexa e multicultural. Por meio dessas mediações, em seus diferentes níveis de articulação, ele também é chamado a refazer na atualidade, a catolicidade da Igreja.¹⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse texto foi oferecer um quadro de compreensão sobre as mediações do agente de pastoral entre os migrantes e a Igreja. Pode-se então entender como a Pastoral do Migrante atua na interface de várias ações de influência entre diferentes grupos: os distintos grupos e comunidades dos migrantes, as instituições sociais e a própria Igreja, como realidade também multifacetada. Nesse sentido,

¹³ Cf. Decreto *Ad Gentes*, n. 2; EG, n. 15.

¹⁴ Sobre o tema da espiritualidade que deve animar a missionariedade do agente de pastoral no mundo dos migrantes, cf. DORNELAS, Sidnei M. Espiritualidade para a missão intergentes entre os migrantes.

também ela vive uma realidade de inserção sempre “móvel, provisória e imprevisível”, seja na Igreja como na sociedade.

A Pastoral do Migrante, como fronteira existencial da “missão intergentes”, mesmo em meio a tantos conflitos e contradições, pode oferecer novas pistas sobre como ser Igreja e viver a “enculturação da fé” na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *Le Sens Pratique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.
- DORNELAS, Sidnei M.; NASSER, Ana Cristina A. *Pastoral do Migrante: relações e mediações*. São Paulo: CEM/Loyola, 2008.
- DORNELAS, Sidnei M. Espiritualidade para a missão intergentes entre os migrantes. *Traditio Scalabriniana: sussidi per l'approfondimento*, 22/Nov. 2015, p. 17-38.
- CELAM. *Documento de Aparecida: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulus/Paulinas, 2008.
- CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2015-2019*. Brasília: Edições CNBB, 2015.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Decreto Ad Gentes: sobre a atividade missionária da Igreja*, 1965.
- FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium: A Alegria do Evangelho*. Brasília: Edições CNBB, 2013.
- PAULO VI. Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi: Evangelização no Mundo Contemporâneo*, 1975.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração, ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

PAPA FRANCISCO E AS MIGRAÇÕES

UM NOVO DISCERNIMENTO PARA A ERRADICAÇÃO DO “CINISMO”

Roberto Marinucci*

As dinâmicas migratórias sempre foram objeto de interesse e preocupação por parte das lideranças católicas. Historicamente as migrações foram tidas como um caminho de expansão das fronteiras do cristianismo,¹ uma importante oportunidade evangelizadora. Por outro lado, para as populações católicas que migravam para terras nas quais o catolicismo não estava suficientemente estruturado ou era minoritário, os deslocamentos representavam um sério risco para a “fé” e a “moral”. A ausência de “interlocutores significativos”² e o contato com cosmovisões legitimadas por “estruturas de plausibilidade mais sólidas”³ constituíam um desafio para a manutenção da filiação religiosa dos emigrantes.

Para além da abordagem especificamente religiosa, havia também certa preocupação com as violações sofridas pelos migrantes que, como asseverava Leão XIII ainda em 1888,

passam muitas vezes por dramas mais graves do que aqueles dos quais fugiram. (...) De fato, muitos se deparam com homens gananciosos de quem eles muitas vezes se tornam escravos e, amontoados como rebanhos nos navios, e trados de forma desumana, são lentamente empurrados para a degradação de sua própria natureza.⁴

* Doutorando em teologia, pesquisador do CSEM, editor chefe da Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana - REMHU.

¹ Cf. TIRIMANNA, Vinal. Igreja e transgressões de fronteiras. *Concilium*, n. 280, 1999/2, p. 97-108; PHAN, Peter. Migrazioni nell’era patristica: storia e teologia. In: CAMPESE, Gioacchino, GROODY, Daniel (orgs.). *Missione con i migranti missione della Chiesa*. Città del Vaticano: Urbaniana University Press, 2007, p. 35-68.

² BERGER, Peter. *O dossel sagrado*. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985. Segundo Berger, “a realidade do mundo cristão depende da presença de estruturas sociais nas quais essa realidade apareça como óbvia e que sucessivas gerações de indivíduos sejam socializadas de tal modo que esse mundo será real para eles. Quando essa estrutura de plausibilidade perde a sua integridade ou a sua continuidade, o mundo cristão começa a vacilar e sua realidade deixa de se impor como verdade evidente” (p. 59-60).

³ BERGER, *op. cit.*

⁴ LEÃO XIII. *Quam aerumnosa*, 10.12.1888. In: *Enchiridion della Chiesa Per le Migrazioni. Documenti magisteriali ed*

Essas duas abordagens sociopastorais se mantiveram no decorrer dos anos, mas com enfoques e prioridades diferentes. O Concílio Vaticano II (1962-1965) e seus desdobramentos constituíram um marco de renovação pastoral e teológica, sobretudo em decorrência da virada ecumênica e inter-religiosa,⁵ com a assim chamada teologia das sementes do Verbo (*semina Verbi*); do reconhecimento da promoção humana enquanto “uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho” (*ratio constitutiva*);⁶ e da abertura para os direitos humanos,⁷ com destaque pela liberdade religiosa. Em outros termos, uma progressiva consciência acerca da presença universal do Espírito, coadunada com uma percepção cada vez mais clara que a Igreja tem como missão “a libertação do homem todo e de todos os homens”,⁸ não apenas de um ponto de vista individual, mas também coletivo e estrutural,⁹ produziu mudanças de enfoques e prioridades no seio da Pastoral da Mobilidade Humana.

É neste impérvio caminho, não isento de avanços e retrocessos, sempre condicionado pela heterogeneidade das conjunturas migratórias, sociais, políticas, econômicas e, inclusive, teológicas e religiosas, que se insere o pontificado de Francisco. Neste breve ensaio vamos analisar o pensamento do Bispo de Roma a partir de documentos, discursos, entrevistas e, inclusive, gestos concretos, evidenciando sua abordagem interpretativa em relação ao universo das migrações internacionais. Destacaremos basicamente três aspectos que fundamentam a abordagem de Francisco: a necessidade de “ouvir” os dramas biográficos das pessoas envolvidas, do contato direto, do encontro com migrantes e refugiados, a fim de superar preconceitos e alimentar práticas compassivas; a importância do conhecimento estrutural e sistêmico do fenômeno migratório, mediante o recurso às ciências sociais, para reconhecer e denunciar as causas das migrações forçadas e buscar soluções duradouras; o imperativo do retorno às fontes da espiritualidade cristã no reconhecimento da presença reveladora e libertadora da “carne de Cristo” na história, principalmente nos migrantes e nos refugiados.

Para além das migrações, a postura de Francisco sobre o mundo da mobilidade revela, de forma mais abrangente, sua posição no que diz respeito à presença da Igreja no mundo, uma Igreja “em saída”, em que ninguém pode ser tratado como estrangeiro, como cristão ou ser humano de segunda categoria. Ainda que a reflexão do Bispo de

ecumenici sulla pastorale della mobilità umana (1887-2000). Bologna: EDB, 2001, p. 73 (minha a tradução do italiano).

⁵ Cf. Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre ecumenismo, 1964; ver também, *Lumen Gentium*, n. 14-16.

⁶ Cf. Sinodo dos Bispos de 1971 sobre *A justiça no mundo*.

⁷ Declaração *Dignitatis Humanae* sobre Liberdade religiosa, 1965; JOÃO XIII. Carta Encíclica *Pacem in Terris*, 1963.

⁸ Cf. CELAM. *Documentos de Medellín*. Juventude. 1968.

⁹ Cabe lembrar a este propósito as categorias de “violência institucionalizadas” (CELAM. *Documentos de Medellín*, Paz), “pecado social” (JOÃO PAULO II. *Ecclesia in America*, n. 56) ou “estruturas de pecado”.

Roma não trate diretamente de assuntos específicos da conjuntura migratória no Brasil, suas ponderações apontam critérios e pistas de ação de extrema relevância para o compromisso das comunidades eclesiais brasileiras.

1. “OUVIR E CONHECER” O SOFRIMENTO DO POVO MIGRANTE

O ponto de partida da abordagem de Francisco às migrações internacionais é, sem dúvida, o conhecimento da realidade das populações em fuga. Ouvir o clamor e conhecer os sofrimentos do povo migrante. É o trajeto do Deus do Êxodo, que na sarça ardente assim se dirige a Moisés: “*Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvei o seu grito por causa de seus opressores; pois eu conheço as suas angústias*. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e fazê-lo subir desta terra para uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel” (Ex 3,7-8; o grifo é nosso).

Antes de tomar posição, denunciar ou buscar respostas, é necessário compreender o que está acontecendo. Para isso é fundamental o contato direto com os envolvidos: encontrá-los, ouvir seus dramas, fitar seus olhos que clamam. A “Igreja em saída” é a Igreja que se desloca, que migra para ir ao encontro de quem sofre e é injustiçado; é uma Igreja que se relaciona com o “outro” não como mero objeto de assistência, mas como interlocutor, como sujeito que interpela.

Essa, em nossa opinião, é a chave interpretativa de muitas das viagens de Francisco. A primeira do pontificado foi para a Ilha de Lampedusa (08.07.2013), no sul da Itália, onde alguns meses antes cerca de trezentos migrantes e solicitantes de refúgio morreram afogados. Em 2014, foi para a Turquia (28-30.11.2014), país pelo qual passam milhares de refugiados do Oriente Médio rumo à União Europeia. Em 2016, o Bispo de Roma escolheu viajar para a Ilha de Lesbo, na Grécia (16.04.2016), na época um dos países com maior trânsito de migrantes do mundo. Posteriormente foi para a fronteira norte do México (17.02.2016). Em 2017 viajou para a Colômbia, o país latino-americano com maior número de refugiados e migrantes forçados internos (6-11.09.2017) e, mais recentemente, para Mianmar e Bangladesh, palco da perseguição da minoria muçulmana Rohingya (26.11-02-12.2017).

Na visita à ilha grega de Lesbo, Francisco explicita as razões da viagem – e, possivelmente, dessas viagens:

Vim aqui com os meus irmãos, o Patriarca Bartolomeu e o Arcebispo Hieronymos, apenas para *estar convosco e ouvir os vossos dramas*. Viemos a fim de chamar a atenção do mundo para esta grave crise humanitária e implorar a sua resolução. Como pessoas de fé,

desejamos unir as nossas vozes para falar abertamente em vosso nome.¹⁰

O ponto de partida é assumir o ponto de vista de quem clama. Interpretar a realidade “desde” a ótica de quem sofre. Este é o ensinamento da Bíblia cristã. Como enfatiza a pastora batista italiana Lidia Maggi, “a história bíblica não é apenas a história de um povo migrante, mas sobretudo uma história contada do ponto de vista dos migrantes”¹¹. Para Francisco ler a realidade a partir de quem é vítima e sofre é um indispensável caminho de fidelidade ao Deus bíblico. Suas viagens são, antes de tudo, um convite à proximidade, ao “encontro”, à mudança de atitude que significa, basicamente, olhar a realidade na ótica das vítimas. Há uma mudança de perspectiva, uma “migração epistêmica” que fundamenta a fé dos cristãos: olhar e interpretar a história na ótica dos crucificados.

Assim, na Videomensagem por ocasião do 35º aniversário do Centro Astalli (2016), em Roma, o Papa exorta: “Ajudem nossa sociedade a *escutar a voz dos refugiados*. Sigam *caminhando* com coragem *ao seu lado*, *acompanhando-os* e também *se deixem guiar por eles*: os refugiados conhecem os caminhos que conduzem à paz, porque conhecem o odor azedo da guerra”.

Nesta afirmação Francisco rejeita uma visão “infantilizada” e “coisificada” das pessoas em fuga. Mesmo estando numa situação de vulnerabilidade, migrantes e refugiados continuam sujeitos, protagonistas de suas histórias. O trabalho sociopastoral se desenvolve na ótica do “caminhar junto”, do “acompanhar” (este verbo etimologicamente remete à comensalidade: “comer o pão juntos”) e, inclusive, do “aprender”. Em outros termos, “ouvir” o clamor de migrantes e refugiados não visa apenas conhecer seus dramas, mas também estabelecer relações simétricas, reconhecer o outro como interlocutor.

Na Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2014, de forma análoga, Francisco retoma sua ênfase na necessidade de uma “cultura do encontro”:

[...]é preciso que todos mudem a atitude em relação aos migrantes e refugiados; é necessário passar de uma atitude de defesa e de medo, de desinteresse ou de marginalização – que, no final, corresponde precisamente à “cultura do descartável” – para uma atitude que tem por base a “cultura do encontro”, a única capaz de construir um mundo mais justo e fraterno, um mundo melhor.

A “cultura do encontro”, talvez, possa ser um antídoto à “globalização da indiferença” e à “anestesia do coração” (Lampedusa, Itália, 2013). Este é um mantra de Francisco. Os corações anestesiados produzem pessoas indiferentes, insensíveis aos

¹⁰ Lesbo, Grécia, 2016. Todas as citações de Francisco citadas neste artigo estão disponíveis no site: «<http://w2.vatican.va/>». Todos os grifos são de nossa autoria.

¹¹ MAGGI, Lidia. *Il Magistero dei migranti*, p. 198 (minha a tradução do italiano).

sofrimentos do próximo. Assim, no discurso ao Corpo Diplomático da Santa Sé, em 2016, o Bispo de Roma realça que “um espírito individualista é terreno fértil para medrar aquele sentido de indiferença para com o próximo, que leva a tratá-lo como *mero objeto de comércio*, que impele a *ignorar a humanidade dos outros* e acaba por tornar as pessoas medrosas e *cínicas*”.

A indiferença nos leva a desumanizar o próximo e nos torna “cínicos”. Essa afirmação nos remete às palavras proferidas no começo dos anos 70 do século passado por Hugo Assmann¹² sobre a necessidade de salvar a teologia do cinismo. Na época, o teólogo ressaltava que a prática teológica, em seus diferentes enfoques e vertentes, podia ficar atada a lógicas marcadamente cínicas caso não assumisse a supracitada “migração epistêmica”, ou seja, a capacidade de teologizar *desde o lugar social* de quem é violentado e marginalizado. Na realidade, toda ação eclesial corria e corre riscos análogos.

A superação do cinismo, no fundo, é um desafio para cada ser humano, mas, de forma específica, para os católicos que, não raramente, sentem “a tentação de ser cristãos, mantendo uma *prudente distância das chagas do Senhor*”, diz Francisco na Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado de 2015.

A “migração epistêmica” é o cerne da fé cristã, pois tem o potencial de vencer os muros da indiferença e da perda da responsabilidade. O “encontro”, a proximidade, a escuta empática dos dramas de quem sofre possuem a potencialidade de desencadear dinâmicas de compaixão e misericórdia. Citando o Patriarca Bartolomeu, no 3º Encontro Mundial dos Movimentos Populares, em 2016, Francisco afirma: “Quem tem medo de vós [dos migrantes] não vos fitou nos olhos. Quem tem receio de vós não viu os vossos rostos. Quem tem medo não vê os vossos filhos”. Na mesma esteira, na entrevista durante a viagem de retorno da Ilha de Lesbo, o Bispo de Roma desafia: “Eu convidaria os traficantes de armas (...) a passar um dia naquele campo [de refugiados]. Creio que, para eles, seria salutar!”.

É evidente que não é fácil despertar a compaixão. Nos dias de hoje são produzidos numerosos dispositivos para “endurecer o coração”, inclusive diante dos dramas mais hediondos. Aliás, o próprio sofrimento é frequentemente censurado, banalizado e, por vezes, objeto de zombaria e diversão.

Talvez seja por isso que Francisco considera “o dom das lágrimas” (Ciudad Juárez, México, 2016) uma das mais preciosas dádivas que um ser humano possa receber. O Bispo de Roma desenvolve uma verdadeira “Teologia das lágrimas”, que nada mais

¹² Em um simpósio em 1970, o teólogo Hugo Assmann sustentava que diante do drama de milhões de seres humanos famintos no mundo ... “é preciso salvar a teologia do seu cinismo” (GIBELLINI, Rosolino. *A teologia do século XX*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 350).

é que a capacidade de compaixão, de empatia, pois “a globalização da indiferença tirou-nos a capacidade de *chorar!*” (Lampedusa, Itália, 2013), de chorar pelas “milhares de pessoas que *choram* enquanto fogem de guerras horróveis, de perseguições e violações dos direitos humanos” (Discurso ao Corpo Diplomático da Santa Sé, 2016). De fato,

São as lágrimas que podem abrir o caminho à transformação; *são as lágrimas* que podem abrandar o coração, *são as lágrimas* que podem purificar o olhar e ajudar a ver a espiral de pecado em que muitas vezes se está enredado. *São as lágrimas* que conseguem sensibilizar o olhar e a atitude endurecida, e sobretudo adormecida, perante o sofrimento alheio. *São as lágrimas* que podem gerar uma ruptura capaz de nos abrir à conversão. Foi assim com Pedro, depois de ter renegado Jesus; chorou e as lágrimas abriram-lhe o coração (Ciudad Juárez, México, 2016).

O conhecimento empático do drama alheio produz lágrimas e responsabilidade. Não só lágrimas. Estas, quando autênticas, geram conversão, mudança de perspectiva e de atitude. É o trajeto do Deus do Êxodo: conhece as angústias do povo e “por isso” (Ex 3,8) desce para libertá-lo. A compaixão gera responsabilidade, coragem e atitude para responder aos desafios numa ótica libertadora. Voltando ao supracitado discurso na Ilha de Lesbo, o objetivo da viagem é *estar convosco* e *ouvir os vossos dramas* e, depois disso, *chamar a atenção do mundo* para esta grave crise humanitária e *implorar a sua resolução*. A compaixão gera responsabilidade e compromisso.

2. “OUVIR E CONHECER” AS CAUSAS DAS MIGRAÇÕES FORÇADAS

A “cultura do encontro” é importante. A assim chamada crise migratória não pode ser medida “em números”, mas “por nomes, por histórias, por famílias” (Ciudad Juárez, México, 2016). No entanto, as respostas libertadoras, estruturais e duradouras brotam também do conhecimento das causas das migrações forçadas. Há uma “violência institucionalizada”, como diziam os bispos em Medellín, há “estruturas de pecado”¹³ que devem ser desmascaradas e denunciadas. Esta é uma segunda vertente da abordagem do Papa: atingir as causas estruturais e sistêmicas que geram sofrimentos biográficos, superando, assim, a lógica da emergência:

Para sermos verdadeiramente solidários com quem é forçado a fugir da sua própria terra, é preciso trabalhar para remover as *causas desta dramática realidade*: *não basta limitar-se a resolver a emergência do momento*, é preciso desenvolver políticas de amplo respiro, não unilaterais (Lesbo, Grécia, 2016).

A superação da lógica emergencial – há tempo almejada por muitos¹⁴ – aponta para uma reinterpretação do fenômeno migratório em termos estruturais, sistêmicos,

¹³ CELAM. *Documentos de Medellín*. Juventude. 1968.

¹⁴ Por exemplo: MARCHETTI, Chiara. Rifugiati e migranti forzati in Italia. Il pendolo tra ‘emergenza’ e ‘sistema’.

e, ao mesmo tempo, preconiza soluções duradouras. Francisco não tem muitas dúvidas acerca dos fatores que contribuem para intensificar as migrações forçadas. No VII Congresso da Pastoral da Mobilidade Humana, em 2014, aponta como “causas” das migrações “as desigualdades”, “a pobreza”, “o aumento demográfico”, “a necessidade crescente de emprego em determinados campos do mercado de trabalho”, “as calamidades causadas pelas mudanças climáticas”, “as guerras”, “as perseguições”, “o desejo que as novas gerações têm de se mover em busca de novas oportunidades”.

O Bispo de Roma insiste sobretudo nos conflitos armados e, de forma específica, no irresponsável *comércio de armas*. Assim, em 2015, diante do Congresso dos EUA, ousa perguntar “Por que armas letais são vendidas aos que plantam tanto sofrimento?”. No ano seguinte, na Ilha de Lesbo: “(...) é preciso opor-se firmemente à proliferação e ao tráfico das armas e às suas teias muitas vezes ocultas”.

O tráfico de armas está relacionado também a políticas de *apoio a regimes autoritários*. Sobre esse assunto o Bispo de Roma tem uma linguagem menos direta. No entanto, no Parlamento Europeu, por exemplo, faz referência a “políticas interesseiras que aumentam e nutrem tais conflitos” (Discurso ao Parlamento Europeu, 2014) ou, na Mensagem ao bispo de Agrigento (2014), no aniversário de sua viagem para Lampedusa, fala de “pobreza, guerras, conflitos, com frequência ligados a políticas internacionais”.

Todas essas causas estruturais, no entanto, brotam e confluem para o principal ídolo que está na origem de tudo:

Estamos chamados a reafirmar o «não» à *idolatria do dinheiro*, que estimula a incluir-se de qualquer forma no número dos poucos que, apesar da crise, se enriquecem, sem se preocupar pelos tantos que empobrecem, por vezes até à fome (Encontro com o mundo do trabalho, Torino, Itália, 2015).

Biblicamente o ídolo é um *pessel*,¹⁵ um artefato, um produto das mãos do ser humano (cf. Jr 25,6) a que se atribuem propriedades divinas e, desta forma, acaba substituindo-se ao único e verdadeiro Deus. Tudo pode se tornar um ídolo. Tudo pode ser idolatrado. No entanto, conforme Pablo Richard,¹⁶ a Bíblia chama atenção para três grandes ídolos: o dinheiro, a lei e o poder (militar).

Do poder (militar) já falamos a propósito de guerras, tráfico de armas e apoio a regimes autoritários. A idolatria da lei não é um foco específico de Francisco. Às vezes, o

REMHU, *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 22, n. 43, 2014, p. 53-70.

¹⁵ NATOLI, Salvatore. L'immagine del Dio invisibile. In: NATOLI, Salvatore, SEQUERI, Pierangelo. *Non ti farai idolo né immagine*. Bologna: Il Mulino, 2011.

¹⁶ RICHARD, Pablo. Nossa luta é contra os ídolos. In: VVAA. *A luta dos deuses*. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 9-38.

Bispo de Roma exorta migrantes e refugiados a obedecer às leis dos países de acolhida e, em alguns casos, incentiva os países de recepção a “implementar legislações adequadas capazes de tutelar os direitos dos cidadãos europeus e, ao mesmo tempo, garantir o acolhimento dos imigrantes” (Discurso ao Parlamento Europeu, 2014). Mostra-se, por outro lado, mais atento à idolatria das “leis” do mercado e à “idolatria do dinheiro”:

O que acontece no mundo de hoje que, quando ocorre a bancarrota de um banco, imediatamente aparecem somas escandalosas para salvá-lo, mas quando acontece esta *bancarrota da humanidade* não existe sequer uma milésima parte para salvar estes irmãos que sofrem tanto? (Discurso ao Corpo Diplomático da Santa Sé, 2016).

O sistema está mais preparado e propenso para proteger os bancos que as pessoas. Por acaso as instituições financeiras possuem mais direitos que os seres humanos? Francisco denuncia abertamente essa inversão de valores, que passa, inclusive, por uma “sacralização” de instituições humanas, como, por exemplo, a “concepção *mágica* do mercado, que tende a pensar que os problemas se resolvem apenas com o crescimento dos lucros das empresas ou dos indivíduos” (*Laudato Si'*, n. 190); a falsa confiança “nas forças cegas e na mão *invisível* do mercado” (*Evangelii Gaudium*, n. 214); a “cultura do descarte” que sacrifica “homens e mulheres aos ídolos do lucro e do consumo” (Discurso ao Corpo Diplomático da Santa Sé, 2016).

Num capítulo da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, intitulado “Não à nova idolatria do dinheiro”, Francisco sintetiza sua posição: “Uma das causas desta situação está na relação estabelecida com o dinheiro, porque *aceitamos pacificamente o seu domínio sobre nós e as nossas sociedades*” (*Evangelii Gaudium*, n. 55). Aqui é expressa a essência da idolatria. O ídolo, produto das mãos humanas, ao ser divinizado acaba dominando e submetendo seu construtor. Hoje aceitamos pacificamente sermos escravizados pelo ídolo do dinheiro. Isso soa paradoxal numa sociedade ocidental supostamente iluminista e iluminada¹⁷, que construiu sua civilização na perspectiva da autonomia e da autodeterminação do indivíduo. Soa ainda mais paradoxal se considerarmos que o ídolo do dinheiro, como todos os ídolos, se alimenta de sacrifícios humanos.¹⁸ Aqueles seres humanos escravizados pelos ídolos que construíram, por sua vez, se tornam escravagistas e sacrificadores de outros seres humanos – e também indiferentes a suas tragédias, como diria Francisco. Mas a

¹⁷ NATOLI, *op. cit.*

¹⁸ Cf. ASSMANN, Hugo, HINKELAMMERT, Franz. *Idolatria do Mercado*. Ensaio sobre Economia e Teologia. Petrópolis: Vozes, 1989.

defesa e a promoção dos direitos humanos não deveria ser o símbolo da civilização ocidental?

Resumindo numa singela frase: “Jesus Cristo (...) chama-nos a *partilhar os recursos e por vezes a renunciar a qualquer coisa do nosso bem-estar adquirido*” (Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, 2015). Uma afirmação singela e revolucionária. Uma hedionda heresia para quem está a serviço do ídolo do dinheiro.

Francisco, como de praxe, não se limita a denúncias externas, mas repreende também o universo eclesial. Em 2013, no Centro Astalli de Roma, ousa dizer: “Caríssimos religiosos e religiosas, os conventos vazios não servem à Igreja para serem transformados em hotéis e ganhar dinheiro. Os conventos vazios não são vossos, *são para a carne de Cristo que são os refugiados*” (Visita ao Centro Astalli, Roma, Itália, 2013).

Paradigmática a expressão “carne de Cristo”, que Francisco utiliza também outras vezes.¹⁹ Cristo se faz carne – “se encarna” – nos refugiados.²⁰ É inevitável a referência às palavras de São João Crisóstomo:

Se quiserdes honrar deveras o corpo de Cristo, não consentais que esteja nu. Não o honreis aqui [dentro da igreja] com vestes de seda, enquanto que fora o deixais perecer de frio e nudez. Porque *o mesmo* que diz: “este é meu corpo”, é que disse “me viste faminto e não me deste de comer”. E sua palavra fundamenta nossa fé.²¹

Enfim, *ouvir o clamor* de migrantes e refugiados e *conhecer seus dramas* nos leva à *busca das causas das migrações forçadas*, inclusive mediante o auxílio das Ciências Sociais interpretadas à luz da supracitada “migração epistêmica”. O objetivo é garantir a autonomia, a autodeterminação e o pleno reconhecimento da dignidade daqueles povos em fuga, que não raramente são tratados como meros objetos de comércio. Se o “encontro” com migrantes e refugiados visa reconhecê-los como “interlocutores”, como sujeitos, eliminando ou, talvez, reduzindo as assimetrias relacionais, a busca das causas dos deslocamentos visa à implementação de soluções sistêmicas e duradouras para que cada ser humano possa construir autonomamente sua história.

¹⁹ No encontro com as autoridades e a população da ilha de Lesbo (2016), Francisco diz: “A vós, eu digo obrigado, porque sois guardiões da humanidade, porque cuidais ternamente da *carne de Cristo*, que sofre no menor dos irmãos, faminto e forasteiro, que acolhestes (cf. Mt 25,35)”. Sempre no mesmo ano, em ocasião do Aniversário do Centro Astalli: “Cada um de vós, refugiados que batem às nossas portas tem o rosto de Deus, é *carne de Cristo*” (Videomensagem por ocasião do 35º aniversário do Centro Astalli - 2016).

²⁰ O cristão e a cristã contemplam no estrangeiro o rosto de Cristo (Cf. entre outros, *Erga Migrantes Caritas Christi*, n. 15; *Documento de Aparecida*, n. 65; *Evangelii Gaudium*, n. 210; Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, 2015 e 2016). Essa espiritualidade marca constitutivamente a identidade cristã, que identifica o lugar teológico prioritário da presença de Deus justamente nos segmentos mais desprezados, mais oprimidos, mais marginalizados e mais violentados da sociedade.

²¹ GONZÁLES FAUS, José Ignacio. *Vigários de Cristo: os pobres na teologia e espiritualidade cristãs* - Antologia comentada. São Paulo: Paulus, 1996, p. 32.

3. “OUVIR E CONHECER” OS SINAIS DO ESPÍRITO NA HISTÓRIA DA CRIAÇÃO

Cada cristã e cristão, por sua vocação, é chamado a orientar sua vida pelo discernimento dos sinais da presença de Deus na história. Perscrutar os “sinais dos tempos”, como exortava a *Gaudium et Spes* (cf. n. 4), significa, antes de tudo, contemplar a ação do Espírito nos acontecimentos de nossas vidas,²² principalmente onde a lógica do mundo vê apenas “escândalo” e “loucura” (1Cor 1,18-23). É o que chamei de “migração epistêmica”: enxergar a realidade com a lente de quem está sendo violentado; buscar compreender e transformar as dinâmicas sociais com vistas à plena humanização de quem se tornou apenas “carne de canhão” (Ciudad de Juárez, México, 2016), “objeto de comércio” (Ao Corpo Diplomático da Santa Sé, 2016), “vida descartada” (Ao Corpo Diplomático da Santa Sé, 2015). É essa abordagem que norteia a prática e o pensamento de Francisco sobre o universo da Mobilidade Humana. É essa abordagem, em minha opinião, uma das principais marcas de seu pontificado.

A perspectiva de Francisco possui várias implicações teológicas, como, por exemplo, a subordinação do “teocentrismo” – e, ainda mais, do eclesiocentrismo – ao “cosmocentrismo”, entendendo por “cosmo” a totalidade da criação – a natureza e os seres vivos. Dito de outra forma, a abordagem do Bispo de Roma envolve uma nova pauta da missão eclesial focada nas necessidades reais das criaturas, antes que nos “direitos do Criador”.²³ Ou, melhor, os direitos do Criador são, justamente, identificados com os direitos das criaturas, pois, como costumava repetir São Oscar Romero, parafraseando Santo Irineu, “a glória de Deus é que o pobre viva”.²⁴ A vontade de Deus é o respeito da dignidade de sua criação e, de forma específica, de cada ser humano. Nada está acima disso.

²² Vale a pena citar um exemplo desse discernimento. No conhecido Angelus de 6 de setembro de 2015, Francisco exortou “cada paróquia, cada comunidade religiosa, cada mosteiro, cada santuário na Europa” a hospedar uma família de refugiados, “começando pela minha diocese de Roma”. Cabe destacar que este apelo ocorreu dias depois que a imprensa internacional noticiou a disponibilidade de milhares de famílias na Europa em acolher refugiados. Por exemplo: “*Diecimila islandesi offrono la loro casa ai rifugiati siriani*” (02.09.2015); “*Réfugiés. Des centaines de Français offrent un hébergement via Internet*” (04.09.2015). Francisco soube discernir nos acontecimentos históricos um sinal da ação do Espírito – que sopra onde quer (Jo 3,8) – e conseguiu valorizar essa presença, inclusive no interior da Igreja católica (cf. MARINUCCI, Roberto. *Papa Francesco, le migrazioni e le comunità cristiane*).

²³ Veja-se, sobre isso, a preciosa reflexão do historiador Riolando Azzi sobre a Igreja no Brasil e os direitos humanos, focada em três momentos: a promoção dos direitos de Deus (na época colonial), a promoção dos direitos da Igreja (na época do surgimento da República) e, finalmente, a defesa dos direitos do ser humano, desde o nascimento do movimento libertador (cf. AZZI, Rolando. *A Igreja do Brasil na defesa dos Direitos Humanos. Revista Eclesiástica Brasileira - REB*, v. 37, fasc. 145, 1977).

²⁴ SOBRINO, Jon. *Onde está Deus?* Terremoto, terrorismo, barbárie e utopia. São Leopoldo: Sinodal, 2007, p. 123.

Nessa perspectiva, a abordagem de Francisco ao mundo das migrações ultrapassa o universo da mobilidade humana. Em um *Angelus* de 2013, o Bispo de Roma faz uma interessante analogia entre os exilados e os idosos:

Pensemos também nos outros “exilados”: eu chamá-los-ia “*exilados escondidos*”, os que existem dentro das próprias famílias: os idosos, por exemplo, que muitas vezes são tratados como *presenças incômodas*. Penso que um sinal para saber como está uma família é observar como são tratados crianças e idosos (*Angelus*, 29 dezembro 2013).

O que acabamos de proferir sobre migrantes e refugiados diz respeito a todas as “presenças incômodas” dentro e fora da comunidade eclesial. O tratamento reservado às pessoas que fogem de guerras, perseguições ou insegurança alimentar é paradigmático da relação com todo tipo de “alteridade incômoda”: por exemplo, casais em segunda união, LGBTs, mulheres, batizados(as) “não submissos”, trabalhadores que reivindicam seus direitos, minorias étnicas, membros de outras Igrejas ou religiões, sobretudo os irmãos muçulmanos. Isso significa que o compromisso em prol da dignidade e da autonomia dos sujeitos migrantes não pode estar disjunto do compromisso pelos direitos de qualquer “presença incômoda” na e fora da comunidade eclesial. Seria muito ingênuo pensar em resolver ou amenizar os dramas dos migrantes sem incidir também nos dramas dos demais grupos violentados e marginalizados.

O compromisso é pela superação da “idolatria”, da “globalização da indiferença”, da “cultura do descartável”. O compromisso é pela superação de toda forma de barreira que dificulte o encontro, pois “uma pessoa que pensa apenas em construir muros, onde quer que seja, e não em construir pontes, não é um cristão” (México, Conferência de imprensa no voo de volta para Roma, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Documentos de Papa Francisco. Disponível em: «<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt.html>».
- GEISSER, Vicent. François, pape des migrants? *Migrations Société*, v. 29, n. 167, 2017, p. 3-12.
- MAGGI, Lidia. Il Magistero dei migranti. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 24, n. 48, 2016, p. 197-204.
- MARINUCCI, Roberto. *Papa Francesco, le migrazioni e le comunità cristiane*. No prelo.
- NATOLI, Salvatore; SEQUERI, Pierangelo. *Non ti farai idolo né immagine*. Bologna: Il Mulino, 2011.
- FRANCESCO. *La sfida dei migranti. Scritti, discorsi e omelie*. Bologna: EDB, 2017.

RWEZAURA, Deagratias M. A lógica do amor incondicional: misericórdia através dos olhos dos refugiados. *Concilium*, n. 372, 2017, p. 96-108.

TASSELLO, Giovanni Graziano (org.). *Enchiridion della Chiesa per le Migrazioni. Documenti magisteriali ed ecumenici sulla pastorale della mobilità umana (1887-2000)*. Bologna: EDB, 2001.

A ACOLHIDA DO MIGRANTE COMO PARADIGMA DA IGREJA *SEMPER REFORMANDA*

Marileda Baggio*

Não se sabe exatamente o dia em que teve início a Igreja católica. Ela não tem data de fundação. Essa decididamente não é uma questão a ser resolvida por teólogos e estudiosos, papas e bispos. Ela não foi planejada em papéis, divulgada, aprovada por um conselho de sábios da lei, nem tampouco teve um projeto arquitetônico, burocrático etc. Desde seu início foi, paulatinamente, sendo construída a partir de atitudes, com olhares e gestos para com aqueles e aquelas que estavam à margem do caminho. Está ligada ao evento Jesus Cristo, com sua atitude divinamente humana de acolhida, solidariedade e amor ao próximo. Assim a vida de Jesus se tornou um movimento de resgate e de promoção de pessoas em direção à vida, à justiça e à transformação.

Igreja *semper reformanda*, quer dizer, constantemente em caminho, em movimento permanente de renovação, aquela que Cristo iniciou, teve muitos avanços e recuos, fidelidade criativa e traição ao projeto inicial. A Igreja, com Cristo, que pelo seu testemunho teve seguidores que deram início a um jeito novo de ser povo, é uma assembleia reunida, não mais para cumprir preceitos, mas para encontrar-se em nome de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, na gratuidade do amor e do caminho do seguimento.

A partir do Jesus terreno e divino, a Igreja católica expandiu-se. Muitos cristãos tornaram-se católicos por interesse, sem contar os que foram coagidos por sistemas imperiais, sem alternativas de escolha, como foi à época de Constantino. Seguindo caminhos de fidelidade ao Evangelho ou caminhos de interesses absolutistas, econômicos, culturais etc., a Igreja católica seguiu seu caminho tentando se reformar. Assim passaram-se dois milênios, mas foi marcadamente o Concílio de Trento,

* Marileda Baggio é religiosa, pertence à Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Fez o bacharelado em teologia na Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF) de Porto Alegre. Mestrado em Teologia Sistemática, Espiritualidade e doutorado na Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma).

com a reforma luterana, que deixou um legado que perdurou no tempo. Na pós-modernidade, o Concílio Vaticano II foi um separador de águas rumo a uma Igreja inserida ou, nas palavras de Papa Francisco, uma “Igreja em saída”.

E é com essa Igreja que segue a reflexão. *Semper reformanda*, a Igreja católica de história milenar prossegue seu profetismo, entre tantos e tantas outras, Scalabrini e Francisco, dando destaque aos migrantes e refugiados.

1. A FORMA DA IGREJA: JESUS CRISTO

A Igreja cristã é a convocação por antonomásia. É Deus mesmo que convoca seu povo. Tal convocação, na plenitude dos tempos, tem lugar por meio de seu Filho (Hb 1,1-2). É ele Palavra de Deus, feito carne (Jo 1,14). É nele, que Deus ressuscitou tirando-o da angústia da morte (cf. At 2,24); é nele que havia prometido e efundi o Espírito Santo (cf. At 2,33); assim, não há “mais judeu, nem grego, nem escravo, nem livre, nem homem, nem mulher” (Gal 3,28). O grupo que havia deixado de existir pela morte de Jesus é novamente convocado pela força dessa experiência: “davam testemunho com grande força da ressurreição do Senhor Jesus” (At 4,33).

A *ekklesia*² é sempre encontro, memorial da morte e ressurreição de Jesus Cristo e significa: comunidade do Senhor, assembleia, Igreja. É encontrar-se, reunir-se: Deus convoca e a Igreja torna-se uma Assembleia. A Igreja é a assembleia feita no caminho escolhido por Deus que se reúne em nome da Trindade, “(...) é a nossa comunhão com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo” (1Jo 1,1-4); é *koinonia*, comunhão, comunidade.

O sentido dessa definição é aquele de estar perto, estar próximo, acreditar no mistério fundante da Igreja: o amor do Pai, do Filho e do Espírito Santo, tornando-se espaço vital e salvífico no evento da Encarnação e na comunidade que a testemunha e vive. A Igreja não pode ser pensada fora do projeto de um Deus misericordioso, do Deus Uni-Trino, e a realidade jurídica e administrativa da Igreja não pode levar a minimizar a ação do Espírito, dom do Pai em Jesus Cristo.

Nascida do amor do Pai Eterno, fundada no tempo por Cristo Redentor e coadunada no Espírito Santo, a Igreja tem um fim salutar e escatológico que não pode ser atingido plenamente senão na vida futura. Contudo, ela já está presente aqui na terra, composta por homens/mulheres membros da cidade terrestre, chamados justamente a formarem já na história a família dos filhos de Deus, que deve crescer sempre até a vinda do Senhor.³

² O termo *ekklesia* encontra-se 114 vezes no NT.

³ *Gaudium et Spes* (GS), n. 40.

Jesus pensa na restauração de Israel como povo em que se encarne e se torne visível o Reino de Deus que vem, e não em formar um grupo paralelo. Esse é o lugar teológico em que tem origem a Igreja, como comunidade que já não é sinagoga, que não cabe mais nos padrões da compreensão judaica, porque é a Igreja de Jesus, a grande novidade. Justamente porque nascida a partir da ação do Espírito Santo, na experiência pascal emergiu a consciência de que “Deus nos deu seu Espírito” (1Jo 3,24), como um “novo acontecimento”, como um “nascer do alto” (Jo 3,3-8), como uma “nova criação” (2Cor 5,17).⁴

A experiência pascal implica em começar a crer em Jesus Cristo de uma maneira radicalmente nova. É a passagem do Jesus histórico para o Cristo da fé. A ressurreição acontece com Jesus e com o grupo, “em Cristo Deus estava reconciliando o mundo consigo” (2Cor 5,19). A ressurreição de Jesus é em si mesma desencadeante de uma nova história e é em si mesma originante da Igreja, enquanto originante de um grupo que, em virtude da experiência pascal, vai dar continuidade na história.

2. DESDE SEMPER REFORMANDA

Não existe “re” forma sem conservar a forma daquele que por primeiro a configurou: Jesus Cristo. A Igreja de Jesus Cristo tem a forma do Cristo ressuscitado: do amor, do diálogo, da partilha, da acolhida, do respeito. Ela tem a forma do Pai, do Filho e do Espírito Santo que é relação e comunhão de amor.

A Igreja *semper reformanda* acontece na dimensão da relação com o outro, isto é: a pessoa como um todo, aquelas pelas quais Jesus morreu e ressuscitou e deu forma à Igreja, ou seja, os irmãos e irmãs que mais sofrem, especificamente os migrantes e refugiados.

Na era apostólica a comunidade se reunia para repartir os bens, para as orações e a ajuda aos necessitados, havia o testemunho da ressurreição de Jesus e eram estimados (cf. At 4,32ss.). *Semper reformanda*, na Igreja de Jesus Cristo, surgem vozes proféticas. No longínquo século XIII uma tímida voz lembrava que migrantes eram gente e que precisavam viver sua fé nas comunidades em que se encontravam:

Uma vez que, em muitos lugares, se encontram na mesma cidade e na mesma diocese, populações de línguas diferentes, que professam a mesma fé, mas com usos e ritos diversos, ordenamos severamente, aos prelados de tais cidades ou dioceses providenciarem pessoas idôneas para celebrar o culto divino segundo os diversos ritos e idiomas, administrarem os sacramentos da Igreja e instruírem adequadamente esses grupos com a palavra e com o exemplo.⁵

⁴ Cf. LOHFINK, Gerhard. *A Igreja que Jesus queria*, p. 116-135.

⁵ CONCÍLIO DE LATRÃO IV, cap. IX. *Apud* TASSELLO, Giovanni Graziano. *Introduzione*. In:

Bem mais tarde, no final do século XIX, entre outros, João Batista Scalabrini, dedicando sua vida aos emigrantes italianos na América do Sul e do Norte, influenciou o modo de pensar da própria Igreja, numa verdadeira reforma em nível social, assistencial e evangélico.

João Batista Scalabrini na diocese de Piacenza, em sua missão de pastor da diocese, viu e sentiu o drama das migrações em direção à América do Sul e do Norte. Iniciou um trabalho de conscientização de norte a sul da Itália e outros países europeus, e nas Américas, conscientizando sobre a realidade da emigração. Sua audácia chega até o interior do Vaticano e sua visão mundial da migração é mais aguçada que a do próprio Papa. Suas ideias entraram no *Memoriale per la costituzione di una Commissione pontificia Pro emigratis Catholicis*.⁶ Nesse memorial João Batista Scalabrini insiste sobre a criação de uma Comissão junto à Santa Sé para prover a assistência aos migrantes de qualquer nacionalidade. A comissão seria constituída por representantes eclesiais das diferentes nações. Com uma rede de iniciativas por ele concretizadas, não só denunciava uma chaga gravíssima na sociedade, mas também abria a Igreja de Leão XIII a inexploráveis campos de aplicação de sua mensagem e a uma vasta reconsideração do próprio papel institucional, além da abertura aos leigos católicos.⁷

Santa Francesca Saverio Cabrini também se dedicou ao fenômeno migratório de seu tempo. Seguiu os migrantes italianos na América do Norte, dedicando-se sobretudo à catequese e à educação, reconhecida pela Igreja como a “mãe dos emigrantes italianos”.⁸

Semper reformanda, a Igreja extrapolou as fronteiras valorizando e ressaltando a Igreja local, resultado da encarnação do Evangelho, evoluindo para uma prática concreta em direção ao outro. Com as atividades pastorais em favor dos migrantes, doentes, educação, menores abandonados, missões *ad gentes*, a Igreja se abria a uma reavaliação da dimensão missionária. Pobre para os pobres mostra seu

Fondazione Migrantes della Conferenza Episcopale Italiana. *Enchiridion della Chiesa per le Migrazioni* – Documenti magisteriali ed ecumenici sulla pastorale della mobilità umana (1887-200), p. 19-20.

⁶ Escrito em Piacenza, Itália, com data de 04.05.1905.

⁷ Cf. METZLER, Josef (ed.). *Storia della Chiesa XXIV. Dalle missioni alle Chiese Locali* (1846-1965), p. 63-70.

⁸ BAGGIO, Marileda. *A contribuição de Giovanni Battista Scalabrini na Igreja: elementos eclesiológicos de seu pensamento*, p. 232; cf. também *Erga Migrantes Caritas Christi* (EMCC), n. 31.

rosto misericordioso para com os últimos, especialmente com as vítimas da sociedade industrial, pessoas excluídas pelo sistema econômico e social que se iniciava. Era um aspecto novo na pastoral social da Igreja, tão recente que causava estranheza pelo grande número de pessoas marginalizadas da sociedade.

A tomada de consciência iniciada por João Batista Scalabrini não se diluiu no tempo e no espaço. “Se o coração não arde os pés não se movem”, dizia Dom Helder Câmara. Sua ação pastoral inquietou a sociedade, sacudiu a cúria romana e o coração do Papa Leão XIII que, alertado por Scalabrini, preocupou-se com a miséria dos migrantes e emitiu o documento *Quam Aerumnosa* (10.12.1888).⁹ Com a mesma inquietude viu a condição dos operários e sensibilizou-se através da Encíclica *Rerum Novarum* (15.05.1891), na qual já aparecia a atenção pelos migrantes: “a terceira utilidade será a suspensão do movimento de emigração: ninguém, com efeito, quereria trocar por uma região estrangeira a sua pátria e a sua terra natal, se nesta encontrasse os meios de levar uma vida mais tolerável”.¹⁰

O acompanhamento pastoral aos migrantes italianos com os sacerdotes da mesma nacionalidade foi o primeiro passo para o migrante manter a fé católica e o envio de missionários *ad gentes* garantia a manutenção da fé e da cultura, inseparáveis para as comunidades novas em novas terras. Pelo mesmo binômio seguiu o pensamento de Pio X que fundou, em 1908, as comissões diocesanas e paroquiais a favor dos emigrantes com a finalidade de oferecer apoio e formação aos que partiam.¹¹ Em 1912 constituiu junto à Congregação Consistorial uma secção especial para os emigrantes católicos de rito latino.¹² O Decreto *Magni Semper* de 1918, posterior ao Código de Direito Canônico, estabelecia o procedimento de autorização do clero para a assistência aos migrantes, sob a coordenação da Congregação Consistorial.¹³

⁹ FONDAZIONE MIGRANTES DELLA CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA, *op. cit.*, p. 73. O “rascunho” dessa carta foi encaminhado ao Papa por João Batista Scalabrini, e se refere às condições dos imigrantes italianos. O texto foi enviado, posteriormente, aos bispos americanos. Scalabrini insistia sobre o fato de que não bastava que a Santa Sé “emanasse a força de sua luz e de sua bondade sobre todos os povos”, mas deveria agir concretamente.

¹⁰ LEÃO XIII. *Rerum Novarum*, n. 65.

¹¹ Cf. NEGRINI, Angelo. *La Santa Sede y el fenómeno de la Movilidad Humana*, p. 194-195.

¹² PIO X. *Cum omnes catholicos* (15.8.1912).

¹³ BENTO XV. *Magni Semper* (30.12.1918).

3. ÀS PORTAS DO CONCÍLIO VATICANO II: A GRANDE GUERRA

Partir da Europa e Ásia em busca de um novo teto e de um novo campo de trabalho foi o movimento durante e depois da segunda guerra mundial. A guerra trazia outros rostos da migração: não mais grandes levas de europeus, mas pessoas de todos os continentes. Depois da interrupção dos movimentos de migração durante a primeira guerra mundial dos anos 1914-1918, as migrações tomaram vulto novamente, intensificando-se vertiginosamente. Progredir na busca de uma pastoral abrangente já estava no caminho da Igreja de meados do século XX. Surgiu então a Constituição *Exsul Familia* (01.08.1952),¹⁴ de Pio XII. Essa Instrução então se revestiu de autoridade e eficácia a ponto de ser acolhida como a *Magna Charta* das migrações na segunda metade do século XX.

A família de Nazaré em exílio, Jesus, Maria e José emigrantes no Egito e ali refugiados fugindo da ira de um rei ímpio, são o modelo, o exemplo e o sustento de todos os emigrantes e peregrinos de cada idade e de cada país de todos os prófugos de qualquer condição que, perseguidos e necessitados, são obrigados a abandonar sua pátria, os parentes, os vizinhos, os amigos e a refugiar-se em terra estrangeira.¹⁵

A cúria romana viu que era imprescindível agir. Pensar somente *ad intra* e nos anátemas seria caminhar contra a ação do Espírito, que em todo tempo renova a face da terra. A Igreja começou na metade do século XX, depois de um período de estagnação, a empenhar-se com o fenômeno migratório, porém ainda de forma pragmática e fragmentária.

De uma pastoral estritamente ligada aos confins territoriais a *Exsul Familia* dava sinais de uma atenção à pessoa por defender sua cultura e sua identidade religiosa. A perspectiva é aquela de uma pastoral específica e necessária, baseada no princípio da territorialidade, dando à emigração um sentido missionário. Contudo, uma novidade é o pedido aos bispos que sejam os primeiros responsáveis por introduzir elementos de pluralismo religioso na assistência aos migrantes. Na *Exsul Familia* não se percebe algo que indique algum esforço para analisar o fenômeno da mobilidade humana na sua complexidade, o que já se fazia necessário, pois pensar a migração faz parte da evolução pastoral e humanizada da Igreja sempre no caminho da reforma.

4. IGREJA SEMPER REFORMANDA: DIREITOS HUMANOS, LIBERDADE, JUSTIÇA E PAZ

¹⁴ Cf. DE PAOLIS, Velasio. *Chiesa e Migrazioni*, p. 214.

¹⁵ PIO XII. *Exsul Familia*, n. 1.

O Papa João XXIII via a mobilidade humana sob o prisma dos direitos humanos reforçando a ideia da convivência fundada sobre a verdade, a justiça, o amor e a liberdade.¹⁶ Condição: isso só seria possível com um equilíbrio econômico na humanidade. Assim se daria a liberdade e a possibilidade para permanecer na pátria de origem, evitando o transplante em terras e realidades desconhecidas. “O contato direto com pessoas de outra cultura pode constituir precioso fator de enriquecimento intelectual e espiritual, através de um contínuo processo de assimilação cultural”.¹⁷

A desigualdade entre os países e o direito de migrar de toda pessoa humana foi contemplado na *Gaudium et Spes*, no Concílio Vaticano II.¹⁸ A migração também ajuda a superar as desigualdades econômicas, e na prática da sua universalidade está o jeito da Igreja entender a liberdade de migrar de cada pessoa, diz GS n. 58.

A Igreja do Vaticano II, numa atitude *semper reformanda*, além dos direitos humanos, a liberdade ou não de migrar, a justiça e a paz, insiste na valorização do patrimônio espiritual e da cultura dos migrantes, como claramente prevê o *Motu Proprio* de Paulo VI *Pastoralis Migratorum Cura*, de 15 de agosto de 1969.¹⁹ A abertura da Igreja para a universalidade vem reforçada pela *Pastoralis Migratorum Cura*, de 22 de agosto de 1969,²⁰ oferecendo diretrizes que ajudaram as Igrejas locais a dinamizarem a pastoral e a evangelização no campo da mobilidade humana.²¹

No crescente pensamento da Igreja com relação às migrações a *Populorum Progressio* (26.03.1967), de Paulo VI, ressaltou que para os povos terem pleno desenvolvimento é necessário um humanismo total, aquele que não se fecha aos valores do Espírito.²² Para um desenvolvimento solidário da humanidade não se pode prescindir da fraternidade, da solidariedade, das relações, da caridade e da acolhida, porque temas recorrentes das migrações como raça, origem, cor, cultura, sexo e religião são questões inevitáveis e podem levar ou fazer emergir problemas sociais, diz a Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* (14.05.1971, n. 8). Contudo, ressalta o Papa, é direito do ser humano migrar e é dever, sobretudo dos cristãos trabalharem para instaurar a fraternidade universal, base indispensável da justiça autêntica e condição de uma paz duradoura.²³

¹⁶ “Deve-se deixar a cada um o pleno direito de estabelecer ou mudar domicílio dentro da comunidade política de que é cidadão. Por ser alguém cidadão de um determinado país, não se lhe tolhe o direito de ser membro da família humana, ou cidadão da comunidade mundial, que consiste na união dos seres humanos entre si” (JOÃO XXIII. *Pacem in Terris*, n. 25).

¹⁷ *Ibidem*, n. 97.

¹⁸ *Gaudium et Spes* (GS), n. 65.

¹⁹ PAULO VI. *Pastoralis Migratorum Cura*, n. 1.

²⁰ Cf. PAOLIS, *op. cit.*, p. 62.

²¹ A Instrução *Pastoralis Migratorum Cura*, “[...] segundo as exigências do fenômeno migratório moderno, entendeu ser necessário atualizar oportunamente a constituição apostólica *Exsul familia* [...]” (Introdução).

²² PAULO VI. *Populorum Progressio*, n. 42.

²³ Cf. *Idem*. *Octogesima Adveniens*, n. 17.

Fenômeno antigo e contemporâneo, as migrações por causa do trabalho continuam, lembra João Paulo II na *Laborem Exercens* (14.09.1981).²⁴ Apela à solidariedade humana por parte dos cristãos, diante da realidade de migrantes e refugiados. A Igreja deve acolhê-los no âmbito de sua solicitude apostólica, reforça a *Redemptoris Missio*²⁵ e “um verdadeiro desenvolvimento que conduza todos verso uma vida mais humana” é a ênfase dada pelo *Sollicitudo Rei Socialis* (30.12.1987).²⁶

De cunho pastoral a *Erga Migrantes Caritas Chirsti* (EMCC, 14 de maio de 2004), Instrução do Pontifício Conselho da Pastoral para os migrantes e os itinerantes,²⁷ veio para tentar ser uma resposta às novas necessidades pastorais dos migrantes, a fim de ajudá-los a transformar a experiência migratória, não somente numa oportunidade de crescimento na vida cristã, como também de nova evangelização e de missão.²⁸ Mais abrangente ainda a *Erga Migrantes Caritas Christi* diz que é crescente a presença de migrantes cristãos e não católicos e de outras religiões, em particular da muçulmana. Considerou o fato da grande presença de migrantes muçulmanos na atualidade uma oportunidade para viver “a atitude evangélica que se deve assumir e convida a purificar a memória das incompreensões do passado, a cultivar os valores comuns e a esclarecer e respeitar as diversidades sem renunciar aos princípios cristãos”.²⁹ Destacou a importância do “princípio da reciprocidade como uma atitude do coração e do espírito, que nos torna capazes de vivermos juntos, e em toda parte, com igualdade de direitos e de deveres”.³⁰

A Instrução afirma que o “fenômeno migratório suscita uma autêntica questão ética, a busca de uma nova ordem econômica internacional para uma mais justa distribuição dos bens da terra, como meio de diminuição dos fluxos migratórios”³¹ (n. 8).

5. E A AMÉRICA LATINA COM RELAÇÃO AOS MIGRANTES?

As migrações já estavam a todo vapor, quando ocorreu a primeira Conferência do Episcopado Latino-Americano no Rio de Janeiro, em 1955. Concentrou seu pensamento sobre as migrações em fortes e concisas palavras: “corresponde aos Países Latino-

²⁴ JOÃO PAULO II. *Laborem Exercens*, n. 23.

²⁵ *Idem*. *Redemptoris Missio*, n. 32.

²⁶ *Idem*. *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 24.

²⁷ Essa Instrução “entende atualizar – tendo em conta sem dúvida os novos fluxos migratórios e suas características – a pastoral migratória, passados já trinta e cinco anos da publicação do Motu proprio do papa Paulo VI *Pastoralis Migratorum Cura* e da relativa Instrução da Sagrada Congregação para os Bispos *De migratorum cura (Nemo est)*” (EMCC. Apresentação).

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*, n. 65.

³⁰ *Ibidem*, n. 64.

³¹ *Ibidem*, n. 8.

Americanos, como um dever de caridade cristã, de justiça social e de solidariedade, abrir as portas à imigração”.³² A atenção do documento se direciona sobre duas categorias de migrantes: os migrantes europeus e a gente de mar, com a criação ou ampliação da *Stella Maris*.³³ Os migrantes europeus aparecem aqui por ser uma época de grandes migrações pós-segunda guerra. Contudo, essa denominação vai desaparecendo nos outros documentos latino-americanos.

As Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) não reservam uma seção específica às migrações, mas o n. 1 do Documento de Medellín fala do drama da pobreza que clama ao céu e exige uma urgente resposta. Contudo encontra-se uma referência aos grupos étnicos e preocupação à fuga de profissionais preparados para o exterior e como acompanhar os jovens que estudam na Europa e nos Estados Unidos. Outra preocupação pastoral é com relação à evangelização e as migrações.

Puebla concentra-se na problemática e no drama das migrações massivas e desprotegidas, entre eles os refugiados e exilados em resposta aos regimes totalitários imperantes em muitos países latino-americanos. A proposta de nova evangelização preocupa-se com a chegada de numerosos migrantes. Propõe que as paróquias vão ao seu encontro. Diante do grande contingente da migração é necessária uma atenção especial aos jovens e há a necessidade da inclusão da pastoral migratória dentro da organização eclesial.³⁴

Santo Domingo (1992) deu destaque à mobilidade humana.³⁵ Dentro do parágrafo dos “rostos sofridos” fala “dos rostos cansados dos migrantes que não encontram digna acolhida”.³⁶ Já o Documento de Aparecida (2007) não falou de migrantes como um problema,³⁷ mas como um recurso, destacando seu potencial no que se refere à evangelização. Os migrantes são vistos como sujeitos e protagonistas da pastoral eclesial.³⁸ Continuou-se a falar da migração numa perspectiva cultural e sob a ótica da justiça.

6. SEMPER REFORMANDA: “NA IGREJA NINGUÉM É ESTRANGEIRO”

³² CELAM. *Documento do Rio de Janeiro*, n. 90.

³³ Cf. PARISE, Paulo. A migração nos documentos da América Latina e no Caribe: uma abordagem teológico-pastoral, p. 53.

³⁴ CELAM. *Documento de Puebla*, n. 29.

³⁵ CELAM. *Documento de Santo Domingo*, (n. 186-189).

³⁶ *Ibidem*, n. 178.

³⁷ CELAM. *Documento de Aparecida*, n. 411-416.

³⁸ *Ibidem*, n. 415.

Essa foi uma frase repetida muitas vezes por João Paulo II.³⁹ Igreja é um espaço público onde o migrante se torna visível. É o lugar e a possibilidade de identificação e de reconhecimento da cultura do migrante.⁴⁰ As pessoas que chegam a uma nova comunidade desafiam a novas práticas de acolhida e motivam a mudanças de paradigmas. A dupla pertença à comunidade étnica e territorial que a Igreja prevê para o migrante, significa respeito para com ele e pelo seu patrimônio espiritual, pela unidade de sua família, ao mesmo tempo em que é um convite a iniciar um caminho de inserção na comunidade paroquial territorial, garantindo sua liberdade de pertencimento.

Acolher a novidade trazida pelos migrantes é uma atitude interior de receber a pessoa na sua totalidade. É onde o outro, o estrangeiro, surge no próprio 'eu' e o promove a 'ser' cada vez mais 'pessoa' e irmão.⁴¹ A acolhida, portanto, torna-se prática autenticamente evangélica. Supõe escuta e diálogo.⁴² "O amor não se adapta à indiferença, dizia João Battista Scalabrini".⁴³ Nessa perspectiva a prática da alteridade complementa aquilo que se pode chamar comunidade eclesial. "O migrante, como um 'tu' para os membros de uma Igreja local, preserva os próprios cristãos da tentação de desconsiderá-lo em sua liberdade e dignidade, na individualidade que é e partilha".⁴⁴ O amor evangélico não é só eficiência caritativa, mas é acima de tudo comunhão de pessoas realizada na sua diversidade, baseado na doação de si ao outro/a, na alteridade.⁴⁵ Esses valores profundamente evangélicos, quando praticados na comunidade eclesial, são vivamente irradiados ao mundo inteiro.

Sendo a humanidade contagiada pelos valores evangélicos, a migração não será mais caracterizada ou rotulada como problema. É um benefício para a própria Igreja, oportunidade para repensar sua prática pastoral e estar *semper reformanda*. A reflexão migratória, na qual também está implicada a Igreja, está intimamente conectada à realidade migratória. Vários fatores contribuem para isso, entre os quais: o fator social, teológico, religioso, pastoral, existencial, antropológico, psicológico, os direitos humanos, até o existencial e o metodológico, pois "o novo contexto histórico é caracterizado de fato pelos mil rostos, e a diversidade, ao contrário do passado, torna-se comum em muitíssimos países".⁴⁶ É real também a contribuição específica da migração para a paz universal⁴⁷ e, para que as pessoas possam encontrar "sua Pátria"

³⁹ JOÃO PAULO II. *Messaggio per la giornata mondiale del migrante*, 20.07.1995.

⁴⁰ Cf. NEGRINI, Angelo. *Religione, mutamenti epocali e sfide dell'interculturalità*, p. 241.

⁴¹ Cf. DI SANTE, Carmine. *Lo straniero nella bibbia*, p. 217.

⁴² SCHMIDT, Gerson. *Manual da acolhida*. Pistas para uma Pastoral do acolhimento, p. 9.

⁴³ Carta Pastoral de 1877.

⁴⁴ LUSSI, Carmem. *A missão da Igreja no contexto da mobilidade humana*, p. 78.

⁴⁵ Cf. NEGRINI, *Religione, mutamenti...*, op. cit., p. 231.

⁴⁶ EMCC, n. 9.

⁴⁷ *Ibidem*, n. 27.

onde possam ter vida digna.⁴⁸ Na Igreja *semper reformanda*, há a preocupação com a assim chamada “feminização” das migrações, até então rosto pouco contemplado nas suas preocupações. Na atualidade há uma incisiva insistência da Igreja para a pastoral familiar, junto às famílias migrantes, não raro esfaceladas pela ausência de seus membros, emigrados por vários países.

A visão das migrações deu passos largos e está focada em “uma pastoral que contemple um humanismo integral”.⁴⁹ O mundo pós-moderno já sente a necessidade de um humanismo integral e pleno, que deve apoiar-se sobre alguns fundamentos que, à luz da crise hodierna, parecem essenciais e estreitamente ligados entre si: a abertura para Deus que é um humanismo pleno; ética, expressão do ser da pessoa humana e do seu tornar-se a ser, plenamente e verdadeiramente pessoa humana; solidariedade entre as pessoas pois temos todos(as) a mesma natureza e um idêntico destino, por isso o mesmo valor; promoção da cultura de um humanismo participativo como condição para uma resposta adequada aos desafios do mundo pós-moderno.

A prática da fé é fermento de um humanismo integral e contribui para colocar as bases de uma nova civilização, assinalada pelo primado da pessoa humana, da justiça e da solidariedade.⁵⁰ É a civilização do amor, despertado pela consciência pessoal, a novidade que traz a paz entre os povos, a tolerância, a justiça, a magnanimidade, o perdão capaz de eliminar os estereótipos com relação aos migrantes.⁵¹ “Somos convocados à cultura da solidariedade [...] para juntos alcançarmos uma verdadeira e própria comunhão de pessoas”.⁵²

7. SEMPER REFORMANDA: A IGREJA DO PAPA FRANCISCO

As atitudes e palavras do Papa Francisco anunciam um frescor evangélico. Sempre que se procura voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho, despontam novas estradas, métodos criativos, outras formas de expressão, sinais mais eloquentes, palavras cheias de renovado significado para o mundo atual.⁵³

O desejo de Francisco é uma Igreja alegre, centrada em Jesus e na sua Palavra, leve e oxigenada, misericordiosa e defensora da ecologia, isto é, da vida. Igreja pobre para os pobres, em saída, portanto *semper reformanda*, com uma renovada esperança.

⁴⁸ Cf. JOÃO PAULO II. *Familiaris Consortio*, n. 77.

⁴⁹ PAULO VI. *Populorum Progressio*, n. 42.

⁵⁰ Cf. NEGRINI, *Religione, mutamenti...*, op. cit., p. 226-230.

⁵¹ *Ibidem*, p. 233.

⁵² EMCC, n. 9.

⁵³ Cf. FRANCISCO. *Evangelii Gaudium* (EG), n. 11.

Um líder da Igreja de Jesus Cristo hoje que cria sensibilidade, vê longe, escuta o clamor dos excluídos da história, saboreia a Palavra de Jesus pronunciada pela boca dos pobres, verdadeira Igreja em saída,⁵⁴ aquela que se reúne em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, portanto Trinitária. “Ah, como gostaria de uma Igreja pobre e pelos pobres!”, exclama. Pobre entre os pobres, despojada, promotora da cultura da proximidade e do encontro, Igreja discípula e não apenas mestra, como o Magistério da Igreja sempre pensou ser.

Com a Igreja em saída, encontram-se as pessoas no poço de Jacó, na cidade de Sicar (Jo 4,5-6); na casa dos publicanos; na casa de Betânia (Jo 11), onde sente-se o mau cheiro de uma comunidade estagnada, desanimada, sem vida. Essa Igreja vai às margens para acolher os refugiados que sobreviveram às duras travessias do deserto e do mar, lugar da sede e do afogamento, corpos secos na areia do deserto do Saara ou jogados ao mar, sem nome, como se fossem objetos descartáveis.

A nova forma que Francisco está dando à Igreja tem eco nos quatro cantos do mundo. Basta pensá-lo como pastor da Igreja, à beira do Mediterrâneo, onde faz sua primeira viagem apostólica, inquietando o mundo, cristãos e não cristãos, ao afirmar: “perdemos a capacidade de chorar”. Em outras palavras: onde está a misericórdia ou a compaixão? “Precisamos sempre contemplar o mistério da misericórdia. É fonte de alegria, serenidade e paz. É condição da nossa salvação. Misericórdia: é a palavra que revela o mistério da Santíssima Trindade. Misericórdia: é o ato último e supremo pelo qual Deus vem ao nosso encontro. Misericórdia: é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que encontra no caminho da vida. Misericórdia: é o caminho que une Deus e o homem, porque nos abre o coração à esperança de sermos amados para sempre, apesar da limitação do nosso pecado”.⁵⁵

Afirma Francisco: “Muitas vezes, agimos como controladores da graça, e não como facilitadores. A Igreja, porém, não é uma alfândega, mas a casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fadigosa”.⁵⁶

A Igreja *semper reformanda* é muito diferente dos movimentos restauracionistas e do mundanismo espiritual, ou ainda de uma fé subjetiva que só confia nas suas próprias forças e se sente superior aos outros por cumprir determinadas normas, ou por ser irredutivelmente fiel a certo estilo católico próprio do passado.⁵⁷ É buscar, em vez da glória do Senhor, a glória humana e o bem-estar pessoal”.⁵⁸ Francisco conclui de maneira

⁵⁴ *Ibidem*, n. 46.

⁵⁵ FRANCISCO. *Misericordiae Vultus*, n. 2.

⁵⁶ EG, n. 47.

⁵⁷ Cf. *Ibidem*, n. 94.

⁵⁸ *Ibidem*, n. 93.

contundente: “Deus nos livre de uma Igreja mundana sob vestes espirituais ou pastorais! Esse mundanismo asfixiante cura-se saboreando o ar puro do Espírito Santo, que nos liberta de estarmos centrados em nós mesmos, escondidos numa aparência religiosa vazia de Deus”.⁵⁹

CONCLUINDO A REFLEXÃO

Uma instituição que perdura no tempo não pode ser vista como construída somente por mãos humanas. Nenhum império durou milênios. Nenhum deles deixou tantos seguidores comprometidos com sua história. A Igreja de Jesus Cristo percorreu caminhos, sofreu ameaças, teve percalços, mas persiste *ad aeternum*. Ela tem um componente fundamental: o Espírito do Ressuscitado. Seguindo essa luz, ela jamais deixou de ser *semper reformanda*. Nenhuma força “des” humana abalou a vida que irrompe com a ressurreição. Percorrendo os caminhos da história a Igreja percebe-se que sempre esteve na dinâmica da inserção na realidade. Dissidências, revoltas, guerras, fechamento, sempre caminharam paralelamente com o profetismo, a doação, o serviço daqueles e daquelas que, confiantes na transformação do Reino de Deus, não param e não calam suas vozes, fazendo o grito evangélico ecoar pelos quatro cantos do Planeta Terra.

Assim ecoaram as vozes de pessoas que consumiram suas vidas para os migrantes, os pobres, os doentes e vulneráveis de todo tipo. Na contemporaneidade a voz do Papa Francisco sensibiliza as pessoas do mundo inteiro.

Não são só documentos bem escritos que vão fazer acontecer o diálogo e a aceitação do diferente, mas a unidade em torno do mesmo Deus. Isso só vai acontecer na medida em que gestos concretos acontecem. Só assim o Evangelho se torna vida, alegria de viver em meio a um mundo diferente daquele vivido pelo Filho de Deus. A Igreja em saída torna-se concretamente a vida de Jesus: quem são meus irmãos, minhas irmãs? A vontade de Deus é que o amor seja o motivo da verdadeira e continua reforma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGGIO, Marileda. *A contribuição de Giovanni Battista Scalabrini na Igreja: elementos eclesiológicos de seu pensamento*. Tese doutoral apresentada junto à Pontificia Università Gregoriana, 27.04.2006. Roma, 2006.

De PAOLIS, Velasio. *Chiesa e Migrazioni*. Quaderni SIMI-2. Roma: Urbaniana University Press, 2005.

DI SANTE, Carmine. *Lo straniero nella bibbia*. Troina (EM): Città Aperta, 2002.

⁵⁹ *Ibidem*, n. 97.

- FONDAZIONE MIGRANTES DELLA CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA. *Enchiridion della Chiesa per le Migrazioni – Documenti magisteriali ed ecumenici sulla pastorale della mobilità umana*, Introduzione (1887-200). Bologna: EDB, 2001.
- LOHFINK, Gerhard. *A Igreja que Jesus queria*. São Paulo: Paulus, 2011.
- LUSSI, Carmem. *A missão da Igreja no contexto da mobilidade humana*. Petrópolis/Brasília: Vozes/CSEM, 2006.
- MARINUCCI, Roberto. Feminization of migration? *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. XV, n. 29, 2007, p. 5-22.
- METZLER, Josef (ed.). *Storia della Chiesa XXIV. Dalle missioni alle Chiese Locali (1846-1965)*. Milano: Paoline, 1990.
- NEGRINI, Angelo. La Santa Sede y el fenómeno de la Movilidad Humana. *People on the Move*, v. XXXIV, n. 88-89, aprile/agosto 2002, p. 191-208.
- _____. *Religione, mutamenti epocali e sfide dell'intercultura*. *People on the move*, v. XXXIV, n. 88-89, aprile/agosto 2002, p. 209-248.
- PARISE, Paulo. A migração nos documentos da América Latina e no Caribe: uma abordagem teológico-pastoral. *Revista Espaços*, ITESP, v. 19, n. 1, 2011.
- SCHMIDT, Gerson. *Manual da acolhida*. Pistas para uma Pastoral do acolhimento. Porto Alegre: PRESSCOM, 2010.

A MOBILIDADE HUMANA EM CONTEXTO DE DIÁLOGO ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO

*Elias Wolff**

O movimento, a mudança, a mobilidade são características naturais dos seres vivos, condição de seu desenvolvimento e de sua sobrevivência. Na vida humana, trata-se de um fenômeno a um só tempo de caráter físico, psíquico e espiritual que configura o ser pessoal e constrói a sua história. As pessoas se movem num horizonte e numa dinamicidade evolutiva próprias da natureza, pelo que há uma permanente construção e reconstrução da existência, tanto individual quanto coletiva. Estagnação é significado de morte.

Esse fato tem um sentido profundamente religioso. A mobilidade humana é uma realidade de transcendência espiritual. Grandes líderes das religiões se caracterizam pela peregrinação. O cristianismo, o judaísmo e o islamismo têm seus famosos centros de peregrinação, e entendem a sua fé como uma caminhada para um futuro escatológico identificado com o Reino de Deus. Para as religiões da Ásia, este mundo é efêmero e a verdadeira felicidade consiste em transpor os seus limites. Conceitos como “transmigração”, “passagem”, “ir para”, caracterizam o fim religioso da existência.

No vai e vem das pessoas que migram, acontecem os encontros e os desencontros das crenças religiosas, o que mostra que a mobilidade humana tem implicações ecumênicas e inter-religiosas. E isso é o que pretendemos verificar neste estudo. O trabalho junto com os migrantes tem o desafio, entre outros, de favorecer a cultura do encontro, do diálogo, do enriquecimento mútuo entre as diferentes formas de crer, mostrando que as migrações são possibilidades de desenvolvimento do espírito humano e da cultura dos povos, enquanto oferecem significados de transcendência que direcionam a história para uma realidade futura a ser vivida em comunhão.

* Mestre em Filosofia e doutor em Teologia, é especialista em ecumenismo e diálogo inter-religioso. Atua no Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. É líder do Grupo de Pesquisa “Teologia, Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso” (PUCPR) e Coordenador da Comissão Teológica do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Bolsista produtividade CNPq.

1. MOBILIDADE: UM FATO HUMANO E RELIGIOSO

A mobilidade humana é um fato sócio-antropo-teológico. De um lado, as migrações fazem parte da história da humanidade e constroem a história. De outro lado, as motivações e as circunstâncias das migrações nem sempre permitem compreendê-las como algo natural. As primeiras formas de vida humana sobre a terra não eram fixas, sedentárias ou limitadas territorialmente. A vida se desenvolvia ao ritmo da natureza e os povos migravam para a busca de abrigo e de alimento. Claro, existiam guerras e outras formas de violência que também forçavam a migrar. Mas em geral a natural necessidade da sobrevivência determinava a decisão de sair ou de permanecer num determinado lugar. O fenômeno migratório atual é forçado e injusto quando a decisão de migrar não pertence a quem migra, mas ao sistema econômico e político local, regional e global. O sistema produz forçosamente as migrações, atrai e expulsa pessoas, influencia para onde elas vão e determina as condições de sobrevivência. “Migrantes” e “refugiados” praticamente se identificam quando, no cenário da mobilidade humana atual, o fenômeno migratório se enraíza num “nacionalismo exasperado, e em muitos países até mesmo no ódio ou na marginalização sistemática ou violenta das populações minoritárias ou dos fiéis de religiões não majoritárias, nos conflitos civis, políticos, étnicos e até religiosos que ensanguntam todos os continentes”.²

Isso tem implicações profundas na vida religiosa e espiritual de quem migra. O migrante, como peregrino geográfico é também um peregrino cultural e religioso, para quem a adaptação a novas terras significa uma espécie de conversão. Ele busca manter sua identidade, refazendo suas heranças simbólicas. Mas também sente a necessidade de integrar-se numa nova comunidade, assumir seus valores éticos e culturais e harmonizar uma “experiência afetiva associada à identificação”.³ É uma identificação móvel e temporária, de modo que o migrante está em permanente busca de elementos que lhe assegurem a pertença a um quadro simbólico referencial. O migrante quer garantir “uma identidade religiosa mais adequada à sua natureza e da qual, cada vez mais, deve imbuir-se”.⁴ Mas sente o impacto da desterritorialização geográfica e cultural, que implica em contínua mobilidade, pertença a lugar nenhum, muitas vezes também religiosamente.

A dificuldade de adaptação de quem migra influencia em todos os aspectos da sua existência. Muda o ritmo da vida individual, familiar e social; há novas exigências dos novos relacionamentos; surgem novos horizontes de sentido e de valor. E isso é mais do que uma questão de adaptação sociocultural, toca na questão religiosa. O migrante

² Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi* (EMCC), n. 1.

³ HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*, p. 67.

⁴ *Ibidem*, p. 107.

tem dificuldades para situar-se com sentido no novo mundo e no que faz. Sente a necessidade de um exercício espiritual de integração, o que muitas vezes abala e exige redimensionamentos no campo da fé. Nem sempre a adaptação no nível social significa possibilidades para manter convicções e comportamentos no nível religioso. Para isso, no processo de reelaboração identitária, as convicções religiosas vão se construindo e reconstruindo em novas trajetórias, e o peregrino percorre novos caminhos também de fé nas tramas da mobilidade existencial. Daí porque as vicissitudes cotidianas se expressam também religiosamente, o que pode levar à fragmentação e fragilização da experiência de fé, à perda da fé e, muitas vezes, à refiliação religiosa, sobretudo de quem, por estar em novo ambiente, “redescobre uma identidade que permanecera até então formal, ou vivida a *mínima* de maneira puramente conformista”.⁵

2. PROBLEMAS ESPECÍFICOS DA RELAÇÃO ENTRE MOBILIDADE E RELIGIÃO

2.1. A não acolhida religiosa

As sociedades buscam políticas protecionistas em relação aos migrantes, refugiados e itinerantes, desenvolvendo a “suspeita em relação aos outros, a intolerância face à diferença, o ressentimento com estranhos e a exigência de isolá-los e bani-los”.⁶ E isso leva à não acolhida também da religião do outro. A não acolhida do modo de ser religioso de alguém é falta de acolhida de uma dimensão fundamental de sua história. Mais ainda, rejeitar a história religiosa de alguém é uma rejeição à sua própria pessoa, dada a profunda identificação entre o ser pessoal e o ser religioso, uma vez que as convicções religiosas modelam o ser da pessoa e configuram o sentido da história.

O que se verifica no atual contexto migratório é que os diferentes sistemas religiosos se repelem mutuamente e muitas vezes se chocam com as diferentes culturas. Há sociedades nas quais o comportamento social e o religioso praticamente se equivalem. Algumas delas toleram a diversidade religiosa, mas não a afirmam. Nas sociedades em que não há essa equivalência, a pluralidade religiosa é mais expressiva. Mas não significa ausência de conflitos. É problemática a situação dos migrantes muçulmanos do Oriente que querem adotar nas sociedades do Ocidente o mesmo comportamento social das regiões de origem. Se não houver uma consciente decisão por adaptar-se, os conflitos se agravam. É uma adaptação difícil, pois exige que as convicções religiosas sejam redimensionadas em sua prática sem provocar perdas para o conteúdo. E, infelizmente, há líderes religiosos que não colaboram para uma revisão hermenêutica dos princípios religiosos que favoreça a convivência das diferenças.

⁵ *Ibidem*, p. 111.

⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização*, p. 54.

Frente a essa realidade, o Papa Francisco propõe o desenvolvimento de uma “cultura do encontro”,⁷ que promove a acolhida como expressão do amor de Deus confiado à Igreja para a promover no mundo: “Trata-se de uma grande responsabilidade que a Igreja deseja partilhar com todos os crentes e os homens e mulheres de boa vontade, que são chamados a dar resposta aos numerosos desafios colocados pelas migrações contemporâneas com generosidade, prontidão, sabedoria e clarividência, cada qual segundo as suas possibilidades”.⁸ Sendo a religião um elemento constitutivo do humano, o migrante que não é acolhido em sua forma de crer, não se sente acolhido na totalidade do seu ser. Não poder expressar o próprio credo é como ser mutilado em uma importante dimensão da existência. Daí porque a mobilidade humana faz com que em sua vivência religiosa muitas vezes o migrante sinta-se fora da própria casa. No horizonte cristão, tal desafio será superado na medida em que houver a compreensão de que “as outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na efetivamente quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos”.⁹

2.2. Preconceito e discriminação

A falta de acolhida pode se manifestar tanto pela indiferença quanto pela afirmação de atitudes de preconceito e de discriminação em relação à religião do outro. Isso coloca agravantes na situação multirreligiosa das migrações, fazendo surgir tendências “comunalistas” e “fundamentalismos”¹⁰ que utilizam a religião para se justificar. O preconceito e a discriminação religiosa são tanto causa quanto expressão de intolerância e conflitos no meio social. E isso mesmo em sociedades que afirmam legalmente a liberdade religiosa. Nessas sociedades, o princípio constitucional e jurídico não tem força para orientar a conduta cultural, e o preconceito e a discriminação acontecem mormente de forma velada, mas violentamente. Tal é o caso do Brasil, por exemplo, onde “no primeiro semestre de 2016, último dado disponível, o disque-denúncia do órgão computou 196 chamadas sobre casos de intolerância religiosa,

⁷ FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG), n. 220.

⁸ *Idem*. *Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018* (14/01/2018).

⁹ JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Redemptoris Missio* (RM), n. 56.

¹⁰ AMALADOSS, Michael. *Religiões: violência ou diálogo?*, p. 182-183.

mais que os 179 registrados no mesmo período em 2015”.¹¹ O agente de pastoral dos migrantes tem consciência que “a Igreja reprovava, por isso, como contrária ao espírito de Cristo, toda e qualquer discriminação ou violência praticada por motivos de raça ou cor, condição ou religião”.¹²

2.3. Intolerância

A intolerância fundamentalista tem base na insegurança que leva a absolutizar uma parte da verdade. Trata-se de uma insegurança ontológica, que buscando bases seguras para si, exclui o que há de bom e de valor nos outros. Cria princípios rígidos e inflexíveis na compreensão da realidade, um estreitamento mental com a pretensão de reter toda a verdade. E geram-se, então, atitudes punitivas e excludentes no lugar de proximidade e convivialidade.

Não poucas vezes, a religião é um fator de causa ou de legitimação dessa realidade, a qual atinge fortemente os migrantes. Isso é histórico: os israelitas saíram do Egito por motivações políticas e econômicas, mas também religiosas; o cristianismo deu a fundamentação teológica para Portugal e Espanha conquistarem os povos ameríndios e destruírem suas culturas; em nossos tempos, líderes religiosos de correntes fundamentalistas do Islã buscam legitimar a saída de comunidades inteiras da Síria em direção aos países europeus. Assim, a religião pode tanto forçar a saída das pessoas de um determinado lugar, quanto dificultar a sua chegada em outro lugar. Nesse contexto, religião e violência estão estreitamente associadas aos problemas da mobilidade humana.

2.4. Conflitos de direitos humanos

O exercício dos direitos humanos é, não poucas vezes, motivo de tensões e de conflitos. Dentre estes direitos está o da liberdade, como um valor que engloba a totalidade da existência humana, com expressão particular na liberdade de ir e vir, de se expressar e de crer. É um direito fundamental, adquirido a duras penas na história da humanidade. Infelizmente, a liberdade não é ainda uma realidade na vida de todas as pessoas e de todos os povos, e onde existe é mantida com dificuldades.

No amplo horizonte da liberdade está o ato de crer. Assim como o direito a migrar é uma das expressões da liberdade e impedir ou coagir alguém a migrar é uma interferência na sua liberdade, também a desvalorização da religião do outro é um prejuízo à liberdade. O panorama da mobilidade humana mostra como as pessoas são

¹¹ ROCHA, Camilo. *Como a intolerância religiosa tem se manifestado no Brasil*.

¹² Declaração *Nostra Aetate* (NA), n. 5.

tolhidas na liberdade de ir e vir ou de expressão por causa da religião que professam.¹³ Relatório da Comissão Internacional de Liberdade Religiosa dos Estados Unidos, referente a 33 países, aponta que em 27 deles acontecem violações de direitos, com ênfase para o Iraque, a Síria, a Nigéria, a República Centro-Africana e Myanmar.¹⁴ São as minorias religiosas que mais sofrem, percebidas como uma ameaça à religião da maioria porque questionam o *status quo*.

3. MOBILIDADE HUMANA E OPORTUNIDADES ECUMÊNICAS

Com a mobilidade das pessoas e dos povos movimentam-se também as religiões. Os migrantes levam consigo seu próprio patrimônio espiritual, formado pela mentalidade, pelo idioma, pela cultura, pela religião.¹⁵ O encontro das religiões supõe a mobilidade das pessoas crentes. Assim como é natural o mover-se das pessoas e dos povos, é natural o mover-se também dos credos. Tal como os povos e as suas culturas se expandem, assim acontece com as religiões. Isso significa, de um lado, que uma religião tem direito à autoafirmação e exposição da própria doutrina com o consequente direito de pronunciar-se a respeito de outras religiões. Nisso consiste a liberdade para manifestar e difundir a fé, o direito a divulgar os próprios princípios religiosos. Isso leva a compreender que a ação missionária é intrínseca ao ato de crer. De outro lado, uma religião precisa reconhecer esse mesmo direito a todas as demais. Toda religião se pretende verdadeira e válida para as pessoas e o julgamento de tal pretensão é feito, em última instância, por quem adere a uma determinada religião.

O desafio consiste em impedir que as tensões e os conflitos vividos pelos migrantes no âmbito sociocultural se expressem também no âmbito religioso. Nem todas as sociedades acolhem o migrante em sua fé, partilham com ele seus valores espirituais e o ajudam a manter sua identidade religiosa. A já difícil acolhida do migrante no âmbito sociocultural é agravada ainda mais pela não acolhida no âmbito religioso.

Ao contrário de uma ameaça à liberdade religiosa, a mobilidade humana pode ser afirmação dessa liberdade. Ela rompe com sistemas únicos, totalitários e impositivos. A liberdade de ir e vir contribui para que diferentes afirmações do sentido último, transcendente, sejam reconhecidas em seu potencial de orientar a existência das pessoas. Não há como garantir os direitos humanos sem reconhecer, simultaneamente, o direito à liberdade de crença. Para isso é fundamental compreender que as religiões são sujeitos de ação social, merecedoras de reconhecimento e proteção dos seus valores, com direito a propagá-los implantando-se no meio social. Assim, a religião do

¹³ Instrução *De Pastoralis Migratorum Cura* (DPMC), n. 7.

¹⁴ COMISSÃO DE LIBERDADE RELIGIOSA MUNDIAL. *Relatório anual*, 2015.

¹⁵ DPMC, n. 11.

migrante recebe um reconhecimento que exige também dele reconhecer as demais crenças onde ele chega.

Eis porque a Igreja católica entende a importância de uma compreensão ecumênica e inter-religiosa das migrações contemporâneas. Essa compreensão forma dois horizontes do diálogo como necessários para atender aos desafios e às necessidades distintas dos migrantes, uma vez que nos fluxos migratórios estão presentes “cristãos não em plena comunhão com a Igreja católica” e um “número sempre mais consistente de migrantes de outras religiões, em particular os muçulmanos”.¹⁶ Tal realidade é desafiadora, mas não deve ser entendida como um problema e sim “uma feliz oportunidade para promover a união dos cristãos”.¹⁷ No contexto da mobilidade humana, “do mero fato de conviver com fiéis de outras confissões ou com não cristãos e, inclusive, com não crentes, nascem naturalmente vínculos e relações”.¹⁸ E promovê-los é integrar-se ao movimento ecumênico entendido como uma oportunidade dos tempos e uma necessidade da Igreja.¹⁹

3.1. Mobilidade humana e unidade cristã

A atenção da Igreja aos migrantes exige “uma oportuna adequação às necessidades” que apresentam.²⁰ E o ecumenismo está integrado numa “oportuna” orientação espiritual a quem professa a fé cristã. O fato de o migrante pertencer a outra Igreja não é motivo para deixá-lo sem assistência espiritual. Mas não se deve fazer dele um objeto de disputa entre as Igrejas. O encontro de migrantes membros de diferentes Igrejas é uma oportunidade para o encontro das Igrejas às quais eles pertencem e a partilha do “patrimônio comum”.²¹ A pastoral dos migrantes ajuda as Igrejas a, de um lado, lançar um olhar comum sobre os dramas da migração, cooperando para a superação de seus desafios. E, de outro lado, a darem um testemunho comum da própria fé. Isso exige o desenvolvimento de projetos que superem objetivos meramente institucionais. Exige também que o agente de pastoral conheça e valorize a Igreja à qual o migrante pertence, sua doutrina, sua disciplina sacramental, sua espiritualidade. Dessa forma, a mobilidade humana apresenta às Igrejas “novas possibilidades de viver a fraternidade ecumênica na concretude da vida cotidiana”,²² a qual se caracteriza por uma “maior compreensão recíproca” e o “espírito de caridade apostólica” que tanto respeita a consciência de fé

¹⁶ EMCC, n. 3.

¹⁷ DPMC, n. 13.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Decreto *Unitatis Redintegratio* (UR), n. 4.6.

²⁰ DPMC, n. 12.

²¹ UR, n. 4.

²² EMCC, n. 5.

que os outros possuem, quanto promove o encontro dos cristãos em Cristo e entre si.²³ Pois “é digno e salutar reconhecer as riquezas de Cristo e as obras de virtude na vida de outros que dão testemunho de Cristo, às vezes até a efusão do sangue. Deus é, com efeito, sempre admirável e digno de admiração em Suas obras”.²⁴

Portanto, a mobilidade humana não é empecilho para a fraternidade cristã. Ao contrário, ela abre novas possibilidades para a partilha, alarga os espaços e os meios de relação e exige que esta aconteça pela compreensão mútua e no amor. Dessa forma, os migrantes são caminhos para as Igrejas viverem mutuamente a caridade apostólica, que se expressa por uma solicitude mútua, tanto nas questões materiais quanto nas espirituais. Tal solicitude se mostra, por exemplo, no apoio necessário para que os migrantes celebrem suas liturgias segundo suas próprias tradições, inclusive possibilitando-lhes o uso de espaços e objetos litúrgicos, ou a hospitalidade eucarística, ou funerais em cemitérios católicos,²⁵ ou celebração conjunta das festas litúrgicas das diferentes Igrejas.²⁶

A exigência fundamental do trabalho com os migrantes é fazer com que aconteça um ecumenismo na vida cotidiana, o que certamente muito contribuirá para fortalecer os migrantes nas situações adversas pelas quais passam e “aplicar toda a espécie de remédios aos males da nossa época, tais como a fome e as calamidades, o analfabetismo e a pobreza, a falta de habitações e a inadequada distribuição dos bens”.²⁷

3.2. Mobilidade humana e diálogo inter-religioso

Quem trabalha com os migrantes está consciente de que aqueles que pertencem às diferentes religiões também estão “esperando da Igreja o acolhimento, o diálogo, a ajuda, numa palavra, a fraternidade”.²⁸ Particularmente os refugiados precisam ser acolhidos pela “solicitude apostólica” da Igreja,²⁹ independente de sua religião. A peregrinação de crentes cristãos, muçulmanos, hindus, budistas e de outras religiões são como que suas próprias religiões a caminho, e o encontro dos fiéis são oportunidades para o encontro das suas religiões. Por isso, as iniciativas comuns proveitosas para os migrantes precisam ser embasadas em suas próprias crenças.³⁰ E o migrante sentindo-se

²³ *Ibidem*, n. 56.

²⁴ UR, n. 4.

²⁵ EMCC, n. 56.

²⁶ *Ibidem*, n. 58.

²⁷ UR, n. 12.

²⁸ RM, n. 37, letra “b”.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ DPMC, n. 16, par. 6.

acolhido religiosamente recebe uma força especial para enfrentar as lutas, os desafios e as incertezas dos diferentes contextos. A Igreja promove essa acolhida entendendo que todas as pessoas formam uma só comunidade humana e tem um só fim, Deus, razão de seus esforços por fomentar a união e a caridade entre todos, considerando o que há de comum e conduz à convivência.³¹

A ação da Igreja junto aos migrantes de diferentes religiões tem um aspecto duplo: “respeito pelo homem na sua busca de resposta às questões mais profundas da vida, e respeito pela ação do Espírito nesse mesmo homem”.³² Respeitando o humano e o Espírito que nele atua, é possível a realização de parcerias entre as religiões para, de um lado, caminhar na “busca de pontos comuns, para juntos construir a paz”; e, de outro lado, criar “ocasião para recuperar as dimensões comuns dentro das próprias comunidades”, tal como a solidariedade entre as nações, a oração, o jejum, a vocação humana, a abertura ao Transcendente.³³ Os migrantes serão, assim, favorecidos também em suas práticas religiosas. Isso supõe a capacidade de encontro e de ajuda mútua para que os migrantes “conservem a dimensão transcendental da vida”.³⁴ Desse modo, as diferentes realidades e situações dos migrantes são transformadas numa “feliz e frequente oportunidade de colaboração na ansiada dilatação do Reino de Deus”.³⁵ Assim, “as outras religiões constituem um desafio positivo para a Igreja: estimulam-na efetivamente quer a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, quer a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação, da qual é depositária para o bem de todos”.³⁶

Para além do conhecimento teórico e técnico, é fundamental que os agentes de pastoral estejam devidamente preparados para esse trabalho, a fim de poder tomar “iniciativas reconhecidas como úteis e oportunas”.³⁷ Isso requer o conhecimento da religião à qual o migrante pertence, sua doutrina, espiritualidade, ritos, disciplina moral.³⁸ E a capacidade de realizar uma ação planejada, com uma metodologia que garanta a realização de programas adequados aos diferentes estágios da realidade da pessoa do migrante, distinguindo os níveis de ação pela *assistência* em geral, a *acolhida* e a *integração* do migrante.³⁹

³¹ NA, n. 1.

³² RM, n. 29.

³³ EMCC, n. 69.

³⁴ *Ibidem*, n. 59.

³⁵ DPMC, n. 13.

³⁶ RM, n. 56.

³⁷ DPMC, n. 18, par. 2.

³⁸ EMCC, n. 69.

³⁹ *Ibidem*, n. 42.

Finalmente, dois elementos favorecem para que tal realidade aconteça no trabalho com migrantes de diferentes religiões: a “promoção humana” e o “testemunho da caridade”.⁴⁰ Pela promoção humana, procura-se resgatar e afirmar a dignidade ferida do migrante, os projetos e os valores que são fundamentais em sua existência. A Igreja atua para isso em parceria com organizações sociais e órgãos públicos que garantem leis justas e condições de vida digna para os migrantes. E o testemunho da caridade embasa tudo isso. A verdadeira natureza da ação eclesial junto aos migrantes se realiza no âmbito da caridade. É esta, como testemunho maior da fé cristã, que move e sustenta o agir solidário da promoção humana. Assim, em última instância, é a fé em Cristo, o amor de Deus humanamente revelado, que impulsiona todo o trabalho caritativo e solidário da Igreja junto aos migrantes, cristãos e não cristãos: “Eu era estrangeiro, e me acolhestes” (Mt 25,35).

4. ÂMBITOS OU HORIZONTES DO DIÁLOGO

Uma adequada ação com migrantes de diferentes Igrejas e diferentes religiões requer um apurado conhecimento das orientações sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso que procedem de duas principais fontes: o Evangelho e o Concílio Vaticano II, com especial atenção aos documentos *Unitatis Redintegratio*, *Nostra Aetate* e *Dignitatis Humanae*. O Evangelho mostra que o diálogo é componente da fé cristã e do discipulado de Jesus Cristo. E o Vaticano II apresenta o diálogo como constitutivo da Igreja e da sua missão. Ambas as fontes orientam a integração do agente da pastoral migratória nas iniciativas ecumênicas e inter-religiosas existentes em seu meio. O agente precisa embasar sua ação com os migrantes nessas orientações e iniciativas de diálogo, como também propor outras iniciativas conforme as exigências dos contextos. A base para isso é compreender que

o diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o Espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as ‘sementes do Verbo’, os ‘fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens’ - sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos, no Espírito.⁴¹

Assim, mobilidade humana e diálogo interagem continuamente. Quem caminha se relaciona e interage com outros caminheiros com

⁴⁰ *Ibidem*, n. 60.

⁴¹ RM, n. 56.

os quais partilha as alegrias e os percalços da caminhada. A Igreja é articuladora dessa relação. Alguns horizontes do diálogo merecem destaque:

4.1. Dimensão sociocultural

As religiões podem dificultar ou cooperar para a adaptação do migrante nas mudanças socioculturais dos ambientes e do tempo presente, em realidades como a vida familiar, a relação de gênero, a sexualidade, entre outros. A realidade complexa das migrações exige uma apurada leitura dos “sinais dos tempos”, explicitando a contribuição das religiões para uma cultura da acolhida, do encontro e do diálogo. O diálogo contribui para que o migrante melhor possa inserir-se nos novos contextos, conservando o que lhe é próprio e também integrando-se aos novos costumes e leis civis.⁴²

O diálogo contribui para a solidariedade entre os povos, mostrando uma positiva interdependência entre eles e buscando igualdade na distribuição dos bens da terra.⁴³ Trata-se de uma integração de Igrejas e religiões nas lutas por justiça social e condições dignas de sobrevivência para todas as pessoas e em todas as nações. Constrói-se, assim, uma verdadeira *ecumene* social, superando as desigualdades que impelem as pessoas a migrarem contra a própria vontade. Todos precisam ter assegurado o direito de escolher entre migrar ou permanecer em seu próprio ambiente natural e cultural.

As religiões podem, assim, assumir um papel importante tanto no favorecer a aceitação da realidade em mudança do nosso tempo, quanto no compromisso por desenvolver o respeito a homens e mulheres de diferentes pertenças, em particular nas áreas onde a realidade migratória é majoritariamente presente. [...] É necessário confluir todos ao encontro e o diálogo, à acolhida, à ajuda recíproca no enfrentamento dos problemas sociais mais urgentes, à solidariedade para com os mais frágeis, o compromisso pela defesa dos direitos e pela igualdade.⁴⁴

Desenvolve-se, assim, um diálogo de culturas, mostrando que “as diversas identidades culturais devem abrir-se a uma lógica universal, não desprezando as suas próprias características positivas, mas colocando-as a serviço de toda a humanidade”.⁴⁵ Na fé, é possível compreender que

⁴² EMCC, n. 60.

⁴³ UR, n. 12; NA, n. 5.

⁴⁴ MARCHETO, Agostino. *Religioni e migrazioni: tra dialogo e reciprocità*.

⁴⁵ EMCC, n. 34.

“a presença e ação do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a história, os povos, as culturas e as religiões. Com efeito, o Espírito está na base dos ideais nobres e das iniciativas benfeitoras da humanidade peregrina: ‘com admirável providência, o Espírito dirige o curso dos tempos e renova a face da terra’”.⁴⁶ Assim, os cristãos precisam aprofundar os valores “partilhados com outros grupos religiosos ou de tendência laica”, entendendo que “a passagem de uma sociedade monocultural a uma multicultural pode revelar-se assim sinal da viva presença de Deus na história e na comunidade dos homens, porque oferece uma oportunidade providencial para realizar o plano de Deus de uma comunhão universal”.⁴⁷ Desse modo, a Igreja promove “o respeito das outras identidades, empreendendo, onde é possível e conveniente, percursos de partilha com pessoas de origem e de culturas diferentes”.⁴⁸ A base é compreender que o respeito da identidade legítima do outro supõe “uma autêntica cultura da acolhida, sabendo apreciar os valores verdadeiramente humanos dos outros, acima de todas as dificuldades que comporta a convivência com quem é diferente de nós”.⁴⁹

O diálogo intercultural é berço do diálogo inter-religioso. É na medida em que os migrantes se acolhem em seus costumes, hábitos e tradições, que se prepara o ambiente para uma acolhida também das crenças religiosas. Damos, assim, razão a Paul Tillich ao afirmar que “a cultura é a forma da religião e a religião é a substância da cultura”.⁵⁰ As diversas identidades culturais abrem-se, desse modo, a uma lógica universal, não desprezando as suas próprias características positivas, mas colocando-as a serviço de toda a humanidade.⁵¹ E “aqui não basta a tolerância, é necessário simpatia e respeito, naquilo que é possível, da identidade cultural dos interlocutores”.⁵² Para tal, é importante que o trabalho com os migrantes afirme “o empenho dialógico-missionário de todos os membros do Corpo místico de Cristo e o consequente dever de uma cultura de acolhida”.⁵³

⁴⁶ RM, n. 28.

⁴⁷ EMCC, n. 9.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Ibidem*, n. 39.

⁵⁰ TILlich, Paul. *Philosophie de la Religion*, p. 68.

⁵¹ EMCC, n. 34.

⁵² *Ibidem*, n. 36.

⁵³ *Ibidem*, Apresentação.

4.2. Dimensão teológica

A mobilidade humana tem sentido teológico, como caminho de encontro com Deus, e é a fé em Deus que a sustenta. Isso implica que, de algum modo, todos caminham para Deus. Daí o sentido teológico do vínculo entre mobilidade humana, ecumenismo e diálogo inter-religioso. Tal diálogo pode ter um sentido estrito, como unidade cristã, vivida na Igreja una e única, na qual se professa a fé em Cristo, os sacramentos são celebrados e os ministros mutuamente reconhecidos. Nesse sentido, o encontro e a solidariedade entre migrantes contribuem para o encontro e o diálogo entre as suas Igrejas. Mas o sentido de *ecumene* se vê também no diálogo das religiões. Não se busca a unidade de fé ou das instituições religiosas, mas faz com que o testemunho da própria crença contribua para uma comunhão fraterna da humanidade. O fluxo migratório, formado por migrantes cristãos e não cristãos leva a trabalhar pela realização dos dois sentidos de *ecumene*, conforme a identidade religiosa dos peregrinos.

Na perspectiva cristã, Deus criou um só mundo, e todos os povos fazem parte de uma mesma comunidade humana. Deus é, assim, a origem e o fim último da vida humana.⁵⁴ Isso mostra que as peregrinações da vida terrena se encaminham a uma só meta, destino último da humanidade, o Reino de Deus. O exercício da mobilidade humana, suas causas e consequências, não pode distanciar-se do Reino como horizonte maior de orientação e de sentido. O desafio está em fazer com que já neste mundo a peregrinação humana seja expressão das virtudes do Reino, como a justiça, a paz, a igualdade e a liberdade. Para isso concorre o diálogo entre as Igrejas e as religiões, fortalecendo os caminheiros que se dirigem a uma pátria comum para que “Deus seja tudo em todos” (1Cor 15,28). Para tanto, é fundamental compreender que na vida religiosa dos povos, “a pluralidade é riqueza e o diálogo já é realização, embora imperfeita e em contínua evolução, daquela unidade definitiva à qual a humanidade aspira e está chamada”.⁵⁵

4.3. Dimensão pastoral

A prática do diálogo não substitui a ação pastoral e evangelizadora da Igreja, mas lhe é constitutiva. O diálogo é uma exigência tanto do Evangelho, quanto da realidade onde ele é anunciado. Em tempos de

⁵⁴ NA, n. 1.

⁵⁵ EMCC, n. 30.

intensa expressão do pluralismo eclesial e religioso é impensável um projeto de missão que desconsidere a sua importância.

Naturalmente, isso diz respeito também à pastoral dos migrantes. Com sua característica de acolhida, acompanhamento, peregrinar juntos, a pastoral dos migrantes é dialogal. Pratica a escuta das diferentes histórias dos peregrinos, o discernimento das situações e dá possível orientação visando contribuir na realização de seus anseios materiais e espirituais. Já foi dito acima a importância de o agente de pastoral conhecer a Igreja ou religião dos migrantes que acompanha para que seu trabalho seja fecundo.

O diálogo não impede aos cristãos de anunciar a sua própria fé. Mas o modo de fazê-lo precisa ser respeitoso e sem a intenção proselitista que fere a liberdade religiosa.⁵⁶ O anúncio da própria fé pode ser “explícito ou implícito, segundo as circunstâncias, da salvação em Cristo”.⁵⁷ Mas a melhor forma de anúncio é, certamente, o “testemunho da caridade”, pelo qual os membros das religiões aprofundam a convicção do amor universal de Deus. A forma de expressar esse amor pela Igreja, com características cristãs, não deve ser impedimento para que o migrante de outra fé, ou sem fé, perceba que Deus o ama, caminha com ele, fortalece suas lutas nos caminhos desta vida e o conduz para uma terra definitiva. Vale também para a pastoral dos migrantes o ensino de que,

à luz do plano de salvação, a Igreja não vê contraste entre o anúncio de Cristo e o diálogo inter-religioso; sente necessidade, porém, de os conjugar no âmbito da sua missão *ad gentes*. De fato, é necessário que esses dois elementos mantenham o seu vínculo íntimo e, ao mesmo tempo, a sua distinção, para que não sejam confundidos, instrumentalizados, nem considerados equivalentes a ponto de se puderem substituir entre si.⁵⁸

4.4. Dimensão espiritual

As religiões precisam abrir, alargar e percorrer caminhos espirituais que lhes possibilitem oferecer suporte, consolo e sentido à caminhada dos peregrinos. Lendo os “sinais dos tempos”, elas podem apontar itinerários para uma espiritualidade da acolhida, do diálogo, da cooperação. São atitudes espirituais fundamentais para a convivência humana. Essas atitudes abrem espaços para um comportamento do coração e do

⁵⁶ *Ibidem*, n. 60

⁵⁷ *Ibidem*, n. 69.

⁵⁸ RM, n. 55.

espírito que se entende como reciprocidade. O “princípio da reciprocidade” se fundamenta num comportamento espiritual que permite acolher o outro e dar-lhe o direito que lhe pertence por justiça. Isso possibilita a convivência das diferenças, em igualdade de direitos e de deveres. Impulsiona à solidariedade, na qual um torna-se defensor dos direitos do outro.

A espiritualidade do encontro, da acolhida e do diálogo possibilita compreender que na mobilidade humana se vislumbra um impulso à unificação ou

“conformação”, de todos os povos e do universo inteiro, na qual é fácil distinguir o Espírito de Deus que com admirável providência dirige o curso dos tempos e renova a face da terra. As migrações certamente, ao favorecer e promover o mútuo conhecimento e a colaboração, manifestam e aperfeiçoam a unidade da família humana e confirmam com evidência as relações de fraternidade entre os povos mediante as quais ambas as partes dão e recebem ao mesmo tempo.⁵⁹

Nisso está também um sentido eclesiológico de *ecumene*. No sentido estrito, é a comunhão de todos os batizados em Cristo. E num sentido lato, é a comunhão da humanidade inteira numa fraternidade universal.⁶⁰ A mobilidade humana é, assim, expressão da catolicidade da Igreja, e ajuda a Igreja a realizar essa catolicidade. O encontro das diferenças, o enriquecimento mútuo das culturas, as diversas formas de crer em Deus, de algum modo expressam uma compreensão eclesial ampla no sentido que todas as pessoas, com suas culturas e suas religiões, “estão destinadas, de modos diversos, a formarem parte do povo de Deus”.⁶¹ Isso constrói um sentido amplo de Igreja, no horizonte da comunhão, da missão, de povo, família de Deus, mistério, sacramento. “Corpo místico e templo do Espírito, a Igreja se faz história de um Povo em caminho”.⁶² Aqui é importante “salvaguardar a universalidade e a unidade”,⁶³ no sentido de integrar as diferenças numa catolicidade centrada num único Deus que conduz a história humana. A catolicidade da Igreja se expressa na medida em que as diferenças convergem para uma compreensão da ação do Espírito que congrega todas as pessoas no corpo de Cristo “nos modos que só Deus conhece”.⁶⁴ Por isso, a ação da Igreja com os migrantes deve acontecer por um diálogo que valorize “diferentes nacionalidades, etnias e religiões, contribua para tornar visível a autêntica fisionomia da Igreja”⁶⁵ como sinal espiritual e histórico do Reino.

⁵⁹ DPMC, n. 2.

⁶⁰ NA, n. 5.

⁶¹ Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG), n. 16.

⁶² EMCC, n. 37.

⁶³ *Ibidem*, n. 38.

⁶⁴ Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS), n. 22.

⁶⁵ EMCC, n. 38.

CONCLUSÃO

A mobilidade humana oferece grandes possibilidades para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, ao mesmo tempo que o diálogo se apresenta como um fator fundamental no contexto migratório. Com as pessoas migram Igrejas, migram religiões, migram culturas, migram correntes de espiritualidade. Esse fato apresenta desafios e possibilidades para a vivência e a convivência dos povos e dos credos. O encontro das diferenças provoca, questiona, mas também mostra alternativas na compreensão da vida, do mundo, do sagrado, do divino. Mais do que alternativas no sentido de optar por uma nova vida religiosa, são alternativas na expressão do dado plural da experiência de fé.

Daí a necessidade e o valor do diálogo ecumênico e inter-religioso no trabalho junto aos migrantes. Esse diálogo diz respeito a todas as situações da vida de quem migra, aos anseios, sofrimentos e esperanças, com a importante função de oferecer suporte e consolo, possibilitando encontros e cooperação entre pessoas e povos. Fundamental é que o agente de pastoral esteja preparado para isso. No contexto eclesial e religioso plural, não se pode oferecer soluções isoladas aos problemas que aparecem no contexto migratório. Urgem posturas de diálogo, interação e cooperação entre Igrejas e religiões para melhor orientar os migrantes em sua caminhada humana e espiritual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMALADOSS, Michael. Religiões: violência ou diálogo? *Perspectiva Teológica*, n. 34, 2002, p. 179-196.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- COMISSÃO DE LIBERDADE RELIGIOSA MUNDIAL – *Relatório anual*, 2015. Disponível em: «<https://www.portasabertas.org.br/categoria/noticias/eua-emite-relatorio-anual-sobre-liberdade-religiosa>».
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. *Liberdade religiosa numa comunidade constitucional inclusiva: dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos*. Coimbra: Coimbra, 1996.
- MARCHETO, Agostino. *Religioni e migrazioni: tra dialogo e reciprocità*. Disponível em: «http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/pom2007_104/rc_pc_migrants_pom104_religioni-migrazioni.html».
- ROCHA, Camilo. *Como a intolerância religiosa tem se manifestado no Brasil*. Disponível em: «<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/11/Como-a-intoler%C3%A2ncia>

religiosa-tem-se-manifestado-no-Brasil».

TILLICH, Paul. *Theology of Culture*. New York: Oxford University Press, 1959.

_____. *Philosophie de la Religion*. Genebra: Labor et Fides, 1971.

PASTORAL DA ACOLHIDA E DA MISSÃO IR AO ENCONTRO DE MIGRANTES E REFUGIADOS

*Joachim Andrade**

Não gosto da palavra ‘raízes’ e da imagem ainda menos. As raízes enfiam-se na terra, contorcem-se na lama, crescem nas trevas; mantém a árvore cativa desde o seu nascimento e alimentam-na graças a uma chantagem: “se te libertas, morres”. As árvores têm de se resignar, precisam das suas raízes; os homens não. [...] Para nós os caminhos é que contam. Os caminhos nos conduzem da pobreza à riqueza e de volta à pobreza; da escravidão à liberdade ou para uma morte violenta. Os caminhos mantêm as promessas, carregam o nosso peso, nos orientam a ir à frente e depois nos abandonam. Assim, nós morremos da mesma forma que nascemos, na beira do caminho que não é nossa escolha (AMIN MAALOUF).

O mundo mudou. Passou de uma aldeia global a uma metrópole gigantesca, na qual tudo se encontra conectado, uns influenciando os outros e sendo influenciados pelos outros. A convivência com os outros, novas pessoas, etnias, povos e nações criou uma sociedade contemporânea mais diversificada. Razão: migrações de naturezas diferentes. Observa-se, hoje, um fluxo de seres humanos do norte ao sul, de leste a oeste, dos campos à cidade, de cidade em cidade, por motivos diversos. Alguns por razões econômicas, outros por fuga das perseguições religiosas e políticas, assim como alguns para viagens turísticas, e outros para investimentos, para exploração de recursos naturais, criando sociedades pluralizadas e reproduzindo as distintas faces dos seres humanos. Difícil hoje, se não impossível, encontrar um país que de alguma forma não esteja envolvido com o fenômeno do vaivém das pessoas ou das migrações. Uns como

* Indiano, missionário do Verbo Divino. Possui mestrado em Antropologia Social, pela UFPR e doutorado em Ciência da Religião pela PUC de São Paulo. Professor na PUC – Paraná, no Studium Theologicum, Faculdade Claretiana e na Faculdade Vicentina – FAVI, em Curitiba. Membro da equipe interdisciplinar da Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil.

lugares de origem, outros como lugares de destino e outros ainda como lugares de trânsito, sem falar dos que podem, ao mesmo tempo, representar as três situações.² Essa diversidade se tornou mais visível, recentemente, com o fluxo de refugiados do Oriente Médio à Europa.

Esse processo acontece “atravessando culturas”, pois implica um movimento mútuo e multidirecional entre culturas, dando origem a novos conceitos e criando uma vivência complexa, mas necessária, entre as diferentes etnias.³ Além desse fenômeno da migração existe outro que também conecta o mundo, e que identificamos como globalização ou, na atualidade, também chamado “googlização”. Tudo está em movimento – pessoas, animais, objetos, pensamentos, emoções e as coisas. Parece que não existe o descanso. A atividade toma conta. O planejamento, a organização da vida, o modo de ver e de se relacionar, as formas de lidar com a sociedade, com a religião e com a vida familiar passam por mudanças drásticas. O eixo que Mircea Eliade chamava como *axis-mundi*,⁴ um centro referencial a partir do qual a sociedade organizava suas atividades agora se encontra deslocado. Nos tempos remotos, nossos antepassados acreditavam que a Terra era ‘centro’ e naquele tempo foi elaborado um tipo de conteúdo religioso, em que a lentidão e os ritos tomavam conta da organização da vida humana. Mas quando Copérnico apresentou o sol como *axis-mundi*, novos conteúdos foram apresentados, os ritos antigos desapareceram ou foram substituídos. O eixo principal do planejamento da vida familiar até então era baseado no eixo ritualístico, depois cedeu lugar à vida moral e ética. Mas a sociedade atual com seus novos conceitos “líquida”, “virtual” e “digital” atingiu o ponto máximo, em que tudo se encontra movendo-se em alta velocidade e em múltiplas direções sem ter ‘centros’ e ‘periferias’, fazendo despencar todas as formas de laços familiares ou monoculturais, possibilitando a nova forma da vivência intercultural.

Nesta complexidade, abordar a dimensão da acolhida, especificamente dos migrantes e dos refugiados não é uma tarefa fácil. O objetivo principal desse artigo é tecer considerações em torno de acolhida do outro e contribuir com uma reflexão para uma convivência sadia entre os seres humanos de culturas, religiões e etnias diferentes, promovida pelo fluxo dos migrantes e dos refugiados. Para tanto, pretende-se apresentar em primeiro momento as diferentes regiões geográficas, nas quais acontece

¹ GONÇALVES, Alfredo. *Solitude pastoral com os migrantes*.

² Buscar mais informações sobre esse assunto conferir: ANDRADE, Joachim. Interculturalidade nas comunidades religiosas: novas formas de viver.

³ Mircea Eliade, o estudioso romeno, em sua abordagem sobre o fenômeno da religião, mostra que todo fenômeno religioso se constrói a partir de centro chamado *axis-mundi*, um lugar sagrado. Esse centro fornece o conteúdo para organizar a vida religiosa, social, espiritual e ética que mantém uma sociedade coesa.

tanto a saída como a chegada dos migrantes e refugiados. Acredita-se que as regiões geográficas são fatores determinantes na construção dos modos específicos da vivência do povo. Em um segundo momento contemplamos os mecanismos utilizados para a adaptação aos novos ambientes culturais e geográficos, pelos migrantes, as formas utilizadas pelos acolhedores e as múltiplas atitudes elaboradas por ambas as partes durante esse processo. Como apoio para tal análise, iremos utilizar algumas teorias recentes sobre as migrações. Por fim, apresentaremos as atitudes que devem ser cultivadas para uma coexistência harmônica entre as pessoas de culturas diferentes no mesmo espaço, cidade, ou mesmo uma nação.

1. PAISAGEM GEOGRÁFICA, UM PONTO DE PARTIDA

Para compreender o processo migratório, é necessário conhecer as diversas paisagens geográficas que existem no nosso planeta Terra. Os estudos antropológicos apontam que sempre houve migrações, por motivos diversos, seja para sobrevivência, para dominação ou para exploração. Assim, os povos sempre saíram de uma região geográfica para outra. Um dos conceitos básicos utilizados para compreender a diversidade é o de 'paisagem geográfica', definido como o conjunto de estruturas naturais e sociais de um determinado lugar no qual se desenvolve uma intensa interatividade, seja entre os elementos naturais, seja entre as relações humanas e dos humanos com a natureza. Geograficamente, paisagem é tudo o que podemos perceber por meio de nossos sentidos, em especial pela visão.

A paisagem geográfica procura analisar o impacto do espaço físico e cultural, na construção da crença religiosa, elaboração dos costumes, hábitos alimentares e propriamente a vivência social. A partir do estudo das inter-relações entre paisagem e religião, e paisagem e vivência, são identificados três valores solidários, como aponta Gil Filho⁵ em um artigo em que cita Grabar:⁶

1. **O espiritual**, que congrega os significados místicos e éticos atávicos da religião, os quais simbolicamente se refletem em forma material, imagem e prática social;

2. **O cultural**, que emerge dos costumes e das práticas sociais, conferindo o seu caráter de representação; remete à consciência do seu passado e à situação geográfica;

3. **O estético**, a forma de expressão e a imagem inspirada em valores religiosos; caracteriza-se por grande diversidade, pois, além do aspecto geográfico, é influenciado pelo contexto histórico do local.

⁵ GIL FILHO, Sylvio Fausto. Paisagem Religiosa, p. 93.

⁶ A citação é tirada do livro de GRABAR, O. *O sentido do sagrado*. O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, ano 16, n. 10, 1988, p. 27-31.

O nosso interesse aqui é apresentar como os determinados contextos geográficos fornecem pistas para perceber as formas em que os seres humanos constroem a relação com a paisagem geográfica em que nascem, as formas em que elaboram os costumes, desenvolvem o conteúdo religioso assim como a socialização em geral. Além disso, explorar as formas com as quais essas pessoas são afetadas pelo fato migratório, pois elas deixam suas paisagens de origem durante os processos de deslocamentos a outros ambientes geográficos e culturais.

Conforme a tradição tamil,⁷ uma das mais antigas do Sul da Índia, o planeta Terra encontrava-se dividido em cinco regiões principais: montanha, floresta, campos férteis, região litorânea e deserto árido. Cada tipo de terreno sustentava fauna e flora características, assim como modos de vida e de sobrevivência próprios. Essas regiões condicionavam os modos como as pessoas viviam e as emoções que expressavam. Partindo dessas contingências, cada região elabora um universo cultural que favorece um gênero especial de relação amorosa, um estilo musical particular e até mesmo a cosmovisão cultural e a construção da própria divindade.

O desenvolvimento da cultura nos mostra que cada uma dessas regiões abrigou a civilização desde tempos imemoriais e que o ser humano era obrigado a manter o contato com todas elas, o que, por sua vez, possibilitou a elaboração de distintos conteúdos: religioso, cultural, moral e social; cosmovisões distintas e relações de parentesco específicas. Um olhar minucioso sobre cada uma dessas regiões apresentará as diferenças nítidas que existem entre elas.

O deserto, por exemplo, devido à dureza da vida cotidiana, falta de vegetação, escassez de comida, medo dos ataques do eventual inimigo e à própria instabilidade provocada pela amplitude geográfica, exige a elaboração de uma cultura nômade que busca estabilidade. Essa realidade levou os nômades a elaborarem um conteúdo religioso que apresenta Deus como transcendente, distante e tremendamente exigente de fidelidade e submissão de seus fiéis. O sofrimento cotidiano levou o ser humano a considerar o céu azul como morada de Deus, visto como lugar de tranquilidade. No deserto o tempo é linear, a lua é o elemento masculino e o sol, o feminino. A vida após a morte é sustentada pela crença na ressurreição, pois não há retorno ao sofrimento do cotidiano.

⁷ A palavra “tamil” ou “tâmil” possui múltiplos significados: 1. Indica o povo que vive em um dos Estados da Índia chamado Tamil Nadu; 2. O povo dravidiano, que foi expulso do norte da Índia pelas árias para o sudoeste e sul e também para o Sri Lanka; 3. A língua mais antiga da Índia, atualmente falada nas regiões sudoeste e sul do país e também no Sri Lanka. AMALADOSS, Michael. *Rumo à Plenitude: em busca de uma espiritualidade integral*.

A terra fértil, por outro lado, oferece plena abundância: de vegetação, água e comida. A tendência é de fixação geográfica e os seres humanos possuem mais tranquilidade e paz. A vegetação permanente e a produção agrícola possibilitaram a construção de um universo religioso em que o divino é concebido como imanente e próximo, exigindo dos homens uma relação harmônica. O tempo é cíclico, o sol é masculino e a lua é feminina. A morte não é definitiva, pois o retorno é possibilitado pela crença na reencarnação, pois a abundância da terra atrai o retorno.

O modo de sobrevivência nas regiões montanhosas dependia dos rebanhos (gado ou ovelhas) nas estepes e/ou do cultivo de algumas árvores frutíferas. Essas regiões privilegiam o aspecto romântico nas relações humanas; o sol e a lua, brilhando soberanos e ocultando-se entre as montanhas, assemelham-se aos amantes em jogos eróticos.

As regiões litorâneas ofereciam fartura alimentar, que era obtida desde que ultrapassados os perigos do mar. Também evocavam, cotidianamente, a divindade da esperança – nos cardumes, no retorno para casa – e a saudade dos que ficaram em terra ou seguiram para as águas. A partir disso, percebe-se, nesse ambiente, certo apego à divindade para invocar proteção frente aos perigos.

As florestas ofereciam a fartura da comida das árvores frutíferas e, ao mesmo tempo, a ameaça constante dos animais selvagens. A densidade, as sombras e a riqueza de sons evocavam certa crença na existência dos espíritos florestais e elaboravam uma convivência harmônica nascida do medo que esses seres inspiravam.⁸

Incorporar uma análise geográfica dentro da análise de migrações é nada mais do que apontar para um movimento de uma região geográfica para outra que exige deixar uma e acolher outra.⁹

2. UM OLHAR SOBRE AS MIGRAÇÕES

A migração é uma característica da espécie humana, especialmente em períodos mais recuados de sua história. Com o passar dos anos, fatores históricos e culturais deslocaram os conteúdos originalmente “geográficos”, localizados, para outras regiões. A partir desses movimentos, os grupos foram se adaptando aos elementos e à geografia, em primeiro lugar para sobreviver e, mais tarde, para se instalar e viver suas crenças religiosas e os elementos culturais.

⁸ No planeta Terra há outros tipos de ambientes – como as regiões frias da Sibéria, o gelo da Groenlândia e os altiplanos de Bolívia e Patagônia – que também engendraram religiosidade e culturas diversas que não foram aqui contempladas, pois o nosso interesse é apresentar de modo geral as causas da diversidade.

⁹ Em relação à influência da geografia nos deslocamentos conferir: ANDRADE, Joachim. Deus do deserto, Deus do vale: a geografia como ponto de partida para a compreensão do fenômeno religioso.

A adaptação ao meio levou à diversificação da produção de alimentos: agricultura, agropecuária, piscicultura e cultivo de árvores frutíferas. Ela promoveu, também, tradições culturais como as da culinária, da arte, da arquitetura e do vestuário. Ao mesmo tempo, promoveu e enriqueceu as tradições religiosas. Na modernidade, também os deslocamentos de base econômica (migrações) levaram que com maior ou menor sucesso, visões diferentes convivessem harmonicamente no mesmo espaço geográfico.

A partir de um olhar mais profundo aos textos bíblicos encontramos os relatos nítidos de diálogos interculturais: o movimento de Abraão saindo de Ur para a terra prometida, Canaã; José, possibilitando seu pai e irmãos a migrarem ao Egito; Moisés conduzindo seu povo do Egito para a terra prometida; são exemplos claros de intercâmbios culturais apresentados no Antigo Testamento. No Novo Testamento, Jesus realizando seus diálogos com a mulher samaritana, o elogio da fé do Centurião romano e a parábola do Bom Samaritano, são exemplos de diálogos interculturais. No período pós-pascal, depois de Pentecostes, os discípulos trilharam o caminho intercultural deslocando-se para contextos diferentes, na tentativa de apresentar a nova ordem messiânica (cf. Rm 2,5; 9,18); Pedro e Paulo trilharam o caminho da interculturalidade passando pelas diversas culturas até chegar a Roma, o centro do Império Romano (cf. At 14,27; 15,12).

Na atualidade, existem as migrações de naturezas diferentes. Uma boa parte de pessoas é forçada a deixar suas casas devido a perseguições, violências, desastres naturais e à terrível pobreza. Essa realidade é vista em todos os continentes, mas com aspectos específicos.

3. INTEGRAÇÃO: PROCESSO DE DUAS VIAS, TRADUZINDO A TEORIA EM PRÁTICA

Os estudos sobre as migrações contemporâneas ajudam e entender os desafios da pastoral em contextos de mobilidade humana. Nos limites deste texto, a teoria apresentada por Zenia Hellgren,¹⁰ da Suécia, ajuda a aprofundar o tema. Sua teoria mostra a integração como processo contínuo em duas vias: a via do migrante e a via da sociedade receptora.

Na mesma linha interpretativa, o Projeto Europeu de Investigação (INTERACT) define a integração dos imigrantes como um processo que lhes permite participar na sociedade de acolhimento no mesmo nível dos nativos. Por isso, definir a 'integração' é uma tarefa complexa e politicamente controversa. Nesse processo surgem diversas reflexões, principalmente uma preocupação crescente entre os políticos e acadêmicos no que se refere ao papel da sociedade receptora, para

¹⁰ Cf. HELLGREN, Zenia. *Immigrant Integration as a Two-Way Process: Translating Theory into Practice*.

alcançar um maior grau de integração dos imigrantes. Alguns dizem que a responsabilidade da integração na sociedade está nas mãos da maioria; outros dizem que está nas mãos de ambos os lados, apontando à primazia de um processo bidirecional. Isso envolve adaptarem-se uns aos outros e criar uma nova base intercultural para a identificação mútua e o fortalecimento da solidariedade.

A desigualdade de poder entre os imigrantes e os nativos é sublinhada, com a consequência de que a sociedade receptora, a sua estrutura institucional e a sua reação frente aos recém-chegados são os aspectos mais decisivos para obter o bom resultado em relação ao processo de acolhida, enquanto que é menos relevante a parte que cabe propriamente aos imigrantes. Isso mostra que existem algumas fronteiras traçadas pelos nativos que prejudica a integração. Identificamos dois fatores importantes para o sucesso dos processos de acolhida e integração:

- 1) As estruturas em diferentes níveis da sociedade que podem dificultar ou facilitar a integração;
- 2) A ausência ou a existência de contatos interculturais em diferentes ambientes (bairros, locais de trabalho, etc.)

A pastoral da acolhida deve investigar empiricamente as novas perspectivas sobre os processos de acolhida da sociedade e das políticas locais, pois estes elementos incidem em modo relevante nas vivências dos imigrantes e nos processos sociais das comunidades locais.

4. INTEGRAÇÃO: PROCESSO CIRCULAR

Podemos apresentar uma nova abordagem a partir da observação empírica da situação atual brasileira em relação à integração dos migrantes. A integração se torna um problema quando há grave crise financeira, que dá espaço ao crescimento do desemprego entre os migrantes. Isso é um indicador para a instabilidade do imigrante e traz implicações para os processos de integração. O *status* legal dos imigrantes é outro fator que pode se tornar um obstáculo para a integração. Existe a imigração irregular, em que encontramos os imigrantes sem documentos, curto prazo de residência e contratos temporários de trabalho, curto prazo de autorização de residência que são as fronteiras de limites entre residentes legais e imigrantes irregulares, causando problemas para a integração. É preciso entender também que a 'integração' em um mundo cada vez mais móvel exige novos mecanismos. A sociedade que acolhe define as

regras e normas para a interação com os imigrantes; isso pode facilitar ou dificultar o processo de integração.

Nos estudos dos processos de integração, a análise da identidade nacional torna-se relevante, aplicando a visão bilateral da pertença. A mudança social e a integração dos imigrantes ocorrem quando dois grupos interagem simultaneamente, criando o sentido de pertença à nação. Esse aspecto é entendido como “tornar-se parte”, ou como ser totalmente aceito pela sociedade de inserção.

Lamont e Molnár apresentam duas fronteiras em relação à integração: as fronteiras de limites sociais e as fronteiras simbólicas. Os limites sociais são as formas objetificadas de diferenças sociais, manifestadas no acesso desigual, tanto na distribuição dos recursos com nas oportunidades sociais. As fronteiras simbólicas são amplamente aceitas e são capazes de restringir os padrões de interação social entre os nativos e imigrantes de maneira significativa.

A questão da discriminação étnica e o racismo sutil e cotidiano devem ser uma das pautas principais no debate sobre a acolhida e integração, pois a discriminação afeta as dimensões sociais e individuais como acesso à habitação, ao emprego; além de inferir na autoestima e na vontade ou indisponibilidade de se identificar com o estado-nação e desenvolver motivação para a integração. Com isso as fronteiras simbólicas transformam-se em fronteiras sociais, visíveis também nos efeitos econômicos. A pobreza entre os imigrantes pode ser vista como um sinal de integração incompleta e que exige uma revisão imediata dos modelos de interação e de políticas e ações adotados.

5. ALGUNS COMPONENTES BÁSICOS DA ACOLHIDA E DA INTEGRAÇÃO

A Igreja desde os tempos antigos tem oferecido uma assistência e atenção especial de naturezas diferentes aos migrantes. Hoje, diante do maior movimento de pessoas deslocadas e de refugiados da história recente, a Igreja sente o apelo a dar continuidade a este trabalho, em solidariedade com os migrantes e em cooperação com a comunidade internacional. Ela reconhece que as migrações sempre existiram, são as respostas humanas às crises, e representam a busca por uma vida feliz e melhor. Esta realidade, com as suas importantes dimensões culturais e espirituais, está causando um impacto significativo nas atitudes e nas respostas das pessoas por todo lado. De fato, “a Igreja deseja trabalhar em conjunto com a comunidade internacional para promover e adotar medidas eficazes para proteger a dignidade, direitos e liberdades de todas as pessoas que atualmente se deslocam, incluindo migrantes forçados, vítimas de tráfico humano, requerentes de asilo, refugiados e deslocados internos”.¹¹

¹¹ Responder aos desafios dos refugiados e migrantes: vinte pontos de ação para os pactos globais. Disponível

Existe um modelo chamado de MBI (*Mapping, Bridging and Integration*) que podemos traduzir como MPI (Mapeamento, Ponte e Integração) elaborado por Di Stefano e Mazneveski, como pistas para a acolhida dos migrantes. Esse modelo é elaborado mais na perspectiva dos migrantes, que chegam ao país de hospedagem onde, ao longo dos meses iniciais de estadia, devem elaborar os mecanismos para integrar-se melhor na cultura hospedeira, com a ajuda dos agentes pastorais.

O componente principal desse modelo, que é o mapeamento, é mais racional e levanta as questões básicas que o migrante deve fazer a si próprio. Quem sou eu? Quem é o outro? Onde eu estou? Onde está minha cultura? Qual é a cosmovisão da minha cultura? Estando no país hospedeiro, o migrante faz uma tentativa de conhecer a si próprio, o que é muito diferente de se conhecer no país de origem. O segundo elemento emerge depois de um determinado tempo de vivência. Nesta etapa surgem as perguntas: Por que sou diferente? Por que o outro é diferente? Será que consigo ver as minhas fraquezas e as fraquezas do outro? Quais os elementos que poderiam construir uma ponte entre minha cultura e a cultura do outro? Uma vez realizada essa jornada surge o terceiro componente, a integração, que é mais do coração, em que o migrante começa a aceitar as diferenças e a compreender o outro. Aqui se encontra a tentativa de estabelecer a integração entre as duas culturas a partir da vivência.

Este modelo parte do princípio de uma interação harmônica, mas sustentada pelos migrantes oriundos de diferentes paisagens geográficas, acima citadas, e de múltiplos ambientes culturais criados pelas situações mais diversificadas. A interação chama os migrantes para uma inserção na situação real das pessoas do país hospedeiro. O modelo MPI exige que cada migrante esteja aberto para mudar e não simplesmente esperar que os “outros” se adaptem às suas estruturas e formas culturais. Deve acontecer uma conversão constante, não só de etnocentrismo, mas

em: «http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/plmrep/COMMITTEES/LIBE/DV/2018/01-08/20_Action_Points_Global_Compacts_PT.pdf». As iniciativas das Nações Unidas para elaborar dois Pactos Globais – um sobre migração segura, ordenada e regular, e outro sobre refugiados – são uma oportunidade única para oferecer uma resposta conjunta a partir da cooperação internacional. Para apoiar esta contribuição, a Secção para os Migrantes e Refugiados do Vaticano do Dicastério para a Promoção do Desenvolvimento Humano Integral, tendo consultado várias Conferências Episcopais e ONGs católicas que operam neste campo, preparou um documento com Vinte Pontos de Ação, como contribuição ao debate. Tais Pontos fundamentam-se nas melhores práticas da Igreja em resposta às necessidades dos migrantes e refugiados.

possibilitando transcender a perspectiva pessoal para uma perspectiva universal.

6. OS APELOS DO ATUAL PONTÍFICE

O Papa Francisco tem apresentado uma preocupação muito grande em relação aos pobres, em geral, e aos migrantes e refugiados, em particular. A mensagem do Papa Francisco pelo Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018 (14 de janeiro de 2018) aponta:

Cada forasteiro que bate à nossa porta é ocasião de encontro com Jesus Cristo, que Se identifica com o forasteiro acolhido ou rejeitado de cada época (cf. Mt 25,35.43). O Senhor confia ao amor materno da Igreja cada ser humano forçado a deixar a sua pátria à procura dum futuro melhor. Esta solicitude deve expressar-se, de maneira concreta, nas várias etapas da experiência migratória: desde a partida e a travessia até à chegada e ao regresso. Trata-se de uma grande responsabilidade que a Igreja deseja partilhar com todos os crentes e os homens e mulheres de boa vontade, que são chamados a dar resposta aos numerosos desafios colocados pelas migrações contemporâneas com generosidade, prontidão, sabedoria e clarividência, cada qual segundo as suas possibilidades.

O texto apresenta quatro verbos: acolher, proteger, promover e integrar. São os verbos ativos e que representam apelos à ação, pois as “idas” e “voltas” sempre vão acontecer. Como afirma o Decreto *Ad Gentes*, a Igreja por natureza é missionária, pois ela nasceu dentro de um contexto de saída. Somente a Igreja que está em saída consegue compreender melhor os sujeitos que estão a caminho. Aquele que sempre está a caminho desenvolve uma relação íntima com seus sentidos, pois enquanto caminha ele precisa ver, ouvir, sentir, cheirar e desenvolver o paladar em formas variadas conforme os contextos.

O mundo externo entra no mundo interno por meio dos sentidos. A relação adequada com o mundo externo é um indicador que a pessoa também possui uma disposição para fazer uma caminhada ao seu interior, apesar de ser mais longa e mais difícil. Nessa jornada, que é externa e também interna, os indivíduos começam a definir seus projetos pessoais, do seu ‘ser’ e do seu ‘fazer’, tentando realizar sua viagem mais tranquila. Nesta caminhada, como aponta Paulo Suess,

voltam antigas e novas perguntas. São sinais da nossa subjetividade em construção e da busca do sentido. Só o sujeito faz perguntas, questiona a si e ao mundo. Afinal, quem somos? A caminhada missionária é um aprendizado para conviver em paz com cada vez mais perguntas. No caminho se perde a ansiedade de encontrar

respostas para tudo. Ao sair do “nosso” lugar, mudamos o olhar em relação ao mundo e à perspectiva de vida.¹²

CONCLUSÃO

É interessante observar que durante os deslocamentos os migrantes desenvolvem muitas atitudes em relação a si próprios e em relação aos outros. Muitos segredos são aprendidos durante a prática das quatro ações: acolher, proteger, promover e integrar, tanto pelos migrantes como pelos agentes pastorais. Silenciosamente, cresce uma íntima relação, elaborada entre as duas partes, devido ao encontro mútuo e constante.

Criam-se novos laços entre si, um olhar carinhoso, respeitoso e divino um para com outro, em que se descobrem três segredos. O primeiro segredo é sobre si, pois fui criado à imagem e semelhança de Deus; o segundo, sobre o próximo, não há o outro, pois tudo é uma manifestação de Deus; e o terceiro, sobre o comportamento, pois o que é mais importante nessa relação mútua é ser compassivo, acolher e hospedar o outro. É o caminho silencioso de tornar-se universal, quer dizer adquirir as múltiplas identidades ao mesmo tempo ou, podemos dizer, tornar-se cidadão universal. Neste ponto o migrante adquire a sabedoria de reconhecer a importância de dois universos em que ele se encontra: a cultura de origem e a cultura de hospedagem. Ambas são importantes, como afirma Nicolau Bakker: “saibamos que ninguém de nós, indo a um outro continente ou outra cultura consegue ‘desvestir-se’ de sua roupagem cultural original. Podemos compreender, e até ‘adotar’, uma nova cultura ou tradição religiosa, mas esta nunca será o nosso ‘eu’, formado na infância e na adolescência. Apenas um descomunal esforço nos permite ‘captar’ de verdade e ‘nos dar bem’ na nova religiosidade encontrada”.¹³

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMALADOSS, Michael. *Rumo à Plenitude: em busca de uma espiritualidade integral*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. *Pela Estrada da Vida: prática do diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulinas, 1995.

ANDRADE, Joachim. Deus do deserto, deus do vale: a geografia como ponto de partida para a compreensão do fenômeno religioso. *INTERAÇÕES: cultura e comunidade. Revista de Ciência da Religião*. Faculdade Católica de Uberlândia, v. 5, jan/jun. 2010.

_____. Interculturalidade nas comunidades religiosas: Novas formas de viver. In: SUSIN, Luiz Carlos (org.). *Vida Religiosa Consagrada em processo de transformação*. São Paulo:

¹² SUESS, Paulo. *Impulsos e Intervenções: Atualidade da Missão*, p. 12.

¹³ BAKKER, Nicolau. *A Missão SVD na realidade ‘glocal’ brasileira e latino-Americana*, p. 10.

Paulinas, 2015.

BAKKER, Nicolau. *A Missão SVD na realidade 'glocal' brasileira e latino-americana*. Rome: Divine Word Missionaries publications, 2018.

BEVANS, Stephen; SCHROEDER, Roger. *Prophetic Dialogue: Reflections on Christian Mission Today*. New York: Orbis Books Maryknoll, 2011.

BONDER, Nilton. *Tirando os Sapatos: o caminho de Abraão, um caminho para o outro*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Paisagem Religiosa. In: JUNQUEIRA, Sérgio (org.). *O Sagrado: fundamentos e conteúdo do ensino religioso*. Curitiba: Editora EBPEX, 2009.

GONÇALVES, Alfredo. *Solicitude pastoral com os migrantes*. Mumbai, 2015.

HELLGREN, Zenia. *Immigrant Integration as a Two-Way Process: Translating Theory into Practice*. Working Paper Series, number 23. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2015.

MAALOUF, Amin. *O mundo em desajuste: quando nossas civilizações se esgotam*. Rio de Janeiro: Diffel, 2011.

SUESS, Paulo. *Introdução à Teologia da Missão: convocar e Enviar: servos e testemunhas do reino*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *Impulsos e Intervenções: Atualidade da Missão*. São Paulo: Paulus, 2012.

PASTORAL SOCIAL NA AÇÃO DIRETA ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO

UMA EXPERIÊNCIA CARITAS

*Marcelo Maróstica Quadro**

*Maria Cristina Morelli***

Diante dos 65,6 milhões de pessoas deslocadas e destas, 22 milhões em situação de refúgio, queremos com este artigo partilhar nossa experiência de fé comprometida com a causa dos refugiados e assim despertar às Igrejas locais para que abram os braços e o coração para esta realidade de tantos irmãos e irmãs. Deste modo, podemos viver como Igreja em saída que vai ao encontro dessa população que clama por vida.

“Acolher, proteger, promover e integrar os migrantes e os refugiados”. Este é o pedido do Papa Francisco em sua Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado 2018, celebrado em 14 de janeiro.

Preocupada com os irmãos que sofrem pelo mundo e temem por sua vida, a Igreja católica do Rio de Janeiro e de São Paulo, por meio das Cáritas arquidiocesanas, se sente chamada a atender ao apelo desses irmãos e irmãs. Junto a essas Cáritas arquidiocesanas, outras dioceses brasileiras estão cada vez mais se comprometendo com a causa e as lutas, as alegrias e as esperanças dos refugiados que chegam ao Brasil em busca de proteção e de um lugar para reinventar a própria história e sonhar um novo futuro.

Assim, desde os anos de 1970 a Cáritas de São Paulo vem aperfeiçoando alternativas de vida digna a esses nossos irmãos migrantes em situação de refúgio que chegam ao Brasil. Nesse tempo, quase toda a América do Sul estava imersa em regimes de exceção que forçaram a saída de milhares de pessoas de seus países de origem. No Brasil, a Igreja católica assumiu a tarefa de proteger brasileiros perseguidos pela ditadura, auxiliando-os a se refugiar no exterior. Passou então a receber e a acolher com os

* Padre da Arquidiocese de São Paulo. Teólogo. Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

** Assistente Social. Coordenadora do Centro de Referência para Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

próprios recursos argentinos, chilenos e uruguaios que atravessavam a fronteira para resguardar suas vidas no Brasil, pois no contexto ditatorial era impossível se pensar em qualquer tipo de assistência governamental a essas pessoas.

1. A BUSCA POR PROTEÇÃO

Afinal, quem está em situação de refúgio? Aquele que não se sente protegido e teme por sua vida num país onde há fundado temor de perseguição; é a pessoa que depende de proteção internacional para proteger sua vida.³

É importante lembrar, antes de mais nada, que migrar é um direito universal do ser humano,⁴ assim como o de não migrar, ou seja, de permanecer na própria terra. Todos os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos levam a essa reflexão, mas em especial o artigo XIII.2: “toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”.

A Igreja católica também tem reiteradamente destacado a necessidade de reconhecer o direito de migrar para aqueles que, de fato, são obrigados a sair da sua terra natal para sobreviver ou alcançar condições dignas de vida. Ainda em 1969, o Papa Paulo VI defendia “o direito natural do ser humano a usar dos bens materiais e espirituais para alcançar com maior plenitude e facilidade a própria perfeição. Quando um Estado, por falta de recursos ou por excesso de habitantes, não pode proporcionar aos cidadãos o gozo de tais bens ou quando impõe condições que prejudicam a dignidade humana, o ser humano tem o direito de escolher um novo domicílio no exterior e de buscar condições de vida mais dignas”.⁵

Dom Eugênio de Araújo Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro, lembra que nunca perguntou aos migrantes que aqui chegavam quais eram católicos ou não. Em testemunho ele afirmou que “todos eram seres humanos que estavam sofrendo e não tinham a quem apelar. E, se apelavam para mim e eu tinha a possibilidade de ajudar, isso bastava”.⁶ Por ser respeitada pelas forças militares, a Igreja católica teve condições de promover esse importante trabalho de assistência.

³ Cf. «<http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas>».

⁴ Cf. «<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>».

⁵ PAULO VI. Instrução *Pastoralis Migratorum Cura*, 1969.

⁶ GGN. Dom Eugênio Sales e seu apoio à Ditadura. Florianópolis, 15/07/2012; atualizado em 21/07/2012. Por Maurício Gil, Disponível em: <https://jornalggcn.com.br/blog/luisnassif/dom-eugenio-sales-e-seu-apoio-a-ditadura-militar>».

2. A PROTEÇÃO DOS REFUGIADOS NO BRASIL

Com o processo de redemocratização, a presença do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi oficialmente aceita no Brasil, porém o papel da agência limitava-se a entrevistar os migrantes e a solicitar o reconhecimento formal dos casos de refúgio ao governo, o qual apenas providenciava a documentação. Muitos refugiados vinham de regiões de guerra, com traumas psíquicos e problemas de saúde, mas o apoio oferecido era insuficiente e havia a necessidade de aprofundar a integração dos refugiados no ambiente local.

O governo, então, convidou a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e a do Rio de Janeiro, organizações que já estavam acostumadas a trabalhar com vítimas de perseguição, para participar de discussões e reuniões com os Ministérios das Relações Exteriores, da Saúde, do Trabalho e Educação, entre outros, acerca da situação dos refugiados no Brasil. As discussões entre as diversas instituições deixaram clara a necessidade de se aperfeiçoar a regulamentação do Estatuto dos Refugiados no Brasil. Assim, em 1997, foi editada a Lei n. 9.474, redigida em parceria com a sociedade civil e o ACNUR, considerada internacionalmente como uma das mais modernas, abrangentes e generosas do mundo, por ter sido escrita sob a ótica dos direitos humanos, e não sob o prisma do direito penal, e por contemplar todos os dispositivos de proteção internacional aos refugiados.

A chave do êxito do esforço brasileiro de acolhida aos solicitantes de refúgio e aos refugiados que buscam nossa pátria é o modelo de trabalho tripartite estabelecido pela Lei n. 9.474/1997, compartilhado por Estado brasileiro, sociedade civil (através da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro e o Instituto Migrações e Direitos Humanos-IMDH) e ACNUR, em prol do refúgio.

Enquanto membro do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), a sociedade civil possui papel de extrema relevância, propondo avanços na normativa brasileira, estimulando a adoção de novas políticas públicas, além da inclusão dos refugiados em políticas já existentes.

3. A EXPERIÊNCIA DA CÁRITAS DE SÃO PAULO

Dada uma visa geral do tema, passamos a partilhar a experiência da Cáritas de São Paulo, que há 40 anos dedica seus esforços à pessoa em situação de refúgio.

Em São Paulo, no tempo da ditadura, foi constituído um trabalho de atendimento a refugiados, que teve sua origem na Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, instalada na década de 1970 com

o objetivo de proteger brasileiros e migrantes que foram vítimas das perseguições levadas a efeito pelos sistemas ditatoriais do Brasil e dos países vizinhos.

A abertura política brasileira permitiu que o trabalho fosse formalizado em 1989 dentre as ações da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo que, ininterruptamente, deu continuidade ao desenvolvimento de programas voltados, agora, a receber, orientar, assistir e defender o direito de migrantes refugiados.

Nesse contexto, a Cáritas adotou e segue tomando medidas focadas no desenvolvimento de parcerias, políticas públicas e alterações legais necessárias ao respeito dos direitos dos refugiados e ao cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil, com a assinatura da Convenção de Genebra de 1951 (Estatuto dos Refugiados) e do seu Protocolo de 1967.

Este programa é hoje executado a partir de uma estrutura denominada Centro de Referência para Refugiados, o qual conta com o apoio do ACNUR e várias instituições parceiras.

O Centro de Referência para Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo possui quatro programas de atendimento diretos a refugiados: Assistência Social, Integração Local, Proteção Legal e Saúde Mental, além de grupos de orientação para os recém-chegados, ações de *advocacy*, fiscalização e propostas de políticas públicas, expansão do conhecimento sobre o direito e a realidade dos refugiados no país, realização de projetos conjuntos e fomento de parcerias com outras entidades e com grupos de refugiados, realização de campanhas para arrecadação de itens de necessidade básica e sensibilização da população para o tema.

Por meio do Centro de Referência e dos programas de atendimento a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo acredita contribuir para que nossos irmãos e irmãs em situação de refúgio sejam acolhidos com dignidade, busquem resgatar a autoestima e consigam plena integração na sociedade brasileira, em outras palavras, busca concretizar as atitudes de acolher, proteger, promover e integrar, recomendadas repetidamente pelo Papa Francisco.

No programa de Assistência a Cáritas possui uma equipe de assistentes sociais e voluntários que fazem atendimentos individuais das pessoas em necessidade de primeiro albergamento, atendimento social, saúde, entrega de itens de necessidade, documentos e outras vulnerabilidades especiais. Para isso conta com muitos parceiros entre eles a Missão Paz, o Amparo Maternal, o SESC.

No programa de Integração Local, outra equipe de assistentes sociais e voluntários volta-se para pessoas com necessidade de cursos de português, cursos universitários e profissionalizantes, documentos

e direitos trabalhistas, inclusão de crianças e jovens no ensino regular, revalidação de diplomas universitários e inclusão profissional. Neste programa destacamos alguns parceiros como o SESC, o SENAI, o SESI, o SENAC, a EMDOC com o projeto PARR (recolocação profissional de refugiados) e o Instituto CrediPaz de São Paulo (microcrédito solidário – microempreendedorismo).

No programa de Proteção Legal a Cáritas conta com uma equipe de advogados e voluntários que, através dos atendimentos individuais, visam a proteção de direitos a partir das seguintes ações: primeira acolhida, entrevista e parecer sobre a condição de refugiado, orientação jurídica, reunião familiar, formação de rede de proteção, fiscalização. Também faz palestras, participação em comitês e comissões, articulação com órgãos públicos.

E no Programa de Saúde Mental, uma equipe formada por uma psicóloga e uma psiquiatra, com apoio de voluntários, realiza atendimentos individuais e em grupo, visando avaliar a condição de saúde mental dos indivíduos mais vulneráveis; fazer encaminhamentos e acompanhamento para tratamento psiquiátrico quando necessário; dar orientações e fazer encaminhamentos de casos especiais de saúde em geral; promover atividades de bem-estar e manifestação dos sentimentos dos solicitantes de refúgio e refugiados.

Nestes 40 anos de atuação a Cáritas criou uma rede de parceiros que chegam a mais de setenta organizações tanto do setor privado, quanto públicas.

A Cáritas possui também uma Assessoria de Comunicação que atende a jornalistas, pesquisadores, estudantes, produtores e imprensa em geral; elabora apresentações sobre o tema do refúgio; organiza eventos e projetos e busca sensibilizar a mídia sobre o tema.

Poderíamos a essa altura do texto nos perguntar: de que maneira tudo isso foi sendo criado? Todos os programas foram surgindo da prática diária do atendimento direto à pessoa em situação de refúgio. Foi uma construção dia a dia, feita com a colaboração dos profissionais e voluntários do Centro de Referência. Tudo é fruto de um aprendizado, de uma prática comprometida com uma causa, com o desejo de promover e garantir a vida e a dignidade de tantas pessoas.

A experiência da Cáritas ensinou muitos a trabalhar com o tema refúgio: “Foi a Cáritas quem ensinou o governo brasileiro a trabalhar com a temática do refúgio e é uma das grandes responsáveis pela boa política que o Brasil tem hoje de recepção e assistência aos refugiados”, nas palavras de Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto.⁷

⁷ Ministro de Estado da Justiça de 2010 a 2011 e ex-presidente do CONARE, em artigo para a publicação

Um dos reconhecimentos deste trabalho se deu em 1985, na pessoa do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, quando a Cáritas recebeu do ACNUR o Prêmio Nansen, honra internacional considerada o Nobel humanitário para os trabalhos com refugiados.

4. OS ESFORÇOS PARA A INCIDÊNCIA

Na produção deste trabalho, destacamos a importância fundamental do diálogo com o poder público que deve voltar-se à elaboração de políticas públicas de atendimento à pessoa migrante.

Por isso a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo se faz presente em espaços fundamentais para essa elaboração de políticas públicas, tais como:

- Atuação junto ao Comitê Estadual para Refugiados (CER): o Comitê reúne representantes da sociedade civil, com cada uma das Secretarias de Estado, como a da Habitação, da Saúde, da Educação, da Segurança Pública etc., realizando encontros mensais a fim de elaborar, articular, acompanhar, monitorar e avaliar a execução de ações destinadas a assegurar à população de solicitantes de refúgio e refugiados o pleno exercício de seus direitos.

- Atua junto ao Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que tem como objetivo promover ações de prevenção, ser fonte de informação e promoção da defesa dos direitos humanos, articular políticas públicas com as instituições do poder público e sociedade civil, visando o atendimento de vítimas e sua inclusão social. O núcleo está subordinado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. A Cáritas é organização convidada a participar, contribuindo com reflexões e ações voltadas à proteção de solicitantes de refúgio que tenham chegado ao país e passado por situação de tráfico de pessoas.

- E ainda mantém relações institucionais com a Polícia Federal, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, Juizado da Infância e Adolescência, Posto Humanizado do Aeroporto de Guarulhos, CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas), CRAI-SP (Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante).

5. COMPROMISSO E PROTAGONISMO

Diante de tanto trabalho, uma das grandes preocupações da Cáritas é sensibilizar a sociedade sobre a situação dos migrantes refugiados. Por isso, duas vezes no ano,

“Refúgio no Brasil – A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas”, organizada pelo ACNUR, CONARE e Ministério da Justiça, em 2010.

realiza o evento “Portas Abertas” em que as pessoas são convidadas a conhecer o Centro de Referência e seus programas; participar de uma roda de conversa com refugiados e assim despertar a necessidade de uma cultura do encontro com o migrante para conhecer sua história e sua cultura; apoiar a causa do refúgio através de doações que serão destinadas diretamente ao refugiado (roupas, alimentos, kits de higiene) e também desfrutar de comidas e bebidas típicas de alguns países de origem dos refugiados.

Esse trabalho de conscientização e sensibilização não se faz só neste evento, mas igualmente na participação das equipes do Centro de Referência em palestras, seminários e debates em escolas públicas e privadas como também em universidades.

Outro viés importante no trabalho da Cáritas vem sendo o apoio e o acompanhamento à organização das comunidades formadas pelos próprios refugiados através de Associações, como a África do Coração, que, há quatro anos, vem realizando a Copa dos Refugiados. É uma forma de despertar o protagonismo dos próprios refugiados que já estão aqui e começam com suas próprias organizações a acolher e orientar os que vão chegando ao país.

6. AS RAZÕES DO EMPENHO

Mas diante deste trabalho tão rico podemos nos perguntar, por que a Cáritas realiza esse trabalho?

Acima de tudo por ser uma resposta ao imperativo convite do próprio Jesus: “Fui estrangeiro e vocês me acolheram” (Mt 25,35-36). A própria Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi* ressalta que “o cristão contempla no estrangeiro, não só o próximo, mas o próprio rosto de Cristo”.¹ É uma forma concreta de viver as obras de misericórdia e o seguimento de Cristo.

Ter muito presente os ensinamentos do Papa Francisco que fala ao coração das pessoas para que não se esqueçam que “os refugiados são pessoas como todos, mas às quais a guerra tirou a casa, o trabalho, os parentes e os amigos. As suas histórias e os seus rostos exortam-nos a renovar o compromisso para construir a paz na justiça. É por isso que desejamos estar com eles: encontrá-los, recebê-los e ouvi-los, para nos tornarmos juntos artífices de paz segundo a vontade de Deus”.²

O Papa também reconhece e incentiva a ação de todo o povo cristão em seu empenho pela promoção da dignidade dos migrantes. No México, ele afirmou: “Estou a par também do trabalho generoso de muitas irmãs religiosas, de religiosos e sacerdotes,

¹ PONTÍFICO CONSELHO DA PASTORAL PARA OS MIGRANTES E OS ITINERANTES. *Erga Migrantes Caritas Christi*, n. 15.

² FRANCISCO. *Angelus*, 19.06.2016.

de leigos votados ao acompanhamento e à defesa da vida. Prestam ajuda na vanguarda, muitas vezes arriscando a própria vida. Com a sua vida, são profetas de misericórdia, são o coração compreensivo e os pés da Igreja que acompanha, que abre os seus braços e apoia”.³

E sempre lembrar que todos nós somos imigrantes. Ninguém tem moradia fixa nessa terra, pois, como nos lembra Papa Francisco, somos “uma única família humana, somos todos migrantes, viajantes de esperança rumo a Vós, que sois a nossa verdadeira casa, onde todas as lágrimas serão enxugadas, onde estaremos na paz, seguros no vosso abraço”.⁴ A acolhida dos irmãos e das irmãs refugiados é prefiguração da acolhida escatológica que receberemos.

Acolher, portanto, se torna palavra-chave deste trabalho. Diante dos grandes fluxos migratórios que o mundo enfrenta,

entende-se que a hospitalidade é a saída possível e necessária para essa problemática das grandes migrações. Além de situá-la no âmbito dos direitos fundamentais para quem se vê obrigado a deixar sua terra para sobreviver, ela está na identidade cristã como valor inquestionável. A Bíblia aponta a hospitalidade, a acolhida ao estrangeiro como um imperativo. Por isso, procura-se mostrar que a hospitalidade se fundamenta tanto por um dever humanitário quanto religioso.⁵

Leonardo Boff, em seu livro *Virtudes para um outro mundo possível*, afirma que os impasses contemporâneos à hospitalidade são de grande monta. Porém destaca: “sequer sabemos exatamente como enfrentar de forma hospitaleira os graves problemas mundiais das migrações, especialmente por motivos de guerra ou de crise econômica e da mobilidade natural entre povos e culturas”.⁶ Nem por isso devemos renunciar ao ideal da hospitalidade que está na base da humanidade e da convivência civilizada. Sem ela regrediríamos à sociedade selvagem dos lobos, ao que é chamado de “estado natural”.

Além do imperativo evangélico e humanitário, a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo tem como finalidade estatutária⁷ defender e promover os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

O fundamento natural dos direitos humanos é colocado pela Doutrina Social da Igreja (DSI) na dignidade humana; dignidade da pessoa criada à imagem e semelhança de Deus, Pai e Criador. Assim, segundo à perspectiva da DSI, a fonte última dos direitos

³ FRANCISCO. *Viagem apostólica ao México. Homília*. 17.02.2016.

⁴ FRANCISCO. *Visita apostólica a Lesbos, Grécia. Encontro com as autoridades e a população. Memória das vítimas das migrações*. 16.04.2016.

⁵ HASS, Eduardo Luis. *A comunidade humana e a acolhida aos estrangeiros: um desafio atual*, p. 1.

⁶ BOFF, Leonardo. *Virtudes para um outro mundo possível*, p. 163.

⁷ Cf. Capítulo II, Art. 6º de seu estatuto social.

humanos, como afirmou o Papa João XXIII, “não se situa na simples vontade dos seres humanos, nem na realidade do Estado, e menos ainda, nos poderes políticos; mas sim no próprio homem e no seu Deus Criador, e tais direitos são ‘universais, invioláveis e inalienáveis’”.⁸

Nossa ação Cáritas junto aos refugiados é a vivência do mandamento do Senhor Jesus: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei”.

O amor do próximo, radicado no amor de Deus, é um dever antes de mais nada para cada um dos fiéis, mas o é também para a comunidade eclesial inteira, e isto em todos os seus níveis: desde a comunidade local passando pela Igreja particular até a Igreja universal na sua globalidade. A Igreja também, enquanto comunidade, deve praticar o amor. Consequência disto é que o amor tem necessidade também de organização enquanto pressuposto para um serviço comunitário ordenado.⁹

A Cáritas é o amor organizado da Igreja para o serviço aos mais pobres, sofredos e excluídos da sociedade. E hoje o rosto do migrante refugiado se apresenta como aquele que é posto à margem da sociedade. Promover a dignidade, defender os direitos e integrar essas pessoas a nossa sociedade – eis a nossa missão!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. *Virtudes para um outro mundo possível*. Petrópolis: Vozes, 2005.

HASS, Eduardo Luis. *A comunidade humana e a acolhida aos estrangeiros*: um desafio atual, 2016. Disponível em «<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/seminario-internacional-de-antropologia-teologica/assets/2016/16.pdf>».

⁸ JOÃO XXIII. Carta Encíclica *Pacem in Terris*, n. 55.

⁹ BENTO XVI. Carta Encíclica *Deus Caritas Est*, n. 20.

PASTORAL DA CARIDADE E COMPROMISSO PELOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOBILIDADE

*Paolo Parise**

*José Carlos Pereira***

Todos os dias migrantes procuraram a Missão Paz em busca de um lugar onde possam descansar, reorganizar as ideias, conseguir apoio para um emprego no Brasil ou seguirem para outro país onde possam alcançar oportunidades e viver com dignidade.

Dentre os serviços e apoios mais buscados pelos migrantes estão documentação, trabalho, hospedagem na Casa do Migrante, moradia autônoma, saúde, educação, espiritualidade, inserção social, etc. Concretizado, qualquer desses apoios representam uma forma de ação que viabilize o reconhecimento do migrante como pessoa de direito e possibilidades de inserção social.

Até fins do ano de 2017, o migrante não era reconhecido legalmente como pessoa de direito no Brasil. Somente após a revogação do Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980) pela nova Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017) é que o Estado brasileiro passa a reconhecer, legalmente, o migrante como pessoa de direito e não, *a priori*, uma ameaça. O Estatuto do Estrangeiro tratava o migrante como uma pessoa que oferecia riscos à segurança nacional e aos interesses do Estado e da sociedade brasileiros. Não se considerava o migrante como alguém que efetivamente contribuía para o enriquecimento econômico, cultural, tecnológico e o fortalecimento da democracia. Dentre as instituições que se mobilizaram pela aprovação da nova Lei de Migração figura a Missão Paz que no curso de suas ações de acolhida, atendimento e prestação de serviços, inclui também a incidência política como uma ponte de trânsito e mediação entre os migrantes, outros grupos sociais e o poder público na esfera municipal, estadual e federal.

* Diretor do CEM – Centro de Estudos Migratórios – MISSÃO PAZ.

** Editor da Revista Travessia, do CEM – Centro de Estudos Migratórios.

A Missão Paz desenvolve esse trabalho com base no carisma scalabriniano e na pastoral do migrante, apoiando-se na caridade como um princípio da ação pastoral.

Mas, o que é a Missão Paz e qual o trabalho que ela, como uma dimensão da pastoral da caridade, desenvolve com os migrantes? Quais os serviços e atendimentos que a Missão Paz oferece às pessoas em mobilidade? Que princípio teológico baseia sua ação na perspectiva de uma pastoral da caridade? Para responder estas perguntas, vamos discorrer sobre a história e a estrutura da Missão Paz; os atendimentos efetivos que ela tem feito aos migrantes; a caridade como “amor ao próximo”, “amor social” fundamentais à compreensão e à prática da justiça social.

Com efeito, a prestação de serviços e a incidência política, articuladas entre si, formam uma parêntese que se distingue do assistencialismo e constitui uma das características centrais da pastoral da caridade, isto é, o entrelaçamento do amor ao próximo e a justiça social.

1. MISSÃO PAZ: SUA HISTÓRIA E ESTRUTURA

A Missão Paz tem suas raízes históricas na década de 1930. A entidade, inicialmente com uma estrutura em madeira e posteriormente em alvenaria, começou a atuar com italianos que chegavam a São Paulo. Os anos passaram e a Missão Paz, além dos italianos, começou a acolher outros imigrantes, entre eles lembramos os vietnamitas, coreanos, chilenos, bolivianos, paraguaios, peruanos, congoleses, angolanos, nigerianos, senegaleses, colombianos, equatorianos e haitianos. Atualmente, atende a mais de 70 nacionalidades por ano. Entre elas encontram-se migrantes e refugiados. Em vários momentos de sua história, a Missão Paz ganhou visibilidade. Dentre eles, destacamos os mais recentes: em 2005, no contexto do acordo Brasil-Bolívia, foram atendidos milhares de bolivianos; em 2009, quando, por ocasião da última anistia, mais de onze mil imigrantes bateram às portas desta entidade e, entre 2014 e 2015, milhares de haitianos foram acolhidos ou ajudados de várias formas.

A Missão Paz pertence à Congregação dos Missionários de São Carlos, conhecidos também como Scalabrinianos. O nome está ligado ao bispo italiano Giovanni Battista Scalabrini que, em 1887, fundou esta Congregação para atender aos imigrantes italianos numa época marcada por grandes transformações e dificuldades. Naqueles anos muitos italianos emigravam, seja na direção de alguns países da Europa, seja na direção das Américas. Para piorar a situação, ainda havia as dificuldades, sofrimentos, humilhações e exploração que muitos imigrantes enfrentavam na saída dos portos, durante a viagem, nos lugares de chegada e nas regiões onde se instalavam. Tudo isso diante de um Estado que não tinha nenhuma lei de migração e era incapaz de dar respostas a este êxodo maciço. A iniciativa de Scalabrini surgiu neste período, criando

uma Congregação masculina e outra feminina para acompanhar os imigrantes. Sua obra se espalhou em várias partes do mundo e atualmente os scalabrinianos estão presentes em 33 países. No caso específico do Brasil existe uma rede de posições scalabrinianas que atuam com imigrantes. Com a chegada dos haitianos, estas missões incluíram ações específicas também para esta nova coletividade. Entre as mais significativas posições lembramos as que estão em Manaus, Cuiabá, São Paulo, Santo André, Jundiá, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis e algumas outras cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esta presença no território nacional insere a atuação da Missão Paz num contexto mais amplo e articulado. Ao mesmo tempo, a Missão Paz faz parte da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, formada por 55 entidades distribuídas em todo o território nacional e viabilizada pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

Ao longo de sua história a Missão Paz foi mudando, se renovando e reestruturando a partir dos desafios apresentados pelos diferentes fluxos migratórios. Assim chegou à sua estrutura atual formada por quatro projetos intercomunicantes: a Casa do Migrante, o Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes, o Centro de Estudos Migratórios e a Igreja Nossa Senhora da Paz.³ É importante destacar que os quatro projetos estão articulados entre si e se envolvem no atendimento e acolhida ao migrante, como ocorreu com os haitianos recentemente.

A partir destes quatro projetos, podemos também dizer realidades intercomunicantes, a Missão Paz atua com uma web rádio em espanhol e leva adiante ações de incidência política. A web rádio em espanhol foi criada há dois anos e tem uma programação voltada para a realidade dos imigrantes hispano-americanos.

As ações de incidência política são desenvolvidas de duas formas: setorial e global. Por setorial entende-se a incidência que cada profissional realiza nas diferentes redes em que atua (a psicóloga com os psicólogos da rede pública, assistentes sociais com os colegas de outras entidades, etc.). Por global se entende a atuação em nível federal, estadual ou municipal para melhorar a legislação ou as políticas migratórias.

2. SERVIÇOS E ATENDIMENTOS AOS MIGRANTES

Nessa seção apresentaremos uma síntese do caráter das ações que a Missão Paz desenvolve na perspectiva de uma pastoral da caridade junto aos migrantes, mas também dialogando e interagindo com outros grupos e setores sociais, como

³ Os parágrafos seguintes que descrevem a estrutura e funcionamento da Missão Paz são retomados de PARISE, Paolo. "Imigração no Brasil: os números e os desafios sociais e éticos". In: BAGGIO, Fabio; PARISE, Paolo; SANCHEZ WAGNER, Lopes (coords.). *Mobilidade humana e identidades religiosas*. São Paulo: Paulus, 2016, p. 39-42.

associações, escolas, igrejas, pastorais, universidades, organizações de trabalhadores, profissionais de saúde, parlamentares, MPT (Ministério Público do Trabalho), etc. As parcerias com esses grupos e suas ações são importantes para o alcance de alguns objetivos como o acolhimento e a inserção social de migrantes, por um lado, e, por outro, contribuem para ampliar e fortalecer a práxis da caridade como um gesto ou ação com potência de transformação social.

Do ano de 2013 até 2017, A Missão Paz atendeu a mais de 30 mil migrantes que a procuraram em busca de apoio. Centenas deles buscaram hospedagem na Casa do Migrante, apoio jurídico para documentação ou resolução de problemas que demandam ação jurídica, serviço jurídico, documentação, cuidados com a saúde física e mental, busca por trabalho, espaço para celebrar e manifestar suas tradições culturais e sua espiritualidade, participação em cursos língua portuguesa, seminários, oficinas, palestras interculturais, práticas artísticas e culturais envolvendo diversas etnias e nacionalidades, etc. Veremos como isso ocorre a partir daqueles quatro projetos (Casa do Migrante, Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes, Centro de Estudos Migratórios e a Igreja Nossa Senhora da Paz), na perspectiva de uma pastoral da caridade e compromisso por direitos dos migrantes.

a) Acolhimento na Casa do Migrante

Quanto aos migrantes que procuraram a Casa do Migrante em busca de acolhida, cerca de 55% tiveram que sair dos seus países de nascimento ou origem devido a razões políticas, em geral fugindo de perseguições políticas em países pouco ou não democráticos; 18% saíram devido à perseguição religiosa, isto é, não podiam manifestar sua fé e espiritualidade livremente; 14% deles saíram em busca de trabalho e 4% emigraram para passear e conhecer novos lugares.

Para atender às demandas mínimas dessas pessoas, a Casa do Migrante tem capacidade para acolher 110 imigrantes ou refugiados. Nela são oferecidos alimentação, material de higiene pessoal, roupas, aulas de português, acompanhamento por parte de assistentes sociais e apoio psicológico. A casa disponibiliza uma sala de TV, biblioteca, brinquedoteca e lavanderia. Além de funcionários, a Casa conta com o apoio de pessoas voluntárias – psicólogos, estudantes, ajudantes gerais, artistas, etc. – que desenvolvem atividades de limpeza, escuta dos migrantes, promoção de atividades culturais, brincadeiras com crianças, cineclubes, etc. São atividades que ajudam a amenizar traumas e proporcionam descontração e esperanças na busca de oportunidades para suas vidas.

b) Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes

Outros serviços da Missão Paz são oferecidos através do Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes, que está estruturado em cinco eixos: documentação e jurídico; trabalho e cursos; saúde; educação; família e comunidade.

O primeiro eixo, *documentação e jurídico*, ajuda os imigrantes em tudo o que se refere à documentação. A complementar este serviço está a parte jurídica com a atuação de advogados. Há uma demanda considerável por apoio e serviços jurídicos. No ano de 2017, foram 4.017 migrantes e refugiados que buscaram auxílio no setor de documentação para providência de documentos, como:

- Primeira via e renovação de RNE (Registro Nacional de Estrangeiro);
- Permanência no Brasil por Acordo MERCOSUL (primeira via e renovação);
- Reagrupamento familiar;
- Permanência definitiva com base em prole brasileira;
- Permanência definitiva com base em cônjuge brasileiro;
- Naturalização;
- Autorização de viagem para menores de idade;
- Autorização para providenciar documentação de menores de idade;
- Agendamento para emissão de carteira de trabalho;
- Agendamento para emissão de passaporte brasileiro.

Este eixo ainda oferece auxílio em diversas áreas, tais como, direito cível, do consumidor, criminal, direito internacional, documentação, família, imobiliário, migratório, previdenciário, propriedade intelectual, trabalhista, entre outros. As situações que requerem entrar com processo na justiça são encaminhadas para a Defensoria Pública da União (DPU). É importante destacar que além de uma advogada responsável por esses atendimentos, a Missão Paz conta com o apoio de estagiários de Direito e de voluntários que se apresentam para fazer traduções de língua nos casos em que há necessidade.

O segundo eixo do Centro de Pastoral é o *trabalho e cursos*. Este pode ser dividido em dois setores. O primeiro deles, setor cursos, encaminha migrantes e refugiados para aulas de português ministradas nas dependências da Missão Paz ou em outros bairros da cidade. Da mesma maneira, a partir do interesse de cada pessoa, orienta para cursos profissionalizantes ou universitários. O segundo setor, mediação para o trabalho, realiza mediações que acontecem graças ao encontro entre empresas e imigrantes ou refugiados nas dependências da Missão Paz. Os empregadores passam por uma palestra de sensibilização e esclarecimento, enquanto os imigrantes e refugiados participam de palestras interculturais que incluem formação sobre as leis trabalhistas e mecanismos de denúncia diante de situações de trabalho degradante

ou análogo ao escravo. Somente depois destes momentos de preparação previa acontecem as entrevistas de trabalho e contratações. Os agentes deste setor posteriormente visitam as empresas que contrataram para verificar a situação dos trabalhadores e a fim de constatar como ocorre o processo de adaptação dos funcionários, dos migrantes e se os termos acordados estão sendo cumpridos. Tais visitas ocorrem principalmente na região da Grande São Paulo, mas também em outras cidades do estado, e em Colatina, Espírito Santo. Em relação às Palestras Interculturais, estas são realizadas por interculturalistas da SIETAR Brasil.⁴ com o intuito de fornecer informações a respeito de traços culturais do Brasil e as leis trabalhistas, assim como os direitos e deveres do trabalhador migrante. Os interculturalistas também realizam grupos de escuta em que, semanalmente, separados em pequenos grupos, os migrantes contam suas histórias e as dificuldades que estão enfrentando para se adaptar à nova vida no Brasil. Juntos pensam maneiras de enfrentar e superar os desafios.

O terceiro eixo, *saúde*, atende através de um grupo de médicos voluntários. Além disso, esforça-se para a interlocução e sensibilização de órgãos municipais e estaduais de saúde para que possam atender bem os imigrantes e refugiados. Essa interlocução também é importante para compartilhar o atendimento de pacientes comuns à Missão Paz e órgãos governamentais de saúde. Ademais, essa experiência possibilita melhor orientação ao migrante. O esforço de sensibilização é fundamental para viabilizar o acesso dos migrantes aos serviços de saúde, junto a UBSs (Unidades Básicas de Saúde) e hospitais públicos. Isto porque muitos funcionários públicos não têm conhecimento sobre quais são os documentos apresentados pelos migrantes que lhes garantem o direito de ser atendidos e receber o tratamento de saúde. Nunca é demais lembrar que, sobretudo, os solicitantes de refugiados quase sempre têm documentos provisórios. Tais documentos, apesar de em tese lhes prever o direito de tratamento de saúde, matricular-se em escolas, universidades, conseguir trabalho formal, são desconhecidos de boa parte do funcionalismo público que, por sua vez, acaba negando ou bloqueando o acesso a tratamentos de saúde ou matrícula em escolas e universidades com o argumento equivocado de os documentos não serem válidos. Ademais, muitos funcionários públicos não são preparados para o atendimento a migrantes, especialmente àqueles que não falam ou têm dificuldades com a língua

⁴ A SIETAR BRASIL é formada por diferentes profissionais que compartilham um interesse comum: “a facilitação do diálogo entre povos de diversas culturas e entre diferentes grupos sociais no Brasil, o desenvolvimento de valores, habilidades e conhecimento que encorajem este diálogo, sensibilizando a opinião pública, as instituições e as empresas sobre a importância da aprendizagem cultural”. O objetivo é o combate ao preconceito (SIETAR BRASIL, 2017).

portuguesa. Ainda no âmbito desse terceiro eixo, a Rede para cuidados em saúde de imigrantes e refugiados reúne-se mensalmente, na Missão Paz, desde 2012, com instituições de ensino superior, organizações civis, serviços do SUS. De acordo com Elaine Cristina C. Silva, coordenadora do eixo saúde, o objetivo dessa rede é discutir casos, para observar os fluxos e caminhos feitos pelo indivíduo a fim de promover proteção social da pessoa (imigrante ou refugiado). Isso viabiliza melhor articulação da rede para acompanhar o processo de construção de políticas públicas para os imigrantes e refugiados, principalmente no âmbito da saúde, na esfera municipal. Em 2017, o eixo saúde realizou 1.659 atendimentos, entre consultas médicas, encaminhamentos de exames e especialistas, acupuntura, acolhimento e compra de medicamentos e óculos.

O quarto eixo, *educação*, procura sensibilizar professores e diretores, além de ajudar as famílias de migrantes a inserir seus filhos nas creches ou escolas. Além disso, oferece cursos de língua portuguesa para migrantes e refugiados diariamente. Esses cursos são realizados com o apoio de professores e estudantes universitários que vêm até a Missão Paz para ministrar as aulas. Outras instituições também ofereceram cursos de português aos migrantes: dezenas deles são encaminhados para o curso da UNIFAI e para o curso do CESPROM Cambuci. Os migrantes interessados também foram encaminhados para outros cursos, como informática no Cesprom Cambuci, inglês básico na Associação Maria Imaculada, cuidador de idoso na Cruz Vermelha, e eletricitista/instalador no SASECOP.⁵

O quinto e último eixo, *família e comunidade*, do Centro de Pastoral e Mediação dos Migrantes, acompanha os núcleos familiares, de maneira especial os que se encontram em situações mais vulneráveis, como os que vivem em ocupações, isto é, na busca pelo direito à moradia, e apoia a organização de associações de imigrantes.

c) O Centro de Estudos Migratórios (CEM)

O CEM possui uma biblioteca especializada em migração, publica a “Travessia” – revista do migrante, conta com um grupo de estudos, oferece cursos a distância, organiza seminários, assessora momentos de formação e realiza mensalmente o “Diálogos no CEM” – encontros entre pesquisadores, gestores, movimentos populares, migrantes e refugiados para debater questões relacionadas à migração. Outra ação importante é o trabalho de incidência política – *advocacy* – da Missão Paz que acompanhou a elaboração de leis e importantes debates nacionais na

⁵ CESPROM – Centro de Promoção do Migrante. É organizado pela Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu Scalabrinianas; UNIFAI – Centro Universitário Assunção; SASECOP – Centro de Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua. É ligado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo.

temática das migrações. A prática da incidência política é uma atividade de extrema importância na busca de uma democracia justa e representativa, que fortalece a participação de diferentes atores nos debates de interesse público. Em 2015, 2016 e 2017, foi realizado um trabalho de incidência em relação ao novo projeto de lei migratória (PL n. 2516/2015), acompanhando as várias etapas da tramitação, encontrando o relator e presidente da Comissão Especial da Câmara Federal, conversando com os deputados que a compõe e sendo convidada, através de seus representantes, a falar em várias audiências públicas. Mais tarde, em fins de 2017, e depois de vários debates e alterações, o referido PL foi aprovado, constituindo a nova Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017), sobre a qual já nos referimos na introdução.

d) Igreja Nossa Senhora da Paz

Por fim, há a Igreja Nossa Senhora da Paz que acolhe três paróquias: a do Bairro do Glicério, que reúne famílias de migrantes nacionais internos vindos, sobretudo, da Região Nordeste; a dos italianos e a dos hispano-americanos. Esta última engloba um universo muito amplo constituído pela comunidade boliviana, chilena, peruana, paraguaia, colombiana e recentemente a equatoriana. Ao lado destas paróquias que têm um grande histórico, há pouco tempo um grupo de haitianos está se reunindo para as eucaristias em francês junto com um padre haitiano, e ultimamente está nascendo uma comunidade filipina que iniciou a se reunir todos os terceiros domingos do mês para celebrar em inglês. Vale observar que, se de um lado esta realidade religiosa constitui a identidade da Missão Paz, do outro, esta opera com abertura ecumênica e inter-religiosa, sem formas de proselitismo, acolhendo o imigrante e refugiado como pessoa e respeitando suas escolhas religiosas e tradições culturais. As comunidades também usam o espaço para celebrar festas típicas, realizar encontros. Todas as religiões e culturas são bem-vindas e acolhidas.

3. PARCERIAS E DESAFIOS PARA A PRÁXIS DA CARIDADE

A parceria é uma ação que merece destaque nos projetos da Missão Paz. Sem a parceria com escolas, universidades, agentes públicos de saúde, pastorais, organizações e associações, inclusive dos próprios migrantes, as ações que descrevemos anteriormente não teriam abrangência e eficiência. Possivelmente, muitas delas poderiam até não ocorrer efetivamente. São os casos dos tratamentos e acompanhamentos

de saúde, dos cursos de língua portuguesa, das palestras interculturais, etc.

Entretanto, é importante apontar para os devidos cuidados na escolha dos parceiros. Alguns deles podem ter boas intenções, mas não necessariamente preparo, aptidão para executar ações. Outros são mais aptos às ações de curto prazo e não são adequados a projetos de média ou longa duração. Ainda outros carecem de efetivo compromisso com a ética e a justiça social.

Diversos pesquisadores⁶ apontam que toda ação de parceria pressupõe, de início, a interlocução entre pessoas, organizações, instituições de características diferentes, o conhecimento da abrangência espacial da ação conjunta e a natureza dessa ação, a predisposição de diálogo e negociação para mudanças no projeto como elemento-chave para a saúde e longevidade da parceria.

Com efeito, não só os parceiros têm características diferentes, como seus trabalhos individuais, objetivos, motivações e estruturas podem ser diferentes. Isto não impede necessariamente a composição da parceria. São os casos das parcerias firmadas entre a Missão Paz, universidades, a ONG Conectas, o IMDH – Instituto Migração e Direitos Humanos, o CESPROM, o MPT – Ministério Público do Trabalho, Centro de Referência para Refugiados da Caritas São Paulo, Centro de Estudios Legales y Sociales, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, SEFRAS – Serviço Franciscano de Assistência Social, Rádio 9 de Julho, dentre outras.

Observados esses cuidados, a parceria se faz necessária não apenas para executar as ações de um projeto, mas também para fortalecê-lo como agenda política e ampliar o debate e as ações sobre uma questão social que diz respeito a todas as pessoas. No caso abordado aqui, a caridade e os direitos de migrantes e refugiados. Isto é uma chave muito importante para a vivência e a partilha do sentimento de solidariedade, comunhão e amor ao outro (próximo). Sua tradução mais completa se dá no acolhimento e inserção do migrante à vida comunitária.

Esse é um desafio do qual a pastoral da caridade, em ação com os migrantes, não pode passar ao largo sob pena de não reconhecer no migrante o rosto do Cristo vivo. A existência dessa pastoral, ao contrário, se dá no seu gesto concreto de luta por reconhecimento do outro como pessoa de direito, e da caridade como princípio teológico cristão. Com efeito, a luta por reconhecimento nunca ocorre de forma individualizada, despolitizada, sem amor. Ela parte de um sentimento coletivo de injustiça e da carência de amor.⁷ Decorre daí a necessidade premente da parceria

⁶ HIERNAUX, Jean-Pierre. *O partenariat, uma perspectiva de desenvolvimento do trabalho social*; RODRIGUES, Fernanda, STOER, Stephen. *Entre Parceria e Partenariado: Amigos, Amigos, Negócios à Parte*; CARILLO, Tiago. *Conceito de parceria: três projetos locais de promoção do emprego*.

⁷ HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, p. 260-265.

como instrumento e método de ação coletiva, conflituosa em razão do caráter singular de cada parceiro, mas que também amplia e potencializa as ações de forma solidária e participativa.

4. A MISSÃO PAZ NA PERSPECTIVA DE UMA PASTORAL DA CARIDADE

O trabalho da Missão Paz, desenvolvido ao longo da história e no âmbito de uma organização religiosa, pode figurar para alguns como uma ação assistencialista, cujo destinatário é um migrante vítima e sem competências para, por si mesmo, resolver problemas sociais que lhe impedem de acessar direitos e dignidade humana. Mas esta pode ser uma figuração equivocada da realidade.

Alguns pesquisadores¹ compreendem, de forma lacunosa, a caridade como mais uma expressão do paternalismo, ou uma forma de criar ou aumentar a dependência dos pobres em relação ao seu suposto benfeitor, ou ainda como uma forma de deslocar a responsabilidade social do Estado para outras organizações sociais. Aquela relação de dependência ou esta subversão do papel do Estado transfeririam enorme poder ao benfeitor que, por sua vez, o aproveitaria em benefício próprio e implodiria na base a perspectiva do amor ao próximo ou amor social fundante da ação da caridade.

Ao contrário, nossa percepção sobre a caridade não se vincula às ações paternalistas ou de bondade interessadas na multiplicação de lucros para seu praticante. Nossa percepção de caridade é inspirada em Santo Agostinho.² Para ele, a caridade está vinculada a um princípio teológico que a entende como sendo a ligação entre o homem e Deus. Nessa perspectiva, a caridade constitui uma ação de amor e gratuidade com o outro, com o próximo.

Além disso, essa concepção de caridade também nos permite considerar o “amor ao próximo” como um elemento fundante da relação social de “reconhecimento do outro como pessoa de direito”. Estas duas percepções sobre o sentido da caridade constituem os fundamentos centrais da justiça social, como também já nos apontavam Santo Agostinho, Hannah Arendt,³ Axel Honneth⁴ e Estêvão Bettencourt.⁵

¹ OLIVEIRA, Nuno. *Do Estado-Providência à caridade. A regressão do social e a reabilitação do religioso na ideologia neoliberal.*

² SANTO AGOSTINHO. *Confissões.* Santo Agostinho é reconhecido como um dos célebres pensadores cristãos. O livro *Confissões* foi escrito no Século IV d.C. Tornou-se uma das maiores referências para os estudiosos de Santo Agostinho e tem sido republicado sistematicamente em todo o mundo. Trabalhamos com uma edição de 1984 publicada pela Paulus.

³ ARENDT, Hannah. *O conceito de amor em Santo Agostinho.*

⁴ HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.*

⁵ BETTENCOURT, Estêvão. *Justiça ou caridade?*

A caridade se articula à práxis da justiça social que pressupõe o respeito, o reconhecimento e o amor ao outro como um amor social. Isto é, um sentimento e práxis de responsabilidade e respeito uns pelos outros nas relações sociais que, a despeito de serem orientadas por normas legais, não têm sua garantia condicionada à observação dessas normas, mas sim por uma gratuidade espontânea. Esta reflexão de Santo Agostinho encontra eco também em Hanna Arendt⁶ que vincula o amor social a uma dinâmica cotidiana entre pessoas, entre estas e instituições; uma dinâmica social muitas vezes conflitiva, mas fundada no reconhecimento, respeito e gratuidade de direitos que só se efetivam no protagonismo individual de cada pessoa e na responsabilidade social coletiva de uns com os outros.

Estêvão Bettencourt⁷ também destaca que a justiça social faz com que um indivíduo, por si mesmo, sem esperar prescrições extrínsecas, atenda às necessidades de seu próximo, a fim de proporcionar a este condições de vida verdadeiramente humanas. Portanto, a caridade ou as ações de uma pastoral da caridade são gestos concretos que possibilitam às pessoas em situação de vulnerabilidade social, uma reorganização dos seus sonhos, projetos, relações sociais para que possam acessar determinados direitos elementares, no caso dos migrantes, documentação, abrigo emergencial, trabalho decente, moradia autônoma, participação e inserção social, etc., como pudemos perceber entre os serviços prestados aos migrantes na Missão Paz ao longo de sua história.

Nessa perspectiva, a caridade como "amor ao próximo", "amor social", rompe com os limites do assistencialismo e aponta para interações sociais de respeito e reconhecimento que viabilizam o empoderamento e a inserção social de sujeitos antes vulnerabilizados, ignorados ou distantes do poder de alcance do Estado como instituição política de referência para a observação de direitos.

Da perspectiva da justiça, as leis preveem a justa distribuição dos recursos materiais de acordo com os méritos de cada pessoa. As leis ainda preveem que pessoa alguma deva ser excluída do mínimo social vital à sua sobrevivência com dignidade. Contudo, a lei por si só como elemento de coerção se mostra ineficaz para a garantia dos direitos básicos de vida às pessoas. Ela necessita de um espírito de solidariedade espontânea para dar fluidez e tornar operacionais no dia a dia as suas prerrogativas

⁶ ARENDT, *op. cit.*

⁷ Cf. BETTENCOURT, *op. cit.*

legais. A caridade como “amor ao próximo”, a justiça social como “amor social”, não permitiriam essa fluidez espontânea para ações de respeito e reconhecimento?

Outra reflexão que decorre da experiência da Missão Paz é que a justiça social e a caridade não resultam de uma obrigação legal, jurídica. No entanto, as ações da caridade, embora não sejam atos determinados por lei, podem inspirar a formulação de leis e políticas públicas no âmbito da justiça, transformando-se, dessa forma, em uma questão de justiça.

Um exemplo disso no âmbito das ações de uma pastoral da mobilidade humana foi o processo de formulação e aprovação da nova Lei Municipal de Migração em São Paulo (Lei Municipal n. 16.478/2016) e também da nova Lei de Migração Federal aprovada no final de 2017 e que contaram com significativas e decisivas contribuições de organizações sociais, dentre elas a Missão Paz, para suas respectivas aprovações em plenários do Legislativo. Ambas as leis preveem tratar os migrantes com base nos direitos humanos que são um dos pilares centrais das ações de caridade e justiça social. Igualmente pode ser dito sobre a criação de Comitês Estaduais de Migração e Direitos Humanos em vários estados como Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, cujas inspirações advêm das ações de ONGs e Casas de apoio e orientação aos migrantes.

O amor, o respeito, o reconhecimento, que são urdidos em meio às contradições humanas e sociais, formam o fio condutor para a justiça social, para a pastoral da caridade. Nesse sentido, a caridade, a despeito de poder ser pervertida em ações que engendram ou aprofundam a fragilidade social do seu destinatário, isto é, a não política, constitui uma ação social orientada por aquilo que Hannah Arendt⁸ e Santo Agostinho⁹ chamam de amor social, amor em relação aos outros, no qual a política é, necessariamente, a administração do bem comum. O contrário disso é a não política, isto é, o prejuízo de determinados grupos em benefício de outros. E no plano das relações políticas a caridade possibilita interagir com ideias diferentes, culturas diferentes sem, necessariamente, aniquilar as pessoas que as produzem e as representam.

Pela experiência e reflexão apresentadas, podemos observar que o princípio teológico que orienta as ações da Missão Paz, no âmbito de uma pastoral da caridade voltada aos migrantes, é a caridade articulada às premissas da justiça social, da incidência

⁸ ARENDT, *op. cit.*

⁹ AGOSTINHO, *op. cit.*

política, da responsabilidade e do amor social que abrem espaços para o respeito e reconhecimento fraternos do outro como sujeito de direitos. Daí se vislumbra oportunidades para o diálogo, a partilha de saberes, a construção e difusão de novos conhecimentos, a participação social numa dinâmica cotidiana que mescla conflitos, responsabilidades e, principalmente, orienta as ações individuais, coletivas e institucionais para o amor ao próximo, aos direitos humanos e à vida em abundância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO. *Confissões*. Paulus: São Paulo, 1984.
- ARENDT, Hannah. *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- BETTENCOURT, Estevão. Justiça ou caridade? *Revista Per*. Disponível em: «http://www.pr.gonet.biz/kb_read.php?num=2921».
- CARRILLO, Tiago. Conceito de parceria: três projetos locais de promoção do emprego. *Análise Social*, v. XLIII, 2008, p. 81-107.
- HIERNAUX, Jean-Pierre. O partenariado, uma perspectiva de desenvolvimento do trabalho social. In: ESTIVIL, Jordi (org.). *O Partenariado Social na Europa*. Uma Estratégia Participativa para a Inserção. Porto: cadernos REAPN, 1997, p. 77-88.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- OLIVEIRA, Nuno. Do Estado-Providência à caridade. A regressão do social e a reabilitação do religioso na ideologia neoliberal. *Plataforma Barômetro Social*, Porto, 2015.
- PARISE, Paolo. Imigração no Brasil: os números e os desafios sociais e éticos. In: BAGGIO, Fabio; PAOLO, Parise; LOPES SANCHEZ, Wagner (coords.). *Mobilidade humana e identidades religiosas*. São Paulo: Paulus, 2016, p. 39-62.
- RODRIGUES, Fernanda e STOER, Stephen. *Entre Parceria e Partenariado: Amigos, Amigos, Negócios à Parte*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

**"SOMOS TODOS ESTRANGEIROS
E PEREGRINOS" (1PD 2,11)**

UMA COMUNIDADE CRISTÃ QUE CAMINHA NA FÉ, NA ESPERANÇA E NO AMOR

Ao dirigir-se aos cristãos, Pedro os chama de “estrangeiros e peregrinos”. O estatuto de estrangeiros e peregrinos refere-se não tanto à dimensão geográfica de afastamento da pátria, mas ao sentido de transitoriedade e de provisoriedade da existência cristã. Ser peregrino torna-se a característica essencial do cristão, um paradigma que reassume o sentido essencial de sua vida, um estilo de vida que o distingue no ambiente em que vive e qualifica o modo de colocar-se entre os pagãos. Pedro exorta os cristãos a mostrarem a diferença de uma vida transformada pela potência do Evangelho, a terem uma vida conforme as exigências de Cristo. Só assim a pessoa pode alcançar a sua maturidade em Cristo, com uma liberdade que a coloca a serviço de Deus.¹⁰

O cristão se configura como um homem novo, que está a caminho da plenitude, na esperança que o envolve, e faz com que ele seja totalmente estranho ao modo de viver do próprio mundo. São estrangeiros e peregrinos porque não podem se conformar, ajustar-se a este mundo (Rm 12,2). Em Cristo os cristãos receberam uma nova cidadania, possuem outra pátria, a pátria que está nos céus (Fl 3,20), o Reino do Filho amado (Cl 1,12-13).

Os cristãos da Igreja dos primeiros séculos formam uma comunidade nova, que testemunha uma vida nova e faz com que os outros se admirem pelo modo como vivem e exclamam: “vede como eles se amam”. Esta forma de viver continua sendo para todas as comunidades eclesiais, exemplo de uma vivência na fé, na esperança e no amor.

1. OS CRISTÃOS, ESTRANGEIROS E PEREGRINOS SOBRE A TERRA

A concepção de “peregrino” ou “estrangeiro”, nos primórdios da Igreja, indicava um sentido novo de estar presente no mundo e propunha um ensinamento sobre a condição de vida do cristão enquanto seguidor de Cristo. A postura de vida de sentirem-se peregrinos e estrangeiros sobre a terra, mesmo sem nunca terem feito a experiência migratória, tem raízes em seus antepassados e foi reforçada na era apostólica. Os convertidos da nova Aliança são fiéis à herança e exaltam Abraão, o

* Religiosa da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrininas. Coursou Filosofia na UPF/Passo Fundo, Teologia na PUC/RS, Mestrado e Doutorado na Gregoriana/Roma. Atualmente é membro do corpo docente do SIMI-Roma e provincial da província Cristo Rei, Porto Alegre.

¹ Cf. BENTOGGIO, Gabriele. *Stranieri e pellegrini* – Icone bibliche per una pedagogia dell'incontro, p. 252-263.

modelo dos migrantes: "Foi pela fé que residiu como estrangeiro na terra prometida, morando em tendas com Isaac e Jacó, os coerdeiros da mesma promessa" (Hb 11,9). Os patriarcas nômades, "depois de se reconhecerem estrangeiros e peregrinos nesta terra", revelam que estavam à procura de uma pátria (Hb 11,13-14), portanto com estatuto de peregrinos. A partir do momento em que se tornaram particular propriedade de Deus (1Pd 2,9) os fiéis não pertencem mais a este mundo (Jo 17,11-16); devem aceitar essa situação incerta por causa de Cristo (1Pd 2,21); prontos a dar razões de sua esperança nele e a fazer o bem (1Pd 3,13-17), essencialmente peregrinos (1Pd 2,11), os quais concebem a vida inteira como um aproximar-se constante à *polis* dos céus (Hb 13,14), sua verdadeira pátria (Fl 3,20; Hb 11,10).¹¹

Testemunho eloquente desta postura de vida dos cristãos vem do anônimo autor da *Carta A Diogneto*:

Não se distinguem os cristãos dos demais, nem pela região, nem pela língua, nem pelos costumes. Não habitam cidades à parte, não empregam idiomas diversos dos outros, não levam gênero de vida extraordinário [...]. Moram na própria pátria, mas como peregrinos. Enquanto cidadãos, de tudo participam, porém tudo suportam como estrangeiros. Toda terra estranha é pátria para eles e toda pátria, terra estranha. Se a vida deles decorre na terra, a cidadania, contudo, está nos céus.¹²

O cristão não se separa dos outros e sente-se peregrino e estrangeiro mesmo sem nunca ter se afastado de sua terra, mas peregrino no seu coração e no seu ânimo, não para fazer-se indiferente ou apático, mas como Paulo, para ser servo de todos, a fim de ganhar o maior número possível para Cristo (1Cor 9,19). O cristão sabe que não tem garantia dos direitos terrenos, de estar exposto a qualquer ultraje, porque nenhuma tutela lhe vem da sociedade terrena em que vive. Eles são perseguidos, desprezados e até condenados à morte. A única força e certeza são aquelas que lhe vêm da fé em Deus e na pátria que ele prometeu.¹³

Ainda hoje, cada cristão deveria manter viva a consciência de que está apenas de passagem neste mundo, onde tudo deverá deixar. Sua fé o faz habitar no mundo sem ser do mundo e lhe proporciona uma interpretação peculiar da realidade, que não provém de seu meio social. Ele é diferente e, se não o fosse, não poderia ser sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14). Além disso, sua fé o leva a estruturar sua existência concreta na obediência às palavras e às ações de Jesus Cristo e seu comportamento social jamais poderá ser uma simples transposição dos costumes vigentes de uma sociedade (Jo 17,14-16).¹⁴

¹¹ Cf. BURINI, Clara. "Ma come pellegrini" – *A Diogneto* 5,5, p. 270-271.

¹² *Carta a Diogneto*, n. 1-5.9-10.

¹³ Cf. BURINI, *op. cit.*, p. 274-275; BIANCHI, Enzo. *Cristiani nella società*, p. 53-54. 73.

¹⁴ Cf. MIRANDA, Mario de França. *A migração como desafio à fé cristã*, p. 205.

Por isso, é essencial para os cristãos manterem viva a memória escatológica e sentir a própria condição no mundo como uma peregrinação rumo 'à pátria da Trindade'. Esta é a condição dos filhos de Deus, assim como foi a condição do Filho encarnado. Portanto, o viver do cristão não está ancorado nos fundamentos de sua casa, no solo de sua pátria e orgulhoso das garantias das leis e tradições de sua terra, mas na esperança daqueles que, configurados em Cristo, sabem fazer-se nômades e itinerantes na inteligência, no coração, no espírito, na cultura, para partilhar com o outro a vida e a dignidade humana, dons gratuitos doados pelo único e verdadeiro Deus, Pai de todas as pessoas. Esta consciência da itinerância, não apenas geográfica, é uma riqueza para toda a humanidade e suscita a esperança de um futuro melhor. Afirma G. Marcel que, "uma ordem terrestre estável talvez se pode instaurar, só se o homem conservar uma viva consciência de sua condição itinerante".¹⁵

Santo Agostinho afirma que na terra tudo é transitório: "aqui és hóspede, estás de passagem. Usa deste mundo sem muitos apegos. Estás de viagem! Vieste para andar mais adiante, não para ficar...". O peregrino, no ambiente que vive, sabe que está só de passagem, que deixará tudo para voltar à sua casa. Os seus pensamentos, desejos, coração não estão ligados às coisas ao redor dele, mas à sua pátria.

A itinerância, a provisoriedade, como elemento fundamental de cristãos peregrinos, não conjuga nem o ser, nem o ter, mas o advir. A verdadeira fé nos desenraiza do presente, das seguranças, para nos empenhar em formas novas de antecipação do Reino. A itinerância deve ser uma atitude mental, espiritual, cultural, geográfica. Está no DNA do povo de Deus a caminho, que por fé vem continuamente desenraizado de sua terra, de suas certezas, para seguir a vontade e a promessa de seu Deus, protagonista e testemunha da realização da comunhão trinitária, da fraternidade de todos os povos, tornando visível aquela família humana sonhada desde a Criação, que está no coração de Deus.

Na experiência humana, em particular na experiência migratória, o ser itinerante, coloca a pessoa na condição de ter que desenvolver uma nova atitude, um novo estilo de vida, que permita encontrar o justo equilíbrio para viver bem a própria existência à luz da mudança social, cultural, humana que o migrar implica. O caminho, o peregrinar pelas

¹⁵ MARCEL, Gabriel. *Homo viator* – Prolegomeni ad una metafisica della speranza, p. 11.

estradas do mundo é, portanto, o estilo de vida que cada discípulo do Mestre Jesus, o migrante por excelência, é chamado a testemunhar.

O sentido da itinerância e da provisoriedade deveria formar em nós, cristãos hodiernos, a consciência de que também nós somos peregrinos nesta terra, que tudo é provisório, em vista da realização da meta última à qual todos nós tendemos. Para alcançar esta meta temos que atravessar a nossa história, a história da humanidade, porque o projeto de Deus não pode realizar-se sem a nossa colaboração e sem a nossa filial obediência à sua vontade, também quando nossa razão não a compreende.

2. A IGREJA PEREGRINA

A Igreja sabe que sua configuração no mundo é ser estrangeira e peregrina. Enquanto está a caminho, ela desafia o mundo com a sua comunhão e o convida a unir-se a ela. A Igreja não tem a sua realização definitiva neste tempo presente, mas a espera e a prepara até o dia em que venha novamente o seu Senhor e tudo seja nele perfeitamente recapitulado. Portanto, precisa de contínua purificação e de perene renovação, na força do Espírito que nela opera. Enquanto está no mundo encontra-se entre o "já" e o "ainda não" do Reino de Deus, aquele reino que estava no centro da pregação de Jesus, inaugurado pela sua morte e ressurreição, mas ainda escondido entre as malhas de uma história pecadora, necessitada da salvação definitiva, ansiosa rumo à sua plena manifestação. A Igreja, comunidade peregrina, não se identifica com o Reino de Deus, mas é o sacramento histórico-salvífico do mesmo. Ela é germen e início do Reino, sinal das promessas divinas e de sua realização. A paz, a justiça, a igualdade, a fraternidade, a compreensão e o amor pelos outros, traços do Reino final, porque traços da história de Jesus, devem ser também as características do presente da comunidade escatológica, para que o mundo creia não somente pela sua palavra, mas também pelo testemunho.¹⁶

Assim como o Filho veio ao mundo fazendo-se homem e escolheu a companhia das pessoas, até a sentar-se na mesa com os pecadores, assim a Igreja deve estar no meio do povo, porque a sua fé, a sua adesão ao Senhor e à Palavra que dele recebeu, não a tira do mundo. Ela é enviada para anunciar a boa notícia, e nesta missão universal está a realização de sua própria natureza.¹⁷ O Papa Francisco fala de uma Igreja casa aberta,

¹⁶ Cf. FORTE, Bruno. *La Chiesa della Trinità – Saggio sul mistero della Chiesa, comunione e missione*, p. 117; NITROLA, Antonio. *Escatologia*, p. 84-88.

¹⁷ Cf. BIANCHI, *op. cit.*, p. 71.

Igreja missionária em saída, “sair da própria comodidade e alcançar todas as periferias”. Prefere “uma Igreja acidentada, ferida, enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças”.¹⁸

À Igreja está destinada a tarefa de forjar uma nova criação em Jesus Cristo, recapitulando nele (Ef 1,9-10) todo o tesouro de uma rica diversidade humana que o pecado transformou em divisão e conflito. À medida que esta nova criação for, autenticamente, testemunhada na sua vida, a Igreja é sinal de esperança para o mundo que deseja, ardentemente, justiça, liberdade, verdade e solidariedade, isto é, paz e harmonia.¹⁹ Para cumprir esta tarefa, o itinerário da Igreja peregrina deve passar pelo coração do mundo, com uma viva consciência escatológica da fé, com uma vigilante sensibilidade social, com um correspondente empenho histórico, sempre mantendo viva a esperança da meta. Por ser peregrina, concomitantemente, é empenho e esperança, responsabilidade histórica e tensão escatológica.²⁰

Afirma ainda o Papa Francisco que a comunidade cristã não está fechada em uma cidadela fortificada, mas caminha em seu ambiente mais vital, vale dizer, a estrada. E ali encontra as pessoas, com as suas esperanças e suas decepções, às vezes muito pesadas. A Igreja escuta a história de todos, como emergem do baú da consciência pessoal, para depois oferecer a Palavra de Vida, o testemunho do amor, amor fiel até o fim. E então, o coração das pessoas volta a arder de esperança.²¹ E sabe-se que todos os que se encontram nas estradas do mundo, especialmente no contexto da mobilidade humana, cada pessoa, tem sede de relações novas, de sentir-se aceita e de fazer a experiência de comunhão na comunidade, experiência que certamente evitará que muitas delas caiam na presa de movimentos religiosos que, normalmente, oferecem um forte sentido de identidade e de pertença.

3. UMA COMUNIDADE CRISTÃ QUE CAMINHA NA FÉ, NA ESPERANÇA E NO AMOR

O que significa viver em uma comunidade que caminha na fé, na esperança e no amor?

Ao fazer seu serviço ao mundo, a Igreja não pode confiar em sua própria sabedoria e capacidade. Só Deus pode conceder-lhe o sucesso. As boas obras da Igreja provêm dele. E no seu caminhar, no estar presente entre as pessoas, como o Bom Pastor que

¹⁸ Cf. FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (daqui para frente EG), n. 20. 49.

¹⁹ Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. Instrução *Erga Migrantes Caritas Christi* (daqui para frente EMCC), n. 102.

²⁰ Cf. COLZANI, Gianni. Il mistero del Signore sotto le ombre – La Chiesa pellegrinante, p. 826-832; MILITELLO, Cettina. *La Chiesa 'il Corpo Crismato'*. Trattato di Ecclesiologia, p. 141-143.

²¹ Cf. FRANCISCO. Audiência, 24/05/2017.

cuida de suas ovelhas, a vivência das virtudes teologais a tornam uma comunidade que testemunha a comunhão trinitária. Sim, porque a Igreja tem sua origem na Trindade, está estruturada à imagem da Trindade, fonte de onde nasce, ícone onde se inspira e caminha rumo ao cumprimento trinitário da história.²²

3.1 Caminhar na fé

A fé nasce no encontro com o Deus vivo, um encontro que abre novos horizontes muito além do âmbito da própria razão,²³ que nos chama e revela o seu amor: um amor que nos precede e sobre o qual podemos apoiar-nos para construir solidamente a vida. Transformados por este amor, recebemos olhos novos e experimentamos que há nele uma grande promessa de plenitude e abre-nos a visão do futuro.²⁴

Desde os primórdios da Igreja a missão dos primeiros cristãos era animada pela convicção de uma fé que faz grande e plena a vida, centrada em Cristo e na força da sua graça. A fé torna-se operativa no cristão a partir do dom recebido, do amor que o atrai para Cristo (Gl 5,6) e o torna participante do caminho da Igreja, peregrina na história rumo à perfeição. Para quem foi assim transformado, abre-se um novo modo de ver e a fé torna-se luz para os seus olhos.²⁵

A luz que emana da fé é capaz de valorizar a riqueza das relações humanas, faz compreender a arquitetura destas relações, porque identifica o seu fundamento último e destino definitivo em Deus, no seu amor, e assim ilumina a arte da sua construção, tornando-se um serviço ao bem comum. Por isso, a fé é um bem para todos, um bem comum: a sua luz não ilumina apenas o âmbito da Igreja, nem serve somente para construir uma cidade eterna no além, mas ajuda também a construir as nossas sociedades de modo que caminhem para um futuro de esperança. As mãos da fé levantam-se para o céu, mas fazem-no ao mesmo tempo que edificam, na caridade, uma cidade construída sobre relações que têm como alicerce o amor de Deus.²⁶

Não podemos ignorar que, nas últimas décadas, produziu-se uma ruptura na transmissão da fé cristã no povo católico. É inegável: muitos se sentem desiludidos e deixam de se identificar com a tradição católica e há um certo êxodo para outras comunidades de fé. Entre as razões que forjaram esta situação, está a influência dos meios de comunicação, o subjetivismo relativista, o consumismo desenfreado que o mercado incentiva, a falta de cuidado pastoral pelos mais pobres, a inexistência

²² Cf. FORTE, *op. cit.*, p. 68.

²³ Cf. BENTO XVI. Carta Encíclica *Caritas in Veritate* (daqui para frente CV), n. 28.

²⁴ Cf. FRANCISCO. Carta Encíclica *Lumen Fidei* (daqui para frente LF), n. 4.

²⁵ Cf. *Ibidem*, n. 5. 22.

²⁶ Cf. LF, n. 51.

de uma acolhida cordial das nossas instituições e comunidades, e a dificuldade que sentimos em recriar a adesão mística da fé num cenário religioso pluralista.²⁷

Toda comunidade cristã, especialmente em contextos migratórios, precisa adequar seus passos com aqueles que a buscam, que não estão apenas à procura de pão para satisfazer às suas necessidades materiais, mas também da Palavra para encontrar respostas às suas necessidades de sentido e de comunidades que satisfaçam suas necessidades de amor e de pertença.

A *Evangelii Gaudium* apela para a criatividade e para a conversão: “A nossa fé é desafiada a entrever o vinho em que a água pode ser transformada, e a descobrir o trigo que cresce no meio do joio”.²⁸ A proposta é ir às periferias, sair de si mesmo e ir ao encontro do outro, visibilizar a fé através do amor. As obras de amor ao próximo são a manifestação externa mais perfeita da graça interior do Espírito. O elemento principal da Nova Lei é a graça do Espírito Santo, que se manifesta através da fé que opera pelo amor. Na transmissão da fé deve prevalecer como prioridade das prioridades a beleza do amor salvífico de Deus manifestado em Jesus Cristo morto e ressuscitado.²⁹

A teologia latino-americana sempre sublinhou a opção na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza. Deriva da nossa fé em Cristo, que se fez pobre e sempre se aproximou dos pobres e marginalizados, a preocupação pelo desenvolvimento integral dos mais abandonados da sociedade que é a autenticação de nossa fé. Essa fé nunca é cômoda e nem individualista, comporta sempre um profundo desejo de mudar o mundo, transmitir valores, deixar a terra um pouco melhor depois da nossa passagem por ela. Isso implica apreciar o pobre na sua bondade própria, com o seu modo de ser, com a sua cultura, com a sua forma de viver a fé.³⁰ Acolher esta diversidade pressupõe um desejo e uma atitude mental e espiritual em direção ao outro, que supera preconceitos, distâncias e indiferenças. O reconhecimento da diversidade é um recíproco enriquecimento, um intercâmbio dos bens morais, étnicos, culturais, religiosos, que levam a uma complementação e aperfeiçoamento mútuos.

²⁷ Cf. EG, n. 70.

²⁸ EG, n. 84.

²⁹ Cf. *Ibidem*, n. 36-37.

³⁰ Cf. *Ibidem*, n. 183. 186. 198-199.

3.2 Caminhar na esperança

O que a Igreja anuncia ao mundo é o *Logos* da Esperança (1Pd 3,15); o homem precisa da 'grande Esperança' para poder viver o seu próprio presente – a grande esperança que é aquele Deus que possui um rosto humano e que nos amou até ao fim (Jo 13,1). Por isso, na sua essência, a Igreja é missionária. Não podemos guardar para nós as palavras de vida eterna, que recebemos no encontro com Jesus Cristo.³¹ "O homem não pode viver sem esperança: a sua vida, condenada à insignificância, tornar-se-ia insuportável".³² "A esperança que levamos tem o horizonte de Deus que nos foi aberto em Cristo, está fundada sobre a rocha que é Deus".³³

Esta grande esperança vem de Deus. Em que consiste?

O homem tem necessidade da grande esperança, tem necessidade de Deus. A esperança tem a ver com a alegria de viver, supõe um futuro a esperar, preparar, desejar. A esperança dá um sentido e motiva cada sentimento, aspiração, projeto. Se há esperança, há paciência, há vigilância. Não se pode viver sem esperança: seria como viver sem conseguir dar uma primeira resposta à interrogação 'por que estou no mundo'? Todos temos necessidade de um horizonte de sentido, para dizer algo de verdadeiro sobre o nosso futuro. Existe uma esperança que nasce e cresce graças às relações com as pessoas. Certos relacionamentos, abertos ao diálogo e à colaboração, geram esperança, porque nos fazem sentir acolhidos e próximos e nos estimulam à ação. Nos momentos mais felizes, como naqueles mais profundos, mesmo quando são sofridos, sonhamos uma esperança que crê e que ama: a esperança de quem se sente amado, procurado, sustentado no cotidiano, em um crescimento de sentido, de alegria, de operosidade construtiva.³⁴

É o Espírito que nos dá a esperança para alcançarmos o inesperado: "O Deus da esperança vos cumule de alegria e paz na fé, para abundar na esperança pela virtude do Espírito Santo" (Rm 15,13). "A esperança não decepciona, porque o amor de Deus foi derramado nos nossos corações por meio do Espírito Santo que nos foi dado" (Rm 5,5). O Espírito orienta e prepara à plena participação à sua mesma vida.

³¹ Cf. BENTO XVI. Exortação Apostólica *Verbum Domini* (daqui para frente VD), n. 91.

³² EG, n. 275.

³³ FRANCISCO. *Homilia*, 19/03/2013.

³⁴ Cf. CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA. *Lettera ai cercatori di Dio*, n. 1.

Mas até que estamos a caminho, a existência cristã está marcada pela luta entre a lei do Espírito e a lei da carne, entre o impulso à comunhão e o voltar-se na autossuficiência, entre o morrer ao próprio eu perdendo a vida e a vontade de afirmação e de potência, entre o êxodo paciente de si rumo à terra da liberdade e a existência faraônica, que desnuda e faz violência. O Espírito inspira a fraternidade de todos em Cristo, mas a comunhão está sempre além dos resultados alcançados. Ele nos inquieta a empenhar-se até quando o Pai “será tudo em todos” (1Cor 15,28).³⁵

Abraão acreditou com uma esperança, para além do que se podia esperar (Rm 4,18). Também hoje, perante tantos pedaços de céu cinzento, há necessidade de ver a luz da esperança e de darmos nós mesmos esperança. Cuidar da criação, de cada homem e de cada mulher, com um olhar de ternura e amor, é abrir o horizonte da esperança, é abrir um rasgo de luz no meio de tantas nuvens, é levar o calor da esperança!³⁶

No mundo de hoje, há inúmeros sinais da sede de Deus, do sentido último da vida, ainda que muitas vezes expressos implícita ou negativamente. E, no deserto da vida, existe, sobretudo, a necessidade de pessoas de fé que, com suas próprias vidas, indiquem o caminho para a Terra Prometida, mantendo assim viva a esperança. Somos chamados a ser pessoas-cântaro para dar de beber aos outros. Às vezes o cântaro transforma-se numa pesada cruz, mas foi precisamente na Cruz que o Senhor, traspassado, entregou-se como fonte de água viva. E conclui o pontífice: “Não deixemos que nos roubem a esperança!”³⁷

Na história da Igreja, que é a história do povo de Deus, encontram-se muitos sinais de esperança, que podem ser valorizados: nas lutas diárias dos pobres, na vida doada a serviço dos outros, na fadiga do trabalho para sustentar a família, no contato com a dolorosa realidade do nosso povo fiel. Também a ação transformadora não deixa de ser um sinal de esperança.³⁸

O paradoxo da esperança é o que faz o poeta C. Pegúy colocar nos lábios de Deus estas palavras: “a fé que eu prefiro – diz Deus – é a esperança”. Por isso, a esperança cumpre uma função dinâmica e libertadora na história, real e profunda.³⁹ A Igreja, como comunidade daqueles que professam explicitamente a sua esperança na vinda do Reino, é a comunidade que, desde agora e de modo privilegiado, é desafiada a realizar sinais de esperança, dentro de si e no mundo, em vista de um futuro melhor sobre a terra.⁴⁰

³⁵ Cf. VITALI, Dario. *Lo Spirito Santo: Mistero e presenza*, p. 406-407.

³⁶ Cf. FRANCISCO. *Homilia*, 19/03/2013.

³⁷ Cf. EG, n. 86.

³⁸ Cf. *Ibidem*, n. 96. 183.

³⁹ Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia della liberazione*, p. 216.

⁴⁰ Cf. DOS SANTOS MARTO, Antonio. Reino de Deus, progresso social e libertação, p. 150; JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Redemptoris Missio*, n. 59.

Este livro traz treze artigos de especialistas sobre teologia pastoral e mobilidade humana. Foi organizado pensando, especialmente, a leitores que atuam ou gostariam de atuar em contexto eclesial para/com ou junto a migrantes e/ou refugiados.

São reflexões e ideias sobre temas relacionados à vivência e ao serviço pastoral que desafiam agentes pastorais, lideranças eclesiais e migrantes/refugiados, a partir de uma visão da mobilidade humana como processo positivo e propositivo, seja para a humanidade em geral, que para a Igreja, em modo particular.

Das muitas mensagens e ensinamentos que podem ser extraídos dessa obra, ressalta-se o desafio que faz para que sejamos Igreja Missionária, sempre em saída, mas sempre em articulação, superando o assistencialismo e o paternalismo. Igualmente nos desafia enquanto agentes de pastoral, a nos imbuirmos de uma leitura de fé dos fenômenos da mobilidade humana e das migrações forçadas: para além da inculturação, superemos todo etnocentrismo, qualquer que seja ele.

Dom José Luiz Salles

